



ESTE LIVRO FOI COMPOSTO E IMPRESSO
NAS OFICINAS DA EMPRESA GRAFICA DA
"REVISTA DOS TRIBUNAIS" LTDA., A RUA
CONDE DE SARZEDAS, 38, SÃO PAULO,
PARA A
CAMPANHIA EDITORA NACIONAL
EM 1957



Teoria da História do Brasil

Introdução Metodológica

2.º VOLUME

BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

SÉRIE 5.^a ★ BRASILIANA ★ VOL. 11-A

(GRANDE FORMATO)

Direção de

AMÉRICO JACOBINA LACOMBE

JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES

TEORIA DA HISTÓRIA DO BRASIL

Introdução Metodológica

*2.^a edição, revista,
aumentada e ilustrada*

2.^o VOLUME

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO

BIBLIOTECA
CENTRAL

UNIVERSIDADE DO BRASIL
SEÇÃO REGISTRO

ANO 1957 Nº 1.057

CAPÍTULO 9.

DISCIPLINAS AUXILIARES DA HISTÓRIA

Quando tratamos da evolução da idéia de história, vimos que duas das principais disciplinas auxiliares, a paleografia e a diplomática, surgiram no século XVII, como resultado do espírito de crítica que foi o fruto do Renascimento e da Reforma. O clamor pela autenticidade dos documentos não fôra ouvido durante a Idade Média. Interesses importantes se baseavam em documentos, e a Igreja, mosteiros, conventos e cidades forjavam grande número de diplomas, ansiosos por confirmar privilégios que possuíam por direito ou usurpação (1).

A ausência de conhecimentos paleográficos e diplomáticos impedia a verificação da autenticidade ou forjicação dos documentos e tornava difícil a solução das disputas sôbre títulos de propriedade.

As corrupções e forjicações durante a Idade Média são enormes e conhecidas por vários estudiosos da matéria; só numa lista mostram-se mais de quatrocentas, o que evidencia como um público preparado criticamente podia aceitá-las e não ouvir o protesto dos poucos eruditos que as denunciavam (2).

Os ataques feitos a essas várias forjicações aceitas pela Igreja durante a Idade Média promoveram o trata-

(1) F. W. Hall, *A companion to classical texts*, Oxford, At the Clarendon Press, 1913, 108-109.

(2) F. W. Hall, *Ibid.*, 102.

mento crítico dos documentos. Mais adiante, quando tratarmos das forgições, apontaremos algumas das mais famosas.

O primeiro efeito da aplicação do espírito de crítica ao problema da autenticidade dos documentos manifestou-se no domínio da teologia, por ocasião da Reforma. Por trás de Lutero e de outros chefes da Reforma estavam estudiosos da história eclesiástica, tais como Mathias Flacius (1520-1575) ⁽³⁾ e seus sucessores, os Centuriões de Magdeburgo, que analisaram a grande quantidade de lendas e forgições que tinham inundado a história da Igreja medieval ⁽⁴⁾. A reação foi benéfica. Forçou os eruditos católicos a examinar seus documentos e a tornar acessível grande massa de material que havia sido, até então, escondido nos arquivos individuais ou de corporações.

É nessa época que os historiadores iniciam o exame sistemático dos documentos a fim de apurar sua autenticidade ou falsidade. E para responder às perguntas que então se formularam surgiu a diplomática.

1. *Diplomática e Paleografia*

O primeiro passo na formação da diplomática foi dado por um grupo de jesuítas, autores da série hagiográfica conhecida sob o nome de *Acta Sanctorum* ⁽⁵⁾, aparecida pela primeira vez em 1643, sob a direção do erudito jesuíta Jean Bolland (1596-1655), de Antuérpia. Não se

(3) As várias obras de Mathias Flacius, vulgo Francowitz, estão relacionadas em J. G. Theodor Graesse, *Trésor de livres rares et precieuses*, Dresden, 1859-1869, 8 vols.

(4) Os centuriões de Magdeburgo são assim chamados porque escreviam por centúrias a história eclesiástica impressa em Magdeburgo, sob o título: *Ecclesiastica historica...*, Basilae, Oporinus, 1559-74, 8 vols. Vide a descrição em J. G. Theodor Graesse, *Trésor de livres rares et precieuses*, Dresden, 1859-69, onde constam as traduções feitas.

(5) *Acta Sanctorum coll. dig. not ill. J. Bollandus, op. et st. cont. Gf. Henschenius*, etc. Antv., 1643-1794. Bruxelas, 1845 e seguintes. 55 tomos. Descrição em J. G. Theodor Graesse, *ob. cit.*, 1.º volume.

tratava de novas vidas de santos, mas de uma edição de vidas dos santos com todo o aparato reconhecido de crítica de textos e com sábias discussões sobre a autenticidade, integridade, credibilidade e problemas similares.

Numerosas discussões sobre diplomas travaram-se na Alemanha, logo depois da Guerra dos Trinta Anos e da paz de Westfália. A autenticidade dos documentos apresentados era contestada pelos adversários, e numerosas memórias divulgavam os debates dos tribunais. Essas contestações sobre a genuidade de documentos mereceu de Ludewig, que primeiro as descreveu, o nome de "guerras diplomáticas" (6).

Pouco depois da publicação das *Acta Sanctorum* iniciou-se a luta diplomática, principalmente entre jesuítas e beneditinos. A mais importante dessas controvérsias acadêmicas sobre a autenticidade de diplomas surgiu entre Daniel Papebroch (1628-1714), jesuíta, e Jean Mabillon, membro da congregação beneditina de São Mauro, em Paris.

Em 1675, Daniel Papebroch, em seu prefácio ao novo volume das *Acta Sanctorum* (7), provocou a hostilidade de duas ordens poderosas, a dos carmelitanos, por rejeitar a lenda de que o profeta Elias havia fundado aquela ordem no Monte Carmelo, e a dos beneditinos, por negar a autenticidade dos documentos merovíngios, que constituíam os principais títulos de domínio de muitos dos mosteiros beneditinos na França. As réplicas das duas ordens foram completamente diferentes. Os carmelitanos apelaram para a Inquisição, que suprimiu o trabalho de Papebroch em 1695. Os beneditinos reagiram fundando a Diplomática e a Paleografia (8).

A Congregação de São Mauro, a que tanto deve a história, era o novo título com que havia revivido em França, em 1618, a ordem beneditina. Jean Mabillon,

(6) A. Giry, *Manuel de diplomatique*, Paris, Felix Alcan, 1925, 59.

(7) *Propylaeum antiquarium, circa veri ac falsi discrimen in vetustis membranis*, abril de 1675, 3 vols., do 9.º ao 11.º.

(8) F. W. Hall, *A companion to classical texts*, Oxford, At the Clarendon Press, 1913, 111.

seu maior erudito, publicou em 1681 um livro que ficaria como o fundamento das duas disciplinas, a *De re diplomatica Libri VI* (9). Trata a obra principalmente da paleografia dos documentos oficiais ou diplomas e discute especialmente os problemas da integridade e da autenticidade documental, provando que os títulos da ordem beneditina eram autênticos. Aí se estuda, pela primeira vez, a evolução da escrita, desde as capitais romanas até a escrita merovíngia.

Vê-se, assim, que a diplomática e a paleografia nasceram na mesma época e tiveram a mesma origem. Esta limita-se ao estudo das escritas antigas, investiga os caracteres externos dos documentos, as letras em que eram escritos, enquanto aquela examina os caracteres intrínsecos, idioma, estilo, autenticidade e integridade dos documentos. Desde o início se distinguiram nitidamente e se auxiliaram mutuamente. Elas são o fundamento da crítica histórica.

A diplomática tem, assim, por objeto, a aplicação da crítica a uma categoria importante de fontes históricas, os diplomas e documentos oficiais, as bulas pontificias, os diplomas imperiais, os documentos de notários, de príncipes e de reis. Estes constituem, por sua vez, as fontes diplomáticas da história.

Etimologicamente, diplomática é o estudo dos diplomas. O emprêgo da palavra diploma não remonta a uma época recuada. Tinha aplicação restrita em Roma — onde significava uma espécie de passaporte — e na Idade Média. Foram os eruditos da Renascença que a exumaram e aplicaram aos atos mais solenes e antigos, aos que emanavam da autoridade soberana, aos privilégios dos reis ou de grandes personagens (10). Diploma seria, pois, aquêle

(9) Jean Mabillon, *De re diplomatica Libri VI*, etc. Paris, Billaine, 1681-1709. O suplemento, de 1704, é de Robustel. Mabillon editou também as *Acta Sanctorum ord. S. Benedicti in saeculorum classes distrib.*, etc. Paris, Billaine, 1668-1702, 9 vols. Há uma reimpressão de Veneza, Coletti, 1733-40, 9 vols. O décimo volume ficou em manuscrito na Abadia de St. Germain.

(10) A. Giry, *Manuel de diplomatique*, Paris, Felix Alcan, 1925.

documento público assistido por pessoa pública. A diplomática teria por fim avaliar os documentos públicos antigos, definindo o grau de probabilidade que os fazia acreditar genuínos ou suspeitos, segundo a definição do maior paleógrafo português, João Pedro Ribeiro.

Os estudos paleográficos foram cedo inaugurados e incentivados em Portugal. Desde 1775 promoveu-se o estudo da diplomática, estabelecendo-se no Real Arquivo uma cadeira de paleografia ⁽¹¹⁾. Mas o grande desenvolvimento da Diplomática portuguesa tem suas origens no Alvará de 21 de fevereiro de 1801, que anexava a cadeira de Diplomática ao Arquivo da Torre do Tombo, e dispunha que “serão reputados ouvintes obrigatórios da mesma aula todos aquêles que aspiram a ser ocupados nos empregos e escrituração do meu Real Arquivo da Torre do Tombo e nos ofícios de tabelião de notas da cidade de Lisboa; e não podendo ser provido ou empregado nos mesmos Offícios e ministérios pessoa alguma depois de seis anos de exercício desta cadeira sem que primeiro mostre competentemente ter frequentado com aproveitamento a mesma aula ao menos por tempo de um ano”.

Além disso, os tabeliães e escrivães não poderiam passar certidão de documento algum anterior ao século XVII, sem assistência de um perito-paleógrafo, que tivesse frequência da Aula e patente do Desembargo, percebendo pelo trabalho de conferência o dôbro do salário que ao tabelião competisse, e que êste igualmente receberia a dobrar sendo êle perito. O curso era também condição de preferência para os bacharéis que requeressem tabelionato no Reino e o alvará aconselhava as ordens

(11) João Pedro Ribeiro, *Dissertações cronológicas e críticas sobre a história e jurisprudência civil de Portugal*, Lisboa, 1810-1836, t. 4, 1819, parte 1.^a, 12. Encontram-se excelentes estudos sobre as disciplinas auxiliares em *O Arqueólogo Português*, Lisboa, 1895-1921, e também no artigo de Arlindo de Sousa, defendendo a criação da cadeira de Ciências Auxiliares da História nos cursos superiores de Literatura Portuguesa e Filologia Portuguesa. Vide “Cultura Portuguesa e Cultura Brasileira”, *Jornal do Comércio*, 27 de maio de 1951.

religiosas a que mandassem nêle preparar os seus cartórios e cronistas (12).

Os maiores historiadores luso-brasileiros, como Herculano e Varnhagen, cursaram a aula de Diplomática e dela saíram preparados para as dificuldades da pesquisa. Até hoje a obra clássica de diplomática portuguesa é a escrita por João Pedro Ribeiro (13). Herculano que o conheceu pessoalmente e que aprendeu a admirá-lo nos tempos da aula, em 1830-1831, o citará frequentemente e escreverá que Ribeiro “é o homem a quem Portugal deve os progressos principais da ciência histórica”, é o chefe, o guia da escola diplomática (14).

A obra de Mabillon inspirou vários estudos afins. A classificação das escritas, o estudo de suas origens, afinidades e desenvolvimento têm sido levados a efeito por uma longa série de investigadores (15). O fato de não se poder decifrar uma escrita é considerado muito mais fastidioso ou pelo menos tanto quanto o desconhecimento de uma linguagem. Portanto, quem aspira ao título de investigador e visa contribuir para o conhecimento mais perfeito da história não pode desconhecer a paleografia. É lógico que a determinação da antiguidade ou da origem nacional ou geográfica de uma escrita ou de um escritor é da maior importância para a valorização crítica do manuscrito.

(12) Vitorino Nemésio, *A mocidade de Herculano*, Lisboa, 1934, 1.º vol., 364-365.

(13) João Pedro Ribeiro, “Prolegômenos das instituições de diplomática portuguesa”, *Dissertações* acima citadas, t. 4.º, parte primeira, 1-34. Pedro de Azevedo escreveu ainda “Linhas gerais de história da diplomática em Portugal”, *O Instituto*, vol. 74, 1927-28. Os primeiros compêndios foram: José Anastácio da Costa e Sá, *Princípios elementares da Arte Diplomática*, Lisboa, 1797; Frei José Pedro da Transfiguração, *Dissertação ou Breve Tratado sobre algumas regras mais necessárias de Hermenêutica e Diplomática para o estudo da história eclesiástica*, Pôrto, 1792, afora, naturalmente, Mabillon e D. Ch. Fr. Toustain e D. Tassin, *Nouveau Traité de Diplomatie*, Paris, 1750-65, 6 vols. Vide também Pedro de Azevedo, “A paleografia em Portugal”, *Anais de Bibliotecas e Arquivos*, 1920, I, 139-147.

(14) Vitorino Nemésio, *A mocidade de Herculano*, Lisboa, 1934, 1.º vol., 367.

(15) Bernard de Montfaucon, também maurino, em sua *Paleographia graeca s. de ortu et progressu literarum graecarum* etc. (Paris, Guerin, 1708), mostrava, pela primeira vez, o desenvolvimento da escrita grega.

No século XIX, com a fundação da École des Chartes em Paris (1821) e com o início da publicação dos *Monumenta Germaniae Historica* (1819), ficou estabelecido um corpo de regras e princípios que facilitam o reconhecimento das escritas e permitem sua leitura ou decifração, assim como a atribuição de datas mais prováveis a documentos não datados. Não se pode porém exigir, como acentua Bauer, que um historiador examine por si próprio toda inscrição, todo manuscrito, todo velho impresso, de que se utiliza, mas sim que se encontre em situação de ler e valorizar paleograficamente cada monumento, cada fonte, e pronunciar-se sobre a fidelidade e qualidade das transcrições e edições. Uma grande prática e boa vista podem fazer de um leitor de manuscritos um perito, capaz de distinguir imediatamente um escrito do século XVI de outro do século XVII (16).

Um passo inicial indispensável é o conhecimento das abreviaturas (17). Para ler e decifrar as escritas, a paleografia estende seu estudo aos instrumentos dos copistas, à tinta (18), ao material próprio da escrita, como por exemplo o papel, forma usada nos documentos de interesse para o Brasil (19).

No estudo da evolução da escrita interessa-nos especialmente a da Península Ibérica, a letra espanhola e por-

(16) Wilhelm Bauer, *Introducción al estudio de la historia*, Barcelona, Bosch, 1944, 246-247.

(17) Vide exemplos de abreviaturas de escrita processual e tipos de assinaturas nas "Artes da Câmara da Vila de São Paulo, 1562-1596", RAMSP, vol. 1. Vide também Carlos de Passos, "Nomenclatura diplomática", *Anais de Bibliotecas e Arquivos*, III, 277.

(18) Charles Sanniê e B. Ami, *Recherche sur l'analyse de l'encre des documents manuscrits*, Separata dos Arquivos de Medicina Legal e Identificação, vol. 16, Junho de 1938 (Rio de Janeiro).

(19) Arnaldo Faria de Ataíde e Melo, *O papel como elemento de identificação*, Lisboa, Of. Graf. da Bib. Nac., 1926. Vide Raul Proença e Antônio Anselmo, "A matéria em que se regista o passado e em que se prepara o futuro. Breve notícia sobre a indústria do papel", in *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, II, 94 e 278; III, 82-83; Ataíde Melo, "Materiais para a identificação dos documentos manuscritos e impressos em papel, até o final do século XIX em Portugal", *Anais, ob. cit.*, V, 6 e 159; VI, 43-51 e 126-134.

tuiguêsa a partir do século XV ⁽²⁰⁾. Nesse século existem cinco tipos de escrita: a itálica ou bastarda, que teve sua origem nas imitações dos Breves pontifícios e nos documentos de origem italiana, usada pelas pessoas que se dedicavam às ciências; a redonda, regular, com poucas abreviaturas e já semelhante à letra de imprensa; a alemã, letra gótica sem ligações, e usada especialmente nas inscrições; a cortesã, apertada, redonda, miúda, emaranhada, com rasgos e ligações de uma letra às outras, e que se derivou da escrita dos alvarás; e finalmente a processual, corrução da cortesã, mais extensa, mais incorreta, com letras de maior tamanho, com grande número de ligações e bastante irregular quanto à separação das palavras. Êste último tipo de escrita teve seu uso generalizado desde a terceira parte do século XV nos instrumentos públicos e atos judiciários, donde lhe adveio o nome.

No século XVI continuaram em uso as três escritas cortesã, itálica e processual, dominando a última, que se deformou aos poucos. Já no século XVII haviam desaparecido totalmente a cortesã e a redonda, ficando só a bastarda e a processual, a primeira em cartas, livros e documentos de chancelaria, e a segunda em escrituras públicas, passando a denominar-se, devido à ligação cada vez maior de suas letras, processual encadeada. No fim do século XVII, ela desaparece e a bastarda se assenhoreia dos atos notariais. Com as reformas caligráficas terminam nesse século as escritas paleográficas.

Ê evidente que para os estudos históricos no Brasil só interessam as escritas portuguêsas e espanhola dos sé-

(20) A paleografia ainda não achou meios para distinguir com certeza pela forma dos caracteres, nos códices portuguêses, os que são do século XIV ou do XV. Tanto em letra assentada, como em cursivo, não há nêles senão a alemã pura ou a francesa, com maior ou menor ressaibo de monacal ou alemã. Isto é comum a ambos os séculos. A mais importante obra publicada sôbre Paleografia é de Agustín Millares Carlo e José Ignacio Manticón, *Album de Paleografia Hispanoamericana de los siglos XVI y XVII*, México, Instituto Pan-americano de Geografia e História, 1955, 1.º vol. Introdução, 2.º vol. Reproduções e 3.º vol. Transcrições. Os autores, na Introdução, estudam os preliminares, a evolução da escrita latina e espanhola anterior ao século XV, a escrita espanhola a partir do século XV e a escrita colonial hispano-americana.

culos XV, XVI e XVII, naturalmente com uma boa base das origens e evolução da escrita latina. Os primeiros documentos foram redigidos em letra processual, como as Instruções a Pedro Álvares Cabral, a carta de Pero Vaz de Caminha e o regimento do 1.º Governador do Brasil. A carta de Mestre João, o físico da Armada, foi escrita em letra cortesã; a letra do texto da *Navegação* de Pero Lopez é romano-restaurada, como gótico cursiva é a letra de Pero Lopez, ambas do século XVI.

O estudo paleográfico faz-se não teoricamente, mas com o persistente esforço e a leitura constante de documentos antigos, que se encontram algumas vezes reproduzidos em *fac-similes* (21). A maior dificuldade consiste na destruição dessas velhas peças, causada pelo tempo, pelas tintas ácidas e pelos vermes.

A importância do conhecimento paleográfico é indiscutível para os historiadores, que sem êle não podem recorrer aos textos mais antigos. No Brasil, não se cultivou a paleografia senão a partir de Varnhagen. Cândido Mendes lamentou êsse descuido, que poderia talvez ter evitado que a imaginação dos escritores, até o século XVIII, trabalhasse tanto em organizar crônicas e cenas dramáticas, no intuito de explicar as origens e o comêço maravilhoso de sua pátria. O trabalho paleográfico, dizia, é enfadonho; nem todos podem com êle arcar. Pedro Taques já o reconhecia, quando teve de organizar, em 1772, a sua *História da Capitania de São Vicente*, e Frei Gaspar da Madre de Deus não se decidiu a destrinçar segredos paleográficos a bem da verdadeira história em monumentos carcomidos pela traça e devastados pelo tempo e incúria dos interessados (22).

(21) Encontram-se *fac-similes* de documentos antigos, entre outros, na *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, Pôrto, 1921-23, 3 vols., e nos *Sete Únicos Documentos de 1500, conservados em Lisboa, referentes à viagem de Pedro Álvares Cabral*, Lisboa, Agência Geral das Colônias, 1940.

(22) Cândido Mendes de Almeida, "Quem era o bacharel de Cananéia", *RIHGB*, t. 40, 2.ª parte, 238-239. A necessidade do estudo da paleografia no Brasil foi defendida por Silva Pontes em 1841 (vide *RIHGB*, t. 3, 1841, 157) e pleiteada a vinda de um paleógrafo português pelo Instituto Histórico de São Paulo desde 4 de março de 1899 (*RIHGSP*, IV, 494).

Ainda na época de Varnhagen, historiadores que se orgulhavam de escrever a história segundo documentos, como Melo Morais, confessavam sua incúria paleográfica ao recorrer ao mestre que renovou tudo na historiografia brasileira, para a interpretação de certos documentos mais antigos. É assim que ao escrever sobre o patrimônio territorial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro ⁽²³⁾, não conseguiu Melo Morais ler as escrituras mais antigas, solicitando a Varnhagen, em Lisboa, a tradução paleográfica.

No Brasil, um dos maiores defeitos da organização universitária e bibliotecária, de conseqüências funestas para o futuro da pesquisa histórica, é a falta de um curso de paleografia e diplomática, seja incluído no programa das Faculdades de Letras, juntamente com a Metodologia Histórica, seja independente, no curso da Biblioteca ou do Arquivo Nacional. Até 1944, ensinava-se Paleografia e Diplomática no curso de biblioteconomia; e do mesmo curso já fizeram parte as cadeiras de Numismática, Iconografia e Bibliografia ⁽²⁴⁾.

Da boa leitura paleográfica depende a correta interpretação dos fatos. Pequenos erros de decifração provocam desacertadas doutrinas, como aquela do próprio Varnhagen, que leu no Alvará manuscrito de 16 de maio de 1621 “têrça” em lugar de “tença”, condenando a injustiça do privilégio concedido aos jesuítas de receberem sua “têrça em açúcar” ⁽²⁵⁾. É assim o caso da inscrição “Pi-

Sobre o estudo dos manuscritos em Minas, vide José Antero Pereira Jr., *RAPM*, 76 (1941), 135-140 e 77 (1941), 103-104; sobre paleografia e história, cf. *Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo*, vol. 11, 1953. Vide também sobre a formação de arquivistas e paleógrafos, José Honório Rodrigues, *A pesquisa histórica no Brasil*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1952, 239 e seguintes.

(23) Melo Morais, *O Patrimônio territorial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Tip. Camões, 1881, 26.

(24) Com a transferência da coleção de Numismática para o Museu Histórico, transferiu-se também o curso da Biblioteca Nacional para aquela instituição. O decreto que extinguiu o ensino da Paleografia e Diplomática, embora conservando o de Iconografia, é o de n. 15.395, de 27 de abril de 1944. O antigo curso era ministrado sem grande interesse para o historiador do Brasil. Urge restaurá-lo, convocando, por exemplo, um especialista português.

(25) Francisco Adolfo de Varnhagen, *História Geral do Brasil*, 1.º t.ºmo, 2.ª ed., 426 e nota de Rodolfo Garcia, no 2.º t.º da 3.ª ed., 135.

nachullo detetio”, que se encontra no Planisfério de Ptolomeu, editado em Estrasburgo, em 1513. A legenda indecifrável, copiada por outras cartas contemporâneas, como o Globo Terrestre de J. Shöner (1520) e os Mapas II e V da Coleção Kunstmann, foi lida por Joaquim Caetano da Silva como “Gonç. Choelho detetio”, ou seja, ponto da demora de Gonçalo Coelho. Daí se podia concluir, lógicamente, que Gonçalo Coelho, que comandara a primitiva expedição de 1503, chegara ao pôrto do Rio de Janeiro, onde assentara um arraial. A tese de Caetano da Silva, inteiramente adotada e exposta por Varnhagen, foi geralmente aceita no Brasil. Foi Franz Wieser quem pela primeira vez declarou ser extremamente ousado, do ponto de vista paleográfico, ler na inscrição “Gonç. Choelhc detetio”, como corrutela de “Pinachullo detetio”. Capistrano de Abreu seguiu-o, e Rio Branco opôs à hipótese várias considerações, propondo uma nova leitura. Diz êle que em face dos dois exemplares de Ptolomeu de 1513 que examinou, lê-se claramente: “portogallo detetio”. A primeira palavra se explica por si mesma, e a segunda é evidentemente *detectio*, descoberta, muito em uso nos portulanos e nas geografias da época (*terra detecta*). A inscrição devia ser lida como “descoberta de Portugal”. Duarte Leite leu a inscrição como “Pináculo da tentação”, no Mapa anônimo de Turim, de 1523, escrevendo que a abstrusa interpretação de Caetano da Silva e Varnhagen só mereceu as honras de graves refutações por dimanar de tais autoridades. Explicou a designação dizendo que avistando da costa um píncaro singularmente elevado, alguns dos expedicionários, talvez um clérigo, mais versado no Novo Testamento, onde se narra que o diabo arrastou Cristo até o cume dum monte altíssimo com o intuito de o tentar, lembrou-se da passagem, especialmente considerando-se ser possível que o fato se desse no primeiro domingo da quaresma do ano, em cuja missa a Igreja manda ler a pericopa do capítulo IV do Evangelho de São Mateus, em que se descreve o jejum quadregesimal de Cristo e as tentações então sofridas. É uma interpretação que

não convence, pelo excesso de conjeturas, originada da ilimitada confiança na inscrição, diferente das outras, dum mapa anônimo. Se a interpretação de Joaquim Caetano da Silva e Varnhagen peca paleograficamente, estoura excede-se na suposição. A de Rio Branco parece ser a mais aceitável ⁽²⁶⁾.

Um exemplo típico de aplicação dos estudos diplomáticos e paleográficos de resultado inestimável para os estudos históricos brasileiros é o da Carta de Pero Vaz de Caminha. Desde a primeira edição de 1817, pelo Padre Manuel Aires de Casal, na sua *Corografia Brasileira*, e as várias interpretações de João Francisco Lisboa, Varnhagen, Capistrano de Abreu e Carolina Michaelis, até a monumental edição feita recentemente por Jaime Cortesão ⁽²⁷⁾, esta primeira carta do achamento do Brasil tem sido objeto, especialmente neste último e magnífico trabalho, de longos e exaustivos estudos paleográficos e diplomáticos.

Uma especialidade da paleografia, de época moderna, é o estudo das escritas secretas. O costume de subtrair ao conhecimento geral, mediante o emprêgo de determi-

(26) O planisfério de Waldseemüller repete a nomenclatura do de Cavério. Cf. Duarte Leite, "A explicação do litoral do Brasil na primeira década do século XVI", *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, Pôrto, 1923, vol. II, 434. Todos os autores afirmam que a interpretação vem de Joaquim Caetano da Silva, mas nenhum, nem mesmo Varnhagen, que é o primeiro a declará-lo, diz onde foi feita essa afirmação. A interpretação "Detenção de Gonçalo Coelho" foi aceita por Varnhagen (Cf. *Nouvelles Recherches*, 1870, 11 e 49-50), e posta em dúvida por Wieser, *Magalhaes-Strasse und Austral Continent auf den Globen des Johannes Schöner* (Innsbruck, Verlag der Wagner'schen Universität Buchhandlung, 1881, 37), por Capistrano de Abreu, Prolegómenos à *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador (Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1887, 53), por Rio Branco, "Esquisse de l'Histoire du Brésil", *Le Brésil en 1889*, editado por M. F. — J. de Santa-Anna Nery (Paris, Librairie Charles Delagrave, 1889, 107), e, finalmente, por Duarte Leite, no estudo acima citado.

(27) Jaime Cortesão, *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1943. Outro exemplo clássico é o da correção feita à carta do Mestre João, um dos sete documentos da Viagem de Cabral. A carta foi publicada por Varnhagen, em 1843, na *RIHGB* (t. V, 342) e várias outras vezes, sendo que em *Alguns documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo* (Lisboa, 1892) se corrigiu a assinatura de Johannes Emenelaus para Johannes Artium et medicine bachelarius. Exemplos especiais se encontram referidos em Nuto Santanna, "E al não façais", *Correio Paulistano*, 7 de fevereiro de 1953.

nados sinais, as comunicações escritas de conteúdo confidencial, remonta à mais alta antiguidade e sua decifração se denomina criptografia (28). Hoje ela ainda tem grande uso em documentos militares e diplomáticos (29).

Os documentos escritos não são as únicas fontes históricas, como já temos acentuado. De modo que assim como a paleografia estuda a escrita dos manuscritos era necessário que uma disciplina particular estudasse a escrita e a leitura das inscrições, por exemplo, e, em consequência, surgiu a epigrafia.

2. Epigrafia

A epigrafia começou como ramo da paleografia. Todos sabem o valor das inscrições como registro de interesse político, econômico e social e como uma manifestação artística de povos primitivos. Há várias coleções de inscrições gregas e latinas, cuja indicação não vem ao propósito (29-A). A epigrafia é também uma parte da arqueologia, visto como esta última investiga todos os restos deixados pela antiguidade ou pelos povos mais primitivos, e de regra tem sido estudada pelos arqueólogos.

No Brasil, pensou-se a princípio que a epigrafia servisse para o estudo da pré-história cabralina e que ela aumentaria o nosso conhecimento de antes do descobrimento, trazendo-nos novas luzes sobre as antiguidades brasileiras. Essas inscrições, feitas geralmente em pedras ou penedos, e por isso chamadas de inscrições rupestres, têm sido muito estudadas, inclusive por inúmeros autores estrangeiros, viajantes e arqueólogos. Para alguns, elas são vestígios de antigas civilizações. Para outros, têm um

(28) Frei Camilo de Montserrat (1818-1870), diretor da Biblioteca Nacional, imaginou um sistema criptográfico, em 1862, que se encontra nos *ABN*, vol. 12, no estudo que sobre ele escreveu Ramiz Galvão.

(29) Remi Ceillier, *La cryptographie*, Paris, Presses Universitaires de France, 1945, Vide a bibliografia apresentada.

(29-A) Sousa Viterbo, "Bibliografia epigráfica portuguesa", *O Arqueólogo Português*, II (1896), 11-16.

sentido cultural e, para outros ainda, deve-se sempre procurar-lhe a intenção ideográfica, ou seja a representação de uma idéia. Como acentua Koch Grunberg, nenhum outro resto de época primitiva da América do Sul provocou da parte dos eruditos tantas opiniões diferentes e contraditórias como os sinais e figuras de mão humana, gravadas ou pintadas nas pedras e rochedos ⁽³⁰⁾. Pensou-se que elas permitiriam devassar a pré-história sul-americana, caso fôsem decifradas. Foram consideradas como sendo a escrita ideográfica de uma população extinta, descobertas e examinadas desde o Rio Grande do Sul ao Amazonas.

A menção mais antiga é a dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, onde se lê que já em 1618 copiavam-se e descreviam-se os litógrafos encontrados em 1598 pelo capitão-mor Feliciano Coelho de Carvalho. Quando Varnhagen, em pesquisa em Portugal, conseguiu ver, pela primeira vez, os *Diálogos*, informou ao Instituto Histórico, em carta de 23 de setembro de 1874, que realmente êles vinham confirmar as informações que havia registrado Elias Herckmans sôbre certas pedras lavradas da Serra da Capaoba, na Paraíba ⁽³¹⁾.

Modernamente, raro foi o viajante que as não consignou. Quem primeiro considerou atentamente as inscrições lapidares do Brasil foi Alexandre von Humboldt, que se utilizou do Diário de Nicolas Horstman, cirurgião que em 1749 andou viajando pelo Amazonas e encontrou rochedos cobertos de figuras ⁽³²⁾.

As pedras de letreiro e as cidades abandonadas ou petrificadas, como são vulgarmente chamadas, foram es-

(30) Koch Grunberg, *Südamerikanische Felszeichnungen*, Berlin, Verlegt bei Ernst Wasmuth, 1907.

(31) Vide Carta de Varnhagen, de 23 de setembro de 1874, ao Instituto Histórico (*RAHGB*, t. 37, 2.^a parte, 439-40). Vide também os *Diálogos das Grandezas do Brasil*, edição da Academia Brasileira de Letras, com introdução de Capistrano de Abreu e notas de Rodolfo Garcia, 1930, 46 e 71-72. A informação de Elias Herckmans encontra-se na "Descrição geral da capitania da Paraíba", *RIAGP*, n. 31, 265-266.

(32) Alexandre von Humboldt, *Reise in die Aequinocial-gegenden des neuen Continents*, citado por Alfredo de Carvalho, *Pré-História Sul-Americana*, Recife, 1910, 26-27.

tudadas por Martius, Wallace, Ladislau Neto, Barbosa Ródrigues, Hartt, Branner e von den Steincn. Em 1893, o etnólogo americano Garrick Mallery assinalou a ausência de significação simbólica e o nenhum valor documental dessas inscrições lapidares ⁽³³⁾. A resultado idêntico chegou Koch Grunberg, que permaneceu de 1903 a 1905 entre os indígenas do Rio Negro e do Japurá. Alfredo de Carvalho, comentando o importante livro do etnólogo alemão sôbre as inscrições lapidares sul-americanas, considerou as conclusões aí expostas como encerrando os debates e cortando asas às fantasias dos adeptos de uma civilização antiga no Brasil ⁽³⁴⁾.

Koch Grunberg, Garrick Mallery e Richard Andree ⁽³⁵⁾ formam a corrente que afirma a ausência de significação simbólica e o nenhum valor documental daquela pretensa escrita ideográfica. Não há significação superior nos litógrifos brasileiros. Eles representam apenas um passatempo pueril de gente tão primitiva quanto primitivo é o processo de sua execução.

Os resultados do trabalho de Koch Grunberg foram obtidos do exame direto de centenas de litógrifos durante demorada permanência entre os aborígenes e seus vizinhos e de judicioso inquérito quanto aos processos normais de sua execução; não derivam de mera contemplação de cópias fatalmente aprimoradas dos desenhos originais ou de informações de descrições mais ou menos imaginosas de sua perfeição artística. As duas principais conclusões a que chegou foram as seguintes: nenhum dos povos primitivos da América do Sul possuiu processo gráfico para a transmissão do pensamento; é insustentável a hipótese

(33) Garrick Mallery, "Picture writing of American Indians", *Annual Report of the Bureau of Ethnology to the Secretary of the Smithsonian Institute*, Washington, 1893.

(34) Alfredo de Carvalho, notícia do livro de Koch Grunberg, *RIAGP*, XIII, n. 74, 644-646. Sôbre Koch Grunberg (1872-1924), vide também *Revista Brasileira de Geografia*, n. 3, julho-set. 1943, 447-448.

(35) Richard Andree, *Ethnographische Parallelen und vergleiche Petroglyphen*, Stuttgart, 1878, e "Ueber den Ursprung der sogenannten Hieroglyphischen Steinschriften", *Globus*, vol. 39, Braunschweig, 1881. Cf. crítica de R. von Ihering a Th. Koch Grunberg, *RIHGSP*, XII, 663.

de semelhante processo em época anterior à chegada dos europeus.

De qualquer forma, convém que se faça a distinção entre litógrafos, que correspondem às inscrições lapidares, e petrografias, que correspondem às pinturas em rochedos. Esses curiosos sinais são de três espécies: gravados, pintados e uma combinação de gravura e pintura, na superfície mais ou menos plana de rochedos horizontais, verticais, inclinados, e representam figuras diversas, mas geralmente similares. Existem espalhados por todo o continente.

O trabalho mais importante sôbre as inscrições lapidares na América do Sul é o de Koch-Grunberg. O de Alfredo de Carvalho, intitulado *Pré-História Sul-Americana*, é o mais importante publicado por autor brasileiro, em língua portuguesa, nêle encontrando-se registrada, além disso, a principal bibliografia nacional e estrangeira sôbre o assunto.

A questão da forgicação de inscrições lapidares será tratada quando discutirmos a da autenticidade das fontes, na parte de crítica histórica. Forgicação de fontes escritas, de um monumento, moeda ou inscrição é, no fundo, a mesma coisa e deve, portanto, ser tratada juntamente com a questão dos documentos genuínos ou falsos.

Verificado o nenhum valor ideográfico das inscrições lapidares, as pesquisas de epigrafia no Brasil tomaram novo rumo com Vale Cabral, que procurou recolher e estudar inscrições sepulcrais, de fortes, de velhas igrejas, casas, conventos, monumentos, feitas a partir da colonização portuguesa.

Já em 1855, frei Camilo de Montserrat tentara, sem êxito, reunir a epigrafia brasileira na Biblioteca Nacional, que então dirigia. Para isso oficiou ao Ministro do Império Luíz Pedreira do Couto Ferraz, depois Visconde do Bom Retiro, que, apoiando a idéia do sábio bibliotecário, expediu ordens aos Presidentes das Províncias, para que obtivessem coleções epigráficas para a Biblioteca Nacional, e ao Diretor das Obras Públicas da Côrte para

que tivesse o maior cuidado na preservação dos monumentos, a fim de se não destruírem as inscrições que, porventura, nêles estivessem gravadas (36). Poucas inscrições, todavia, vieram ter à Biblioteca Nacional, e, essas mesmas, incompletas.

Apesar de apaixonado pela epigrafia, frei Camilo não deixou trabalho que o recomendasse. Como disse Ramiz Galvão, ouvi-lo sôbre essa matéria era um delícia e ninguém havia que lhe recusasse decidida competência em tais assuntos; e enumera, em ordem cronológica, as várias inscrições que compôs para monumentos nacionais e para lápides sepulcrais de amigos (37). Assim, se Frei Camilo de Montserrat é o pioneiro das investigações e estudos das inscrições tumulares e de monumentos, Alfredo Vale Cabral é o primeiro que consegue realizar essa colheita, na viagem de pesquisa que empreende pelas Províncias do Nordeste, e é o primeiro a incentivar um verdadeiro movimento de opinião oficial a favor de trabalhos dessa natureza (38).

Em fevereiro de 1887, Vale Cabral, então chefe da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, pleiteava junto ao diretor dessa instituição, João Saldanha da Gama, uma comissão para investigar a epigrafia brasileira. Es-

(36) Aviso de 31 de dezembro de 1855. In Minuta de carta de Vale Cabral, de 8 de fevereiro de 1887, dirigida a João Saldanha da Gama, que se encontra inédita na Biblioteca Nacional, Seção de Manuscritos, II, 31-26, 11.

(37) Frei Camilo de Montserrat compôs 18 inscrições tumulares. Cf. Ramiz Galvão, estudo biográfico, *ABN*, v. 12, 1887.

(38) É necessário lembrar que Melo Moraes, sem nenhuma preocupação epigráfica, o sim biográfica, colheu algumas inscrições. Cf. "Relação de pessoas notáveis sepultadas nos jazigos da Igreja S. Francisco de Paula e no cemitério da Ordem, em Catumbi", *O Médico do Povo*, 1864, n. 15, 4; "Relação das pessoas que faleceram em diversas épocas e que foram sepultadas nas catacumbas antigas da Venerável Ordem dos Ministros de S. Francisco de Paula", *Brasil Histórico*, 2.º semestre, 2.º tomo, 1867, 140, 155, 177-180, 202-203; "Necrografia. Das pessoas notáveis que se sepultaram nos conventos e cemitérios do Rio de Janeiro", *Brasil Histórico*, 2.º semestre, 2.º tomo, 1867, 142, 165-168, 189-192, 212-16, 235, 238, 261; "Necrografia", *Brasil Histórico*, 3.º tomo, 2.º sem., 1868, 23-24, 77-79, 107-126, 149; "Resumo histórico sôbre a fundação de São Francisco de Paula da cidade do Rio de Janeiro": a partir da pág. 74 encontram-se várias informações epigráficas.

crevia, então, justificando a sua iniciativa: “A epigrafia é de grande importância para a história e, como se tem visto nos últimos tempos, ela tem dado tento a inesperados resultados. Infelizmente, a nossa é quase totalmente desconhecida, e o que é ainda mais triste, os monumentos vão pouco a pouco desaparecendo e com êles as inscrições que os comentavam. Muitas delas são destruídas porque se lhes desconhece o valor. É, pois, chegada a ocasião de irmos recolhendo o que temos em matéria de epigrafia, começando pelas Províncias da Bahia e Pernambuco que, como se sabe, são as mais antigas províncias e as que devem possuir, portanto, maior riqueza” (39).

É preciso frisar, também, que tanto na tentativa de Frei Camilo como na de Vale Cabral, está a origem de um primeiro serviço de tombamento e de defesa dos monumentos nacionais. Idéia que veio a ser muito mais tarde realizada, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Não é, assim, exato que antes de 1930 ou 1927 não se encontrasse texto legal algum sobre o patrimônio histórico e artístico nacional, como afirmaram Guy de Holanda e Adalberto Mário Ribeiro (40). O Aviso de 31 de dezembro de 1855, do Visconde de Bom Retiro, e a Circular de 18 de fevereiro de 1886 (41) são os primeiros textos de proteção legal ao patrimônio histórico brasileiro. A Circular do Barão de Mamoré foi feita segundo a ins-

(39) Vale Cabral, carta de 8 de fevereiro de 1887, inédita na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, II, 31, 26, 11.

(40) Guy de Holanda, “O Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e sua proteção”, *Boletim do Centro de Estudos Históricos*, Outubro-Dezembro de 1938, 13; Adalberto Mário Ribeiro, *O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1945, 7.

(41) Sobre a Circular, vide o *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa, pelo Barão de Mamoré*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1887, 73. Rodrigo de Melo Franco de Andrade considera como primeira iniciativa a do Vice-Rei Conde das Galveias, de 5 de abril de 1742 (vide *Brasil: Monumentos históricos e arqueológicos*, México, Instituto Pan-americano de Geografia e História, 1952, 13-14). Sendo um ato da época colonial, permanece a nossa afirmativa de datar a primeira iniciativa de 1855. Essa nossa informação, encontrada em 1948, foi divulgada na 1.^a edição deste livro.

piração de Vale Cabral, através do Diretor da Biblioteca Nacional, J. Saldanha da Gama (42). O caráter amplo dessa iniciativa pode ser atestado pela remessa de inscrições vindas, por exemplo, de Santa Maria, no Rio Grande do Sul (43).

Comissionado pela Biblioteca Nacional, Vale Cabral partiu em 1.º de março de 1887 para o Norte. Já em 23 do mesmo mês comunicava a Saldanha da Gama que na cidade de Vitória recolhera seis inscrições sepulcrais, bem como inscrições de fortes e monumentos antigos.

Em Pernambuco, Vale Cabral esteve em todos os lugares onde poderia deparar inscrições e colheu muito e precioso material. Além do Recife e de seus arredores, inclusive Olinda, esteve em Prazeres, Boa Viagem, Cabo de Santo Agostinho, Escada, Colônia, Garanhuns, Tamandaré, Serinhaém, Ipojuca, Nazaré do Cabo, Jaboatão, Vitória, Goiana, Maranguape, Iguaraçu e Itamaracá. Foi à Paraíba e lá, como no convento de São Francisco de Serinhaém, obteve fragmentos de pedras sepulcrais e recolheu inscrições sepulcrais. Em carta de 13 de junho de 1887 (44) Vale Cabral informava Saldanha da Gama que a epigrafia da Bahia devia ser estudada de acôrdo com o Livro do Tombo dos edifícios públicos e fortalezas, organizado em 1772, e do qual a Biblioteca Nacional possui cópia (45). Em 31 de outubro, reassumia seu cargo na Biblioteca Nacional, para partir de novo, poucos dias depois, em 14 de novembro, para a Bahia, a fim de completar

(42) Cf. Relatório Geral de 21 de janeiro de 1887, apresentado por Saldanha da Gama ao sr. Conselheiro Barão de Mamoré, in "Relatórios dos Diretores da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional".

(43) Cf. Relatório de Antônio Jansen do Paço a J. Saldanha da Gama, "Relatórios dos Chefes de Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional".

— Em Portugal, a proteção legal a monumentos históricos e artísticos tem sua origem no decreto de 14 de agosto de 1721. Cf. Manuel Teles da Silva, Marquês de Alegrete, *História da Academia Real da História Portuguesa*, Lisboa, J. Ant. da Silva, 1727, 311 e 320.

(44) Encontre-se no relatório do 1.º trimestre de 1887, no volume de relatórios da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

(45) Aí se encontra a indicação de tôdas as inscrições antigas. 56 documentos, cópias, 99 fôlhas inumeradas, II-33, 26, 12.

suas investigações, cujos resultados podem bem ser evidenciados pelo número total de inscrições recolhidas: Paraíba, 39 inscrições; Pernambuco, 479; Alagoas, 36; Sergipe, 27; Bahia, 343; Espírito Santo, 12; Total, 936. Não estão aí computadas as investigações realizadas na própria cidade do Rio de Janeiro (46).

Infelizmente, abalado em sua saúde por essa pesquisa e pela malária adquirida em Feira de Santana, não pôde estudar e organizar o material colhido, encontrando-se suas notas tais como êle originalmente as escreveu na Biblioteca Nacional (47).

A obra de Vale Cabral em prol da epigrafia brasileira não se limitou ao puro trabalho pessoal. Cabe-lhe, também, sem dúvida, o mérito de ter criado um movimento oficial de investigação epigráfica dos monumentos históricos. Porque o Ministério do Império, ao conceder-lhe a comissão, influenciado naturalmente pela sua justificativa, mandava, em circular datada de 18 de fevereiro de 1886, que as Províncias procurassem coligir cópias das inscrições de túmulos de pessoas notáveis e dos monumentos nelas existentes (48). O Presidente da

(46) Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, II-31, 26, n. 11.

(47) Existem na Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, ao lado de uma gaveta inteira de material colhido por Vale Cabral, nove cadernos sobre epigrafia na Bahia, quatro relativos a Pernambuco, um relativo à cidade do Rio de Janeiro, e um de fragmentos folclóricos. É preciso frisar, contudo, que o primeiro volume relativo à Bahia é quase que inteiramente composto de ditos e refrões populares. Na gaveta acima mencionada encontram-se maços com magníficos desenhos e heliogravuras de inscrições de monumentos, de túmulos, etc., e os vários ofícios de João de Brito e João Batista de Castro Rebelo Jr., da Biblioteca Pública da Bahia, datados de 1887. Os cadernos não contêm somente desenhos e notas de inscrições, mas também notas folclóricas. No relatório geral do diretor João Saldanha da Gama ao sr. Conselheiro Barão de Mamoré, de 29 de janeiro de 1887 (Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional), encontra-se a seguinte passagem: "O Sr. Cabral está escrevendo uma Memória circunstanciada de seus trabalhos, a qual logo que esteja concluída terei a honra de passar às mãos de V. Exa." V. José Honório Rodrigues, *Alfredo do Vale Cabral* Separata do vol. 73 dos ABN, Rio de Janeiro, 1954.

(48) O ofício de João de Brito, diretor da Biblioteca Pública da Bahia, a João Capistrano Bandeira de Melo, Presidente da Província, datada de 22 de março de 1887, refere-se ao Aviso de 18 de fevereiro de 1886 (Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, II, 31, 26, 10).

Província da Bahia imediatamente incumbiu a Biblioteca Pública, na pessoa de seu diretor João de Brito, de iniciar o trabalho de investigação e colheita das inscrições tumulares e de monumentos. Encontram-se na Biblioteca Nacional os vários officios então trocados, acompanhados das cópias feitas pela Biblioteca Pública da Bahia. Custava a crer, dizia João de Brito, que dos monumentos da Província, militares, religiosos e civis, só um ou outro tivesse inscrições; quanto aos túmulos de pessoas notáveis, de que havia grande número na Bahia, poucas eram encontradas, havendo algumas lápides sido arrancadas para fins diversos e jazendo outras por lá enterradas e perdidas. E informava que a inscrição tumular de Francisco Martins, na igreja matriz de Vera Cruz, na Ilha de Itaparica, datada de 1579, constando ser a primeira do Brasil, achava-se em estado deplorável (49).

Atualmente êsse trabalho de colheita da epigrafia de monumentos, capelas, fortes, igrejas, conventos, antigas casas vem sendo feito pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Os trabalhos mais recentes de colheita e interpretação de letreiros portuguezes e latinos do Brasil são os de J. A. Padberg Drenkpol, Sílio Boccanera Júnior e Bernardo de Azevedo Silva Ramos (50). Exemplo magnífico na histo-

(49) No seu segundo officio, de 30 de março de 1887, João de Brito assegurava a Saldanha da Gama que adotava na cópia das inscrições a fidelidade mais rigorosa. A informação sobre a inscrição tumular de Francisco Martins encontra-se no sexto Officio, datado de 30 de março de 1887 (Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, II-31, 26, n. 11). Ao todo, recolheu a Biblioteca Pública da Bahia, 79 inscrições. Em vários Relatórios de 1887, dos Chefes da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, encontram-se excelentes informações sobre a chegada de inscrições de várias partes, especialmente da Bahia, enviadas por João de Brito. Vide Relatório de Antônio Jansen do Paço a J. Saldanha da Gama, de 30 de junho de 1887. É verdade que não se satisfaz com as cópias de João de Brito, extratando novas. O próprio Vale Cabral faz esta declaração, ao escrever que quando se apresentou ao Presidente da Província da Bahia êste lhe declarou que o Sr. João de Brito recolhera 61 inscrições, "inscrições que por minha vez terei de copiá-las como devo, apesar das cópias extratadas pelo referido sr. João de Brito". Cf. Carta de Alfredo Vale Cabral a J. Saldanha da Gama, de 13 de julho de 1887. (Relatórios dos Chefes da Seção de Manuscritos).

(50) Não possuímos ainda um *Corpus*. Os trabalhos mais recentes de colheita e interpretação dos letreiros portuguezes e latinos do Brasil são os do dr. J. A. Padberg Drenkpol, "Recordações históricas do Rio através de

riografia brasileira de utilização de documentos epigráficos, severamente criticados, no estabelecimento da verdade histórica, é a tese do Prof. Edgardo de Castro Rebêlo "As inscrições lapidares da Igreja da Vitória e o local de Vila Velha", apresentada ao Congresso de História Nacional de 1949 (51). Aí sob base das inscrições lapidares da Igreja da Vitória, estabelece-se o local de Vila Velha, primitivo povoado, a antiguidade da igreja, e restaura-se a verdade histórica deformada por Teodoro Sampaio, que dirigiu os serviços de remodelação da igreja em 1910, desrespeitando as inscrições (52). A severidade da crítica, a novidade documental, epigráfica e impressa, a capacidade de conjectura aliaram-se numa monografia de importância para a história local da Bahia.

BIBLIOGRAFIA SÔBRE AS INSCRIÇÕES LAPIDARES

As inscrições lapidares brasileiras foram estudadas por M. F. Phil. von Martius, *Reise in Brasilien*, 1823-1831, trad. brasileira *Viagem pelo Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938, 3 vols.; Alfred Russel Wallace, *A narrative of travels on the Amazonas and Rio Negro*, London, 1853; Ladislau Neto, "Investigações sôbre arqueologia brasileira", *Arquivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*, vol. 6, 1885; João Barbosa Rodrigues, *O Rio Tapajóz*, Rio de Janeiro, 1875; Ch. Fred. Hartt, "Brazilian Rock inscriptions", *American Naturalist*, v. 18, Filadélfia, 1884, trad. port. de João Batista Rêgueira Costa, *RIAGP*, 11, 1904; Karl von den Steinen, *O Brasil Central*, São Paulo, Cia. Edit. Nac., 1942; Alfredo de Carvalho, *Pré-História Sul-Americana*, Recife, Tip. do Jornal do Recife, 1910. Aí êle divide geogrâficamente os litógrifos e petrógrifos em grupos da margem esquerda do Amazonas, margem direita do Amazonas, do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, Pernambuco, Sergipe e Bahia, Rio de Janeiro. São Paulo,

velhas inscrições latinas", *Boletim do Centro de Estudos Históricas*, t. I, fasc. II, 1936, 1-8, e t. II, fasc. I, 1937, 17-21. Sílilo Boccanera Júnior, *Bahia epigráfica e iconográfica*, Bahia, 1928. Bernardo de Azevedo da Silva Ramos, *Inscrições e tradições da América Pré-histórica, especialmente do Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1930.

(51) *Anais do IV Congresso de História Nacional*, vol. 4, 217-242.

(52) Cf. Teodoro Sampaio, "As inscrições lapidares da Igreja de N. S. da Vitória, na Cidade da Bahia", *RIHGB*, n. 63, 1937, 147-210.

Goiás, Rio Grande do Sul, Mato Grosso. Devem ser consultados: Theodor Koch Grunberg, *Zwei Jahre unter den Indianern, Reisen in Nordwest-Brasilien* 1903-1905, Berlin, Verlegt bei Ernst Weismuth, 1909-1910, 2 vols.; "Inscrições lapidares do sertão da Paraíba", Visconde de Pôrto Seguro, carta dirigida ao Dr. J. Caetano Fernandes Pinheiro, *RIHGB*, t. 40, parte 1, 1892, 202-203, datada de Viena, 23 de setembro de 1874; Jaime Reis, "Notícia das antiguidades existentes em Minas", *RIHGB*, 1893, t. 56, parte 1, 409-412; João Franklin de Alencar, "Letreiros antigos: Notícia sobre os caracteres do Serrote da Rola", *RIHGB*, t. 56 parte 1, 407-408; Teodoro Sampaio, artigo no *DHGEB*, I, 847-856; Tristão de Alencar Araripe, "Cidades petrificadas e inscrições lapidares no Brasil", *RIHGB*, t. 50, parte 1, 213-294; Vieira Ferreira, "Antigas inscrições do Rio e Niterói", *RIHGB*, t. 106, 1929, 33-37, 122; T. Alencar Araripe, "Letreiros lapidares", *RIC*, t. 23, 1909, 359-377; J. Teixeira de Barros, "Epigrafia da cidade do Salvador", *RIHGB*, n. 51, 1927, 55-80; T. Sampaio, "Nota a propósito da interpretação dos litógrafos do Outeiro do Canta Galo", *RIHGB*, v. 59, 1933, 45-55; José Antero Pereira Jr., *RAM*, vols. 77 e 78, 1941.

Em Portugal merece destaque o trabalho de A. Braancamp Freire, *As sepulturas do Espinheiro*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901, onde aparecem, entre outras, as inscrições dos túmulos de Duarte de Albuquerque Coelho, Damião de Góis, Alexandre Herculano, Francisco Manuel de Melo.

3. Sigilografia

A sigilografia é o estudo dos selos ou dos sinais colocados nos documentos oficiais, a fim de autenticá-los. Ela é, assim, uma poderosa auxiliar da diplomática, podendo prestar grandes serviços à história. Os selos, além disso, são uma das provas em que se funda a história da genealogia. Patenteia-se sua legalidade não pela matéria em que são gravados, cêra ou chumbo, mas pelo escudo que representam. Em todos os documentos públicos era indispensável o selo real, porque êste era a firma, o complemento da verdade.

Uma das melhores notícias sobre os selos reais de Portugal nos é dada por Antônio Caetano de Sousa, se-

guindo-se-lhe João Pedro Ribeiro (53). O primeiro estampa em seu livro mais de cem selos, estabelecendo a cronologia sucessiva dos escudos reais, usados desde o século XII. O segundo justifica-se das poucas espécies apresentadas alegando o descuido na conservação dos selos que aparecem na maior parte dos documentos que dêles foram munidos, sendo que em alguns documentos foram arrancados, só restando a marca do lugar em que foram aplicados. Estuda a nomenclatura e divisão dos selos em anéis rodados, pendentes, chapas e sinêtes, e as diversas espécies em geral de selos de Majestade, de autoridade, contra-selos, públicos ou autênticos, e, em Portugal, dos selos da Côrte, de puridade, e outros (54).

Os sinêtes eram os selos usados em documentos particulares. De regra não tinham legenda, mas só as armas de seu proprietário, que ficavam impressas no mesmo papel do documento, distinguindo-se, nisso, dos selos de chapa, que são os mais vulgares e os dos tempos mais próximos.

Os selos foram feitos das matérias mais variadas: de chumbo, ouro, prata, bronze, cêra, lacre, papel. Os selos de chumbo só foram usados pelos soberanos. Os de lacre, feitos de uma composição asiática, começaram a ser usados na Europa por volta do século XVII. Selos foram usados não só individualmente, por imperadores, reis, papas, nobres, magistrados, como por comunidades, corporações, academias e igrejas, etc.

A partir do século XIX aparecem os selos impressos, que se colam aos papéis destinados aos atos civis e judiciários, revestindo-os de certa autenticidade. Especialmente depois da introdução das estampilhas, o caráter de autenticidade perde em grande parte seu valor, dupli-

(53) António Caetano de Sousa, *História genealógica da casa real portuguesa*, Lisboa, na Of. de José António da Silva, 1735-48, 13 vols.; João Pedro Ribeiro, *Dissertações cronológicas e críticas sobre a história e jurisprudência eclesiástica e civil de Portugal*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1810-36, 5 vols. A terceira dissertação, 82-146, é intitulada "Esfragística portuguesa ou Tratado sobre o uso do sêlo no nosso Reino"; Carlos Passos, "Os selos na Diplomática", *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, IV, 1923, 114.

(54) Nos antigos documentos da Biblioteca Nacional também aparecem raramente os selos; nota-se apenas a marca do lugar donde foram arrancados.

cando de importância o aspecto de meio de contribuição, de fonte de renda ⁽⁵⁵⁾.

Os primeiros selos postais foram usados pela Inglaterra, em 1840. O Brasil foi o segundo país no mundo a adotá-los, pelo decreto n. 296, de 19 de maio de 1843. Os primeiros selos postais brasileiros foram emitidos em 1.º de agosto de 1843 ⁽⁵⁶⁾.

A questão da adulteração dos selos será referida quando tratarmos da forjicação, na parte da crítica histórica.

4. Heráldica

A heráldica estuda os brasões e os elementos que os compõem. Sabe-se que os brasões e armarias são devidos aos torneios do século X, propagando-se seu uso por ocasião das Cruzadas. Somente no Século XI começam a aparecer nos selos as armas dos soberanos e das famílias nobres ⁽⁵⁷⁾.

A mais famosa sala-de-armas de Portugal é o Salão de Sintra, mandado construir por D. Manuel, no primeiro quartel do século XVI. Foi êle quem cuidou de estabe-

(55) Sobre o selo como fonte de renda, as primeiras leis do imposto de selo, aplicado às letras, a princípio, e depois dividido em proporcional e fixo, datam de 1841 (decreto n. 243, de 30 de novembro de 1841) e 1843 (decreto n. 317, de 21 de outubro). Ambos fixam a receita e a despesa.

(56) Os primeiros selos postais brasileiros (emissão de 1 de agosto de 1843) foram chamados "olhos de boi", e os segundos, emitidos entre 1844 e 1846, "olhos de cabra". O histórico dos nossos selos postais encontra-se em: C. Ottóni Vieira, *Catalogue historique des timbres-poste et entiers du Brésil*, Paris, Garnier Frère, s. d.; Leon F. Clerot, *Catálogo histórico dos selos postais do Brasil*, Rio de Janeiro, 1926; J. H. van Peursen, "De geschiedenis van Brazilië op de postzegels", *Philatelië en Geschiedenis*, Haia, 1930; Dorvelino Guatemosin, *Catálogo Brasil de selos nacionais, postais e telegráficos oficialmente emitidos*, Rio de Janeiro, 1933. Sobre a história geral dos selos, cf. Enr. Conr. Eberhardt, *Historia de la filatelia o sea la ciencia de colleccionar sellos de correo*, Santiago, 1890; Desembargador Vieira Ferreira, "Vários escritos. III. Série epigráfica", *RIHGB*, v. 208, 1952, 10-36. Sobre filatelia e história, cf. "Philately and the teaching of modern history", Rev. B. D. Reed, in *History*, n. 28, vol. VII, 266-273.

(57) João Pedro Ribeiro, *Dissertações cronológicas*, Lisboa, 1810, I, 121.

lecer certas regras e acabar com o arbítrio no uso das armas e na concessão dos brasões. Para êsse fim, esclarece Braancamp Freire, mandou el-rei por todo o reino ver e tomar nota dos escudos, insígnias e letreiros que espalhados por êle havia, para do resultado fazer-se um livro em que os brasões fôsem pintados. Houve três velhos livros de brasões, ordenados por D. Manuel, dos quais dois ainda existem, intitulados do "Armeiro Mor" e da "Tôrre do Tombo". O terceiro, desaparecido por ocasião do terremoto de Lisboa, chamava-se "Livro antigo dos Reis de Armas" (58). Essa sala contém setenta e dois brasões e quem melhor os descreveu, alinhando dados curiosos sôbre as famílias nobres, foi Braancamp Freire. O primeiro brasão da nobreza de Portugal foi a cruz (59).

Em 17 de setembro de 1816 foi instituído, no Rio de Janeiro, o Cartório da Nobreza. Desde a chegada de D. João foram passadas cartas de brasão no Brasil, sendo que o primeiro Escrivão da Nobreza foi Antônio Bernardo Cardoso Pessanha de Castelo Branco, nomeado a 6 de novembro de 1811; o primeiro Rei de Armas, Isidoro da Costa e Oliveira, nomeado em 8 de maio de 1810; o primeiro Passavento, João Vicente, nomeado em 18 de novembro de 1814; e o primeiro Arauto, Antônio Gomes da Silva, nomeado em 17 de agosto de 1814. Entre 1822 e 1831, não ultrapassaram de trinta as expedidas com direitos de sucessão. No reinado de D. Pedro II, as mercês novas (1840-1889) não excederam de 160 cartas (60). Houve nesta época 4 Duques, 45 Marqueses, 38 Condes, 176 Viscondes, 130 Barões (61). O primeiro brasão de

(58) Cf. Anselmo Braancamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921, III, 7.

(59) Joaquim Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário das palavras, têrmos e frases que em Portugal antigamente se usaram, e que hoje regularmente se ignoram*, Lisboa, 1798-1789, 2 vols.

(60) John Armitage, *História do Brasil*, 3.ª ed., Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1943, 273, nota de Garcia Júnior.

(61) Ricardo Martins [Guilherme Auler], "Um mestre da genealogia brasileira", *Tribuna de Petrópolis*, 18 de maio de 1952.

armas da colônia data de 1675, e o do Reino de 13 de maio de 1816.

A decadência desses estudos vem de longe. Já Alexandre Herculano escrevia: "Hoje a heráldica e os brasões são dices com que se entretêm as crianças barbadas: o jôgo de xadrês é coisa incomparavelmente mais grave" (62).

A heráldica estuda também os escudos de armas e as bandeiras nacionais. A nossa primeira bandeira foi criada pelo decreto de 13 de maio de 1816, reformado pelo decreto de 18 de setembro de 1822 e pelo de 1.º de dezembro do mesmo ano. A bandeira republicana foi criada pelo decreto de 19 de novembro de 1889.

Boas informações sobre heráldica em Portugal e no Brasil encontram-se em Diogo Barbosa Machado, Braancamp Freire, Sanches Baena e outros.

BIBLIOGRAFIA DE HERÁLDICA E NOBILIARQUIA

Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, Lisboa, 1751-1759, 4 tomos; Encontra-se boa bibliografia antiga portuguesa no t. 4, sob o título "Arte do Brasão"; Anselmo Braancamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921-30, 3 vols.; Visconde Sanches de Baena, *Arquivo Heraldico-genealógico*, Lisboa, 1872; Albano da Silva Pinto e Visconde de Sanches de Baena, *Resenha das famílias titulares e grandes de Portugal*, Lisboa, 1890, 2 vols.; G. Santos Ferreira, *Armorial Português*, Lisboa, 1920-23, 3 partes, em 2 vols.; Afonso de Dornelas, "Heráldica Portuguesa e Brasileira", *Brasília*, I (1942), 277-280.

Brasil: Sobre os titulares nomeados em 1826, vide "Relação dos Despachos publicados na Côrte pela Secretaria de Estados dos Negócios do Império, no dia 12 de outubro de 1826", *Diário Fluminense*, n. 88, sábado, 14 de outubro de 1826; "Titulares rio-grandenses que residem na Província e fora da Província", *Anuário de Graciano Azambuja*, 1890, 220-222; 1848-1865, *idem*, 1896, 99-109; 1866-1875, *idem*, 1897, 235-241; Francisco da Silva, *Armorial da Igreja Maranhense*, Petrópolis, 1917; Barão de Vasconcelos e Barão Smith de Vasconcelos, *Arquivo Nobiliárquico*.

(62) Alexandre Herculano, *Solemnia Verba*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1850, 61.

Brasileiro, Lausanne, 1918; Jônatas Serrano, "Lista dos titulares do Império", *História do Brasil, Curso Superior*, Rio de Janeiro, Brigueit, 1931, 543-569 (com muitos erros); Clóvis Ribeiro, *Brasões e bandeiras do Brasil*, São Paulo, 1933; Armando de Matos, *Brasão de Portugal*, Lisboa, 1940, 2 vols.; Armando de Matos, *Heráldica*, Pôrto, Portucalense Editôra, 1941; Escragnolle Dória, "Relação dos baronatos (1808-1886)", *AMI*, VI, 1945, 7-85; Armando Matos, "Comentários à margem da Heráldica brasileira", *Brasília*, III (1946), 469-478; Egon Prates Pinto, *Armorial Brasileiro. Época: Brasil Colônia*. Iluminuras de L. G. Loureiro, Ed. Revista da Semana, Rio de Janeiro, s. d.; José Heitgen, "Acheegas ao Armorial Brasileiro", *AMI*, IV, 1943, 155-173; Periódicos: Revista do Instituto Genealógico Brasileiro (São Paulo); Revista do Instituto Heráldico, Genealógico (São Paulo); Revista do Instituto Genealógico da Bahia.

Bandeira Nacional. Bandeiras e brasões de cidades: R. Teixeira Mendes, "Apreciação filosófica sôbre a bandeira nacional", *Diário Oficial* de 24 de novembro de 1889; R. Teixeira Mendes, *A bandeira nacional*, Rio de Janeiro, 1890; Joaquim Norberto de Sousa e Silva, "A bandeira Nacional", *RIHGB*, LIII (1889), 243; José Feliciano, "A bandeira nacional", *RIHGSP*, XI, 390; Miguel Joaquim Ribeiro de Carvalho, "Centenário da criação da bandeira do Brasil, 18 de setembro de 1922", *RIHGB*, t. esp., *Anais da Independência*, 1922, 325-337; Mansueto Bernardi, "Bandeira nacional e bandeiras estaduais", *RIHGRGS*, 1923, III, 159; Alfredo de Carvalho, "A bandeira da República de 1817", *RIAGP*, XII, n. 69, 559-565; *ibid.*, IX, n. 95-98, 168-171; t. 24, n. 116-118, 621-624; Aníbal Gama, "As bandeiras da Regência e do Império", *Correio da Manhã*, 5 de setembro de 1948; *Bandeira da Confederação do Equador*, *RIAGP*, t. 10, n. 58, 403-407, t. 26, n. 123-128, 214; Walter Spalding, "Bandeira e brasão farroupilhas", *RIHGRGS*, v. 16, 1936, 19; Alfredo de Carvalho, "Brasões de armas do Brasil Holandês", *RIAGP*, XI, n. 63, 574-589; Mário Melo, "Brasão do Recife", *RIAGP*, v. 48, 1927, 271-276; Helio Viana, "O primeiro brasão de armas do Brasil", *AMI*, X, 1949, 159; Alberto Lamego, "Brasões da aristocracia goitacá", *AMI*, X, 1949, 39-56; Herman Neeser, "O sêlo, o brasão e bandeira da cidade do Salvador", *Anais do 1.º Congresso de História da Bahia*, v. IV, 1950, e "As armas do Estado da Bahia", *idem*, 29-39; General Silveira de Melo, "Auto da fundação de Vila Bela de Mato Grosso e seus brasões", *RIHGB*, v. 216, 1953, 190-197.

5. Genealogia

A genealogia começou como gênero e é hoje a mais antiga disciplina auxiliar da história. Pode-se mesmo dizer que ela nasceu um pouco antes da história narrativa, nas primeiras listas de reis e altos dignitários e das árvores genealógicas da Alta Antiguidade. O primeiro livro da Bíblia, o Gênesis, é o primeiro tratado genealógico.

A tarefa mais importante da genealogia, como escreve Bauer, é a filiação e determinação dos caracteres histórico-pessoais dos indivíduos, que só pode ser resolvida por meio da história, apesar das tentativas de Ottokar Lorenz, de converter a genealogia em ciência e a história em sua disciplina auxiliar (^{62-A}). Para isso, Lorenz reformulou, como já dissemos na parte relativa à periodização, a teoria da geração, primeiro pensada pelo italiano Giuseppe Ferrari.

Lorenz partiu da observação de que três gerações, de pai a neto, estão sempre numa relação de influência imediata, de modo que à do meio cabe, às vêzes, a tarefa de transmitir a seus filhos o que recebeu de seus pais, ou então manter distanciados daqueles o que achou de repulsivo neste. A duração de três gerações no sentido histórico perfaz cem anos e encontra sua significação no século, que representa uma certa unidade histórico-espiritual. Na história das famílias influentes, como das casas regentes, segundo Lorenz, essa lei é claramente perceptível, bem como na disseminação ou regresso de idéias e opiniões gerais. A genealogia dirigida nesse sentido poder-se-ia tornar a teoria das qualidades físicas e espirituais, ou a teoria do futuro da ciência histórica.

Se essa tese é inaplicável pelas suas características naturalistas à história, como o demonstrou Bauer, é talvez estimulante para a genealogia, disciplina auxiliar, intimamente relacionada à biologia. A genealogia aplicar-se-

(62-A) Wilhelm Bauer, *Introducción al estudio de la historia*, Barcelona, Bosch, 1944, 184.

ia ao estudo das gerações, ou seja daquelas pessoas que cresceram juntas, participaram da mesma juventude e juntas atuaram na maturidade. A atuação, ou seja a preponderância histórica, política, social, econômica ou intelectual, seria o critério decisivo. A tarefa da genealogia não seria mais o estudo da família, especialmente da nobre e sim o da geração. Quando numa geração não mais se houvesse distinguido um membro da família estudada na geração anterior, então ela seria posta de lado ou desprezada na sua significação histórica. Ver-se-ia a distância que separa um homem aos cinquenta anos de um jovem; ver-se-ia o avô encarnado no neto, e conhecer-se-ia, como diz Dilthey, a distância espiritual que separa nossos pais de nossos próprios sentimentos e idéias, e experimentar-se-ia em que medida nossos filhos compreendem e participam das nossas crenças e opiniões.

Esse critério iria talvez simplificar por demais o estudo da história do Brasil, criação de treze gerações. As mesmas grandes realidades condicionaram sua formação, e como homens de seus tempo todos se parecem, mesmo quando se diferenciam extremamente. Nada mais parecido com um ultramontano que um anticlerical do século XIX. A geração de 1800 a 1833, que se compõe de um Itaboraí, de um Paraná, de um Uruguai, de um Nabuco, de Saraiva, Zacarias, Cotegipe, Rio Branco, Gonçalves Magalhães, Gonçalves Dias, José de Alencar, Joaquim Caetano da Silva, Francisco Adolfo de Varnhagen, João Francisco Lisboa, Vítor Meireles, nasce com disposições de ânimo fundamentais, com sentimentos próprios que se manifestam unitariamente, apesar dos extremos que possam distanciá-los aparentemente uns dos outros, mas que mais se demonstra com a distância da geração jovem que dela se aproxima, com um Lafayette Rodrigues Pereira, um Rui Barbosa, um Rio Branco, filho, Quintino Bocayuva, Benjamin Constant, Campos Sales, Rodrigues Alves, Machado de Assis, Tobias Barreto, Castro Alves, Capistrano de Abreu.

Sustentam Wilhelm Dilthey, Ortega y Gasset, Pinder e outros que quando se tem idéia dessa convivência obtém-se um quadro vivo e vigoroso de uma época (63). As gerações conviventes formam um grupo intelectual e dirigente; mas, na verdade, em cada período atuam muitas delas sendo arbitrário considerar uma superior ou principal. Não atinamos com a vantagem dêste critério, como já fizemos ver na parte relativa à periodização. Troeltsch considera esta suposta teoria cabalística, sem sentido e significação (64).

Os estudos genealógicos em Portugal, como em Espanha, sempre foram cultivados com desvêlo e interêsse. Os quatro mais antigos Livros de Linhagens anteriores ao século XVI, como o chamado Livro Velho, um fragmento de nobiliário que anda junto ao manuscrito do Cancioneiro denominado do Colégio dos Nobres, na antiga Biblioteca Real, e o Livro das Linhagens, atribuído ao Conde D. Pedro, que se conservava no Arquivo Nacional da Tôrre do Tombo, foram estudados e publicados criticamente por Alexandre Herculano (65). Do segundo disse Herculano que não é o livro de um homem, mas de um povo e de uma época. A natureza da antiga organização e dos antigos costumes portuguezes tornava uma necessidade, para regular direitos, a composição dessas espécies de cadastro da fidalguia. Os vários problemas de natureza familiar (casamento), de carater econômico (direito de padroado

(63) Wilhelm Dilthey, *Teoria de la concepción del mundo*, México, Fondo de Cultura Económica, 1945, 445-446; J. Ortega y Gasset, *El tema de nuestro tiempo*, Buenos Aires, Colección Austral, 1947; W. Pinder, *El problema de las generaciones en la Historia del Arte de Europa*, Buenos Aires, Lozada, 1946; Julio Petersen, "Las generaciones literarias", *Filosofía de la ciencia literaria*, México, Fondo de Cultura Económica, 1946, 137-193.

(64) Ernst Troeltsch, *Der Historismus und seine Probleme*, Tübingen, Mohr, 1922, 737, nota 394.

(65) O Livro de Linhagens e o Livro Velho foram publicados nas *Provas de História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Lisboa, 1739-1748, t. 1, 145-220. O fragmento de nobiliário anda junto ao manuscrito do Cancioneiro denominado do Colégio dos Nobres, na antiga Biblioteca Real. O Livro de Linhagens foi editado por J. Batista Lavanha, Roma, 1640, e vertido para o espanhol por M. Faria e Sousa, Alonso de Paredes, Madrid, 1646. Alexandre Herculano editou-os criticamente na *Portugaliae Monumenta Historica*, 1860, t. 1.

e lei da avoenga) e a importância que a fidalguia dava ao grande número de antepassados, os direitos sobre honras e coutos, o espírito de família, mostram como as averiguações genealógicas cedo começaram e persistiram (66).

É lógico o pouco interesse desses livros antigos de linhagens para o Brasil. Mais importantes são os estudos de Antônio Caetano de Sousa e o de Cristóvão Alão de Moraes, escrito no século XVII (67).

Mas mesmo em Portugal, já se manifesta por parte de homens como Braancamp Freire a crítica severa aos abusos das genealogias e especialmente às preocupações nobiliárquicas. “Genealogista é sinônimo de mentiroso e parvo” (68). “A nobreza de Portugal morreu. Não foram os decretos de 34, não foi a abolição dos vínculos em 60, que a mataram. Não houve assassínio, houve suicídio. Uma educação piegas, uma perfeita incapacidade administrativa, uma degeneração, resultante dos sucessivos cruzamentos do mesmo sangue, uma sorte de fatalismo ainda muçulmano, foram as causas principais que deram cabo da fidalguia portuguesa” (69).

No Brasil, o mesmo espírito crítico se nota em historiadores de variada doutrina. Num redator da *Aurora Fluminense*, num Cândido Mendes, num Capistrano de Abreu, num Gilberto Freyre. John Armitage transcreve em sua *História do Brasil* a nota satírica em que o redator da

(66) Alexandre Herculano, “Memória sobre a origem provável dos Livros de Linnagens”, *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, nova série, t. 1, parte 1, Lisboa, 1854, 35-47.

(67) Antônio Caetano de Sousa, estudos genealógicos in *História genealógica da Casa Real Portuguesa desde a sua origem até o presente*, Lisboa, 1735-48, 13 vols., 6 vols. de Provas, 1739-40, 1 vol. de índice dos 13 vols., 1749; e nas *Memórias históricas e genealógicas sobre os grandes de Portugal*, Lisboa, Ant. Isidro da Fonseca, 1742; Cristóvão Alão de Moraes, *Pedatura Lusitana. Nobiliário de famílias de Portugal*, escritos no século XVII e publicados por Alexandre Antônio Pereira de Miranda Vasconcelos, Antônio Augusto Ferreira da Cruz, Eugênio Eduardo Andréia da Cunha Freitas, Pôrto, Livr. F. do Machado, 1943-47, 11 vols.

(68) Anselmo Braancamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921-30, 2.º vol., VII e VIII.

(69) *Ibid.*, vol. 1, 6.

Aurora recriminava a prodigalidade com que D. Pedro criou a nobreza brasileira ⁽⁷⁰⁾.

Os títulos joaninos com nomes brasileiros não continuaram no Brasil, por serem seus portadores portugueses. E dos dois partidos políticos da época, o liberal era o que menos agraciados apresentava; suas figuras mais representativas, como Zacarias, Dantas, Martinho de Campos, Lafayette Rodrigues Pereira, Nabuco de Araújo, Silveira Martins e Saraiva, pondo de lado Olinda, Paranaguá, Ouro Preto, Sinimbu, Abaeté e Osório, não solicitaram ou aceitaram a nobreza.

Cândido Mendes, além de estranhar os meios pouco regulares muitas vezes empregados para alcançar certas distinções ou para coonestar o uso e confirmar a anciandade do título, e de criticar os cronistas da Bahia e de São Paulo, que nos séculos XVIII e XIX padeceram da mania de nobiliarquia, lastimava que se procurassem “esses títulos de nobreza muito discutíveis fora da pátria, quando podiam simplesmente firmá-los em serviços prestados no interesse do torrão natal” ⁽⁷¹⁾. Os paulistas especialmente sempre tiveram essa preocupação, notada por Frei Gaspar da Madre de Deus, quando escreveu que “não havia povo de tão má fama, nem porventura tão infatuado de nobreza; por vezes suplicaram a S. Majestade que não lhes

(70) John Armitage, *História do Brasil*, 3.^a edição brasileira, Rio de Janeiro, 1943, 272: “A Monarquia Portuguesa, fundada há 736 anos, tinha em 1808, época em que se haviam renovado títulos e criado outros recentemente, 16 marqueses, 26 condes, 8 viscondes, 4 barões. O Brasil, com oito anos de idade, como potência, encerra já no seu seio 28 marqueses, 8 condes, 16 viscondes, 21 barões. Progredindo as coisas do mesmo modo, teremos em 2551, que é quando nossa nobreza titular deve contar a mesma antiguidade que a de Portugal tinha em 1808, nada menos de 2.385 marqueses, 710 condes, 1.420 viscondes, 1.863 barões”. Trata-se de transcrição, feita por Armitage, da nota satírica publicada na *Aurora Fluminense*. O anotador de Armitage afirma que havia nisso muito exagero da parte do articulista da *Aurora*. D. Pedro galardoou com títulos de nobreza 43 barões, 21 barões com grandeza, 14 viscondes, 42 viscondes com grandeza, 9 condes, 27 marqueses, 3 duques e duquesas; D. Pedro II, 768 barões, 118 barões com grandeza, 72 viscondes, 122 viscondes com grandeza, 41 condes, 19 marqueses e um duque. Total dos dois reinados: 1.300 titulares, sendo 950 barões, 250 viscondes, 50 condes, 46 marqueses e quatro duques.

(71) Cândido Mendes de Almeida, “Quem era o bacharel de Cananéia”, *RIHGB*, t. 40, 2.^a parte, 227-229.

mandasse generais e governadores, senão da primeira grandeza do Reino” (72). Essa observação foi repetida por Aires de Casal, dizendo provir-lhe a altivez de sua opulência, de ordinário pouco honestamente adquirida (73). Também Capistrano de Abreu referiu-se a certas manipulações nobiliárquicas, em cujos processos foram useiros Jabotão e Loreto Couto (74).

Nabuco, em discurso na Câmara, a 10 de agosto de 1880, propunha que se acabasse com a nobreza inclassificável que possuíamos no Brasil e escreveu também que o pai nunca aceitara título para si “por ver a fantasmagoria de uma nobreza sem transmissão e sem fortuna e também por afeição ao nome que sempre usara” (75).

Os estudos genealógicos no Brasil, como acentuou Gilberto Freyre, em geral foram realizados superficialmente para atender à vaidade de barões do Império e de *snoobs* da República, carecendo de realismo e de profundidade que correspondam às necessidades puramente científicas. E manifesta o desejo de que tais estudos tomassem um cunho mais social e pudessem verificar, por exemplo, até que ponto são verdadeiras certas irregularidades celebradas pelo folclore brasileiro, entre as quais cita aquela que diz: “Não há Wanderley que não beba, Albuquerque que não minta, Cavalcânti que não deva, nem Sousa Leão ou Carneiro da Cunha que não goste de negra” (76).

O grande modelo que pode servir de guia, de método, é o de Braancamp Freire, que faz preceder cada artigo genealógico de um pequeno quadro da história pátria ligado à origem da geração de que vai tratar (77).

(72) Frei Gaspar da Madre de Deus, *Memórias para a história da capitania de São Vicente*, 3.^a ed., dirigida por Afonso d’E. Taunay, São Paulo, 1920, 168.

(73) Aires de Casal, *Corografia Brasileira*, Rio de Janeiro, 1833, 186.

(74) Capistrano de Abreu, *Prolegômenos à História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, 266.

(75) Cf. Carolina Nabuco, *A Vida de Joaquim Nabuco*, São Paulo, Cia. Edit. Nac., 1928, 247.

(76) Gilberto Freyre, *Casa Grande & Senzala*, Rio de Janeiro, 1.^a ed., 1934, 292; 5.^a ed., 1946, 446.

(77) Anselmo Braancamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1921-30, 1.^o vol., 4.

As principais fontes que fornecem os elementos indispensáveis são: a) livros paroquiais, batismo, casamento e óbito; b) processos de habilitação para familiar do Santo-Ofício; c) livros de confissões e denúncias do Santo-Ofício ⁽⁷⁸⁾; d) processos de habilitação de nobreza; e) processos de habilitação para entrar nas ordens militares; f) livros de matrícula na Universidade; g) fôlhas de serviço dos oficiais do Exército e Marinha; h) livros de moradias no Paço; i) livros de prazos; j) livros de registro civil; k) arquivos municipais, estaduais e nacionais.

A genealogia deve estudar, então, não mais as casas reinantes ou enobrecidas, mas especialmente as famílias ⁽⁷⁹⁾ daqueles que se destacaram no passado, em suas relações íntimas dentro de uma geração. A verdade é que as próprias transformações da história e da vida política marcarão, se não o desaparecimento dessa disciplina auxiliar da história, altamente tida pelos antigos autores, pelo menos sua gradual renovação. A identificação da história com a vida dos reis, dos príncipes e de suas casas é que havia transformado a genealogia na mais importante disciplina auxiliar da história. O fato dos historiadores terem passado a se preocupar mais com a história social e o povo fez com que os estudos demográficos e estatísticos ⁽⁸⁰⁾ avultassem

(78) Entre os Livros de confissões e denúncias do Santo-Ofício, estão publicados os seguintes: *Confissões da Bahia (1591-92)*, São Paulo, 1922, 2.^a ed., 1935; *Denúncias da Bahia (1591-93)*, São Paulo, 1925; *Denúncias de Pernambuco (1593-95)*, São Paulo, 1929; "Denúncias da Bahia", 1618, *ABN*, vol. 49, 1936.

(79) Estudos sobre as famílias e especialmente as lutas de famílias, a que nos referimos no capítulo da historiografia jurídica, foram feitos recentemente por L. A. Costa Pinto, *Lutas de famílias no Brasil*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1949.

(80) Sobre as relações da história com a estatística, é preciso não cair no exagero e ingenuidade de Harold U. Faulkner, que chega a afirmar que a utilização dos dados estatísticos na história significa uma mudança no método histórico e uma revolução na filosofia da história; e mais, que o estudo do homem como um animal social e econômico é a principal função da estatística e está-se tornando rapidamente a da história. Cf. "History and statistics", *The social sciences and their interrelations*, 1927, 235-241. — O primeiro projeto de organização estatística em Portugal data de 1853 e é devido a Alexandre Herculano. Cf. *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, nova série, t. 1, parte 1, Lisboa, 1854, 1-108. No Brasil, o pioneiro desses trabalhos foi Sebastião Ferreira Soares. Cf. seus trabalhos no *CEHB*, ns.

e os estudos genealógicos passassem a ser a exposição das famílias burguesas.

Exemplo característico dessa transformação pode ser visto não só na obra do historiador neerlandês Elias, que traça a história das famílias burguesas elegíveis para o Conselho da Cidade de Amsterdão, como no estudo de Strieder sobre os Fugger, e os de Myers sobre os milionários americanos ⁽⁸¹⁾. São ensaios que ultrapassam os limites da biografia, porque estabelecem as origens e perpetuações do poder econômico de uma família. Desde a vitória do capitalismo, os senhores do poder econômico são mais escolhidos que reis ou nobres a êles sujeitos. A história das famílias, sejam as nobres, sejam as burguesas, com a democratização do pensamento e o capitalismo, está assim inteiramente ligada à genealogia ⁽⁸²⁾.

A bibliografia genealógica e nobiliárquica é extensa, variada, escura ou escusa, raras vêzes inteligente e útil, como poderia sê-lo.

BIBLIOGRAFIA DE GENEALOGIA.

Para a genealogia portuguêsã consultem-se além das obras referidas na bibliografia de heráldica e nobiliarquia, que são as principais: Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, Lisboa, 1751-1759, t. 4, 577-684; Manuel de Faria y Souza, *Nobiliario del Conde de Barcelos Don Pedro Hijo del Rey Don Dionis de Portugal*, Madrid, Alonso de Paredes, 1646. 1.^a trad. espanhola da genealogia da nobreza portuguêsã e espanhola. É atribuída a D. Pedro de Portugal, Conde de Barcelos, filho natural do Rei D. Dinis de Portugal (c. 1284-1354). Foi traduzida por Manuel de

13.225, 13.236, e 13.262, especialmente o segundo, que é um sistema teórico e prático para se organizar a Estatística, datado de 1873. Os trabalhos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística são preciosos elementos de informação para o historiador.

(81) Johan Engelbert Elias, *De Vroedschap van Amsterdam, 1578-1795*, Haarlem, V. Loosjes, 1903-1905, 2 vols. Jacob Strieder, *Jacob Fugger, the rich, merchant and banker of Augsburg, 1459-1525*, New York, The Adelphi Comp., 1931; Gustave Myers, *History of the great American fortunes*, New York, The Modern Library, 1937. O Prof. Cid Rebelo Horta realiza estudos sobre as famílias mineiras e o poder político, tendo pronunciado uma conferência no Seminário de Estudos Mineiros.

(82) Cf. W. P. W. Phillimore, *How to write the history of a family*, 2.^a ed., 1888.

Faria e Sousa (1590-1649), que ajuntou correções e comentários de genealogistas posteriores e dêle próprio. Antônio de Villas Boas y Sampaio, *Nobiliarquia portuguesa. Tratado da nobreza hereditária e política*, Lisboa, Oficina de Francisco Vilela, 1676; 3.^a ed., Lisboa, 1728; José Barbosa Canais de Figueiredo Castelo Branco, *Costados das famílias ilustres de Portugal, Algarves, Ilhas e Índias*, Lisboa, Impressão Régia, 1829-31, 2 t. em 1 vol.; João Carlos Francisco de Castelo Branco Tôrres, *Dicionário aristocrático, contendo os alvarás dos foros de fidalgo da Casa Real que se acham registrados nos livros das Mercês, hoje pertencentes ao Arquivo da Torre do Tombo*, Lisboa, 1840; Armando de Matos, *Manual de genealogia portuguesa*, Pôrto, 1943; Eduardo de Castro de Azevedo Soares, *Nobiliário da Ilha Terceira*, Pôrto, Edit. Fernando Machado, 1944-45, 3 vols.; Henrique Henriques de Noronha, *Nobiliário genealógico das famílias que passaram a viver a esta Ilha da Madeira depois do seu descobrimento, que foi no ano de 1420*, s. l.; s. d., 2 vols. A principal bibliografia brasileira é composta das seguintes obras: Frei Antônio Maria Jaboatão, "Catálogo genealógico", *RIHGB*, t. 52; Pedro Taques de Almeida Pais Leme, "Nobiliarquia paulistana. Genealogia das principais famílias de São Paulo", *RIHGB*, v. 32 e 35; Silva Leme, *Genealogia paulistana*, São Paulo, 1903-1905, 9 vols.; Borges da Fonseca, "Nobiliarquia pernambucana", *ABN*, vs. 47-48, 1925-26; Artur Vieira de Resende, *Genealogia mineira*, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, 1937-39, 4 vols.; Francisco Negrão, *Genealogia paranaense*, Curitiba, 1926-28, 5 vols.; Mário Teixeira de Carvalho, *Nobiliário sul rio-grandense*, Pôrto Alegre, Livraria do Globo, 1937; Carvalho Franco, *Nobiliário colonial*, São Paulo, Publicação do Instituto Genealógico Brasileiro, s. d.; Afonso Costa, "Genealogia baiana ou Catálogo Genealógico de fr. Antônio de S. Maria Jaboatão, adaptado e desenvolvido", *RIHGB*, vol. 191, 1947, 1-279; Jônatas Serrano, "Genealogia da Casa Imperial Brasileira", *História do Brasil, Curso Superior*, Rio de Janeiro, Briguiet, 1931, 514-518. A principal bibliografia genealógica, inclusive manuscrita, encontra-se registrada no *CEHB* e no *Catálogo de autores genealógicos*, de Salvador de Moya, São Paulo, 1937. O Instituto de Estudos Genealógicos tem ultimamente publicado vários índices de genealogias, como as de Borges da Fonseca, etc., e publica o *Anuário Genealógico* e a *Revista Genealógica Brasileira*, a partir de 1946, com 13 números. A *Revista do Instituto Genealógico da Bahia*, publicada a partir de 1946, e as *Revistas dos Institutos Históricos* contêm matéria genealógica e nobiliárquica. Titulares que exerceram altas funções públicas nos Ministérios, Secretarias e Câmara dos Deputados e Senado encontram-se registrados nas seguintes publicações: *Notícia dos senadores do império do Brasil desde 1826; de ocorrências concernentes às respectivas eleições, e dos*

Presidentes e Vice-Presidentes do Senado desde 1826, das Regências e dos Regentes do Império, dos Ministros e Secretários de Estado desde 1822, dos Conselheiros de Estado desde 1823 a 1834, e de 1841 em diante. Trabalho organizado no Arquivo do Senado, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1886. Todos os titulares vêm com os respectivos títulos; *Livro do Centenário da Câmara dos Deputados (1826-1926)*, Rio de Janeiro, Empresa Brasil Editôra, 1926, 3 vols. No segundo volume, encontra-se a Nominata dos Deputados Brasileiros desde as Côrtes Portuguezas de Lisboa, de 1821 até a vigésima legislatura do Segundo Império (1886-1889), 587-590, com os títulos; *Ministros e altos funcionários da antiga Repartição dos Negócios Estrangeiros, depois Ministério das Relações Exteriores, e membros do extinto Conselho de Estado*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1939. Sôbre a magistratura, vide "Relação dos despachos publicados na Côrte pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império", 12 de outubro de 1826, *Diário Fluminense*, n. 88, sábado, 14 de outubro de 1826, Sôbre a nunciatura apostólica no Brasil e a Lista de Internúncios e Núncios, de 1808 a 1914, acompanhada da Lista de Capitulares de 1686 a 1914, vide A. Alves Ferreira dos Santos, *Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Leuzinger, 1914, 454 e 65 e seguintes, respectivamente; R. Torcapiro, "Algumas linhagens de famílias do sul do Ceará", *RIC*, t. 38, 1924, 237-341; Francisco Negrão, *Genealogia Paranaense*, Curitiba, 1926-27, 2 vols.; José de Mesquita, "Genealogia Cuiabana", *Rev. do Inst. Hist. de Mato Grosso*, 1929, 123-167, e 1930, 131-132; João Pinto da Fonseca Guimarães e Jorge Godofredo Felizardo, *Genealogia Rio-grandense*, Livr. do Globo, Pôrto Alegre, 1937; A. V. de Resende e Silva, "Genealogia mineira", *RAPM*, 25, 1938; Guilherme Auler, "Famílias Pernambucanas", *AMI*, IV, 1943, 97-131; idem, "Titulares pernambucanos", VIII, 1947, 39-55; "Titulares pernambucanos", *AMI*, XI, 1950, 73-95; Antônio Joaquim de Macedo Soares, *Nobiliarquia fluminense ou genealogia das principais e mais antigas famílias da Côrte e Província do Rio de Janeiro*, Niterói, 1948, Cônego Raimundo Trindade, *Velhos troncos ouropretanos*, São Paulo, 1951; Frederico de Barros Brotero, *A família Monteiro de Barros*, São Paulo, 1951; Afonso Costá, "Monizes da Bahia", *RIHGB*, vol. 210 (1951), 1953, 114-156.

6. Numismática

A numismática, palavra derivada do latim *numisma*, é o estudo das moedas e medalhas. Estas podem ser con-

sideradas sob duplo aspecto: primeiro, como produtos artísticos, pelas suas inscrições, imagens e desenhos, e segundo como valor econômico, dinheiro ou metal. As moedas, como dizia Antônio Caetano de Sousa, “são também documentos com que se autoriza a história, porque, por elas, entra-se no conhecimento da grandeza e do poder dos soberanos, pela riqueza dos metais e diversidade dos cunhos”. Entre os subsídios históricos — escrevia Herculanô em dezembro de 1875 a Teixeira de Aragão — a numária e a numismática oferecem aos estudiosos tantas ou talvez mais dificuldades do que a epigrafia ⁽⁸³⁾.

É necessário estabelecer-se, desde o princípio, a diferença entre numismática e história monetária, ou estudo da moeda do ponto de vista econômico-financeiro. A numismática, segundo Leite de Vasconcelos, é o estudo morfológico e interpretativo das moedas. Morfológico porque as moedas não de apreciar-se quanto ao seu metal, o seu aspecto, as suas figuras, sinais e leituras, e interpretativo porque tem-se de dar a razão de tudo que o estudo morfológico revelou nas moedas ⁽⁸⁴⁾.

É preciso frisar, também, que o fato da economia brasileira ter sido durante longo tempo uma economia de troca fez com que fôssem pouco correntes e de pouco uso as moedas na época colonial. Vale a pena lembrar, ainda, que a vida econômica colonial tinha duas faces: “nas transações internacionais, ou melhor, interoceânicas, era a moeda o tipo a que tudo se referia; nas transações internas dominava o naturalismo econômico, a permuta de gêneros contra gêneros ou empréstimo de gêneros ⁽⁸⁵⁾. Ainda quase no fim da época colonial, moeda só havia nas capitais e ainda assim nas mãos dos ricos e dos grandes traficantes. No interior não se conhecia a moeda.

As primeiras moedas cunhadas no Brasil datam do século XVII e foram feitas pelos holandeses. Quando, em

(83) Vitorino Nemésio, *A mocidade de Herculanô*, Lisboa, 1934, I, 367.

(84) Leite de Vasconcelos, *Da numismática em Portugal*, Lisboa, 1923.

(85) Capistrano de Abreu, Introdução, *Diálogos das Grandezas do Brasil*, ed. da Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 1930, 15.

1645, uma terrível fome lavrara no Recife, dois navios holandeses, o “Falcão” e o “Elizabete”, chegaram trazendo numerosas provisões. Para comemorar sua chegada foram lavradas medalhas de ouro com a inscrição “O Falcão e o Elizabete salvaram o Recife”. Mais tarde, em 1646 e em 1654 foram lavradas novas medalhas de ouro e prata.

Circularam no Brasil, cunhadas em Portugal, moedas de ouro, prata, cobre e bronze, com os nomes de escudo, cruzado, vintém, tostão, dez réis, cinco réis, três réis e pataco. Foram depois cunhadas nas Casas de Moeda do Rio, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e São Paulo, moedas de ouro, prata e cobre ⁽⁸⁶⁾,

A principal coleção numismática brasileira foi organizada pela Biblioteca Nacional, quando a dirigia Ramiz Galvão. Em 1881, êle pleiteava a criação da Seção de Numismática, tendo como base a coleção existente no Museu Nacional. É incontestável, dizia êle, que moedas e medalhas são antes de tudo documentos subsidiários da história, por consequência o seu lugar próprio não é ao lado das coleções de história natural, que por si sós dariam assunto sobêjo para a aplicação dos ilustres trabalhadores do Museu; o lugar da numismática é ao lado da história, e o da história é na Biblioteca Nacional ⁽⁸⁷⁾. Com a fundação do Museu Histórico Nacional, em 1922, transferiu-se a coleção para aquela instituição, que hoje possui cerca de 80.000 signos monetários. O principal centro de estudos numismáticos no Brasil, afora o Museu Histórico Nacional, é a Sociedade Brasileira de Numismática de São Paulo, fundada em 1922 e que desde 1933 mantém uma Revista, tendo promovido, em 1936, o Primeiro Congresso de Numismática Brasileira.

Atualmente já se separou da Numismática a Medalhística, que se dedica ao estudo das medalhas e ordens honoríficas.

(86) Antônio Caetano de Sousa, *História genealógica da Casa Real Portuguesa*, (Lisboa, 1735-48, t. 4, 390-97, 403-405, 410-14), registra várias providências relativas ao estabelecimento das casas de moeda no Brasil.

(87) “Catálogo da Exposição Permanente de Cimélios da Biblioteca Nacional”, *ABN*, vol. 11, 1885, 932.

A bibliografia numismática em Portugal e no Brasil é bem variada, abrangendo o estudo geral das moedas, medalhas, Casas da Moeda e ordens honoríficas.

BIBLIOGRAFIA DE NUMISMÁTICA.

Numismática Portuguesa: Antônio Caetano de Sousa, *História genealógica da Casa Real Portuguesa*, Lisboa, 1735-48, 13 vols.; Manuel Severim de Faria, *Notícias de Portugal*, Lisboa, Ofic. Craesbeckiana, 1655; Manuel Bernardes Lopes Fernandes, "Memória das moedas correntes em Portugal desde os tempos romanos até 1865", *Memórias da Academia de Ciências de Lisboa*, Lisboa, 1853-57; Ferreira de Aragão, *Descrição geral e histórico das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*, Lisboa, 1875-1880, 3 vols. J. Leite de Vasconcelos, "Aula de numismática da Biblioteca Nacional de Lisboa (cursos de 1899 a 1910)", in *Arqueólogo Português*, v. 15, 1910-1911, 333, v. 17, 1912, 62-71; Ernesto Ennes, "O Gabinete Numismático da Biblioteca Nacional", *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, v. 8, 1927, 571; Baptista Queiroz, "Subsídios para a história da numismática portuguesa", *O Arqueólogo Português*, vols. XIV (1909), 28-35; XV (1910), 97-110; XVI (1911), 177-194.

Numismática Brasileira: o capítulo sobre numismática do CEHB, 1351-1400; Cândido de Azeredo Coutinho, *Notícia sobre as moedas do Brasil e seu valor intrínseco*, Rio de Janeiro, 1867; João Xavier de Mota, *Moedas do Brasil (1645-1888)*, Vitória, 1889; Julius Meili, *Das Brasilantische Geldwesen*, 1. Theil, Die Munzen der Colonie Brasilien, 1645 bis 1822, Zurich, 1897. (Sobre esse livro, veja-se a crítica de Alfredo de Carvalho na *RIAGP*, v. 9 1898, 125-133, reproduzida no *Jornal do Recife*, de 30 de jan. e 6 de fev. de 1898; e o necrológio in *O Arqueólogo Português*, v. 12, 1907, 362-365; Julius Meili, *Numismatische Sammlung. Die Munzen des Kaiserreichs Brasilien 1822 bis 1889*, s. 1., 1870; J. F. dos Santos, *Moeda do Brasil, 1645-1888, Apontamentos e Catálogo*, Porto, 1890; "Moedas brasileiras e estrangeiras", *Anuário de Graciano Azambuja*, 1891, 183-186; Miguel Arcanjo Galvão, "A moeda no Brasil. Histórico e catálogo de uma coleção de moedas e medalhas do Brasil desde os tempos coloniais até hoje 14 de novembro de 1889)", *RIHGB*, t. 66, vol. 108, parte 2, 5-68; Miguel Arcanjo Galvão publicou o mesmo trabalho anterior em separata, Rio de Janeiro, 1905; Giovanni Eboli, *A numismática brasileira*, São Paulo, 1907; A. de B. Ramalho Ortigão, "A circulação. Crise do xém-xém. Evolução das leis monetárias", *RIHGB*, t. esp., 1904,

v. 4, 466; *Catálogo da Coleção numismática brasileira de Augusto de Sousa Lóbo*. Ilustrado segundo o sistema do insigne numismatógrafo Sr. Julius Meili. 1.^a Parte. Carimbos e moedas coloniais desde 1643 a 1822. 2.^a Parte. Moedas do Império, moedas e carimbos falsos, carimbos e moedas particulares, desde 1822 a 1889. 3.^a Parte. Moedas da República, moedas falsas, moedas fiduciárias e emissões abusivas, Rio de Janeiro, 1908; Eusébio de Sousa, "Carimbos do Ceará" e "Icó", *RIAGP*, XVIII, 1916, 419-426; Capistrano de Abreu, "A pretexto de uma moeda de ouro", *Revista do Brasil*, abril de 1917, reproduzido in *Ensaios e Estudos*, 2.^a Série, Rio de Janeiro, 1932, 131-152; Saturnino de Pádua, *As moedas brasileiras*, Rio de Janeiro, 1.^a ed., 1928, 2.^a ed., 1941; Eusébio de Sousa, *Numismática cearense*, Fortaleza, 1933. *Anais do 1.º Congresso de Numismática Brasileira*, São Paulo, 1937-40; Edgard de Araújo Romeiro, "Numismática Brasileira", *AMI*, IV, 1943, 99-131; K. Prober, *Manual de numismática*, 2.^a ed., Rio de Janeiro, 1945.

Medalhas

Cândido de Azevedo Coutinho, *Apreciação do medalheiro da Casa da Moeda apresentada na Exposição de 1861*, Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1862; Viscondessa de Cavalcânti, *Catálogo das medalhas brasileiras e das estrangeiras referentes ao Brasil da coleção numismática pertencente à Viscondessa de Cavalcânti*, Paris, 1910, 2.^a ed., aum. ilustr., 2 vols.; Laurênio Lago, *Medalhas e condecorações brasileiras, Coletânea de atos oficiais*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1935; Francisco Marques dos Santos, *A Guerra do Paraguai na medalhística brasileira*, São Paulo, Tip. Siqueira, 137; idem, *Medalhas militares brasileiras (Da época colonial do fim do primeiro Reinado)*, Rio de Janeiro, Of. Graf. de A Noite, 1937; Pedro Paulo Sampaio Lacerda, *Catálogo das moedas de ouro de todos os países, de 1684 a 1862*, Rio de Janeiro, Editôra Científica, 1941; Francisco Marques dos Santos, "Primeiras medalhas conferidas por D. Pedro II", *AMI*, V, 1944, 45-65; "Catálogo da coleção de medalhas do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco", *RIAGP*, XXXI, 147-150, 275-350; Eugênio Hollender, "Catálogo da coleção de moedas e medalhas pertencentes ao Museu do Instituto", *RIHGSP*, II, 383; adenda, IV, 546; e suplemento, III, 577; idem, "Moedas de ouro cunhadas em Taubaté", *RIHGSP*, IV, 499; idem, "Moedas obsidionais do Brasil", *RIHGSP*, II, 396; Luís Marques Poliano, *Ordens honoríficas no Brasil, História, organização, padrões e legislação*, Rio de Janeiro,

Imprensa Nacional, 1943. Nos *Anais do Primeiro Congresso de Numismática*, acima citados, encontram-se também trabalhos de medalhística.

7. Cronologia

A palavra cronologia vem do grego *cronos*, tempo, e *logos*, discurso. Significa, assim, o estudo da medida e divisão do tempo e dos critérios de sua aferição empregados pelos diversos povos. Costuma-se dividir a cronologia em teórica — astronômica e matemática, que estuda a divisão e o cômputo do tempo, e prática, que se ocupa das várias formas de contar o tempo empregadas pelos povos no decurso da história. A cronologia serve à história porque possibilita ao historiador assinalar aos documentos ⁽⁸⁸⁾ e aos fatos datas prováveis e exatas, harmonizando a maneira de exprimir o tempo das obras e autores antigos com o nosso sistema atual.

A crítica das datas pode conduzir-nos à suspeita da falsidade do documento. Este aspecto será apontado quando tratarmos da autenticidade das fontes.

Já nos referimos, na parte relativa ao desenvolvimento da idéia de história, a J. J. Scaliger, que no século XVII lançava as bases da cronologia científica, aplicada à história. Seguiram-se-lhe Dionysius Petavius e os maurinos franceses ⁽⁸⁹⁾.

(88) Em relação às fontes documentais, convém lembrar que desde o Código Afonsino (Livro I, tit. 47, parág. 4), o Manuelino (Livro I, tit. 53, parág. 3) e Filipino (Livro I, tit. 80, parág. 7 e Livro I, tit. 24, parág. 16), até o atual Código de Processo Civil e Comercial (art. 15), requer-se para a validade dos documentos a especificação de dia, mês e ano.

(89) J. J. Scaliger, *Opus de emendatione temporum, hac postrem a editione ex auctoris ipsius manuscr. emendatius magnaue accessione auctius*, Genevae, typis Roverianis, 1629. É a melhor edição, sendo a primeira de Paris, Patisson, 1583. — Dionysius Petavius, *Opus de doctrina temporum*, Paris, Cramoisy, 1627. A melhor edição é a de Amsterdão, Gallet, 1705, 3 vols. — Dionysius Petavius, *Rationarium temporum*, Paris, Cramoisy, 1636. A melhor edição é a de Lugduni Batavorum (Leide), Haak, 1724-25, 3 tomos em 2 volumes. Existe uma tradução francesa, *Abregé chronologique de l'histoire universel*, Paris, Ant. Collin, 1682, 3 tomos, e uma tradução inglesa, *History of the world*, London, 1659. — *L'art de verifier les dates des*

São vários os calendários conhecidos na história e várias as maneiras de computar o tempo, tendo em vista o sol e a lua ⁽⁹⁰⁾. Para a história do Brasil, só nos interessa saber da existência do Calendário Juliano, adotado até o ano de 1582, quando, em data de 4 de outubro, foi substituído pelo Calendário Gregoriano, ou seja o que nos rege atualmente.

O ano dos romanos principiou com 304 dias somente, composto de 10 meses, quatro de 31 dias e seis de 30 dias; passou para 365 dias com Numa Pompílio, que lhe acrescentou os meses de Janeiro e Fevereiro. Júlio César, ajudado pelo matemático Sosígenes, (46 A. C.), decidiu regular o ano pelo curso do sol e, estabelecendo que ele teria 365 dias e 6 horas, e seria constituído de 366 dias, de quatro em quatro anos, pela intercalação de um dia entre 23 e 24 de fevereiro ⁽⁹¹⁾. Como, porém, não se conformava o ano solar exatamente com essa determinação, pois que ele era de 365 dias, 5 horas e 12 segundos, essa diferença produziu, até o século XVI, uma notável alteração.

Daí o ter resolvido o papa Gregório XIII corrigir o calendário juliano em 1582, mandando avançar 10 dias depois de 4 de outubro, que passou a ser, então, 15 de outubro.

faits historiques, des chartes, etc. Paris, 1750. A melhor edição é talvez a de Paris, 1783-87, 3 vols. A obra foi começada por D. Maur-François d'Antine, D. Clément e D. Durand e continuada e publicada por D. F. Clément.

(90) Os indígenas brasileiros contavam a idade pelo caju, que frutificava apenas uma vez por ano. Cf. Johan Nieuhof, *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*, ed. brasileira preparada por José Honório Rodrigues, São Paulo, Livraria Martins, 1942, 300; Georg Marcgrave, *História Natural do Brasil*, São Paulo, 1942, 95; Guilherme Piso, *História Natural do Brasil*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1948, 66. Sobre os dias da semana em português, cf. Paiva Boléo, *Biblos*, vol. 15, p. 579, e vol. 16, 655. Aí se mostra por que a designação portuguesa dos dias da semana é enumerativa e não igual à das outras línguas cultas. A razão se deve buscar não na influência moura, como afirmou o Prof. Wilhelm Giese, mas na influência da Igreja e da linhagem eclesiástica no território lusitano. Sobre os dias da semana no folclore, vide Antônio Osmar Gomes, "Dias da semana", *O Jornal* (Rio de Janeiro), 27 de fev. de 1955.

(91) Sobre o Calendário Romano e a Reforma Juliana, cf. J. S. Reid, "Chronology", *A companion to Latin Studies*, editado por Sir John Ed. Sandys, 3.^a ed., Cambridge, 1943, 90-148.

Quanto aos anos de 366 dias ou bissextos, só o seriam aquêles cujos dois primeiros algarismos fôsem divisíveis por quatro, como 1700, 1800 e 1900, ao contrário de 1600 e 2000.

Essa correção não foi logo geralmente aceita, de modo que se torna conveniente conhecer as épocas de sua aceitação pelas diversas nações mais importantes. Em Portugal, na Itália e na Espanha, fêz-se a alteração tal como fôra prescrita, passando o dia 4 de outubro de 1582 a ser 15 de outubro. A lei portugueza que tal determinou leva a data de 20 de setembro de 1582 ⁽⁹²⁾. A Dinamarca aceitou-a no mesmo ano, mas não exatamente como fôra prescrita. Também na França a mudança só feita em 9 de dezembro desse ano, que passou a ser 20 de dezembro. A Inglaterra só adotou a Reforma Gregoriana em 1752, passando o dia 2 de setembro desse ano a ser 14 de setembro. A Holanda adotou-a em 1700, a Alemanha em 1775 e a Rússia só depois da Revolução Comunista de outubro de 1917.

No Rio de Janeiro, foi somente a 5 de novembro de 1583 que chegou a provisão real que mandava que em tôdas as justiças, nos cartórios, judiciais, de notas e órfãos, nas cartas, alvarás, provisões, contratos, têrmos, autos judiciais, e em quaisquer escrituras, nas promessas e obrigações se concedessem mais dez dias em lugar dos que foram diminuídos ⁽⁹³⁾.

Para transformar uma data do antigo calendário juliano para o calendário gregoriano é necessário, entre 1582 e 28 de fevereiro de 1700, ajuntar 10 dias; de 1.º de março de 1700 a 28 de fevereiro de 1800, ajuntar 11 dias; de 1.º

(92) Portugal não poderia deixar de ser dos primeiros a adotar a reforma gregoriana, de vez que desde 1516 o Papa havia pedido a D. Manuel que remetesse os pareceres dos homens mais doutos do reino. Cf. *Breve Desiderabamus jam dudum*, in *Corpo Diplomático Português*, Lisboa, 1862-1902, vol. 1, 397-398.

(93) Cf. "Traslado de uma Provisão de S. M. de Lei que o sumo Pontífice lhe mandou, sobre o Calendário novo que fêz". — A Provisão Real é de 20 de setembro de 1582 e a trasladação oficial pelo escrivão da Câmara do Rio de Janeiro foi feita em 5 de novembro de 1583. *Arquivo do Distrito Federal*, 1894, t. 1, 446-448.

de março de 1700 a 28 de fevereiro de 1900, 12 dias; e, finalmente, 13 dias depois de 1.º de março de 1900 (94).

Para mostrar um exemplo da necessidade de se conhecerem as épocas da aceitação do Calendário Gregoriano pelas outras nações, basta lembrar que a data de 30 de novembro de 1594, que é a geralmente indicada pelos nossos cronistas como a da partida da esquadilha de James Lancaster da Inglaterra deve ser corrigida para 10 de dezembro, de vez que ainda estava em vigor entre os ingleses o Calendário Juliano (95). Assim também a data de 30 de março de 1595, atribuída por Varnhagen ao dia em que teve lugar o saque de Lancaster a Recife, deve ser corrigida para 9 de abril (96). O ataque de Withrington e Lister à Bahia se deu a 11 de abril de 1587, segundo o estilo juliano, ou seja a 21 de abril, segundo a reforma gregoriana (97).

Outro exemplo curioso é o relativo à data da descoberta do Brasil. Autores da importância de Varnhagen, afirmam que se deve celebrar tal data em 3 de maio, devido à reforma do Calendário Juliano para o Gregoriano (98). Ora, isso não é exato, em primeiro lugar, porque a Reforma foi

(94) A. Giry, *Manuel de diplomatique*, Paris, 1925, 165-168.

(95) Barão do Rio Branco, *Efemérides Brasileiras*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946, ed. do Ministério das Relações Exteriores, 559.

(96) Francisco Adolfo de Varnhagen, *História Geral do Brasil*, 3.ª ed., São Paulo, Cia. Melhoramentos, s. d., t. 2, 50, nota 37 de Rodolfo Garcia, e Rio-Branco, *Efemérides Brasileiras*, ed. de 1948 do Ministério das Relações Exteriores, dá a data de 24 de março para o saque de Lancaster a Recife e a corrige para 9 de abril, com evidente equívoco. A data juliana de 30 de março vem em R. Hakluyt, *The principal navigations, Voyages, Traffiques, and Discoveries of the English Nation*, etc. London, 1600, 3.º v., 708.

(97) Cf. Capistrano de Abreu, Prolegômenos à *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, São Paulo, Cia. Melhoramentos, s. d., 3.ª ed., 246-247. A viagem vem transcrita em R. Hakluyt, obra citada na nota anterior, 762. Naturalmente, tôdas as datas relativas aos sucessos dos corsários ingleses do século XVII têm de ser convertidas para o calendário gregoriano até 2 de setembro de 1752, quando a Inglaterra aceitou a reforma.

(98) Francisco Adolfo de Varnhagen, *História Geral do Brasil*, 3.ª ed., 1.º vol., 73. Da mesma opinião participou Beaurepaire Rohan, que teve a pachorra de pôr em paralelo os dois Calendários reduzindo as datas. Cf. "Breve discussão cronológica acerca da descoberta do Brasil", *Brasil Histórico* de Melo Moraes, 2.º sem., t. 1, 1866, 146-147, e *RIHGB*, t. 32, 2.ª parte, 231-232. Em 1880, Beaurepaire Rohan retificou sua opinião, dizendo que a carta de Caminha era um documento inofismável sobre a data de 22 de abril. Cf. "O primitivo e o atual Pôrto Seguro", *RIHGB*, t. 43, parte 2.ª, 17-18.

feita 82 anos depois da descoberta e ela, como se sabe, não teve efeito retroativo; em segundo lugar, se a aplicássemos, ainda assim a data do descobrimento não seria 3 e sim 2 de maio. Provavelmente, a circunstância da Igreja festejar, no dia 3 de maio, a Invenção da Santa Cruz, foi que levou alguns cronistas, especialmente Gaspar Correia (1495-1565) ⁽⁹⁹⁾ a aliar essa data à descoberta de Vera Cruz de Cabral. Tal não se tinha verificado porque o nome de Vera Cruz fôra dado à terra na quarta-feira, 22 de abril, e a própria cruz fôra plantada em 1.º de maio. A Invenção da Cruz não influiu, assim, no nome, nem a ereção, mas sim a Cruz da Ordem de Cristo, com que tôdas as velas das naus vinham assinaladas ⁽¹⁰⁰⁾.

Em 1822, Antônio Gonçalves Gomide, por insinuação de Diogo de Toledo Lara y Ordonhes, propôs que sendo o dia 3 de maio o do descobrimento, fôsse êste destinado para a abertura do parlamento brasileiro ⁽¹⁰¹⁾.

Existe, dêste modo, uma data convencional da descoberta do Brasil, 3 de maio, e a verdadeira data, que é 22 de abril. Não há dúvida possível quanto a isso, pois a carta de Pero Vaz de Caminha é um documento incontestável para êsse fato.

Assim como houve várias tentativas na história universal de reformas da era cristã por novas eras, como é o caso do Calendário Republicano, adotado por ocasião da Revolução Francesa ⁽¹⁰²⁾, assim também, no Brasil, o decreto de 10 de dezembro de 1822 declarava que sendo conveniente memorizar a gloriosa época da Independência do

(99) Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1858-63.

(100) Capistrano de Abreu, Livros I e II da *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1877, 7, n. 8; idem, "Três de Maio", *Kosmos*, maio de 1905; e J. Carlos Rodrigues, in *Jornal do Comércio*, 3 de maio de 1905.

(101) Antônio Gonçalves Gomide, "Dia 3 de maio e abertura do Parlamento Nacional", *RIHGB*, t. 48, 1885, parte 1, 593-94. Cf. também José Antônio Pimenta Bueno, *Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição*, Rio de Janeiro, 1857, 125-126.

(102) Sôbre o Calendário Republicano, vide A. Giry, *Manuel de Diplomatie*, Paris, Felix Alcan, 1925, 169-174.

Brasil e sua elevação à categoria de Império, os diplomas daí em diante publicados, rubricados e assinados pelo Imperador deviam levar sempre depois de sua data o número de anos decorridos depois da Independência, que se deveria contar desde o memorável dia 12 de outubro daquele ano. Assim, a partir de 12 de outubro de 1822, iniciou-se uma nova era no Brasil ⁽¹⁰³⁾.

Dêsse decreto também se conclui um fato curioso do ponto de vista cronológico. Sete de setembro não foi a princípio comemorado como o dia em que se celebrava o ato da nossa Independência. Legalmente, a data da celebração foi, de início, 12 de outubro. E na proclamação de 21 de outubro de 1822 se dizia pela primeira vez num documento público: “Tal é o estado do Brasil desde o dia 12 de outubro. Desde o dia 12 de outubro êle não é mais parte integrante da Monarquia Portuguesa”.

Foi somente com a publicação, em 1826, da *História dos principais sucessos do Brasil*, do Visconde de Cairu, que se passou a considerar o dia 7 de setembro de 1822 como

(103) Visconde de Cairu, *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Na Tip. Imperial e Nacional, 1826-1830, 1.º vol., 59. Não consta da *Coleção de Leis do Brasil* de 1822, da Imprensa Régia, qualquer decreto no sentido de considerar o dia 12 de outubro dêsse ano o início de uma nova era. Nesta data encontramos decreto perdoadando deserções de militares. Datado de 13 de outubro é o decreto ordenando que a partir de então se usasse nos tribunais e mais repartições públicas o título de Majestade Independente, quando houvesse referência ao Monarca; que nas Provisões se principiasse pela fórmula “D. Pedro, pela graça de Deus e unânime aclamação dos povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Império do Brasil” e, finalmente, que nos alvarás se usasse: “Eu, o Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil”. Não só falta nas coleções qualquer decreto do dia 12 de outubro que declárasse êsse mesmo dia como o da aclamação, como errôneamente se tem suposto, como também nenhuma menção se faz a tal fato nos Índices Cronológicos da Legislação. Cf. Antônio Manuel Fernandes Júnior, *Índice cronológico, explicativo e remissivo da legislação brasileira desde 1822 até 1848*, Niterói, 1849, 4; Jose Paulo de Figueroa Nabuco Araújo, *Legislação brasileira ou coleção cronológica das leis, decretos*, etc., Rio de Janeiro, 1837, 3 vols.; 336; *Coleção das leis e decretos do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Tip. de F. Seignol-Plancher, 1831, 1.º vol., 1. Os jornais da época, como a *Gazeta do Rio de Janeiro* (n. 124, 3.ª parte, 15 de outubro de 1822, e n. 123, de sábado, 12 de outubro de 1822), o *Espelho* (n. 95, de 15 de outubro de 1822) e o *Correio Extraordinário do Rio de Janeiro* (sábado, 12 de outubro de 1822) relatam o acontecimento da aclamação e Independência, sem referência a qualquer decreto.

a “primeira máxima época dos Anais do Brasil e fastos da sociedade, pelo ato do Príncipe Regente realizado nas margens do Ipiranga, ao dar o famoso grito de Independência e ao tirar o laço nacional das Côrtes Portuguezas (104). Mas ainda assim o Visconde de Cairu considerava o dia 12 de outubro, dia da aclamação do Príncipe Regente, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, como completando definitivamente o destino do Brasil. Pelo decreto de 18 de setembro D. Pedro estabelecia um escudo de armas e um novo tope nacional. Mas os periódicos da época, como o *Espelho*, o *Correio do Rio de Janeiro*, o *Diário do Rio de Janeiro*, não comemoram o dia 7 de setembro. É a partir de 1830, depois da publicação do livro do Visconde de Cairu, que os jornais, entre os quais podemos citar o *Jornal do Comércio*, registram a efeméride.

Foi Capistrano de Abreu quem retificou inteiramente a cronologia da conquista do Maranhão, que na *História Geral* de Varnhagen se achava de tal modo embaralhada que constituía um verdadeiro quebra-cabeça (105).

O estabelecimento da data precisa da proclamação da Confederação do Equador promoveu uma das mais curiosas polêmicas jamais havidas no Brasil, pela fôrça dos que se agruparam em tórno do dia 2 de julho, e a fraqueza histórica nata do opositor, que apenas se utilizou de processos de advogado e jornalista. Em 1908, Pereira da Costa publicava uma erudita investigação sôbre o dia preciso

(104) Realmente, no *Diário Fluminense* de 9 de setembro de 1826 comemora-se a data com uma notícia especial e com a assinatura da Lei que declarava os dias de festividade nacional, entre os quais se incluía o 7 de setembro. Cf. *Diário Fluminense*, n. 58, de sábado, 9 de setembro de 1826 e n. 91, de 18 de outubro de 1826, quando foi publicada a Carta de Lei. Visconde de Cairu, *História dos principais sucessos políticos do Império do Brasil*, Rio de Janeiro, Na Tip. Imperial e Nacional, 1826-1830, 52. A proclamação de 21 de outubro de 1822 encontra-se nas Coleções acima mencionadas, e na de Nabuco, 338.

(105) Francisco Adolfo de Varnhagen, *História Geral do Brasil*, 3.^a ed., 2.^o vol., 178, e Capistrano de Abreu, *Prolegômenos à História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, São Paulo, Cia. Melhoramentos, s. d., 432 e 433-36.

em que se iniciou a Confederação do Equador ⁽¹⁰⁶⁾. Sustentava que esta fôra proclamada a 2 de julho e não a 24, conforme sempre se comemorara. Seus argumentos eram decisivos. Conheciam-se dois documentos da época, a Proclamação datada de 2 de julho e o Manifesto sem data, por Abreu e Lima datado de 24, apesar dêle mesmo declarar o dia 2 como o da proclamação. Ora, não seria possível o dia 24, porque, em primeiro lugar, no dia 26, no Rio de Janeiro, tomava o govêrno imperial várias providências administrativas e militares suspendendo as liberdades constitucionais em Pernambuco; e segundo porque a 30 era publicado, no *Diário Oficial*, o citado Manifesto, partindo Lorde Cochrane, a 2 de agôsto, do Rio de Janeiro, para dominar a revolta. Como seria possível conhecer-se a Revolução dois dias depois, publicar-se o Manifesto seis dias depois e organizar-se uma esquadrilha, quando não havia telégrafo e comunicações fáceis? Além do documento datado e do não datado, lembrava Pereira da Costa os atos do govêrno revolucionário entre 2 e 24 de julho, registrados nos Livros de Portarias e o do Registro de Ofícios, de 1824, que se conservaram na Secretaria do Govêrno. Essa documentação inédita revelava várias providências administrativas, militares e de adesão de outras províncias, tomadas entre aquelas datas, impossíveis, caso a Confederação se tivesse verificado a 24. Era, como se vê, uma impressionante argumentação, inspirada nas mais autênticas fontes, que nada deixava a suspeitar. Em 1917, Oliveira Lima publicava no *Diário de Pernambuco* um artigo pleiteando a modificação oficial da comemoração, baseado, naturalmente, no estudo de Pereira de Costa ⁽¹⁰⁷⁾. Mário Melo decide, a 21 de junho, apresentar a proposta da mudança ao Instituto Arqueológico ⁽¹⁰⁸⁾. Inicia-se então a polémica, com a objeção de Gonçalves Maia à referida mu-

(106) Pereira da Costa, artigo sôbre a data da Confederação do Equador, *RIAGP*, v. 13, 1908, 272-342.

(107) Oliveira Lima, artigo sôbre a Confederação do Equador, *Diário de Pernambuco*, 17 de junho de 1917, transcrito na *RIAGP*, vol. 20, 1918, 1-6.

(108) Mário Melo, artigo sôbre a Confederação do Equador, *RIAGP*, v. 20, 1918, 6-8.

dança. Houve réplicas e tréplicas, outros intervieram, e afinal a questão, submetida ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, teve seu ponto final no laudo de Pedro Lessa a favor do dia 2 de julho (109).

Edgar de Cerqueira Falcão sustentou, na tese “O estabelecimento da Fortaleza — Cidade do Salvador na Bahia de Todos os Santos, em 1549. O Predicamento de Cidade”, apresentada ao Primeiro Congresso de História da Bahia (Salvador, 19 a 29 de março de 1949), que se devia considerar 1.º de maio de 1549 a data simbólica do estabelecimento oficial da Cidade do Salvador, dia em que se deu posse a dois funcionários privativos da Cidade, e quando se iniciou a remuneração de carpinteiros e pedreiros. Rejeitou, assim, a data de 29 de março, dia da chegada de Tomé de Sousa à Bahia. A tese recebeu muita contestação e foi publicada com nota suplementar e documentação (110), revelando exame crítico e inteligente

(109) Gonçalves Maia, sôbre a Confederação do Equador, *A Província*, 29 de junho de 1917. Ao artigo de Gonçalves Maia replicou Mário Melo, *RIAGP*, v. 20, 36-37, e Gonçalves Maia, treplicando, escreveu nove artigos, aos quais respondeu Oliveira Lima, em seu artigo “História e Histórias” (*RIAGP*, v. 20, 36-60). Oliveira Lima decide apresentar a questão ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que incumbiu Basílio de Magalhães de dar parecer, o que foi feito, a 16 de outubro de 1917: “A verdadeira data da Confederação do Equador”, *Diário Oficial* de 20 de outubro de 1917, transcrição na *RIAGP*, v. 20, 60-77. Mas Gonçalves Maia, teimoso, e não se deixando intimidar pelas autoridades que se lhe opunham, escreveu uma Carta aberta ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (*RIAGP*, v. 20, 77-86), à qual respondeu surpreendido Basílio de Magalhães (“Réplica”, *RIAGP*, v. 20, 86-91). A argumentação de Gonçalves Maia era fraquíssima e se mantinha à custa de sua teimosa ignorância histórica, especialmente em questão de fontes, e de seus sofismas e ardis, mais de rábula que de historiador. Êle escrevia e reescrevia que não existindo um documento cabal, irrecusável, que determinasse a data exata, não havia razão para alterar a que era oficialmente considerada. A proclamação de 2 de julho não era tida como documento irrecusável, apenas porque se não referia à Confederação, embora se apelasse para a união das seis Províncias, que foram as que desejaram reunir-se na Confederação. Esta foi exatamente a base do laudo de Pedro Lessa, chamado, por fim, a dirimir a questão (*RIAGP*, v. 20, 91-95). Dizia o grande jurista e historiador que com a data de 24 não se conhecia nenhum documento, de vez que ela fôra atribuída posteriormente por Abreu e Lima, e com a segunda se conhecia a proclamação, cuja data ninguém punha em dúvida e que se não fala em Confederação do Equador “é um ato formal de rebelião, é o início de uma perfeita revolução, e o fim dessa revolução só podia ser (e sôbre isto não é permitida nenhuma dúvida) a Confederação do Equador”.

(110) São Paulo, 1949, 102.

das fontes e argumentação muito sólida. As discussões sobre datas, com fins comemorativos, representam pouco para o conhecimento histórico e suscitam debates apaixonados, em que desaparece a crítica histórica.

Seria também conveniente apontar que no Brasil tanto o calendário maçônico como o positivista tiveram a sua influência bem acentuada. Foi tal a importância da maçonaria no Brasil que é muito comum encontrar, na época de seu predomínio mais acentuado, da Independência até a Questão Religiosa, documentos com datas maçônicas. O Calendário seguido pelos maçons brasileiros foi o dos maçons escoceses ⁽¹¹¹⁾.

Exemplo característico de fato conhecido com data maçônica convertida erroneamente ao estilo vulgar é o da Sessão do Grande Oriente em que Gonçalves Lêdo pronunciou um discurso declarando ser chegada a ocasião de proclamar-se a Independência e a realeza constitucional. Esse ato deveria efetuar-se a 12 de outubro, aniversário do Príncipe D. Pedro I. A sessão realizara-se a 20 do sexto mês maçônico, que Manuel Joaquim Meneses convertera em 20 de agosto, sendo nisso seguido por Luís F. da Veiga e mais tarde por Rio Branco. Melo Moraes e Varnhagen fizeram corretamente a mudança ⁽¹¹²⁾. Em 1922, o Instituto Histórico comemorava solenemente, e quase diríamos oficialmente a efeméride a 20 de agosto ⁽¹¹³⁾, louvado, naturalmente, no descrédito de Melo Moraes e na autoridade de Rio Branco, que corrigira Varnhagen de seu suposto erro. Mas o desacerto de Meneses provinha do seu desconheci-

(111) Sobre o calendário dos maçons brasileiros, vide o manuscrito da Biblioteca Nacional "Guia dos Maçons Escoceses ou Regulador dos trabalhos das Oficinas do Rito Escocês antigo e aceito do círculo do Sap.: Gr.: Ori.: do Brasil Primeiro Grau. Coordenado por ordem superior pelo Dr. Melo Moraes. Gr.: 33 e membro ativo do M.: P.: S.: Conselho". I, 32, 23, 12.

(112) Manuel Joaquim Meneses, *Exposição Histórica da Maçonaria no Brasil, particularmente na Província do Rio de Janeiro*, 1857, 39; Luís F. da Veiga, *O Primeiro Reinado*, Rio de Janeiro, 1877, 34. Melo Moraes, *Brasil Histórico*, ano 1, 1864, n. 46; Varnhagen, *História da Independência*, 1.^a ed., t. 79 da *RIHGB*, 1916; 2.^a ed., vol. 175 da *RIHGB*, 1938, 204; Barão do Rio-Branco, *Efemérides Brasileiras*, Rio de Janeiro, 1946, 388.

(113) Cf. Max Fleiuss, "Centenário da Sessão do Grande Oriente de 20 de agosto de 1822", *RIHGB*, t. esp., Ano da Independência, 299-314.

mento do calendário maçônico, e o acerto de Melo Morais de sua relação com êsses problemas sôbre os quais escrevera um Guia, sendo também a data correta facilmente verificável no almanaque maçônico *Astrea* ⁽¹¹⁴⁾. O ano maçônico começa a 21 de março, segundo o rito escocês, adotado pelos maçons brasileiros. Assim, o sexto mês maçônico, Elul, começa a 21 de agosto e termina a 20 de setembro, e o dia 20 de Elul não corresponde a 20 de agosto, como se converteu erroneamente, e sim a 9 de setembro.

Os melhores trabalhos nacionais de consulta ⁽¹¹⁵⁾ são as *Efemérides* do Barão do Rio Branco e os "Auxílios Cronológicos" de Varnhagen, e de referência estadual os de Xavier da Veiga e Manuel Barata.

BIBLIOGRAFIA DE CRONOLOGIA NO BRASIL.

Jorge A. Padberg Drenkpol, "Calendário invariável e método prático e fácil de achar o dia da semana para uma data qualquer", *Boletim do Museu Nacional* (Rio de Janeiro), junho de 1928, n. 2, 31-47; General Inácio de Abreu e Lima, *Sinopse ou dedução cronológica dos fatos mais notáveis da História do Brasil*, Pernambuco, M. F. de Faria, 1845; Agostinho Marques Perdigão Malheiro, *Índice cronológico dos fatos mais notáveis da história do Brasil desde seu descobrimento em 1500 até 1849*, Rio de Janeiro, Tip. de F. de Paula Brito, 1850; Francisco Adolfo de Varnhagen, *História Geral do Brasil*, 3.^a ed., São Paulo, Cia. Melhoramentos, s. d. Cf. os Auxílios Cronológicos, 5.^o vol., para verificar as datas e fatos; Caetano Lopes de Moura, *Epítome cronológico da história do Brasil*, Paris, Aillaud, Monlon & C., 1860; Luís Francisco da Veiga, *Estudos históricos. Sinopse cronológica das revoluções, motins, sedições militares e grande crise constitucional havidos no*

(114) *Astrea*, Almanaque Maçônico para 5847, Rio de Janeiro, Tip. Univ. de Laemmert, 1847; Aníbal Gama, "O Calendário Maçônico e um erro de Rio Branco", *Correio da Manhã*, 14 de novembro de 1947.

(115) Para a cronologia geral, cf. A. Giry, *Manuel de Diplomatie*, Paris, 1925, onde se encontram tábuas comparativas das várias cronologias; E. Cavaignac, *Chronologie de l'Histoire Mondiale*, Paris, Payot, 1946; Jean Delorme, *Chronologie des Civilisations*, Presses Universitaires de France, 1949.

Brasil de 1554 a 1848, Rio de Janeiro, s. d.; [J. Norberto de S. Silva], "Efemérides Nacionais", por Fluvianos, *Revista Popular*, XIII-XVI, 1862; Henrique de Beaurepaire Rohan, *Sinopse genealógica, cronológica e histórica dos Reis de Portugal e dos Imperadores do Brasil*, Rio de Janeiro, Tip. Paula Brito, 1864; José de Vasconcelos, *Datas célebres e fatos notáveis da história do Brasil desde a sua descoberta até 1870*. 1.º vol. 1500 a 1699. Pernambuco, Tip. do Jornal do Recife, 1872; J. A. Teixeira de Melo, *Efemérides Nacionais*, Campos, 1878; J. M. de Macedo, *Efeméride Histórica do Brasil*, Rio de Janeiro, Tip. do Globo, 1877; Guilherme Studart, *Datas e fatos para a história do Ceará*, Fortaleza, 1896-1924, 3 vols.; A. A. P. C., "Efemérides Rio-grandenses", *Anuário de Graciano Azambuja*, 1888, 156-177; José Pedro Xavier da Veiga, *Efemérides mineiras (1664-1897)*, Ouro Preto, Impr. Of. do Estado de Minas Gerais, 1897, 4 vols.; Barão do Rio Branco, *Efemérides brasileiras*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1946, ed. do Ministério das Relações Exteriores; José Jacinto Ribeiro, *Cronologia paulista ou relação histórica dos fatos ocorridos em São Paulo desde a chegada de Martim Afonso de Sousa a S. Vicente até 1898*, São Paulo, 1889, 3 vols.; M. de M. Cardoso Barata, "Efemérides paranaenses", *RIHGB*, t. 90, 1922, 144; Souza Docca, "Efemérides", *RIHGRGS*, 1924, IV, 133; Mário Melo, *Síntese cronológica de Pernambuco*, Recife, Imprensa Oficial, 1943; João Dornas Filho, *Efemérides Itauenses*, Belo Horizonte, 1951.

8. Bibliografia

A bibliografia é a mais importante das disciplinas auxiliares da história. A palavra bibliografia significa originalmente a escrita de livros e não uma lista de livros já escritos, que é o seu sentido atual. Ela é, na verdade, uma disciplina auxiliar de todas as ciências.

Para a história, que depende, como ciência do passado, do conhecimento das fontes de cada época, ela é de capital importância. É especialmente para atender aos apelos da história e para satisfazer as tarefas desta que a bibliografia trabalha: a própria bibliografia corrente não é senão registro da história e da historiografia atuais. Manter informados os pesquisadores, os eruditos, os servi-

dores públicos, os dirigentes do Poder Executivo, do Congresso, e do Judiciário é uma parte vital do trabalho de educação política.

Em princípio, a Biblioteca Nacional, que é o maior centro bibliográfico brasileiro — reconhece que suas atividades bibliográficas dependem da mais íntima cooperação de eruditos, editôres e especialistas de todos os campos de atividade intelectual que queiram fornecer informações. Só assim ela poderá realizar a sua importante tarefa de coordenação nacional através do livro brasileiro, que é expressão de sua história, sua economia, sua terra, sua gente e sua aspiração.

A bibliografia nasce com as obras de Nicolau Antônio, *Bibliotheca Hispana Vetus* (1696) e *Bibliotheca Hispana Nova* (1572), que são não só as primeiras bibliografias históricas como até hoje indispensáveis para o estudo da história da Península Ibérica. A Nicolau Antônio segue-se Diogo Barbosa Machado, abade de Sever, que escreveu a *Biblioteca Lusitana*. Barbosa Machado havia reunido uma preciosa biblioteca que continha mais de cinco mil volumes. Essas obras foram oferecidas a D. José I e formaram a Biblioteca Real. Quando o Príncipe Regente, em 1808, veio para o Brasil, trouxe com êle esse precioso acervo, que ficou constituindo o fundo inicial da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. A coleção Barbosa Machado foi minuciosamente estudada pelo Barão de Ramiz Galvão, que publicou nos *Anais* da Biblioteca Nacional um excelente estudo biobibliográfico sobre o Abade de Sever e seus livros.

O mais amadurecido exemplo de bibliografia histórica no Brasil é o *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, dirigido por Ramiz Galvão e publicado em 1881. Uma das primeiras tentativas de organização de uma bibliografia histórica regional foi feita por Alfredo de Carvalho, em 1898 ⁽¹¹⁶⁾. Vários outros empreendimentos individuais e

(116) "Bibliografia histórica de Pernambuco", *RIAGP*, n. 52, 1898, 346-348. Sobre o plano, vide José Honório Rodrigues, "Alfredo de Carvalho", in *ABN*, vol. 76 a sair.

oficiais revelam o grau de desenvolvimento da bibliografia geral no Brasil, como se verifica pela lista que se segue. Parece-nos que se pode afirmar que no campo da bibliografia retrospectiva as maiores realizações, pela amplitude da pesquisa, pela riqueza da informação e pelo cuidado dos processos técnicos são, na história, a *Bibliotheca Exótica*, de Alfredo de Carvalho, que compilou tãda a vasta literatura estrangeira sôbre o Brasil ⁽¹¹⁷⁾ e o *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros* (parte histórica), embora êste não seja mais completo, até 1881, que o CEHB, e não cubra bem o período posterior (1881-1949) em vários capítulos. A *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês*, de José Honório Rodrigues, é a mais extensa bio-bibliografia de um capítulo da nossa história geral. Na parte literária a primazia geral cabe à *Pequena Bibliografia Crítica de Literatura*, de Oto Maria Carpeaux, bem como, no setor especial, à *Bibliografia da História da Literatura Brasileira* de Sílvio Romero, feita por Antônio Simões dos Reis, pois nesta se limita às obras citadas no livro de Sílvio Romero. Simões dos Reis, que é hoje, sem dúvida, o maior bibliógrafo brasileiro, pela infatigável pesquisa a que se dedica e pela vasta informação que coligiu, é o autor da melhor *Bibliografia das Bibliografias Brasileiras* e de várias contribuições bibliográficas.

No campo retrospectivo especializado, cabe ainda destacar a monumental e exaustiva *Bibliografia de Machado de Assis*, de Galante de Souza, a *Bibliografia de Gonçalves Dias* de M. Nogueira da Silva, a de Joaquim Nabuco, de Osvaldo Melo Braga, e a *Bibliografia Musical Brasileira*, de Luís Heitor Correia de Azevedo, bem como a *Bibliografia de Etnologia*, de Herbert Baldus.

Na bibliografia corrente, o *Boletim Bibliográfico* da Biblioteca Nacional, o *Boletim Bibliográfico Brasileiro*, do Sindicato Nacional das Emprêsas Editôras de Livros, e o *Registo Bibliográfico* da Biblioteca Municipal de São Paulo

(117) A Biblioteca Nacional já enviou para a Imprensa Nacional os manuscritos que completam a *Bibliotheca Exótica* e mais a Biblioteca Exótica Geográfica e a Biblioteca Exótica Pernambucana.

alistam, do ponto de vista geral, grande parte ou quase tôda a produção bibliográfica nacional.

Na bibliografia corrente especializada, a *Bibliografia de História do Brasil*, do Ministério das Relações Exteriores, e a Secção "Jornais Brasileiros" do *Anuário Brasileiro de Imprensa*, são os únicos empreendimentos. O Instituto Nacional do Livro e a Biblioteca Nacional são as duas instituições que mais têm impulsionado êsses estudos. Afora as obras publicadas, ambas têm em plano e preparo várias bibliografias especializadas ⁽¹¹⁸⁾.

O problema da descrição bibliográfica e sua uniformidade técnica, o processo de planejar, preparar e arrumar uma bibliografia, as soluções para o problema do cabeçalho da ficha principal, um autor, ou vários, coleções, edições anotadas, traduções etc., podem ser solucionados com a ajuda do *Bibliographical Procedures & Style. A Manual for Bibliographers in the Library of Congress* ⁽¹¹⁹⁾, muito mais prático e eficiente que os trabalhos de Fredson Bowers ⁽¹²⁰⁾ e Curt E. Bühler, James G. MacManaway e Lawrence C. Wroth ⁽¹²¹⁾.

Damos, a seguir, uma indicação bibliográfica simplesmente exemplificativa, e não exaustiva, incluindo apenas os trabalhos mais importantes.

BIBLIOGRAFIA DAS BIBLIOGRAFIAS

a) *Bibliografia das Bibliografias históricas:*

Charles Langlois, *Manuel de bibliographie historique*, Paris, 1901-1904, 2 vols.; P. Caron, *Bibliographie critique des principaux*

(118) A Biblioteca Nacional, afora a *Bibliotheca Exótica* de Alfredo de Carvalho, prepara o 2.º vol. da *Biblioteca Brasiliense* de José Carlos Rodrigues, e a bibliografia de Joaquim Manuel de Macedo.

(119) Washington, 1954, por Blanche P. McCrum e Helen D. Jones. As *Normas para a catalogação de impressos da Biblioteca Apostólica Vaticana*, São Paulo, Ipê, 1949, apesar de dedicadas à catalogação, ajudam o bibliógrafo.

(120) *Principles of Bibliographical Description*, Princeton Univ. Press, 1950.

(121) *Standards of Bibliographical Description*, Univ. of Penn. Press, 1950.

travaux parus sur l'Histoire de 1600 a 1914, Paris, Maison du Livre Français, 1935; Edith M. Coulter, *Guide to historical bibliographies, a critical and systematic bibliography for advanced students*, Berkeley, 1927; *A Guide to historical literature*, New York, Macmillan, 1937. A principal bibliografia histórica corrente é a *International Bibliography of Historical Sciences*, editada pelo International Committee of Historical Sciences, a partir de 1931.

b) *Bibliografia das bibliografias portuguesas:*

A principal bibliografia das bibliografias portuguesas é de Antônio Joaquim Anselmo, *Bibliografia das bibliografias portuguesas*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1923.

c) *Bibliografias históricas portuguesas:*

Diogo Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana, histórica, crítica e cronológica*, Lisboa, 1741-59, 4 vols. e Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico português*, Lisboa, 1858-1923, 22 vols.; Ramiz Galvão, "Diogo Barbosa Machado", *ABN*, vols. 1, 3 e 8; Ramiz Galvão, "Notas bibliográficas. Adição a Barbosa Machado e Inocêncio da Silva", *ABN*, vols. 1 e 3; João Maria José Francisco Xavier de Paula Luís Antônio Domingos Rafael, *Biblioteca histórica de Portugal e seus domínios ultramarinos*, Lisboa, Tip. Calcográfica, Tipoplástica e Literária do Arco do Cego, 1801; José César de Figanière, *Bibliografia histórica portuguesa*, Lisboa, Tip. do Panorama, 1850; Edgar Prestage, "Sumário duma bibliografia histórica portuguesa", *Revista de História*, n. 2, out.-dez. de 1914, 350-353; Aubrey Bell, *Portuguese bibliography*, Oxford Univ. Press, 1922;

d) *Bibliografia das bibliografias brasileiras:*

A principal bibliografia das bibliografias é de Antônio Simões dos Reis, *Bibliografia das bibliografias brasileiras*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942.

e) *Bibliografias históricas brasileiras:*

"Catálogo da Exposição de História do Brasil", *ABN*, vol. 9, 1881-1882, Suplemento, 1883; "Catálogo da Exposição permanente de cimélios", *ABN*, vol. 11, 1883; Alfredo do Vale Cabral, "Bibliografia brasileira. Estudos", *ABN*, v. 1, 1876; *Catálogo dos livros da Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1893; A. L. Garraux, *Bibliographie Brésilienne*, Paris, 1898; Oscar Canstatt, *Kritisches Repertorium der Deutsch-Brasilian-*

nischen Literatur, Berlin, Dietrich Reimer, s. d.; Oscar Canstatt, *Nachtrag zum Kritischen Repertorium der Deutsch-Brasilianischen Literatur*, Berlin, Dietrich Reimer, 1906; *Catálogo da Coleção Salvador de Mendonça*, Rio de Janeiro, Ofic. Tip. da Biblioteca Nacional, 1906, Separata do vol. 27 dos ABN; José Carlos Rodrigues, *Biblioteca Brasiliense, Catálogo anotado dos livros sobre o Brasil*, etc., Rio de Janeiro. Tip. do Jornal do Comércio, 1907; Alfredo de Carvalho, *Bibliotheca Exótica Brasileira*, Publicada... sob a direção de Eduardo Tavares, Rio de Janeiro, Pongetti & C., 1929-30, 3 vols.; Alan K. Manchester, *Descriptive bibliography of the Brazilian section of the Duke University Library*, Reprinted from the *Hispanic American Historical Review*, vol. XIII, ns. 2 e 4, 1933; Rubens Borba de Morais e William Berrien, *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, Gráfica Editôra Souza, Rio de Janeiro, 1949.

f) *Bibliografias históricas espanholas e hispano-americanas:*

Antonio de Leon Pinelo, *Eptome de la Bibliotheca Oriental y Occidental, nautica y geografica*, Madrid, 1629; Nicolau Antônio, *Bibliotheca hispana vetus*, Madrid, 1788; *Bibliotheca Hispana Nova Madrid*, 1783-1788, 2 vols.; Dionísio Hidalgo, *Diccionario general de Bibliografia Española*, Madrid, 1862-1881, 7 vols.; Rafael Ballester y Castell, *Bibliografia de la historia de España*, Barcelona, Sociedad general de publicaciones, 1921; B. Sánchez Alonso, *Fuentes de la historia española e hispanoamericana*, 2.^a ed. rev. y aum. Madrid, Impr. Classica Española, 1927, 2.^a ed. 1946, 2 vols.; Francisco Vindel, *Manual gráfico-descriptivo del bibliófilo hispanoamericano (1475-1850)*, Madrid, 1930-1931, 12 vols.; M. T. Medina, *Biblioteca Hispano-Americana (1493-1810)*, Santiago de Chile, 1898-1907, 7 vols.; Cecil Knight Jones, *Hispanic American bibliographies, including collective biographies, histories of literature and selected general works... with critical notes on sources* by José Toríbio Medina, Baltimore, 1922; *Handbook of Latin American Studies*, Gainesville, University of Florida Press, 1935; Ruben Vargas Ugarte, *Historia del Perú*, Lima Fuentes, 1945; Alberto Tauro, *Bibliografia Peruana de História*, 1940-1953, Lima, 1953; Ronald Hilton, *Handbook of Hispanic Source Materials and Research*. Organization in the U. S. (1.^a ed., 1942) 2.^a ed., Stanford Univ. Press, 1956; *Bibliografia Historica de España y HispanoAmerica*, vol. 1, 1953 - 1954, Barcelona, 1955.

g) *Bibliografia das bibliografias históricas estrangeiras:*

Henri Pirenne, *Bibliographie de l'Histoire de Belgique*, Bruxelles, Maurice Lamertin, 1931; *Bibliographie générale des Pays-*

Bas, fundada por Ferd. van der Haerghen et publié sous sa direction, La Haye, Nijhoff, 1880-1934, 54 vols.; Gabriel Jacques Jean Monod, *Bibliographie de l'Histoire de France*, Paris, Hachette, 1888; *Les sources de l'Histoire de France depuis les origines jusqu'en 1815*. par A. Molinier, H. Hauser, E. Bourgeois, L. André, P. Caron, Paris, Picard, 1901-1934, 17 vols.; P. Caron, *Bibliographie des travaux publiés de 1866 à 1897 sur l'histoire de France depuis 1789*; Paris, 1912; G. Brière e P. Caron, *Repertoire methodique de l'histoire moderne et contemporaine de la France*, 1898-1913, reiniciado em 1920 sob o título *Repertoire bibliographique de l'Histoire de France*, 1920-1939; Goedfrey Davies, *Bibliography of British history, Stuart period, 1603-1714*, London, 1928; Willem Pieter Cornelis Knuttel, *Catalogue van de pamfletten-verzameling berustende in de Koninklijke Bibliotheek*, 1486-1853, Gravenhage, Gedrukt ter Algemeene Landsdrukkerij, 1889-1920, 9 tomos em 11 vols.; *Biblioteca histórico-neerlandica, Histoire des Pays-Bas, Catalogue*, La Haye, Martinus Nijhoff, 1899; Pieter Anton Tiele, *Bibliotheek van Nederlandsche Pamfletten, Eerste Afdeeling verzameling van Frederik Muller*, Te Amsterdam, 1858-1861, 3 vols.; S. de Wind, *Bibliotheek der Nederlandsche geschiedschrijvers... tot op 1815*, Midelburg, 1836; *Writings on British History, Royal Historical Society*, 1934; P. Zorzanello e outros, *Notizie Introdutive e sussidi bibliografici*, Marzoranti, Milano, 1948; Werner Trillmich, *Kleine Bücherkunde zur Geschichtswissenschaft*, Hamburg, Hoffmann und Campe Verlag, 1949; Oscar Handlin e outros, *Harvard Guide to American History*, Harvard University Press, 1954.

h) *Bibliografia das bibliografias especializadas:*

Exposição bibliográfica no bicentenário do Padre Antônio Vieira em 1897, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1897; Zophimo Consiglieri Pedroso, *Catálogo bibliográfico das publicações relativas aos descobrimentos portugueses*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1912; José dos Santos, *Bibliografia da literatura clássica luso-brasílica*, Lisboa, 1916-17; Antônio Joaquim e Proença Anselmo, *Bibliografia das obras impressas em Portugal no século XVI*, Lisboa, 1926; H. Thomas, *Short-title catalogues of Portuguese books and of Spanish American books printed before 1601, now in the British Museum*, London, Quaritch, 1926; M. Fonseca, *Elementos bibliográficos para a história das guerras chamadas da Restauração 1640-1668*, Coimbra, 1927; Edgard Prestage, *Portugal and the war of the Spanish succession, a bibliography*, Cambridge University, 1938; *Exposição bibliográfica da Restauração. Catálogo*, Lisboa, 1940; Carlos Borromeu, "Bibliografia das obras e coisas da Amazônia", *RIHGB*, vol. 212 (1951), 13-55.

A Biblioteca Nacional publicou algumas bibliografias especializadas como sejam: J. de Saldanha da Gama, "A Coleção Camoeneana da Biblioteca Nacional", ABN, vol. 1 (1876-77), vol. 2 (1876-1877) e vol. 3 (1877-78); "Garretiana da Biblioteca Nacional", ABN, vol. 21, 1900; "Catálogo da Coleção Cervantina", ABN, vol. 29, 1909; "Gonzagueana da Biblioteca Nacional", ABN, vol. 49, 1927.

O Instituto Nacional do Livro editou: M. Nogueira da Silva, *Bibliografia de Gonçalves Dias*, Rio de Janeiro, 1942; Marques Rebêlo, *Bibliografia de Manuel Antônio de Almeida*, Rio de Janeiro, 1952; Luís Heitor, *Bibliografia musical brasileira*, Rio de Janeiro, 1952; J. Galante de Sousa, *Bibliografia de Machado de Assis*, Rio de Janeiro, 1955; Antônio Simões dos Reis, *Poetas do Brasil*, Rio de Janeiro, 1941-1951, 2 vols.; *Narcisa Amália*, Rio de Janeiro, 1949.

i) *Bibliografia das bibliografias literárias:*

Antônio Simões dos Reis, *Bibliografia da História da Literatura Brasileira de Sílvio Romero*, Rio de Janeiro, 1944; Oto Maria Carpeaux, *Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1.^a ed., 1952; 2.^a ed., 1955.

Bibliografias sobre historiadores brasileiros são, por exemplo, as seguintes: Alfredo do Vale Cabral, *Vida e escritos de José da Silva Lisboa, Visconde de Cairu*, Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1881; Rodolfo Garcia, Ensaio biobibliográfico sobre Francisco de Varnhagen, in *História Geral do Brasil de Varnhagen*, 3.^a ed., São Paulo, Cia. Melhoramentos, s. d., 2.^o vol., 436-452; Basílio Magalhães, *Francisco Adolfo de Varnhagen*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1928; Armando Ortega Fontes, *Bibliografia de Varnhagen*, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1945; Tancredo de Barros Paiva, *Bibliografia Capistraneana*, São Paulo, 1931; J. A. Pinto do Carmo, *Bibliografia de Capistrano de Abreu*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1943; Osvaldo de Melo Braga, *Bibliografia de Joaquim Nabuco*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1952.

j) *Bibliografias históricas relativas a um período:*

Alcides Bezerra, *Bibliografia histórica do Primeiro Reinado, 1822-1840*, Rio de Janeiro, 1936; Hélio Viana, *Da maioridade à conciliação, 1840-1857*, Rio de Janeiro, 1945; "Catálogo da Exposição Nassoviana", ABN, vol. 51, e separata, Rio de Janeiro, 1938; G. M. Asher, *A bibliographical and historical essay on the Dutch books and pamphlets relating to New Netherland and to the Dutch*

West-India Company and to its possessions in Brazil, Angola, etc. Amsterdam, Frederick Muller, 1854-67; José Honório Rodrigues, *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1949.

Os estudos judaicos têm sido registrados em várias bibliografias, como, entre outras, as seguintes: Álvaro Neves, *Bibliografia luso-judaica*, Coimbra, 1913, Meyer Kayserling, *Bibliotheca española-portuguesa-judaica*, Strasbourg, C. J. Trubner, 1890; Antônio Ribeiro dos Santos, "Ensaio de uma biblioteca lusitana-anti-rabínica", *Memórias da literatura portuguêsã*, publicadas pela Academia Real das Ciências de Lisboa, 1866, vol. 7, 308-377; Alberto Carlos da Silva, *Bibliografia-luso-judaica*, Coimbra, 1913; Scholmo Schunami, *Bibliography of Jewish Bibliographies*, Jerusalem, At the University Press, 1936.

1) *Bibliografia das bibliografias correntes:*

Publicações bibliográficas em curso são, entre outras, o *Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, publicado desde 1919, e a *Bibliografia de História do Brasil*, editada pela Comissão de Textos de História do Brasil, do Ministério das Relações Exteriores, a partir de 1943; *Bibliografia Brasileira*, publicada pelo Instituto Nacional do Livro a partir de 1938; *Boletim Bibliográfico Brasileiro*, publicado bimestralmente sob os auspícios do Sindicato Nacional das Empresas Editôras de Livros e Publicações Culturais, a partir de 1953; *Boletim Bibliográfico*, São Paulo, a partir de 1943; Helen F. Conover, *Current National Bibliographies*, The Library of Congress, Washington, 1955.

m) *Bibliografia das bibliografias de livros raros:*

Biblioteca Americana, Catalogue of the John Carter Brown Library, Providence, R. I., 1919-1931, 3 vols. em 5; J. G. T. Graesse, *Trésor de livres rares et précieux*, Dresden, 1859-1869, 8 vols. Bartolomé José Gallardo, *Ensayo de una biblioteca española de libros raros y curiosos*, Madrid, M. Rivadeneyra, 1863-89, 4 vols.; Henry Harrisse, *Biblioteca Americana Vetustissima. A description of works relative to America*, published between 1492-1551, New York, 1866; Joseph Sabin, *A dictionary of books relating to America from its discovery to the present time*, New York, J. Sabin, 1868-1936; 29 vols.; Nicola Francesco Hayn, *Biblioteca Italiana ossia notizia de libri rari italiani*, Pressa Giovanni Silvestri, 1803; Pietro Amat di San Filippo, *Bibliografia dei Viaggiatori Italiani*, Rome, 1874-82; *Bibliographical Society of America*, 1928-36; 29 vols. Jacques Charles Brunet, *Manuel du libraire et de l'amateur de livres*, Paris, Didot, 1860-80, 9 vols.; D. Manuel II, Rei de Portugal, *Livros antigos portuguêsês, 1489-1600, da biblioteca de S. M.*

Fidelíssima, descritos por S. M. el-rei D. Manuel, Canterbury University Press, 1929-1932, organizado por Maggs Bros: 2 vols.; Antonio Palau y Dulcet, *Manual del librero hispano-americano*, Barcelona, Libreria Anticuaria, 1923-27, 7 vols.

n) *Bibliografia das Histórias Gerais:*

Louis Halphen et Ph. Sagnac Coleção "Peuples et Civilisations, Histoire Generale", Paris, Alcan, 21 vols.; *Propyläen Weltgeschichte*, Berlin, Propyläen Verlag, 1931-33, 10 vols.; Coleção "Cambridge Modern History", Cambridge Univ. Press, 1934, 14 vols.; Coleção *Clio*, Introduction aux Études historiques, Presses Universitaires de France, 1938-1953, 15 vols., 2 de Atlas; Bibliografias e referências históricas in Camille Bloch e Pierre Renouvin, *Guide de l'étudiant en histoire moderne e contemporaine*, Paris, Presses Universitaires, 1949, e W. Trillmich, *Kleine Bücherkunde zur Geschichtswissenschaft*, Hamburgo, 1949.

OBRAS DE REFERÊNCIA SÔBRE O BRASIL

Mapa dos Senadores, por T. P. de Sousa Brasil, Mss. no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, L 92, Ms. 1569; "Catálogo dos administradores da Província das Alagoas, ass. por Rodrigo de Souza da Silva Pontes", *RIHGB*, t. 3, v. 3, 1841, 515; L. da Silva Araújo e Amazonas, *Dicionario Topográfico, histórico, descritivo da comarca do Alto Amazonas*, Recife, 1952; Gonçalves Dias, "Catálogo dos capitães-mores e governadores da capitania do Rio Grande do Norte", *RIHGB*, t. 17, 1854, 22-55; "Deputados da Província da Bahia às côrtes portuguesas em 1821", *RIHGB*, 19 (1856), 85; "Cronologia do pessoal que nos diversos tempos compôs o Tribunal do Conselho da Fazenda (1808-1832)", *RIHGB*, XXI 1858, 177; Ten. Cel. José dos Santos Viegas, "Govêrno da Província do Rio Grande do Sul (1737-1859), extraído do 1.º número da Rev. Trim. do Inst. Hist. e Geog. de Província de São Pedro, e acompanhado de notas por A. P. Coruja", *RIHGRGS*, v. 23, 6. 23, 1860, 585-602; José dos Santos Viegas, "Governos do Rio Grande do Sul", *RIHGRGS*, 1860, 19; César Augusto Marques, "Catálogo dos governos que tem tido a Província do Maranhão", *RIHGB*, t. 36, 2.ª parte, 178-184; "Representação nacional em 1885", *Anuário* de Graciano Azambuja, 1886, 181-189; "Senadores e Deputados da Província do Rio Grande do Sul", *Anuário* de Graciano Azambuja, 1886, 140-146, assinado por A. A. P. C. (Crujeira); João Alves Loureiro, Barão de Javari, *Câmara dos Deputados, Organização e programas ministeriais desde 1822 a 1899*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889; "História da Província,

Comandantes, Governadores, capitães-generais e presidentes da Província do Rio Grande do Sul”, *Anuário de Graciano Azambuja*, 1890, 92-98; publicado na *RIHGB* até o 28.º presidente, incluindo correções e anotações do Comendador A. A. P. Coruja. De 1860 em diante foi completado com informações obtidas na Secretaria do Governo da Província; “Crônica Rio-grandense, 1737 a 1823. Período administrativo dos comandantes militares, governadores e capitães-generais”, *Anuário de Graciano Azambuja*, 1894, 89-97; 1895, 91-103; Pereira da Costa, “Donatários de Pernambuco e governadores seus loco-tenentes”, *RIAGP*, n. 48, 1896, 3-28; Idem, “Capitães-mores governadores loco-tenentes dos donatários de Pernambuco”, *RIAGP*, n. 50, 1897, 59-91; Idem, *idem*, n. 55, 1901, 153-200; v. 10, 1902, 97.123; n. 59, 1903, 446-459; “Deputados que tem tido Alagoas desde 1822 até 1900”, *RIHGA*, III, 1901, 89; “Presidentes e Vice-Presidentes que tem tido Alagoas desde seu primeiro governo até 1818”, *RIHGA*, III, 1901, 113; Senadores que tem tido Alagoas desde 1826 até 1900”, *RIHGA*, III, 1903, 85; Pereira da Costa, “Governo de Pernambuco. Juntas de governos provisórios (1821-1889)”, *RIAGP*, v. 44, 1909, 35-71; Raul Adalberto Campos, *Relações diplomáticas do Brasil, contendo os nomes dos Representantes Diplomáticos do Brasil no estrangeiro e os dos representantes diplomáticos dos diversos países no Rio de Janeiro de 1808 a 1912*, Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Comércio, 1913; Nomenclatura dos logradouros públicos da cidade do Rio de Janeiro, Dec. 1165, de 31 de outubro de 1917, in *Coleção de Leis Municipais e Vetos*, 1917, Rio de Janeiro, 1918; Dunschee de Abranches, *Governos e Congressos da Republica dos Estados Unidos do Brazil*, 1889-1917, São Paulo, 1918, 2 vols. Luís dos Santos Vilhena, Regedores, Chanceleres, Ministros, Juizes, Ouvidores, Governadores Gerais (1549-1788), Bispos e Arcebispos (1549-1802), in *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasíliaas*, Bahia, t. 2, 307-348, 383-486; “Relação dos Ministros e Secretários de Estado Mineiros ou Representantes de Minas de 1822 a 1921”, *RAPM*, 1921, XIX, 77; Apontamentos biográficos de algumas personagens que figuraram no período histórico de 1821 a 1823”, por João de Palma Muniz, *RIHGP*, 1922, 545-572; 1926, 141; “Lista de Deputados”, *RIHGA*, v. 12, 1927, 114-124; “Relação dos Ministros dos dois primeiros Conselhos Gerais da Província de Alagoas (1827-1833); dos deputados às Assembleias Provinciais de 1835 a 1889, dos Ministros do Congresso Constituinte de 1891 e dos Membros do Legislativo Ordinário até 1922”, *RIHGA*, v. 12, 1927, 80-224; “Deputados Alagoanos às Córtes Portuguezas”, *RIHGA*, v. 12 e 14, 1927, 1930; *Brasil Relação das condições Geográficas, econômicas e sociais do Brasil. Organizado pela Divisão Cultural*, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1929; “Deputados Alagoanos nas Córtes Portuguezas”, por

Craveiro da Costa, *RIHGA*, 1929, 14, 77-89; Boiteux, Lucas Alexandre, *Ministros da Marinha. Notas biográficas, 1808-1940, 1840-1865*; Rio de Janeiro, 1933-38, 2 vols.; Joaquim Nabuco, *Relação dos gabinetes*, in *Um estadista do Império*, 2.^a ed., 1936, t. 2, 457-471; Laurênio Lago, *Relação nominal dos generais efetivos do Exército Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1938; Idem, *Brigadeiros e generais de D. João VI e D. Pedro I no Brasil (1808-1831)*, Rio de Janeiro, Imprensa Militar, 1938; *Anuário Estatístico do Brasil*, IBGE, Conselho Nacional de Geografia, 1939; *Ministros e altos funcionários da antiga Repartição dos Negócios Estrangeiros — depois Ministério das Relações Exteriores e membros do extinto Conselho de Estado (1808-1939)*, Rio de Janeiro, 1939; Álvaro Gurgel de Alencar, *Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Estado do Ceará*, 1939; Conde de Campo Bello, *Governadores Gerais e Vice-Reis do Brasil*, Pôrto, 1940; Alfredo P. Maciel da Silva, *Os Generais do Exército Brasileiro de 1822 a 1889*, Rio de Janeiro, 1940, 2.^a ed.; Laurênio Lago, *Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal (1828-1939)*, Rio de Janeiro, Imprensa Militar, 1940; Afonso d'E. Taunay, *O Senado do Império*, São Paulo, Livraria Martins, 1941; A. Tavares de Lira, *Organização política e administrativa do Brasil (Colônia, Império e República)*, São Paulo, 1941, *Brasiliana*, v. 202; "Cronologia dos presidentes, governadores e interventores de São Paulo", *RAM*, 74, 1941, 237-258; Marcelo Caetano, *Do Conselho Ultramarino ao Conselho de Império*, Lisboa, 1943 (Lista de presidentes, conselheiros e pessoal ultramarino); Artur César Ferreira Reis, "Guia histórico dos municípios do Pará", *RPHAN*, v. 11, 1947, 233-322; Tavares Lira, "Os Ministros de Estado da Independência à República", *RIHGB*, v. 193, 3-104; J. A. Pinto do Carmo, *Ministros da Fazenda*, ed. especial, Rio de Janeiro, 1944; Afonso d'E. Taunay, *A Câmara dos Deputados sob o Império*, São Paulo, 1950; Coriolano de Medeiros, *Dicionário Corográfico do Estado da Paraíba*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 2.^a ed., 1950; Th. L. Gentil Torres, *Ministros da Guerra do Brasil, 1808-1950*, 4.^a ed., Rio, 1950; Marcos Romeiro, *História da Organização administrativa da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores (1808-1905)*, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1951; F. A. de Varnhagen, Auxílios Cronológicos, in *História Geral do Brasil* 4.^a ed., 1953, t. 5, 247-312; A. Tavares de Lira, "O Senado da República, de 1890 a 1930", *RIHGB*, v. 210, 1953, 3-102; "Governos de Minas Gerais. Império. (Presidentes da Província) 1824-1889", *Correio do Dia*, Belo Horizonte, 2-8-53; "Governos de Minas Gerais, República, 1889-1951", idem, idem, 9-8-53; Luís Souza Gomes, "Alguns Ministros da Fazenda", *Jornal do Comércio*, 22-11-1953; Luís Correia de Melo, *Dicionário de autores paulistas*, São Paulo, 1954; Maria Nicolas, *Cem anos de vida parlamentar... Depu-*

tados provinciais e estaduais do Paraná. Assembléias Legislativas e Constituintes. 1854-1954. Curitiba, Paraná, 1954 (Impressora Paranaense).

o) *Bibliografia de revistas históricas:*

Revue Historique, Revue de synthèse historique, Revue d'histoire moderne, Historische Zeitschrift, English Historical Review, Hispanic American Historical Review, Revista Storica, Revista de Historia de América (México), Revista de História (São Paulo), e as revistas brasileiras citadas no capítulo sôbre as fontes.

p) *Bibliografia de catálogos comerciais:*

Indicamos, como exemplos: *Bibliotheca Brasiliensis* publicada por Maggs Bros, Catálogo n. 546, Londres. *Bibliothèque Américaine*, por Paul Trömel, Leipzig, Brockhaus, 1861; *Books about books*, List n. 181, H. P. Kraus, New York, 1956.

9. Cartografia

Princípios gerais

A palavra cartografia foi criada pelo Visconde de Santarém ⁽¹²²⁾. Como técnica de representação da superfície terrestre, ela é um complemento da geografia; como exposição gráfica das modificações surgidas nas regiões naturais, como auxiliar na determinação das fronteiras de um Estado, mostrando as alterações sofridas no curso da história, ela é uma fonte primordial já apontada entre as fontes transmitidas por representação desenhada, gravada, estampada ou impressa. Como as outras fontes escritas, os mapas de que a cartografia se ocupa podem ser originais e secundárias, conforme comuniquem direta ou derivadamente uma informação. Mesmo os mais antigos mapas conhecidos, mais aproximados da época da descoberta e quase contemporâneos às primeiras explorações, dependeram de mapa ou esbôço de mapa original e autên-

(122) Armando Cortesão, *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI*, Lisboa, 1935, 2 vols., 364.

tico que servia de protótipo para o aluvião de mapas copiados, emendados, aumentados ou simplificados.

É sempre extremamente difícil e raramente possível encontrar o protótipo que serviu de modelo aos mapas mais antigos atualmente conhecidos. Na maioria dos casos, a base não é somente um original, mas diversos, e a carta resultante da combinação de fontes representa frequentemente uma seleção arbitrária de dados de importância e segurança desiguais ⁽¹²³⁾. Dêste modo, no estudo da cartografia histórica — que é uma das disciplinas auxiliares da história — há que aplicar os mesmos princípios críticos com que se discutem a autenticidade, integridade e veracidade das fontes escritas.

A verdade é que para cada página de texto, para cada mapa e carta compilada pelos pioneiros, escrevem-se milhares de páginas de crítica, segundo disse Lloyd A. Brown ⁽¹²⁴⁾, ao concentrar em um volume, pela primeira vez, os três mil anos de história da cartografia. Por isso, mesmo os que se limitam a uma simples exposição do desenvolvimento da cartografia e sua utilização pelos historiadores, como documento, se expõem à censura, pelas falhas, omissões ou má interpretação. Não se deseja nesse apanhado resumir as principais investigações, nem sumariar as descobertas que produziram variedade no meridiano, na escala, na ortografia, nos sinais e símbolos convencionais. Nessa evolução, a cartografia amadureceu no seu equipamento internacional e no emprêgo que dela fazem os historiadores; sua imaturidade, como lembra Brown, está na sua utilização internacional, como, exemplo, no malôgro de completar o mapa do mundo na escala de 1: 1 milhão, um projeto apresentado por Alberto Penck ao Congresso Internacional de Geografia de 1890. O mapa

(123) Na maioria dos casos, a base não é somente um original, mas diversos, e a carta resultante da combinação de fontes representa frequentemente uma seleção arbitrária de dados de importância e segurança desiguais. Cf. *Sentence du Conseil Federal Suisse dans la Question de Frontiers de la Guyanne Française et du Brésil du 1^{er} Decembre 1900*. Berne, Imprimerie Stampfli & Cie., 1900, 485.

(124) Lloyd A. Brown, *The story of maps*, Cresset Press, 1952.

que para nós é um documento histórico e civil, é também um documento militar, para uso e fins dos Estados-Maiores.

A cartografia é um método de pesquisa, equivalente, na força de argumentação, ao método crítico, comparativo e estatístico, já empregado pelo historiador, como tão bem expôs Ch. Higounet, na sua comunicação ao X Congresso Internacional de Ciências Históricas (125). Ele nos serve para esclarecer os fenômenos históricos por meio de sua inscrição na carta: os problemas técnicos da cartografia podem ser postos de lado. O que se deseja é considerá-la, como um documento, não só porque todo acontecimento histórico se desenrola num espaço e, por isso, pode ser ou estar consignado numa carta, como também porque é a acumulação histórica que forma, em grande parte, a sua paisagem atual. As Cartas e Atlas históricos são uma prova de suas possibilidades de execução e compreensão (126): elas registam os fatos políticos, religiosos, econômicos, sociais, etc. (127). A elaboração de um Atlas Histórico no Brasil é uma das tarefas mais urgentes de nossa historiografia e desde 1920 Capistrano de Abreu preparava o primeiro, que infelizmente não foi terminado (128).

O único trabalho desse gênero é o *Ensaio de Carta Geral das Bandeiras Paulistas*, de Afonso d'E. Taunay (129).

(125) "Lá Méthode cartographique en histoire", *Riassunti delle comunicazioni*, vol. VII, X Cong. Int. di Scienze Storiche, Firenze, 1955, 104-106.

(126) Para a interpretação dos Mapas, especialmente do ponto de vista da ocupação do solo, etc., cf. G. H. Dury, *Map Interpretation*, London, 1952, 97-163.

(127) Informações sobre Atlas Históricos encontram-se in G. M. Dutcher e outros, *A Guide to historical literature*, New York, Macmillan, 1937, 11; Oscar Handlin e outros, *Harvard Guide to American History*, Harvard Univ. Press, 1954, 68; Werner Trillmich, *Kleine Bücherkunde zur Geschichtswissenschaft*, Hamburg, 1949; 27-28; Camille Bloch e Pierre Renouvin, *Guide de l'Étudiant en Histoire Moderne et Contemporaine*, Presses Universitaires, Paris, 1949, 47. As Presses Universitaires da França editaram os *Atlas Historiques* (1. Antiquité, 1937; Le Moyen Âge, 1941).

(128) Vide *Correspondência de Capistrano de Abreu*, preparada por José Honório Rodrigues, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1954-56, 3 vols., vol. 1, p. 253; vol. 2, 143, 148, 389 e 491.

(129) Edições Melhoramentos, 3.^a ed., 1952.

A cartografia histórica (130) constitui uma das principais bases para o estudo da história, sobretudo quando se trata de acontecimentos ligados à expansão geográfica, tais como o descobrimento, conquista do litoral, bandeiras, ou a questões de fronteira. Ela registra, como lembra Armando Cortesão, em cartas planas ou esféricas, o conhecimento que o homem tem da superfície terrestre. Os grandes estudos históricos sobre aqueles sucessos baseiam-se na análise crítica das cartas, às vezes reunidas em Atlas. Foi pelo estudo da cartografia, por exemplo, que o Visconde de Santarém demonstrou que é somente em 1548 que as cartas apresentam a América Meridional como um continente, ou seja 48 anos depois da descoberta é que abandonam os cosmógrafos as teorias de Estrabão e Macróbio.

Com a representação cartográfica abre-se uma nova fonte de recursos. Com ela se pode reconhecer até que época as diferentes cidades e localidades se mantêm num lugar erroneamente e em que época, depois das viagens e das observações astronômicas das latitudes e longitudes, elas foram colocadas corretamente nas cartas modernas. Pode-se, então, assinalar seja a existência de cidades que desapareceram das cartas modernas, seja a de novas cidades fundadas, seja de outras mencionadas como cidades de primeira ordem e que ou desaparecem ou são hoje apenas pequenas vilas de nenhuma importância.

No estudo da conquista do litoral, por exemplo, a nomenclatura de um mapa muitas vezes só é explicada pela suposição de outras armadas que mais tarde podem ser confirmadas. Assim, a cartografia, quando não é uma prova irrecusável, pode ser um estímulo ao argumento que leva à certeza histórica. Pista e prova para pesquisas renovadas, ela não se esgota no estudo dos problemas da pura reconstituição histórica desinteressada. Trata-se de um corpo precioso para o estudo do descobrimento dos litorais, quer como peças decisivas quer acessórias.

(130) Como exemplo, vide J. M. B. Castelo Branco, "O Rio Grande do Norte na cartografia do século XVII", *RIHGB*, v. 214 (1952), 3-56.

Jaime Cortesão, hoje uma das maiores autoridades na cartografia histórica brasileira, já acentuou que a análise das cartas de Lopo Homem, por exemplo, revela explorações desconhecidas no delta amazônico e ignoradas tentativas de colonização na região do Rio de Janeiro.

A cartografia do século XVI é obra quase que exclusiva dos portugueses e tem por objeto os litorais. Ela é feita pelos próprios pilotos e revista por geógrafos e cartógrafos e se corporifica nos protótipos. Nem sempre é um documento estritamente científico e digno de fé, já que obedece muitas vezes a propósitos políticos, “quer escondendo o conhecimento de territórios cuja soberania era disputada, quer viciando as respectivas coordenadas para alargamento desta soberania” (131).

São os sofismas dos mapas, as *idola chartae* a que se referia o Rev. H. B. George ao escrever: “Quando um político deseja um argumento em apoio de alguma aspiração, elabora um mapa colorido que corresponda à sua proposta. Os lugares onde uma determinada língua é falada são tingidos igualmente, sem observar que, em alguns deles, outra língua é também igualmente falada. Outras vezes, um mapa é usado para mostrar como seria extremamente conveniente que certas fronteiras pertencessem a uma nação (132).”

O uso político dos mapas foi feito pelos pilotos, cartógrafos e geógrafos do século XVI quando se disputava a soberania de Espanha e Portugal na América Meridional, e muito recentemente, no século XIX, na Europa, em face das disputas territoriais de várias nacionalidades. A análise crítica revela muitas vezes o grau de fidedignidade que se lhes deve atribuir.

(131) Jaime Cortesão, *História da Cartografia Política do Brasil*, Curso mimeografado do Instituto Rio Branco, 1945.

(132) Rev. H. B. George, *The relations of geography & history*, Oxford, 1903, 2.^a ed., 62 e sgts.

Evolução da Cartografia no Brasil.

Os mais antigos mapas relativos ao Brasil têm sido minuciosamente estudados nos trabalhos de HARRISSE, STEVENSON, HAMY, RIO BRANCO, J. B. HAFKEMEYER, ORVILLE DERBY, RODOLFO GARCIA, DUARTE LEITE, ARMANDO e JAIME CORTESÃO. Se o mais antigo de todos, o de Juan de la Cosa, de 1500, se ressentia do pouco conhecimento da viagem de Vasco da Gama e do desconhecimento da de Pedro Álvares Cabral, os de Cantino, Canério, os II e III do Atlas de Kunstmann, Lopo Homem, Jerônimo Marini, Diogo Ribeiro, Gaspar Viegas, Bartolomeu Velho, Fernão Vaz Dourado, o maior desse século, Luís Teixeira e Gerolamo Verrazzano que constituem, de modo geral, o espólio das cartas geográficas do século XVI, revelam como o litoral do Brasil foi sendo conhecido. O exame da primeira década do século XVI, de Cantino ao Atlas de Kunstmann, alterou sensivelmente, conforme mostrou Duarte Leite, a lição dos vários mestres acatados como Humboldt, HARRISSE, VARNHAGEN, CAETANO DA SILVA, VIGNAUD e STEVENSON (133).

Para Jaime Cortesão, os principais protótipos são os de Hamy-Cantino (1501-1502), a Carta de Lopo Homem, de 1519, a de Diogo Ribeiro, de 1525-1529, a de Gaspar Viegas de 1534, o Planisfério de Lopo Homem, de 1554, o de Bartolomeu Velho de 1562, as Cartas de Vaz Dourado, de 1568-81 e o Atlas de Luís Teixeira de 1574-1591. Estes são os monumentos cartográficos mais representativos do século XVI, se a êle acrescentarmos o Mapa de Jerônimo Marini, primeiro em que aparece o nome de Brasil para designar no continente austral americano a terra antes chamada de Vera Cruz, Santa Cruz e dos Papagaios.

Não se poderia desmerecer a grande significação das cartas de marear, magníficos instrumentos dos primitivos

(133) Duarte Leite, "A exploração do litoral do Brasil na cartografia da primeira década do século XVI", *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, vol. 2, p. 446.

navegadores, tão importante quanto o astrolábio esférico, o náutico, o quadrante e balestilha. A carta portuguesa de marear, inventada na época de D. Manuel, “não é outra coisa senão uma pintura ao natural do sítio, feição da terra e água”. Por ela se conheciam quatro coisas: 1) arrumação da costa ou de uma terra com outra; 2) distância de léguas que há de uma a outra parte; 3) os graus de altura do Pólo, ou apartamento da linha em que está cada terra, ilha, cabo ou baixio; 4) o ponto ou lugar em que a nau se acha depois de haver navegado algum tempo ⁽¹³⁴⁾.

Problemas complexos com que se defrontaram os primeiros navegadores e exploradores da costa do Brasil, como aquêle suscitado por Martim Afonso de Sousa, em 1533, são resolvidos pela cabeça do maior matemático da Península, Pero Nunes. De sua solução resulta o *Tratado da Defensam da Carta de Marear* publicado com seu *Tratado da Esfera* ⁽¹³⁵⁾.

As cartas de marear são graduadas, isto é, são providas de coordenadas geográficas. O princípio matemático da representação cartográfica aparece então nitidamente.

As cartas de marear e de litoral têm por fim último determinar o ponto ou o lugar em que se acha o navio. Elas combinam os itinerários de diferentes expedições e tomam em consideração todos os elementos importantes para a condução do mesmo. O fim principal de um levantamento de litoral consiste em fornecer uma carta clara, utilizável pelo marinheiro em tôdas as circunstâncias, uma carta satisfatória para a conduta da nau, mesmo com céu coberto. A análise crítica mostra que a nomenclatura das

(134) Manuel Pimentel, *Arte prática de navegar e roteiro das viagens e costas marítimas do Brasil, Guiné, Angola, Índias, Ilhas Orientais e Ocidentais*, Lisboa, 1699. Aí se encontram as várias derrotas de Portugal para o Brasil, nos seus diferentes portos e durante a Monção de março ou setembro.

(135) Pero Nunes, *Tratado da Esfera com a Teoria do Sol e da Lua. E o primeiro Livro da Geografia de Cláudio Ptolomeu, Alexandrino*, Lisboa, 1537; Armando Cortesão, *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI*, Lisboa, 1935, 87, relaciona onze exemplares do *Tratado da Esfera*, sem se referir aos dois exemplares da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

antigas cartas está freqüentemente relacionada com a navegação.

Durante o século XVII, uma nova fase se inaugura, caracterizada pelo fato de que as denominações indígenas são utilizadas como nomes geográficos, quando anteriormente se usara a onomástica religiosa (¹³⁶). Já não dominam mais as cartas de marear e as de litoral, mas começam a aparecer as cartas fluviais, de caráter modesto nos intuitos, porém mais objetivas nos dados, conforme observação de Jaime Cortesão (¹³⁷).

A cartografia do século XVII especializa-se na representação do Amazonas, da Colônia do Sacramento, da rede hidrográfica, das fortalezas, das baías e barras. Ela encontra sua mais alta expressão nos *Atlas* (1612-1676) de João Teixeira (¹³⁸). Em face dêles não sustentaria Armando Cortesão que depois do século XVI a cartografia portuguesa entrara em decadência e que Vaz Dourado seria

(136) A predominância do tupi nas denominações geográficas brasileiras é incontestável e tem sido estudada em vasta bibliografia: Teodoro Sampaio, *O tupi na geografia nacional*, 3.^a ed., Bahia, 1928; Alfredo de Carvalho, *O tupi na corografia de Pernambuco*, Recife, 1907; Mário Melo, *Toponímia pernambucana*, Recife, Imprensa Oficial, 1931; Bernardino José de Sousa, *Dicionário da Terra e da Gente do Brasil*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1939, 4.^a ed.

(137) Jaime Cortesão, *Curso de Cartografia, Geografia e Mapotecnomia*. Lições mimeografadas do Instituto Rio Branco. Sobre os holandeses, vide José Honório Rodrigues, "A geografia e a cartografia dos holandeses no século XVIII", *Terceiro Congresso de História Nacional*, 1942, 7.^o vol., 283-332, t. esp. da RIHGB.

(138) Existem no Brasil cinco *Atlas* de João Teixeira. Três dêles, pertencentes ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Biblioteca Nacional e Biblioteca da Marinha, estão descritos no *CEHB*, ns. 1393, 1398 e 1397 e o quinto foi adquirido pelo Itamarati em 1943. O exemplar do Instituto Histórico "Atlas da Razão do Estado do Brasil" é de cerca de 1626. Há outro códice de 1613 na Biblioteca Municipal do Porto e outro na Aguda, bem como os de Paris, Lisboa, Londres e Washington. Cândido Mendes, em 1877, pleiteava no Instituto Histórico a publicação do "Atlas da Razão do Estado do Brasil" existente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Esta aspiração do grande Mestre continua a ser um dos maiores empreendimentos cartográficos a se realizar no Brasil. Cf. *RIHGB*, t. 40, 2.^a parte, 1877. Nesta ocasião, discutiu-se a proposta, feita por Maximiliano Marques de Carvalho, da criação de um gabinete cartográfico no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

o primeiro dos cartógrafos portugueses de todos os tempos ⁽¹³⁹⁾.

Mas é com a cartografia do século XVIII que se inaugura uma nova fase. Ela deixa totalmente de ser obra de pilotos e descobridores, para tornar-se obra científica de exploradores. As figuras centrais desta reforma são o Padre Diogo Soares e o Padre Domingos Capassi, que conseguem, pela primeira vez, marcar longitudes e, conseqüentemente, fixar com certa precisão o meridiano de Tordesilhas ⁽¹⁴⁰⁾. A obra científica iniciada pelos dois sábios jesuítas vai ser continuada pelos exploradores e demarcadores de limites, de regra engenheiros, matemáticos, geógrafos e astrônomos. A cartografia dos limites de 1750 e 1777, quer nas suas partidas do Sul, quer nas do Norte, delineou com extraordinários resultados o corpo físico do Brasil. São verdadeiros monumentos cartográficos que elucidam complicadas questões de limites. As peças de Miguel Ciera e José Custódio de Sá e Faria promoviam um radical conhecimento da América Austral, na parte que vai do estuário do Prata até o 14.º grau de longitude ⁽¹⁴¹⁾. Era um resultado muito maior do que o obtido pela partida do Norte, dirigido por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, assistido pelos cartógrafos Henrique Antonio Galluzi, Felipe Sturn e Gaspar João Geraldo Gronfeld. As comissões mistas demarcadoras do Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, contavam entre os cartógrafos portugueses da partida do Sul Francisco João Róscio, José de Saldanha e Sebastião

(139) Jaime Cortesão, *Curso de Cartografia, Geografia e Mapoteconomia*, Lições mimeografadas do Instituto Rio Branco; Armando Cortesão, *Cartografia e cartógrafos portugueses dos séculos XV e XVI*, Lisboa, 1935, 2.º vol., p. 1. Recentemente divulgou-se o "Mapa da maior parte da Costa e do sertão do Brasil", de 1700, de autoria do Padre Jacques Cocle (1629-1710). Vide Afonso d'E. Taunay, "O Mapa do Padre Cocle", *Jornal do Comércio*, 30 de abril de 1949.

(140) O Barão Homem de Melo transcreve no seu *Atlas do Brasil* (Rio de Janeiro, 1909), o Alvará de 18 de novembro de 1729, por ele encontrado no Arquivo do Governo do Rio Grande do Sul, que ordenou os trabalhos sistemáticos de operações de geografia matemática no Brasil, dos padres Diogo Soares e Domingos Capassi. Sobre o Padre Diogo, vide Comunicação feita ao Instituto Histórico por Serafim Leite, *Jornal do Comércio*, 9 de janeiro de 1949.

(141) Jaime Cortesão, *Curso de Cartografia etc.*, já citado.

Xavier da Veiga Cabral Câmara, e entre os da partida do Norte, José Joaquim Vitório da Costa, Manuel da Gama Lôbo D'Almada, Antônio Pires da Silva Pontes, Francisco José de Lacerda e Almeida, Ricardo Franco Serra.

A obra deixada por estes grandes sábios brasileiros foi muito superior às da partida do Sul e nelas se baseou Joaquim Nabuco para defender os direitos do Brasil na questão dos limites com a Guiana Inglesa. É desta época também a exploração científica de Alexandre Rodrigues Ferreira, grande sábio brasileiro, cuja obra é um dos mais altos monumentos da cultura luso-brasileira e uma das melhores expressões do esforço português no devassamento do interior brasileiro. A cartografia do século XVIII encontra no mapa chamado da *Nova Lusitânia*, composto por Silva Pontes, a maior figura daquele século, sua expressão mais legítima e perfeita (142).

A chamada cartografia monçoeira, que regista as regiões trafegadas pelos bandeirantes e caminheiros é extremamente rica e valiosa para o estudo daquele tão importante capítulo de nossa história (143).

Ao lado da cartografia de limites, que fôra a grande obra do século XVIII, como conseqüência da assinatura dos tratados de 1750 e 1770, adquiriram expressão cartográfica os planos de fortalezas e as cartas de caminhos e estradas, entre as quais merece referência especial o *Guia dos Caminheiros*, delineado e iluminado por Anastácio de Santana, o Pardo Velho, pintor, feito na Bahia em 1817 e composto de 12 mapas (144), e a "Descrição hidrográfica e roteiro de cabotagem da costa do Brasil desde o Cabo de Santo Agostinho até a Baía da Traição", levantada pelo sargento-mor José Fernandes de Portugal, natural do Rio

(142) Mapa "Nova Lusitânia", composto por Silva Pontes. Encontra-se hoje no gabinete do chefe do Estado-Maior do Exército, no Ministério da Guerra.

(143) Afonso d'E. Taunay, "Cartografia monçoeira", *Jornal do Comércio*, 30 de outubro de 1949.

(144) *Guia dos caminheiros*, delineado e iluminado por Anastácio de Santana, feito na Bahia em 1817. Foi em 1946 adquirido pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, na Coleção Moreira da Fonseca. São, ao todo, doze mapas.

de Janeiro (1755-1817), um dos grandes idealistas da Revolução, de 1817, falecido no presídio por inanição ⁽¹⁴⁵⁾. Cartas hidrográficas ou roteiros de costa importantes elaboraram o Barão de Roussin, Manuel Antônio Vital de Oliveira, E. Mouchez e o Barão de Tefé ⁽¹⁴⁶⁾.

A partir de então, com os mapas de capitais e cidades, fluviais e de caminho, com os planos de fortalezas e as cartas de limites, obra que se amplia extraordinariamente, pode-se cogitar de Atlas e Cartas Gerais, como o de Cândido Mendes em 1868 e a do Império do Brasil de 1875. O *Atlas do Império do Brasil* (Rio de Janeiro, 1868) representa uma excelente contribuição cartográfica. Para sua confecção recorreu o autor, que fôra durante 14 anos professor de geografia, a tôdas as cartas, mapas e plantas antigas e modernas que foi possível obter, seja em arquivos públicos, seja em mãos de particulares. Cândido Mendes menciona as fontes primordiais e as obras subsidiárias que lhe serviram para a feitura de cada mapa. Era êle, então, um dos mais venerados geógrafos, pelo gênio investigador, pela miudeza, pela ciência, pela exatidão.

O valor da obra de Cândido Mendes até hoje reconhecido não pode ser exagerado como o foi por Rui Barbosa, quando considerou seu *Atlas* como obra clássica, cuja primazia não fôra destruída até 1910 ⁽¹⁴⁷⁾. Não há dúvida que êle era muito superior, apesar de suas deficiências, à *Carta Corográfica do Império do Brasil*, organizada pelo Coronel Conrado Jacob de Niemeyer em 1846, e à *Nova Carta*, confeccionada pelo mesmo autor, de ordem do Marquês de Caxias, em 1857. Esta última, construída para mostrar a fronteira do Império com a República do

(145) Cf. *RIHGB*, vol. 30, 1867, 357-63. Logo nos inícios do século XIX imprime-se a *Planta da cidade de S. Sebastião*, dirigida por I. C. Rivara, gravada por P. F. Souto, desenhada no Arquivo Militar por J. A. dos Reis e impressa na Imprensa Régia em 1812. Vide Alfredo Vale Cabral, *Anais da Imprensa Nacional*, Rio de Janeiro, 1881, 89, n. 295; Vide também os ns. 168 e 240, que registram Roteiros impressos no Rio de Janeiro.

(146) Os principais trabalhos cartográficos do Barão de Roussin, de Manuel Antônio Vital de Oliveira, E. Mouchez e Barão de Tefé estão registrados no *CEHB*.

(147) Rui Barbosa, *O direito do Amazonas ao Acre Setentrional*, 1910, 2.º vol., 69.

Paraguai, estava longe, no dizer de Duarte da Ponte Ribeiro, de haver conseguido seu fim e não emendou os erros que se notaram na de 1846 ⁽¹⁴⁸⁾. O *Atlas* era também superior à *Carta do Império do Brasil*, de 1873, feita pelo próprio Duarte da Ponte Ribeiro, e que fôra confeccionada aproveitando-se a redução que o Tenente-Coronel Pedro Torquato Xavier de Brito tinha feito da Carta elaborada por Conrado Jacob Niemeyer em 1846, com pequenas correções, especialmente no território das fronteiras ⁽¹⁴⁹⁾.

Mas, por outro lado, continha erros de transcendência, denunciados minuciosamente por Duarte da Ponte Ribeiro, a pedido do Visconde de Rio Branco, no parecer que aos 28 de setembro de 1868 apresentou sôbre a fronteira exibida no *Atlas*.

Duarte da Ponte Ribeiro mostrou, de início, que os Mapas citados por Cândido Mendes de Almeida como tendo servido de base ao seu *Atlas* não estavam isentos de erros; indicou as fontes principais e examinou em particular cada fronteira, apontando os erros mais graves, mostrando os direitos do Brasil, denunciando os excessos de algumas pretensões territoriais ali exibidas, especialmente em relação ao Peru e a Bolívia. Interpretando o pensamento do Ministério das Relações Exteriores, Duarte da Ponte Ribeiro escrevia que algumas destas asserções, além de injustificáveis, eram inconvenientes, sobretudo se o *Atlas* recebesse a sanção do Govêrno Imperial. Os erros na linha divisória das Províncias eram fáceis de remediar, mas a demonstração da linha até onde alcançava a soberania do Brasil devia ser traçada em conformidade ao seu direito. Num segundo parecer, entregue ao Barão de Cotegipe, em 1869 ⁽¹⁵⁰⁾,

(148) Duarte da Ponte Ribeiro, *Exposição dos trabalhos históricos, geográficos e hidrográficos que serviram de base à Carta Geral do Império exibida na Exposição Nacional de 1875*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1876, 88.

(149) Duarte da Ponte Ribeiro, *ob. cit.*, 89.

(150) Duarte da Ponte Ribeiro, *Golpe de vista sôbre o Atlas do Império do Brasil* publicado pelo Sr. Cândido Mendes de Almeida, 19 de outubro de 1868, n. 126 das "Memórias e Mapas do Brasil do Barão da Ponte Ribeiro", Arquivo Histórico do Itamarati; Parecer sôbre a demonstração que faz da Fronteira do Império do Brasil o Atlas do Sr. Cândido Mendes de Almeida, 14 de junho de 1869, n. 134 das "Memórias e Mapas do Brasil do Barão da

Duarte da Ponte Ribeiro criticou novamente as fontes do *Atlas* de Cândido Mendes, mas teceu louvores especialmente aos Mapas II, II-A e II-C, dizendo que êles formavam um bom conjunto geográfico. As mais sérias objeções eram relativas às fronteiras delineadas.

A *Carta do Império do Brasil*, organizada pela Comissão da Carta Geral, sob a presidência do General Henrique de Beaurepaire Rohan, em 1875, supera tudo o que se havia feito no Brasil até então. Os trabalhos começaram em 1864 e em 1873 estava pronta uma carta, que João Nunes de Campos acusou de estar eivada de erros gravíssimos ⁽¹⁵¹⁾. Apesar de se dizer que se adotara a projeção Flamsteed modificada, nenhuma modificação se fizera e a projeção era simplesmente Flamsteed ⁽¹⁵²⁾.

Decidiu-se então confeccionar nova carta que, sem ser um trabalho de precisão — pois havia falta de dados, que só poderiam ser obtidos com o correr do tempo —, teria a vantagem de apresentar-se como um todo dos melhores estudos geográficos realizados durante mais de um século. Daí surgiu a *Carta do Império do Brasil* de 1875, projetada em escala 1:3.710.220, ou seja 0,001 m. por 2' equatoriais, que figurou na Exposição de Filadélfia. Para organizá-la, recorreu-se aos documentos mais dignos de confiança, e nessa parte prestou relevantes serviços o Barão da Ponte Ribeiro, já franqueando seu arquivo, tão rico de trabalhos interessantes e de insuspeita autenticidade, já indicando as repartições públicas onde poderiam ser encontrados os de melhor nota .

Ponte Ribeiro", Arquivo Histórico do Itamarati; Aditamento ao Parecer sobre o Atlas do Sr. Cândido Mendes de Almeida para mais ampla explicação das emendas feitas nos Mapas. 14 de junho de 1869, n. 135 das "Memórias e Mapas do Barão da Ponte Ribeiro", Arquivo Histórico do Itamarati.

(151) H. Beaurepaire Rohan, *Carta geral do Império*, s. l., s. imp., 1875, 9.

(152) A Carta Flamsteed é aquela em que os meridianos, com exceção do central ou principal, são linhas curvas, e os graus de longitude são representados por linhas retas e vão diminuindo proporcionalmente aos de latitude, do Equador para os Pólos. É chamada projeção sinisoidal, e é usada em atlas e mapas que abrangem regiões equatoriais e que são geralmente de proporções de continente, como a África e a América do Sul. O Equador é o paralelo principal.

Duarte da Ponte Ribeiro, escrevendo sôbre os trabalhos históricos, geográficos e hidrográficos que serviram de base à *Carta Geral* de 1875, realiza uma verdadeira síntese da evolução cartográfica do Brasil até o século XVIII e grande parte do século XIX. Diz êle que com a sua exposição visa “facilitar aos competentes a apreciação da Carta Geral do Império, cuja deficiência não lhes deve causar admiração, atendendo ao limitado tempo em que foi organizada e à natureza do território que representa, e lembrando-se de que não são isentas de erros, nem mesmo as Cartas Gerais organizadas em períodos de 40 e 60 anos por nações estabelecidas em territórios muito limitados e mais acessíveis a perfeito exame do que o Brasil” (153).

Duarte da Ponte Ribeiro, que foi no Império o fronteiro-mor, geógrafo, historiador e internacionalista, rememorou os serviços prestados por algumas comissões científicas que, no Império, entre 1843 e 1876 exploraram regiões desconhecidas limítrofes, viram-nas e representaram-nas (154). Em 1867, representando o Brasil, assinava o protocolo do Convênio Luso-Brasileiro, pelo qual se trocavam mapas e documentos cartográficos entre os arquivos lusitanos e brasileiros (155).

O general Henrique Beaurepaire Rohan, notável conhecedor da história e da geografia do Brasil, tinha suficiente autocrítica para apontar públicamente as deficiências da *Carta Geral* na parte orográfica e potamográfica por êle mesmo organizada e a considerava, no seu conjunto, apenas sofrível. Em 1876, com a instituição da comissão da Carta Arquivo, sob a presidência de Beaurepaire Rohan,

(153) Duarte da Ponte Ribeiro, *Exposição dos trabalhos históricos*, etc., citado na nota 148.

(154) Barão da Ponte Ribeiro, *Comissões científicas nomeadas pelo Governo Imperial desde 1843 para exame de limites e demarcações da fronteira do Brasil com as Colônias e Estados confinantes*, Rio de Janeiro, Laemmert, 1876.

(155) Vide Luís de Pina Manique, “O Convênio Luso-Brasileiro de 1867 sôbre cartografia portuguesa”, *Anais do IV Congresso de História Nacional*, IV (1950), 450-484. O estudo é acompanhado de três Relações sôbre as plantas e mais documentos do Real Arquivo Militar (A), Mapas Geográficos relativos ao Brasil, do Arquivo Ultramarino de Lisboa (B), e Mapas relativos ao Brasil, da Biblioteca Pública de Lisboa (C).

e a determinação de basear-se exclusivamente em documentos dignos de crédito, tomou-se uma providência decisiva para melhorá-la, e daí resulta a *Carta do Império do Brasil* de 1883 ⁽¹⁵⁶⁾.

Extinta em 1877 a referida comissão, sua obra se limitava à triangulação do município da Côrte e à *Carta-Arquivo*, de 1883, realizada na escala 1: 5.000.000, na qual se registavam as novas informações feitas à vista da Carta de 1875 e as enviadas das províncias do Pará, Piauí, Ceará, Paraíba do Norte, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás. As melhores foram as relativas à província de Mato Grosso por Augusto Leverger, Barão de Melgaço, e ao Ceará, pelo Senador Tomás Pompeu de Sousa Brasil ⁽¹⁵⁷⁾.

A comissão louvara-se ainda nas pesquisas e explorações geográficas feitas em 1879 pela administração da Estrada de Ferro D. Pedro II nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, nas do Tenente Coronel Pimenta Bueno sôbre o Mato Grosso, de 1879, nas do Engenheiro N. Burlamaque sôbre o Piauí, nas de W. M. Roberto, sôbre a Bahia, nas de J. R. de Moraes Jardim sôbre Goiás, nas de Pimenta Bueno e Sousa Coutinho sôbre o Pará e nas de M. C. da Silva Neto sôbre o Rio Grande do Sul.

Tôdas as correções foram aproveitadas na organização da *Carta-Arquivo* que, assim, superava a Carta do Império de 1875, apesar da afirmação de Jaime Cortesão de que esta, “confeccionada à luz dos melhores trabalhos car-

(156) H. Beaurepaire Rohan, *Estudos acêrca da Organização da Carta Geográfica*, Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1877; e *Relatório final da Comissão da Carta Geral do Império, apresentado ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas*, Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1878. Luis Cruls fez um longo extrato do primeiro trabalho: *Organisation de la Carta Geographique et de l'Histoire Physique du Brésil*, Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1877.

(157) Barão de Melgaço (Augusto Leverger), *Observações sôbre a Carta Geral do Império relativas à Província de Mato Grosso*, Rio de Janeiro, Tip. Nac., 1877. Beaurepaire Rohan distinguiu especialmente os trabalhos do Barão de Melgaço sôbre o Mato Grosso e o do Senador Tomás Pompeu de Sousa Brasil sôbre o Ceará. Cf. Relatório Final, *ob. cit.*, 45. Convém acrescentar que Émile Beringuer, autor de excelente estudo sôbre “O Pôrto de Pernambuco e a cidade do Recife no século XVII” (*RIAGP*, t. 11, 1904, 36-60), escreveu as informações sôbre Pernambuco.

tográficos antigos e modernos, sofrível devido às inúmeras imperfeições e erros, foi a melhor por nós possuída por quase meio século, ou seja até o aparecimento, em 1922, da *Carta do Brasil*, organizada pelo Clube de Engenharia do Rio de Janeiro”. Acrescenta ainda o ilustre autor que as duas cartas corográficas do Brasil feitas por Conrado Jacob Niemeyer, a primeira datada em 1864 e a segunda de 1857, assim como a que figurou na Exposição Universal de Viena, em 1873, revestiam-se de erros ainda mais grosseiros.

Mas antes da elaboração da Carta de 1922 haveria que registrar algumas pesquisas e explorações que muito contribuíram para a melhor representação gráfica que se nota nesta Carta.

Primeiro não poderia ser esquecido fàcilmente o magnífico trabalho realizado pelo Barão Homem de Melo, coadjuvado pelo Dr. Francisco Homem de Melo, resultado de quarenta anos de trabalho sob a base de documentos cartográficos e de explorações geográficas, feitas quando dirigiu, desde 1864, as Províncias de São Paulo, Ceará, Rio Grande do Sul, Bahia, a estrada de ferro de S. Paulo a Cachoeira, e quando colaborou na demarcação de limites entre o Ceará e o Piauí. Os numerosos subsídios que acumulou, a larga experiência das várias regiões geográficas, a colaboração do então Marechal de Campo Visconde de Beaurepaire Rohan, do Almirante Barão de Melgaço, do General A. J. do Amaral, do Dr. A. de Paula Freitas, do General Benjamin Constant, de Olavo Freire e do então Alferes F. Jaguaribe Gomes de Matos permitiram-lhe elaborar uma representação próxima da verdade, enquanto não se obtinha a Carta Geral do Brasil, a cargo do Estado-Maior do Exército, que nomeara uma comissão para substituir a da Carta Geral do Império. ⁽¹⁵⁸⁾. Editado em 1909, o *Atlas do Brasil* continha descrições geográficas do solo, da estrutura geral, do sistema orográfico, hidrográfico, do clima do equador térmico, e dados estatísticos, po-

(158) Os trabalhos no Rio Grande do Sul estão relatados no *Anuário* editado por Graciano Azambuja, 1907, 289-296.

líticos, sociais e econômicos. A excelente “Carta Geral dos Estados Unidos do Brasil”, feita na escala 1:9.600.000 distinguia-se entre os 33 mapas do *Atlas* ⁽¹⁵⁹⁾.

A grande obra que se segue é a do Barão do Rio Branco, que nas *Questões de Limites*, ao lado dos mapas demonstrativos dos direitos brasileiros, reproduzia cartas gerais ou particulares, especialmente feitas para ilustrar suas teses. Com estes trabalhos cartográficos, êle contribuía notavelmente para a melhor representação gráfica do Brasil e se impunha como uma das mais importantes figuras da evolução cartográfica brasileira ⁽¹⁶⁰⁾.

Sumariando os resultados e as contribuições mais recentes da cartografia brasileira no fim do Império e princípio da República, Orville A. Derby escrevia, em 1909, que nas duas ou três últimas décadas tinha-se efetuado uma

(159) Barão Homem de Melo, *Subsídios para a organização da carta física do Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa do Instituto Artístico, 1876; *Subsídies to the formation of the physical map of Brazil designed for the Philadelphia Centenary Exhibition. Geographical study*, Rio de Janeiro, Tip. Acadêmica, 1876.

(160) Basta lembrar os mapas especialmente confeccionados para a defesa do Brasil nas questões de limites. *Questão de limites com a República Argentina*: 1) O Brasil, seu território contestado, e os países limitrofes; 2) Mapa do Brasil Meridional, mostrando a parte do seu território reclamada pela República Argentina; 3) Mapa da Comarca de Palmas, no Estado Brasileiro do Paraná, da Gobernación Argentina de Misiones, e de uma parte do Rio Grande do Sul, mostrando o território reclamado pela República Argentina. Organizado sob as vistas da Missão Especial do Brasil em Washington, pelo Contra-Almirante Guillobel. — *Questão de limites com a Guiana Britânica*: Carte des frontières entre les États-Unis du Brésil et la Guyane Britannique, 1897. — *Questão de limites com a Guiana Francesa*: n. 1. Carte du Territoire à l'Est du Rio Branco, 1898. Escala 1:4.000.000. Além do traçado das linhas fronteiriças reclamadas pelo Brasil e a França, contém o traçado das fronteiras segundo os Tratados de Utrecht (1713), Paris (1797), Badajóz (6 de junho de 1801), Madrid (29 de set. de 1801) e Amiens (27 de março de 1802), bem como os limites declarados no art. 107 do Ato do Congresso de Viena (9 de junho de 1815) e na Convenção de Paris, de 28 de agosto de 1817. Estes Mapas constam da Primeira Memória. Da Segunda Memória, consta, como n. 16, a “Carte générale de la Guyane représentant les prétensions des deux parties et dressée principalement d'après les cartes annexées aux documents français et brésiliens”. — Na Questão com a Bolívia, constam os seguintes Mapas: Mapa mostrando a nova fronteira norte entre o Brasil e a Bolívia; Mapa da fronteira do Brasil com a Bolívia em Mato Grosso; Mapa mostrando os territórios transferidos ao Brasil e à Bolívia e a pretensão peruana. Na questão com a Colômbia se encontra a Carta mostrando a linha do Tratado de Limites entre o Brasil e a Colômbia.

grande soma de explorações no território nacional, que corriam materialmente para o conhecimento de sua geografia, mas que somente em parte haviam sido incorporadas na cartografia corrente, isto é, nos mapas gerais da República e dos Estados, publicados e postos à venda de modo a serem acessíveis ao público em geral. Os seus resultados achavam-se em sua maioria arquivados em diversas repartições federais e estaduais e nos escritórios de empresas particulares, ou, quando publicados, em relatórios de escassa distribuição e difícil encontro.

Dividia Orville Derby em dois grupos estas explorações geográficas: 1) trabalhos iniciados pelo govêrno da União e de diversos Estados, visando a cartografia completa das diversas frações administrativas do território nacional; 2) trabalhos efetuados pelo govêrno da União e de diversos Estados e por empresas particulares, visando a cartografia parcial de determinadas zonas, restringidas pelas exigências de questões de limites, comunicações públicas ou outras semelhantes. Os primeiros eram essencialmente topográficos e de longo prazo; os segundos, itinerários e rápidos. O serviço de levantamento topográfico completo de partes do território nacional fôra iniciado, naquela fase, pelo Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira, quando presidente da Província de São Paulo, em 1886. Anos depois, na República, o exemplo foi seguido quase simultaneamente pelos govêrnos de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Distrito Federal e pelo Govêrno Federal que, pelo Estado-Maior do Exército, começou no Estado do Rio Grande do Sul a grandiosa empresa do levantamento do Mapa Geral da República. Estes serviços só continuaram em São Paulo, no Distrito Federal e no Rio Grande do Sul.

Os trabalhos topográficos executados em São Paulo e Minas Gerais tiveram entrada na cartografia geral por meio da Carta Geral do Estado de São Paulo e partes dos Estados vizinhos, de Horace E. Williams, publicada em 1904 na escala 1:1.000.000. Acentuava Orville Derby o valor imenso da cartografia de limites, que fornece linhas precisas com que se construir um mapa geral e

se caracteriza pela grande atividade na pré e pós-exploração, na demarcação das zonas fronteiriças, na construção de vias de comunicação. A cartografia dos princípios do século recolhia também a colaboração das pesquisas efetuadas pela Repartição Geral do Correio e pelas companhias privadas de estradas de ferro de S. Paulo e Rio Grande, Noroeste, Mogiana, Oeste de Minas, Vitória, Diamantina e Great Western.

A criação, no governo Afonso Pena, aos 10 de janeiro de 1907 (decreto n. 6.323), do Serviço Geológico e Mineralógico no Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas, que tinha por fim preparar e fazer editar mapas, plantas, diagramas, etc., foi um passo da maior importância na história do conhecimento e da representação da nossa superfície terrestre.

Para o futuro e definitivo levantamento gráfico muito contribuíram ainda as explorações realizadas especialmente (1907-1927) pela comissão geográfica e geológica do Estado de São Paulo, que com esta iniciativa se colocava à frente dos demais Estados da União. Foi na presidência de Jorge Tibiriçá que se começou a exploração do Rio Paraná, da Ribeira do Iguapé, Tieté, Feio, Aguateí, Juqueriquerê e Peixe, continuada com a pesquisa do litoral de Santos à fronteira do Rio de Janeiro, de Santos ao Estado do Paraná e da região de Sorocaba, Itapetininga, Buri, Faxina, Itaporanga, Sete Barras, Capão Bonito, Ribeirão Branco e Itararé.

Todos estes trabalhos haveriam, por força, de possibilitar a grande realização promovida em 1922 pelo Clube de Engenharia. A *Carta Geográfica do Brasil*, comemorativa do 1.º Centenário de nossa Independência é até hoje a mais perfeita representação gráfica da superfície brasileira. Feita em escala 1:1.000.000, organizada sob a base das cartas geográficas de A. P. da Silva Pontes Leme, Conrado Jacob Niemeyer, Cândido Mendes de Almeida, Henrique de Beaurepaire Rohan, Barão Homem de Melo e Barão do Rio Branco, e das cartas hidrográficas do Barão de Roussin, Vital de Oliveira, Barão de

Tefé, Almirante E. Mouchez e Almirantado Inglês, e de dados fornecidos por Ministérios, municipalidades, associações científicas e emprêsas particulares, ela era realmente a representação gráfica da consciência física da nação e nela se espelhava a grandeza e variedade de seu território. Os matemáticos, engenheiros, geógrafos e cartógrafos que nela trabalharam eram bem herdeiros espirituais daquela plêiade de cientistas que, na colônia e no Império, foram registrando lenta e seguramente a expansão e o conhecimento geográfico brasileiro.

Modernamente não se pode esquecer o magnífico Serviço Geográfico Militar que desde 1922 iniciou uma nova fase na cartografia, fazendo levantamentos topográficos no Distrito Federal e outros locais na escala de 1:50.000, bem como as cartas hidrográficas da nossa costa realizadas pela Diretoria de Navegação da Marinha.

Pelo decreto 1527, de 24 de março de 1937, foi criado o Conselho Nacional de Geografia, com a finalidade de coordenar as atividades geográficas brasileiras, e, em 1938, fundava-se o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, compreendendo as pesquisas geográficas e estatísticas. O decreto-lei 311, de 2 de março de 1938, prescrevia que tôdas as Prefeituras apresentassem, dentro de determinado prazo, os mapas dos territórios de seus municípios, dando-se, assim, início à tarefa que culminou com a exposição nacional dos mapas municipais, realizada em 29 de maio de 1940.

A grande autonomia administrativa dada aos Estados pela Constituição de 1946 tornou impossível continuar a tarefa dos mapas municipais, pois estão sendo sempre criados novos municípios e chegou a ser impossível saber a representação cartográfica das divisas municipais dos novos municípios.

À Divisão de Cartografia do Conselho Nacional de Geografia e do Serviço Geográfico do Exército cabem as principais tarefas cartográficas atuais. Há, atualmente, três gêneros de trabalhos cartográficos: 1) cartas elaboradas pelo Conselho Nacional de Geografia; 2) cartas elaboradas pelo Serviço Geográfico do Exército; 3) Cartas

elaboradas pelos Estados, ou os mapas municipais, que pelo seu crescente desdobramento tornam impossível ou difícil sua execução, embora alguns Estados, como, por exemplo, Minas Gerais e São Paulo há muito tenham preparado suas cartas, faltando apenas completar algumas fôlhas. O Conselho Nacional de Geografia executa carta na escala de 1:250.000, enquanto o Serviço Geográfico do Exército usa a escala 1:50.000. O Conselho de Geografia dividiu o Brasil em duas partes, uma menos populosa, da qual já foram publicadas as fôlhas, na escala de 1:1.000.000, e outra mais populosa (Sul, Leste, Nordeste), da qual já estão quase prontos os trabalhos na escala 1:500.000. A tarefa, no momento, consiste, completada esta segunda parte, em reduzi-la para a escala 1:1.000.000 e preparar a carta do Brasil no milionésimo, segundo as convenções das conferências internacionais, de Londres, em 1909, e de Paris, em 1913. Realizado êsse objetivo, o grande trabalho da Divisão cartográfica será preparar a Carta do Brasil na escala 1:250.000.

A evolução cartográfica brasileira regista, assim, muito especialmente como suas principais etapas, além dos protótipos do século XVI, a obra dos Teixeira no século XVII, a de Silva Pontes e a demarcação de limites no século XVIII, e, no século XIX, as de Duarte da Ponte Ribeiro, Cândido Mendes de Almeida, Beaurepaire Rohan, Barão Homem de Melo, Rio Branco, Joaquim Nabuco, e, no século XX, a Carta de 1922 e a grande obra da Divisão Cartográfica do Serviço Geográfico do Exército e do Conselho de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Os estudos histórico-cartográficos encontram, nas lições do Prof. Jaime Cortesão, no Instituto Rio Branco, isto é, nos Cursos de História da Cartografia política do Brasil e de Cartografia, Geografia e Mapoteconomia, a expressão mais alta e de maior categoria no Brasil (16).

Os principais gabinetes cartográficos brasileiros são o Arquivo Militar, a Mapoteca do Itamarati, a da Biblio-

(161) Vide Apostilas no Instituto Rio Branco, de ambos os cursos.

teca Histórica e a do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, dos quais possuímos apenas catálogos incompletos (162).

Cartografia de limites

A cartografia histórica não serve tão-somente como auxiliar dos estudos históricos na pura e simples representação gráfica do sítio onde se deu o sucesso que se reconstitui. Ela serve também como um poderoso instrumento de delimitação de fronteiras e como um título de posse e uma prova de soberania territorial nas questões de fronteira disputada. Só conhecendo a história da cartografia pode o estudioso procurar marcar ou defender territórios contestados. O Tratado de 1750, que é a prin-

(162) A Biblioteca Nacional não era, em 1875, rica em cartas geográficas. Ramiz Galvão escrevia nesse ano: "Aqui no Rio de Janeiro não temos abundância tal de cartas e planos que convenha constituir para elas uma seção à parte". Relatório de Ramiz Galvão, 1875, 20. O material do Arquivo Militar não está registado em catálogo impresso; existe uma sumária *Relação das Cartas Históricas pertencentes à Mapoteca e que figuram na Primeira Exposição Geral do Exército*, Rio de Janeiro, 1950. Cf. também: *Catálogo da Mapoteca do Ministério Das Relações Exteriores*, Rio de Janeiro, 1928-1929, 2 vols. Isa Adonias, *As Peças Raras da Mapoteca do Ministério das Relações Exteriores*, Rio, 1956. *Catálogo dos Atlas, Cartas, Planisférios geográficos, hidrográficos, cartas astronômicas, mapas históricos e panorâmicos, e vistas fotográficas pertencentes à Biblioteca do Imperador e por ele doados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1901; *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1881, vol. 1.º, do qual foi extraída uma separata sob o título *Ensaio de Cartografia Brasileira*; *Catálogo dos Mapas existentes na Biblioteca do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, 1944; Barão de Studart, "Resenha de Cartas, plantas e mapas do Ceará no século XX", *RIC*, 1922, 374; *Catálogo da Exposição permanente de cimélios da Biblioteca Nacional*, 1885; *Catálogo da Exposição Nassoviana*, 1938, separata do vol. 51 dos ABN. Sobre Portugal, cf.: *Catálogo da Exposição de Cartografia Nacional*, Lisboa, 1904; Eduardo de Castro e Almeida, *Catálogo de mapas, plantas, desenhos, gravuras, aquarelas (Arquivo de Marinha e Ultramar, Biblioteca Nacional de Lisboa [hoje Arquivo Histórico Ultramarino])*, Coimbra, 1908; Jaime Cortesão, "Cartografia do Brasil nos arquivos portugueses", conferência no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, notícia in *Jornal do Comércio*, 19 de agosto de 1953; Luísa da Fonseca, "Mapas e plantas do Brasil do Arquivo de Desenho da Direção da Arma de Engenharia", *Atas do Colóquio*, 1953, 224-234.

Bibliografia corrente: Bibliografia Cartográfica do Brasil (1951-1952); Centro de Pesquisa de Geografia do Brasil, Faculdade Nacional de Filosofia, Rio de Janeiro, 1954, 2 fascículos.

principal obra colonial de fixação de limites entre as colônias portuguesas e espanholas da América do Sul teve como base cartográfica o conhecido *Mapa das Côrtes* de 1749 (163). Com êle reconhecia a Espanha a invalidade das bulas que lhe davam direito exclusivo aos territórios descobertos no novo continente. Portugal nunca admitira a procedência das linhas meridianas, adotadas nos primeiros ajustes posteriores às bulas e sempre propusera que cada uma das coroas ficasse com os territórios que então possuíam. Esta foi a base da negociação de 13 de janeiro de 1750, que teve sua expressão gráfica no *Mapa das Côrtes*.

Derrogado o Tratado de 1750 pelo de 1761, acordou-se em 1770 o de Santo Ildefonso. Êste não era senão uma promessa que carecia de reconhecimento e sôbre o qual devia recair novo acôrdo, para ser elevado à categoria de tratado perfeito. O Tratado teve no *Mapa Geográfico da América Meridional* de D. Juan de la Cruz Caño y Olmedilla sua base cartográfica. Mas faltava-lhe revalidação e com a guerra de 1801 foi anulado o Tratado de 1777.

Dêste modo, o Brasil desconhecia, quando tornado independente, que os limites do Império com os novos Estados surgidos nos vizinhos territórios fôssem definidos pelos tratados de 1750 e 1777, aquêle derrogado pelo de 1761, e êste anulado pelas hostilidades de 1801, ambos declarados inválidos pelo Príncipe Regente, em 1808.

O ponto de partida era o princípio de que deviam ficar cobertas as posses então existentes. A posse anterior a êstes tratados era o título de que se prevalecia o Brasil para a demarcação de sua fronteira com os Estados vizinhos.

Para extremar os territórios do Brasil com os Estados confinantes, portanto, tudo deveria ser feito ou refeito. O que restava de útil eram as pesquisas e explo-

(163) Vide reprodução do "Mapa das Côrtes" de 1749, feita nos *ABN*, vol. 52, 1938; o Orville Derby, "O Mapa das Côrtes e suas cópias", *Revista do Brasil*, vol. 101, 1897, 362-371.

rações geográficas, a experiência e a orientação. Já em 1843 reiniciavam-se os exames com as comissões científicas que levantavam mapas compreensivos das diferentes fronteiras (164). De regra, aproveitavam-se dos resultados obtidos pelas comissões demarcadoras e da cartografia anterior. Os princípios gerais foram consignados nos *Apontamentos sôbre o Estado da fronteira do Brasil em 1844* de Duarte da Ponte Ribeiro (165).

A demarcação das fronteiras no Império encontrou no Barão da Ponte Ribeiro sua mais alta figura, bem como a República achou, no Barão do Rio Branco, o fixador dos seus limites. Ambos os barões assinalados tiveram em Alexandre Gusmão seu ilustre precursor. As *Memórias* que o primeiro escreveu e os Mapas que delineou foram instrumentos decisivos nas demarcações de limites ajustados durante o Império. Não houve fronteira que não fôsse estudada, descrita e cartografada pelo conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro, que interferiu direta ou indiretamente em todos os ajustes de limites (166).

Para ilustrar com um só exemplo a atividade cartográfica de Ponte Ribeiro nas questões de limites, basta referir-nos ao famoso *Mapa da Linha Verde*, tão discutido por ocasião da assinatura do Tratado de Petrópolis em 1903. Em 1844, quando o Conselheiro escrevia os seus *Apontamentos*, não se havia ainda precisado qual a divisão entre os dois países. Quando negociávamos o Tratado de 1867 com a Bolívia, Duarte da Ponte Ribeiro redigiu o projeto de instruções para o nosso representante

(164) Cf. Barão da Ponte Ribeiro, *Comissões científicas*, etc., acima citado.

(165) Duarte da Ponte Ribeiro, *Apontamentos sôbre o Estado da Fronteira do Brasil em 1844*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1895. A Biblioteca possui uma cópia, I-6, 3, n. 35. V. José Antônio Soares de Sousa *Um Diplomata do Império*. Brasileira, v. 273, São Paulo, 1952.

(166) No CEHB registram-se vários mapas de fronteiras, como os de n. 1843, 1848, 1876, 1887, 1888, 1917 e 1921, e várias Memórias sôbre as questões de limites. Cf. 891 e sgts. Um bom apanhado dos seus trabalhos encontra-se nas *Memórias e Mapas do Barão da Ponte Ribeiro*, s. l., s. d., s. a. No *Catálogo dos Mapas que possui a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros*, organizado pelo Cons. Barão da Ponte Ribeiro, Rio de Janeiro, 1826, há muitos comentários sôbre problemas de fronteiras.

Rêgo Monteiro e delineou três mapas geográficos, um dos quais continha uma linha verde, como uma das divisas de fronteira a ser ajustada ⁽¹⁶⁷⁾. A fronteira com a Bolívia estipulada no Tratado de 1867 seria uma reta que, partindo da junção do Beni com o Mamoré, fôsse buscar as nascentes do Javari. Como não se sabia onde ficavam estas nascentes, havia a suposição não só do paralelo de 10°20' desde a confluência do Beni com o Madeira até encontrar o Javari, linha esta vermelha, como também duas outras amarelas e uma verde. Estas três eram oblíquas, correndo da mesma confluência até a latitude de 8°43', 7°9' e 5°36'.

Como se vê, a linha verde era a que mais favorecia a Bolívia, pois correndo de Oeste para Norte considerava bolivianos os territórios compreendidos entre o 10° e o 5° graus no extremo norte e oeste da linha. Havia, porém, na época, considerações a que o govêrno devia atender de preferênciã, pois qualquer diminuição do território boliviano no extremo norte dificultaria, caso não impossibilitasse, todo o acôrdo quanto à fronteira do lado do Paraguai, “onde pouco podíamos ceder, pois tínhamos necessidade de cobrir os nossos estabelecimentos” ⁽¹⁶⁸⁾. Não só se pretendia favorecer a Bolívia no trecho norte e fortalecer nossas exigências no Sul, como se reconhecia pertencer à Bolívia qualquer trecho abaixo das nascentes do Javari e se afirmava que o direito em que o Brasil apoiava sua pretensão tinha por base principiar a linha de fronteira em um rio e ir acabar noutro, como extremos: mais ou menos conhecidos ⁽¹⁶⁹⁾.

Foi por esta razão que o Govêrno Brasileiro seguiu, desde 1867, na delimitação da fronteira com a Bolívia, a linha oblíqua do Mapa de Duarte da Ponte Ribeiro,

(167) Memórias e Mapas do Barão da Ponte Ribeiro, n. 81 das “Memórias” e n. 14 dos Mapas. *Catálogo dos Mapas*, acima citado, n. 331.

(168) Cf. Confidencial n. 2, Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1867, expedida ao comissário das demarcações com a República do Peru, in Duarte da Ponte Ribeiro, *Limites com o Peru*, Tip. Americana, s. d., (1875?), 10.

(169) Cf. Despacho n. 18 do Ministério dos Negócios Estrangeiros, 30 de dezembro de 1867, in Duarte da Ponte Ribeiro, *ob. cit.*, 11.

que favorecia a Bolívia no trecho norte. Quando em 1903 se discutia o Tratado entre o Brasil e a Bolívia, o *Mapa Linha Verde* foi pôsto em evidência com a renúncia de Rui Barbosa do cargo de plenipotenciário brasileiro. Rio Branco, que conhecia perfeitamente a questão, quis sempre evitar o arbitramento, já que êste só nos podia atribuir o território que havíamos declarado em litígio ao norte do paralelo 10^o20' e era ao sul que está a maior parte do Acre e onde mais numerosos eram os brasileiros. Rio Branco desconheceu o *Mapa da Linha Verde* por pouco tempo, mas logo se apressou em corrigir o engano (170). É preciso que se diga que êsse mapa tinha pouco interêsse para Rio Branco, de vez que durante a negociação não se interpretava o artigo 2^o do Tratado de 1867, que dispunha da linha Madeira-Beni-Javari, mas cuidava-se de estabelecer novas fronteiras mediante compensações à Bolívia. Esta foi, naturalmente, a razão pela qual Rio Branco não demonstrou grande interêsse na sua busca. O Mapa foi encontrado quando já estava o Tratado na Comissão de Diplomacia da Câmara dos Deputados.

Corrigido o engano, autenticado o documento cartográfico, que de 1867 a 1903 orientou nossos ajustes com a Bolívia, não se podia mais em 1910 falar em documento supositício como fêz Rui Barbosa, ao defender o *Direito do Amazonas ao Acre Setentrional* (171), nem escrever que “anos, lustros, décadas por aí vogou impune, ilesa, incontroversa, com fumos de certeza histórica, de inexpugnabilidade oficial, a lenda do mapa da linha verde”, quando

(170) Cf. *Questões de limites. Exposições dos Motivos do Barão do Rio Branco*, Rio de Janeiro, Ministério das Relações Exteriores, 1947, vol. 5, 12-13. Oficialmente Rio Branco desconhecia o mapa, cuja existência fôra publicamente anunciada no Relatório do Ministério das Relações Exteriores de 1910, assinado por Olinto de Magalhães. Assim o anunciou Rio Branco em carta a Gastão da Cunha, relator da Comissão de Diplomacia da Câmara, e em carta a Olinto de Magalhães. Vide Exposição dos Motivos do Tratado de 17 de Novembro de 1903 entre o Brasil e a Bolívia, in *Questões de Limites*, vol. 5, 12-13, e Olinto de Magalhães, *Centenário do Presidente Campos Sales*, Rio de Janeiro, Pongetti, 1941, 56-57. A carta de Olinto de Magalhães ao Barão, in 52-56.

(171) Rui Barbosa, *Direito do Amazonas ao Acre Setentrional*, Rio de Janeiro, 1910-11, 2 vols.

desde 1906 Rio Branco confirmara sua existência. Nem poderia também louvar-se exclusivamente no *Atlas* de Cândido Mendes, elevado a altura inigualável, pois o mesmo fôra muito criticado pelo próprio Duarte da Ponte Ribeiro, nos pareceres que, a pedido do Conselheiro José Maria da Silva Paranhos e do Barão de Cotegipe, emitiu sôbre o mesmo, depois de examiná-lo. No segundo parecer escrevia Ponte Ribeiro: "Foi, pois, estipulada no Tratado de 1867 com a Bolívia esta fronteira (10°20'), tal qual existia já, não foi aumentada em compensação de território que se abandonasse à Bolívia noutra parte, como supõe o Sr. Cândido Mendes: nem tem apoio em direito inconcusso a sua lamentação pela perda territorial que julga ter o Brasil sofrido com essa Raia estipulada no Tratado" (172).

É sabido que o *Atlas* de 1868 fôra superado pelo de 1875 e pelo de 1883 e que tôda a obra cartográfica inspirada por Duarte da Ponte Ribeiro, com exceção, naturalmente, da *Nova Carta Corográfica* de 1857, dava sempre duas linhas, o paralelo de 10° e a linha oblíqua do 10° ao 7° graus. Assim acontecia na *Carta do Império do Brasil* de 1873, no *Esbôço geográfico da fronteira do Brasil com a Bolívia entre os rios Madeira e Javari*, ajustada pelo tratado de 27 de março de 1867 (173), nas Cartas do Império do Brasil de 1875 e 1883. A linha adotada até esta data nos mapas elaborados por Duarte da Ponte Ribeiro ou nêles inspirados era não pròpriamente a linha verde, mas a linha oblíqua encarnada da junção do Beni-Madeira à latitude de 7°9'. Na realidade, o Mapa era impròpriamente chamado da linha verde, que era o extremo das nossas concessões, já que havia duas linhas vermelhas e uma amarela, que era o paralelo de 10°20'. Mas nunca se adotou esta última, que era sustentada por

(172) Vide Memória 126, de 26 de setembro de 1868, e Parecer 134/1, de 14 de junho de 1869, in Coleção Duarte da Ponte Ribeiro, Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores.

(173) Duarte da Ponte Ribeiro, *Esbôço geográfico mostrando a fronteira do Brasil com a Bolívia, entre os rios Madeira e Javari, ajustada pelo tratado de 27 de março de 1867*. Litog. do Arquivo Militar.

Rui Barbosa, apoiado no *Atlas* de Cândido Mendes, acusado por Duarte da Ponte Ribeiro de conter erros de transcendência (174).

A tese oficial do govêrno brasileiro adotada segundo a lição do fronteiro-mor era a oblíqua leste-oeste até a latitude 7°9'.

Não se exagerou a valia dêsse Mapa quando se procurava ajustar a fronteira com a Bolívia; apenas êle deixou de ser decisivo porque se estabeleceram novas fronteiras mediante compensações à Bolívia.

A legitimidade da soberania territorial, em questões de fronteira contestada, encontra na cartografia um excelente título. A prova cartográfica, como a denominou primeiro Joaquim Nabuco, exige tal como qualquer outro documento, o preenchimento de certas condições. Assim como nem todo documento escrito se constitui rigorosamente em prova que leva à certeza, assim também não é qualquer peça iconográfica capaz de, por ela mesma, valer como prova. É por isso talvez sôbre o que já escrevemos nos capítulos referentes à certeza histórica e às fontes — que o árbitro suíço da questão entre o Brasil e a França se sentiu na obrigação de ser prudente ao examinar as velhas cartas como meio de prova. Para apoiar-se numa autoridade incontestável, êle recordou as sábias palavras de Humboldt, de que “as cartas geográficas exprimem opiniões e conhecimentos mais ou menos limitados, de quem as projetou, mas não traçam o estado das descobertas. O que se encontra figurado nas cartas (e êste é, sobretudo, o caso das dos séculos XIV a XVI) é uma mistura de fatos verificados e de conjeturas apresentadas como fatos. É necessário, acrescentava ainda Humboldt, não perder de vista a influência que exerceram no traçado das costas e na configuração geral dos

(174) Cf. Mapas geográficos de origem oficial que mostram conter o Atlas do Sr. Cândido Mendes de Almeida erros de transcendência. Apensos à Memória n. 134, datada do Rio de Janeiro, 14 de junho de 1869, intitulada Parecer sôbre a demonstração que faz da Fronteira do Império do Brasil o Atlas que o Sr. Cândido de Almeida acaba de publicar, in *Memórias e Mapas do Barão da Ponte Ribeiro*, s. l., s. ed., s. a., 41 e 57.

continentes, as opiniões, as conjecturas, os votos ditados pelos grandes interesses políticos e comerciais ⁽¹⁷⁵⁾. Mas isto não quer dizer, explicava o árbitro, que um exame de tôdas as antigas cartas de territórios contestados não seja indispensável à inteligência da questão litigiosa. É somente assim que se reconhecerá a origem das divergências de opiniões contestadas mais tarde entre os geógrafos e a importância que convém atribuir-lhes. A história da cartografia é um complemento necessário da história do país e, de maneira geral, do litígio ⁽¹⁷⁶⁾.

Uma rigorosa e segura crítica histórica pode e deve exercer-se de modo a estabelecer não só a autenticidade e integridade do monumento cartográfico, mas também sua fidedignidade. Como se disse na *Memória Inglesa*, e Nabuco subscreveu, a carta geográfica exige, tanto quanto um documento, que se verifique sua história completa antes de se lhe atribuir o menor valor decisivo ⁽¹⁷⁷⁾.

Poucos países terão usado, como o Brasil, o patrimônio de suas peças antigas para testemunhar sua presença no território disputado. São assim as questões com a Argentina, a França e a Grã-Bretanha, nas quais ao lado dos documentos históricos produziu-se a prova cartográfica para mostrar até onde se estendiam nas diversas épocas as ocupações, explorações e pretensões de cada uma das partes. A prova cartográfica é apresentada, escrevia Nabuco em 1903, “como prova histórica, complementar ou subsidiária à dos documentos, para demonstrar a existência, ou a precedência, da pretensão de algum dos litigantes, e a não existência ou a posteridade da pretensão contrária” ⁽¹⁷⁸⁾. Aplicando uma regra crítica indispensável, que evita aquêles sofismas cartográficos a que

(175) Alexandre Humboldt, *Examen critique de l'histoire de la géographie de nouveau continent*, Paris, 1836, 1.º vol., 326-27.

(176) *Sentence du Conseil Fédéral Suisse dans la Question des Frontières de la Guyanne Française et du Brésil du 1^{er} Decembre 1900*, Berne. Imprimerie Staempfli & Cia., 1900, 463.

(177) Joaquim Nabuco, *La preuve cartographique*, Paris, 1903, 3.

(178) Joaquim Nabuco, *O direito do Brasil, Primeira Memória*, Paris, 1903, 385.

já nos referimos, êle escrevia que “uma vez estabelecido o conflito, não há mais lugar para semelhante prova. Desde então as cartas que adotam a linha pretendida por um dos contestantes tornam-se nesse ponto meras sentenças *ex-parte*, em antecipação ao ajuste direto entre as duas nações ou à sentença arbitral, a menos que elas revelem completo desconhecimento por parte dos respectivos cartógrafos da existência mesma do conflito, que êles assim resolvem inscientemente” (179).

Desde o primeiro grande litígio de limites submetido a arbitramento, o Brasil usou exaustivamente da prova cartográfica. Na questão do território de Palmas, entre o Brasil e a Argentina, Rio Branco examinou minuciosamente a cartografia histórica, baseando-se especialmente no *Mapa das Côrtes* de 1749, para verificar se o Pequeri ou Pepiri dêste era o Peperi, demarcado em 1759, ou se era o Chapecó, limite da pretensão argentina. A identificação do rio limite do *Mapa das Côrtes* como sendo o Pepiri-Guaçu dos brasileiros e não o Pequiri-Guazu dos argentinos, ou Chapecó modernamente, foi feita depois de minucioso exame dos mapas anteriores e posteriores a 1749 até o aparecimento da pretensão argentina ao território brasileiro de Palmas em 1881.

Pela primeira vez se examinava detidamente o *Mapa das Côrtes*, estabelecendo-se a autoria portuguesa e determinando os originais e cópias (180). O protótipo era de origem portuguesa; sôbre êle foram elaborados os chamados Mapas Primitivos, que serviram às negociações do Tratado de 1750 (181). Em 1751, foram feitas três cópias em Lisboa e outras tantas em Madrid, para serem trocadas

(179) Joaquim Nabuco, *O direito do Brasil*, 385.

(180) Rio Branco atribuiu a Alexandre Gusmão e ao General José da Silva Pais a principal parte na elaboração do mapa. Jaime Cortesão não aceita a autoria de Silva Pais. Cf. Rio Branco, *Questões de limites. República Argentina*, Rio de Janeiro, 1945, 35, e Jaime Cortesão, “História da Formação Territorial do Brasil”, Lição mimeografada n. 21 do curso citado no Instituto Rio Branco.

(181) Um dos mapas primitivos foi encontrado no Depósito Geográfico do Ministério dos Negócios Estrangeiros da França e reproduzido no t. IV (n. 7-A) das *Memórias* de Rio Branco.

e entregues às comissões demarcadoras ⁽¹⁸²⁾. Rio Branco procurou e mandou procurar uma cópia espanhola, que deveria existir em algum Arquivo português, de vez que esta diferia das de Lisboa e dos dois mapas originais, pelo fato de trazer, já retificada, a linha de limites pelo Ibicui, como fôra afinal estabelecido no Tratado, e não pelo Rio Negro, como no projeto primitivo ⁽¹⁸³⁾. A cópia reproduzida por Borges de Castro ⁽¹⁸⁴⁾ reforçava a tese de Rio Branco, de vez que nela o Uruguai-Pitã era representado acima do Salto Grande e do Pepiri, ao passo que no original e nas cópias portuguesas êle está, como nas anteriores cartas dos jesuítas, abaixo dêste Salto ⁽¹⁸⁵⁾. Concluía Rio Branco que as três cópias espanholas se afastavam do original português, dando os nomes dos rios Nucorá, S. Juan e Iriboba, que não estavam naquele original, e transferindo mais para leste o Uruguai-Pitã, que em tôdas as cartas anteriores aparecia a leste do primeiro Pepiri dos jesuítas. A única prova incontestável seria a apresentação de uma cópia espanhola, procurada em vão e só recentemente adquirida em Londres, pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro ⁽¹⁸⁶⁾.

A Memória sôbre a Questão de Limites com a República Argentina é uma das maiores contribuições à história da cartografia brasileira, não só pelo estudo e análise das peças mais importantes como pela reprodução de mais de trinta monumentos cartográficos ⁽¹⁸⁷⁾.

(182) Destas seis cópias, três portuguesas e três espanholas, sabia-se da existência, na época em que Rio Branco defendia os direitos do Brasil, de uma cópia portuguesa no Arquivo do Ministério de Estado em Madrid. Ela foi reproduzida no vol. XI, n. 9-A, e combinava perfeitamente com o Mapa n. 7-A já referido.

(183) Rio Branco, *Questões de limites*, ob. cit., 41-42.

(184) Borges de Castro, *Coleção de Tratados, Convenções, contratos e atos públicos celebrados entre a Coroa de Portugal e as mais potências desde 1640 até o presente*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1856, t. 3.

(185) Rio Branco, *Questões de limites*, ob. cit., 44.

(186) O Mapa já foi reproduzido no vol. 52 dos ABN. O confronto minucioso dos originais de 49, do português de 51 e do espanhol também de 51, agora reproduzido, mostra que Rio Branco tinha razão.

(187) Rio Branco, *Questão de limites entre o Brasil e a República Argentina, submetida à decisão arbitral do Presidente Cleveland, dos Estados Unidos da América do Norte*, New York, 1894, 6 vols., sendo o primeiro, a

Mas nada superou, em matéria de cartografia histórica, no tocante ao NE. do litoral brasileiro, *L'Oyapoc et L'Amazone*, de Joaquim Caetano da Silva, as *Memórias* de Rio Branco e a Sentença arbitral do govêrno suíço. Como na questão anterior, o litígio originava-se da transposição de nomes de rios limítrofes. O problema consistia, portanto, na determinação do verdadeiro Oiapoque, limite marítimo estabelecido pelo art. 8º do Tratado concluído em Utrecht, a 11 de abril de 1713. A França tinha variado a situação do Rio Oiapoque identificando-o com o Amazonas, Araguari, Carapapuri, Mapá, Maracaré e Calsuene, enquanto o Brasil sempre sustentara que o Oiapoque do Tratado de 1700 e 1713 era o rio universalmente conhecido sob êste nome desde 1596, rio que se lança na antiga Baía de Vicente Pinzon ou *d'Oyapoc*, entre a Montanha de Prata e o Cabo de Orange.

Era, como se vê, um problema histórico-geográfico e cartográfico, sobre o qual Joaquim Caetano havia escrito o monumento de saber o que é o *L'Oyapoc et L'Amazone*, incorporado por Rio Branco às suas *Memórias*, quando defendia perante o árbitro o direito do Brasil ao território contestado. Joaquim Caetano reuniu à demonstração histórica e geográfica, a prova cartográfica, estudando várias das mais importantes cartas e mapas geográficos. O primeiro volume é a exposição histórica, que se conclui na 16a. Conferência, com a apresentação na 17a. dos sessenta e três títulos irrefragáveis do Brasil, entre os quais alguns de natureza estritamente cartográfica, como, por exemplo, o 29º que é o Atlas de G. Deslile, o 30º que é o Mapa de Samuel Fritz, o 35º que

tradução inglêsa, o segundo, o original, o terceiro, documentos vertidos para o inglês; o quarto, documentos segundo o texto original, o quinto, mapas, e o sexto, mapas. As *Memórias Argentinas*, escritas por Estanislaw S. Zeballos, levam o título: *Alegato de la Republica Argentina sobre la cuestion de limites con el Brasil en el Territorio de Misiones, sometida al Presidente de los Estados Unidos de acuerdo con el Tratado de Arbitraje de 7 de Septiembre de 1899*, Washington, D. C., 1894. Tradução inglêsa: *Argument for the Republic*, etc. Washington, 1894. A sentença foi publicada no *Relatório do Ministério das Relações Exteriores*, 1895, e no *Special Bulletin do Bureau of the American Republics*, Washington, D. C., March, 1895.

é a *Arte de Navegar* de Manuel Pimentel, o 51º que é o Atlas de G. Delisle e Phil. Buache, e finalmente o 56º que é a Carta de D. Lescallier. Mas a lição e a prova cartográfica são apresentadas também no capítulo 19, onde Joaquim Caetano estuda exaustivamente a distinção entre o Vicente Pinzon e o Oiapoque, no 20 e no 24, onde examina a latitude do Cabo de Orange, e as antigas cartas e cartógrafos, e no 25 em que analisa a carta de Juan de la Cosa.

O estudo atento das antigas cartas, onde o rio de Vicente Pinzon é registrado, mostra que estas, ao atribuírem ao Vicente Pinzon uma posição astronômica que parecia indicar o rio do Cabo Norte, desmentem semelhante indicação pelas marcas terrestres as mais características do rio do Cabo Orange (188).

Joaquim Caetano da Silva reuniu as cartas geográficas de Mercator, Ortelius, Caboto, Alonso de Chavez e Vaz Dourado. A exposição histórica, geográfica e cartográfica por êle feita devia naturalmente ser não só seguida pelo Barão do Rio Branco como também reproduzida entre as obras fundamentais indispensáveis ao completo esclarecimento do árbitro. A declaração de Rio Branco, no prefácio da 3a. edição, de que passados quarenta anos a obra não envelhecera, e continuava como o guia mais seguro para o estudo da questão de fronteiras entre o Brasil e a França, nada sofreu com a crítica da *Réponse* francesa (189), de que a ciência marchara e a cartografia completara seus dados.

A tese brasileira, o sistema de sua defesa, o método de exposição foram elaborados segundo as principais fontes primordiais e as obras fundamentais. Das fontes e da meditação surgira uma verdadeira teoria, que natural-

(188) Joaquim Caetano da Silva, *L'Oyapoc et l'Amazonne*, Paris, 1899, 3.ª ed., Lição 24 e 26, especialmente n. 2596.

(189) *Réponse du Gouvernement de la République Française au Mémoire des États-Unis du Brésil sur la Question de Frontière soumise à l'arbitrage du gouvernement de la Confédération Suisse*, Paris, Imprimerie Nationale, 1899, 315-368. Acusava-se de envelhecida a obra de Joaquim Caetano e dizia-se que sua segunda e terceira edições tinham sido edições oficiais. Foram, realmente, mas isto nada provava.

mente poderia ser melhor desenvolvida quarenta anos depois por quem, como Rio Branco, houvesse reunido novo material e houvesse longamente raciocinado sobre o problema. Assim, as *Memórias* de Rio Branco seguem as diretrizes lançadas por Joaquim Caetano. Na Primeira Memória, expõe-se o problema histórico, geográfico e cartográfico, dando-se especialmente a êstes dois últimos uma melhor amplitude. Dêste modo ficava exuberantemente provado que o *Japoc* ou Vicente Pinzon do Tratado de Utrecht, como o reconheceu o plenipotenciário francês de 1855, é incontestavelmente o *Oyapoc*, ou o Vicente Pinzon do Tratado de 1700. A identificação era completa: tratava-se do rio que se lança a oeste do Cabo de Orange ⁽¹⁹⁰⁾.

Alguns argumentos cartográficos de Rio Branco foram decisivos para o árbitro. Assim, por exemplo, a demonstração de que Diogo Homem, em 1558, baseando-se em cartas oficiais espanholas da época de Chavez, introduzira o Rio Vicente Pinzon na cartografia portuguesa, identificando-o com o Oiapoque atual ⁽¹⁹¹⁾. Assim também o fato de que em tôdas as cartas de Vaz Dourado as montanhas se encontram à esquerda do Rio Vicente Pinzon confirmando a opinião de que o Rio Vicente Pinzon de Vaz Dourado é idêntico ao Oiapoque do Cabo Orange. A versão portuguesa sobre a posição do Rio Vicente Pinzon concorda, conseqüentemente, na segunda metade do século XVI, com a concepção da cartografia oficial espanhola ⁽¹⁹²⁾. Rio Branco observara êste fato com rigor científico e o denunciara ⁽¹⁹³⁾.

Outras vêzes, argumentos cartográficos do Visconde do Uruguai e de Joaquim Caetano, desenvolvidos por Rio Branco, impressionam decisivamente o árbitro, como a ne-

(190) *Memoire présenté par les États-Unis du Brésil au gouvernement de la Confederation Suisse*, Paris, 1899, 1.º t., 221.

(191) *Sentence*, *ob. cit.*, 628. Joaquim Caetano da Silva referiu-se ligeiramente a essa carta, *L'Oyapoc et l'Amazone*, 3.ª ed., nota ao n. 2498, 340. Mas Rio Branco estudou-a minuciosamente: *Second Memoire*, Berne, 1899, 78-80.

(192) *Sentence*, *ibid.*, 645-646.

(193) *Second Memoire* de Rio Branco, *ibid.*, 74.

gativa da existência do braço setentrional do Araguari (194). Mas, na verdade, coube ao Visconde do Uruguai apresentar o argumento decisivo para a convicção, que foi a identificação do Oiapoque ou Vicente Pinzon da carta do Padre Samuel Fritz de 1707 com o Oiapoque ou Vicente Pinzon da carta do mesmo autor de 1717. Essa prova foi acclhida por Caetano da Silva (título 30) e pelo Barão do Rio Branco (195).

A exposição geográfica e a documentação cartográfica exibida por Joaquim Caetano e Rio Branco mostraram, segundo as próprias palavras do árbitro, “como um só e mesmo curso d’água recebeu nomes diferentes, de Vicente Pinzon pelos espanhóis e portugueses, e Oyapoc, muito diversamente ortografado, segundo a denominação indígena, da parte dos Inglêses, holandeses e franceses”. Elas mostraram, também, que as indicações de latitudes dêste rio variavam muito segundo os diversos cartógrafos, mas que a identidade do curso d’água podia ser estabelecida graças às “montanhas situadas a oeste de sua embocadura e graças também à determinação de sua posição e a nomenclatura reproduzida nas Cartas”. O árbitro ficava sabendo que a cartografia espanhola e portuguesa do século XVI depois do Padrão real de Chavez de 1536 entendia por Rio Vicente Pinzon, acompanhado de montanhas, o Oiapoque atual do Cabo de Orange.

Pelo meio do século XVI, um rio novo e importante se introduziu nas cartas, primeiro por Nicolas Desliens e Sebastião Caboto, que o conheceram da Relação que Orelana tinha dado de suas viagens. Ele figurou nas Cartas como um rio distinto do Maranhão, já conhecido, e ao norte-oeste dêste. Ora, as cartas identificando o Maranhão conhecido como o Amazonas de hoje, lhe davam uma posição quase análoga e sendo o novo rio igual-

(194) Joaquim Caetano, *ob. cit.*, parágrafos 398-418 e 1171-1208, especialmente o n. 1188, e Rio Branco, Primeira Memória, *ob. cit.*, 1.ª ed., 34-35. Sentence, *ob. cit.*, 720.

(195) Sentence, *ob. cit.*, 739. Joaquim Caetano, *ob. cit.*, parágrafos 2005-2015, especialmente n. 2007. Rio Branco, Segunda Memória, *ob. cit.*, 1.ª ed., 104 e seguintes. V. também José Antônio Soares de Sousa, *A Vida do Visconde do Uruguai*, São Paulo, 1944, *Brasiliana*, vol. 243, 499-500.

mente identificado com o Amazonas, sua posição era inexacta. Ele devia forçosamente ser colocado mais ao norte-oeste, porque o resto do litoral não havia sofrido nenhuma mudança.

O Rio Vicente Pinzon, abstração feita do rio novamente introduzido, guardou a antiga posição que lhe deu Chavez: era em consequência muito mais aproximado do novo rio que o antigo Maranhão. Mas alguns geógrafos (cartógrafos) reconheceram logo o erro cometido e em 1558 já Diogo Homem remete o Rio Vicente Pinzon com as montanhas à distância primitiva e exata do Rio das Amazonas. O representante mais autorizado da cartografia portuguesa da segunda metade do século XVI, Vaz Dourado, ligou-se a esta opinião, assim como G. Mercator, no seu *Mapamundo*, projetado segundo a escola de Sevilha, os quais fizeram conhecer universalmente e transmitir no século XVII o nome de Rio Vicente Pinzon ⁽¹⁹⁶⁾.

A sentença do governo suíço decidiu-se assim especialmente pela força da prova cartográfica que levava o juiz à convicção. Ao contrário das Memórias Francesas, resumidas, inseguras e inexactas, a Sentença Suíça era ao lado da obra de Duarte da Ponte Ribeiro, Joaquim Caetano, Rio Branco e Joaquim Nabuco um ensaio sério sobre a história geral da cartografia sul-americana. A Memória Francesa procurava provar que se há um *Oyapoc* que todo mundo conhece no Cabo Orange, existe na vizinhança outro Yapoc ou Japoc ou Wiapoc, que os franceses aprenderam a designar deste modo nas suas relações comerciais com os indígenas ⁽¹⁹⁷⁾.

(196) *Sentence, ob. cit.*, 840-841.

(197) *Memoire contenant l'exposé des droits de la France dans la question de frontières de la Guyanne Française et du Brésil, soumise à l'arbitrage du Gouvernement de la Confédération Suisse*, Paris, Imprimerie Nationale, 1899. É acompanhada de um volume de *Documents et pièces justificatives*, de um Atlas, e é seguido da *Réponse du Gouvernement de la République Française au Mémoire des États-Unis du Brésil*, etc. Paris, Impr. Nat., 1899. A Memória descreve, na primeira parte, os documentos jurídicos e diplomáticos, na segunda, os fatos históricos, e na terceira os argumentos geográficos e cartográficos, e a *Réponse*, seguindo a mesma ordem, examina as cartas anexadas às Memórias brasileiras e resumidas no Atlas.

Pode-se dizer sem favor que nunca uma Sentença esteve como esta à altura do direito ofendido e reclamado. A cartografia histórica recebia através dos trabalhos de Joaquim Caetano, Rio Branco e Eduardo Müller uma contribuição inigualável.

A história da cartografia deve ainda ao Barão do Rio Branco e a Joaquim Nabuco uma excelente e memorável lição. Nas Questões de Limites com a Guiana Inglesa, estudaram os dois brasileiros minuciosamente a cartografia da região, quer na *Memória* que sobre o assunto preparou Rio Branco, quer no *Direito do Brasil* ou em *La Preuve Cartographique*, que Joaquim Nabuco apresentou ao árbitro incompetente e relapso (198).

A Questão do Pirara, aparecida em 1838, com a terceira viagem do explorador R. Schomburgk, e decidida em 1904, com a inqualificável sentença de Vítor Emanuel, exigia um profundo conhecimento histórico e geográfico e um conhecimento cartográfico perfeito. O Tratado de arbitramento de 6 de novembro de 1901 estabelecia como território em litígio a área “entre o Tacutu e o Cotingo e uma linha tirada da nascente do Cotingo

(198) Joaquim Nabuco, *Premier Mémoire. Le Droit du Brésil. Présenté à Rome le 27 Février, 1903*, Paris, A. Lahure, 1903, 8 vols.: 1.º) *Le droit du Brésil*; 2.º) *O direito do Brasil*. Com 5 vols. de Anexos: 1. *Documents d'origine portugaise. Texte portugais. Première serie*. 2. *Idem, Deuxième serie*. 3. *Documents d'origine portugaise. Traduction française. Première serie*. 4. *Idem, Deuxième serie*. 5. *Documents divers*. 6. *Atlas*. — *Second Mémoire*, 3 vols. e 3 Anexos: 1.º) *La prétention anglaise. Présenté à Rome le 26 Septembre 1903*, Paris, A. Lahure, 1903. 2.º) *Notes sur la partie historique du Premier Mémoire Anglaise*; 3.º) *La preuve cartographique*. Annexes du Second Mémoire du Brésil: 1. *Documents faisant suite au tome premier du Second Mémoire. Premier serie*. 2. *Idem, Second Serie*; 3. *Documents faisant suite au tome Second du Second Mémoire*. — *Troisième Mémoire*. 4 vols.: 1.º) *La construction des Mémoires anglais. Présenté à Rome, le 25 Février 1904*, Paris, A. Lahure, 1904; 2.º) *Histoire de la zone contesté selon le Contre-Mémoire Anglais. Présenté à Rome le 25 Février 1904*; 3.º) *Reproduction des Documents Anglais suivie de Brèves Observations*, *Id. id.* 4.º) *Exposé Final*. São, assim, ao todo, 18 vols. — As Memórias inglesas, escritas pelo Embaixador Francis Bertie, são ao todo 10 vols. e mais 2 de Atlas, publicados em inglês e francês: *Mémoire ou Case* (1 vol. 4 Anexos e Altas), *Contre-Mémoire ou Counter-Case*, (1 vol., 2 Anexos e 1 Atlas), *Notes* (1 vol.) e *Argument* (1 vol.). A sentença do Rei da Itália encontra-se na íntegra em Paul Fauchille, *Le conflit de limites entre le Brésil et la Grande Bretagne et la Sentence Arbitrale du Roi d'Italie*, Paris, A. Pedrone, 1905, 128-31.

para leste, acompanhando o divisor das águas, até um ponto próximo ao Monte Ayangeanna, daí para o sudeste, seguindo ainda a direção geral do divisor das águas, até o monte chamado Anai, daí pelo seu tributário mais próximo até o Rupununi, subindo este rio até a nascente e dela atravessando a encontrar a nascente do Tacutu". Joaquim Nabuco, no *Direito do Brasil* (199), fez uma larga e magnífica exposição histórica, mostrando a posse e domínio do Amazonas, Rio Negro e Rio Branco, a cuja bacia pertencia o território pretendido. O primeiro título do Brasil era a ocupação portuguesa do Amazonas, que desde o século XVII se estendeu além da confluência do Rio Negro, do qual o Rio Branco é tributário. O segundo título do Brasil aos territórios do Rio Branco era o domínio do Rio Negro, do qual o Branco é afluente. O terceiro título era a posse do Rio Branco pela Coroa portuguesa, posse esta que não precisava de prova, como não a precisavam a do Amazonas e a do Rio Negro; era um fato não disputado, como qualquer destes (200).

Joaquim Nabuco, porém, quis suprir o árbitro de provas decisivas que o levassem livremente à convicção e, para isto, reuniu várias provas de natureza histórica, diplomática e cartográfica, sendo que esta última é que nos interessa especialmente neste capítulo. Ele produziu magnificamente tais provas, quer no volume citado, quer ainda no 3º volume da Segunda Memória. O que impressiona em Joaquim Nabuco e deve ser aqui pôsto em relêvo é, ao lado da sistemática e lógica ordenação do material, a capacidade de valorizar, teorizar e transformar em título jurídico de soberania o documento cartográfico. Nisto poucos o igualaram.

Outros conheceram e usaram peças cartográficas, mas raros antes de Joaquim Nabuco elevaram-nas a título jurídico de legitimidade de soberania territorial. Ele não

(199) Joaquim Nabuco, *Primeira Memória apresentada em Roma a 27 de fevereiro de 1903*. Paris, A. Lahure, 1903.

(200) Joaquim Nabuco, *O direito do Brasil*, 44, 47 e 175.

as apresenta simplesmente como uma representação gráfica de conquista e posse; não as utiliza empiricamente, como historiador que transcreve um documento, confiante em que dêste modo justifica a certeza da afirmação. Nabuco sabia que a pura exibição de um documento não é prova, mas instrumento de prova, e que para chegar à convicção era necessário fazer induções, raciocinar, demonstrar, sob base da peça, a realidade da afirmação. Por isso êle é dos primeiros a tratar da prova cartográfica, elevada a título jurídico de posse e a expender sôbre a natureza dêste título considerações de extrema importância.

No capítulo "Prova cartográfica", do *Direito do Brasil*, depois de estudar em seu conjunto a universalidade da cartografia da Guiana, de classificá-la e analisá-la, êle pôde estabelecer a unanimidade dela a favor de nove proposições, entre as quais distinguimos: 1) que os mapas portugueses e brasileiros desde o século XVIII até hoje, isto é, desde que o Rio Branco começa a figurar na geografia, são uniformes, em compreender a bacia tôda dêsse rio dentro da esfera do Brasil; 2) desde o meado do século XVIII, os mapas oficiais dos tratados entre Portugal e Espanha a compreendem; 3) os mapas ingleses, da primeira, da segunda e da terceira ocupações (que se converteram em soberania), até 1840, da Colônia de Essequibo, isto é, quando aquêles mapas já representavam a opinião de uma das partes interessadas e alguns dêles eram mapas oficiais e outros quase oficiais e inspirados, como sempre acontece com os cartógrafos ingleses, nas pretensões nacionais mais extensas, são acordes em colocar o atual Contestado fora da raia da Colônia; 4) juntas as proposições anteriores, fica fora de dúvida que até 1840 não existia pretensão alguma, nem holandesa, nem inglesa, ao atual Contestado; 5) por outro lado, os magníficos trabalhos de Silva Pontes, Ricardo Franco, Ribeiro de Sampaio, Simões de Carvalho, Gama Lôbo, apresentados pelo Brasil, mostram que o Rio Branco, os seus afluentes e todo o território em litígio foram explorados pelos portugueses no século XVIII, de modo a causarem admiração a Alexandre

de Humboldt e aos maiores geógrafos franceses que examinaram aquelas cartas.

Nabuco podia assim concluir que até 1840 o Brasil tinha “por si a prova cartográfica unânime, ou moralmente unânime, a mais completa que se pode desejar, pois reúne ao testemunho próprio o testemunho da parte ou das partes contrárias”. E podia ainda estabelecer alguns princípios em matéria de prova cartográfica, ao escrever que ela era “apresentada como prova histórica, suplementar ou subsidiária à dos documentos, para demonstrar a existência, ou a precedência, da pretensão de alguns dos litigantes, e a não existência ou a posterioridade da pretensão contrária.

Em *La Preuve Cartographique*, Nabuco rebate as críticas inglêsas ao valor dos documentos geográficos para a decisão das questões de limites, mostrando que as cartas geográficas são, algumas vêzes, os documentos ou as testemunhas contemporâneas mais decisivas quanto às questões de limites.

CAPÍTULO 10.

CRÍTICA HISTÓRICA

ESTUDADAS as disciplinas que auxiliam a investigação histórica, devemos tratar da crítica, que consiste no exame de valor e identificação dos testemunhos. Esta é a parte principal da metodologia da história.

Lido o documento, verificada sua autenticidade, precisamos, para a boa inteligência do texto, recorrer à filologia, que vai nos facilitar a compreensão do sentido exato do testemunho. É sabido que muitos documentos, pela incorreção da linguagem, pela profusão de termos desconhecidos e empregados em sentido novo, pela ignorância da parte do autor de regras elementares de flexão e sintaxe, ou pela confusão das disposições, de detalhes ou da própria frase exigem estudos filológicos para a própria compreensão do texto (1).

Mas não são apenas essas dificuldades acidentais e provenientes de incorreções e obscuridades que nos obrigam a recorrer à filologia. Uma série de expressões podem nos ser estranhas, mesmo na linguagem que nos é familiar, de modo a exigir-nos um estudo filológico.

Dêste modo, como acentuou Dilthey, a primeira condição para edificar o mundo histórico é a depuração das confusas e desfiguradas recordações do gênero humano sobre si mesmo, mediante a crítica, que se acha em cor-

(1) Pe. Ch. de Smedt, *Principes de la critique historique*, Paris, 1883, 100.

relação com a interpretação. Por esta razão, a ciência fundamental da história é a filologia em seu sentido formal, como estudo científico das linguagens em que se propala a tradição, recopilação dos testemunhos humanos, depuração de erros, ordenação cronológica e combinação, que estabelecem uma relação interna entre êsses testemunhos (2). A filologia, assim, não como ciência auxiliar, mas como ciência em si mesma, investiga a genuinidade dos documentos e a autenticidade dos testemunhos, fornecendo-nos os elementos de convicção sôbre a legitimidade da nossa interpretação paleográfica. Com seu auxílio transportamos o documento para a linguagem atual.

É então que devemos observar uma série de regras críticas que se corporificam no que hoje chamamos a crítica histórica.

A palavra crítica deriva do grego e significa decidir, provar. A idéia contida nessa palavra foi desenvolvida pelos filólogos no sentido formal, mas não se deve esquecer que, pelo menos para a crítica histórica, o principal é a constatação do fato (3).

Ora, constatar o fato significa descobri-lo, verificar sua autenticidade e veracidade, o que se faz com a heurística, as disciplinas auxiliares e a crítica, conjunto de um mesmo processo de pesquisa histórica. Assim sendo, não se deve confundir crítica com interpretação, como comumente se verifica. A crítica pode estar rigorosamente certa, de acôrdo com as regras do método e a interpretação resultar falsa, ou pelo menos duvidosa. A palavra crítica tem, em história, sentido restrito. Veremos, a seguir, em que consiste e quais suas principais etapas.

(2) Wilhelm Dilthey, *El mundo historico*, México, Fondo de Cultura Económica, 1944, 286-87.

(3) Ernst Bernheim, *Lehrbuch der historische Methode und der Geschichtsphilosophie*, Leipzig, Verlag von Duncker & Humblot, 1908, 325, citando A. Rhomberg.

A posição de Alexandre Herculano e F. A. de Varnhagen

É muito comum ouvir-se dizer, por exemplo, que faltou a Varnhagen espírito crítico, quando êle foi o iniciador da crítica histórica no Brasil, cabendo-lhe, tal como a Alexandre Herculano em Portugal, papel revolucionário na historiografia brasileira. Um autor é crítico em história quando é capaz do uso adequado e correto das fontes históricas, examinadas sob o ponto de vista da autenticidade, integridade e credibilidade. Se, porém, ao construir sua narração êle se limita a reunir êstes dados autênticos, íntegros e fidedignos, sem interpretação, então êle é um historiador crítico, mas não intérprete, porque incapaz de teorizar. A interpretação depende de outros elementos que serão indicados mais adiante. É exatamente êste o caso de Varnhagen, às vêzes incapaz de interpretar, por insuficiência filosófica e teórica.

Na historiografia portuguêsã e brasileira foram Alexandre Herculano e Francisco Adolfo de Varnhagen que usaram pela primeira vez de processos críticos de exame e análise das fontes históricas. Ambos foram influenciados pela metodologia alemã e pela diplomática francesa. A aplicação segura dos princípios críticos permitiu que um escrevesse a *História de Portugal* e outro a *História Geral do Brasil*, monumentos de saber e erudição.

Se Varnhagen nunca foi desafiado a mostrar seus conhecimentos teóricos no campo da crítica histórica, ou nunca desejou divulgá-los, preferindo apenas aplicá-los nas famosas *Reflexões críticas*, que constituem a única e memorável tese da crítica histórica brasileira, Alexandre Herculano foi obrigado a dar uma lição de método e de crítica aos que o afrontaram na conhecida fábula da aparição de Cristo na Batalha de Ourique, que êle, por respeito à verdade histórica, omitira.

A *Solemnia Verba* de Alexandre Herculano, apesar do tom polêmico, a que se viu forçado, pela ignorância dos adversários, é o modêlo, a lição, a doutrina, em língua por-

tuguêsa, das regras de crítica histórica. Nada, em nossa língua, sobrepassa êste pequeno livro como declaração enfática e solene dos princípios e métodos usados pelo maior historiador português na descoberta da verdade e na reconstituição do passado. A seriedade das idéias, a correção da língua, a dignidade dos princípios, a segurança dos conhecimentos, a certeza de que êle e só êle — as exceções foram tão poucas — sabia o que dizia, a convicção de que o acompanhavam os maiores e melhores nomes europeus, tudo isto coloca o pequeno folheto entre as obras de eterna memória.

Os insensatos que tanta tolice escreveram — como o Padre Francisco Recreio — êle os havia de enviar à geração futura, envolvidos no sudário do escárnio. Apesar dos ataques ferozes e parvos que lhe moveram pobres diabos, Alexandre Herculano promoveu uma discussão grave, pausada e modesta. O conjunto dos seus opúsculos sôbre a matéria era a melhor exposição sobre crítica histórica, credibilidade, fábulas e lendas da história. Era uma lição dura e irrepreensível da crítica, feita por quem representava uma inteligência superior nas letras portuguesas.

A omissão da fábula e a conseqüente discussão interessam particularmente ao problema da falsificação na história. Aqui convém, apenas, extrair as principais e mais sólidas regras de crítica que desde então serviram aos poucos e verdadeiros historiadores luso-brasileiros.

É de Rawlke, Guizot, Eichhorn e Savigny, dizia Alexandre Herculano, que quem quizer escrever história, se não quizer desonrar-se e desonrar a literatura de seu país, deve forçosamente aproximar-se. “Foi essa aproximação que eu tentei, persuadido de que bem merecia por isso da terra em que nasci. Se é assim ou não, pertence decidi-lo àqueles que vierem após nós. No meio de uma revolução literária, não há desafôgo de ânimo bastante para se fazer inteira justiça nem aos meus esforços, nem

à candura das minhas intenções” (4). Ele trouxera para o campo da história o mesmo amor da verdade singular que tinha mostrado numa das mais graves questões sociais (5), e estava convencido de que provocava, com sua nova atitude crítica, severa e grave, em face dos documentos, uma revolução de enormes conseqüências para o futuro desenvolvimento da historiografia.

Dizia Herculano que “a crítica histórica tem regras para a credibilidade, regras a que todo aquêle que trata de tais matérias deve sujeitar-se, porque se estribam, não só na aceitação dos homens de ciência, mas também na razão comum. Estes preceitos são no nosso século, em que os estudos históricos têm feito na Europa tantos ou mais progressos que as outras ciências, assaz severos; mas essa severidade começou a desenvolver-se desde os fins do século XVII, em que a congregação de São Mauro, aquêle brilhante seminário de homens ilustres, criou a diplomática. O estudo dos arquivos, estudo alumiado pela filosofia crítica, mostrou quanto havia a desprezar nessas vastas compilações de trabalhos históricos dos séculos anteriores. É de São Germão dos Prados, do mosteiro de S. Brás da Selva Negra, e dos outros mosteiros beneditinos da França e da Alemanha que partiu o movimento intelectual da Europa nesta parte do saber humano” (6). E, a seguir, transcrevia as regras ensinadas por Mabillon, cuja utilidade é ainda hoje incontestável:

“1.º Aquilo em que sôbre tudo devemos acautelarnos no estudo da história é em evitar todos êsses vícios em que é fácil cair; quero dizer, em não admitir por verdadeiro o que é falso, e em não nos deixarmos dominar pelas afeições particulares dos historiadores. É necessário, primeiro que tudo, pesar atentamente os dotes do autor, se é idôneo e sincero; o que o moveu a escrever; se pertence a algum bando ou seita...

(4) Alexandre Herculano, *Solemnia Verba*, Lisboa, Impr. Nacional, 1850, 8.

(5) Alexandre Herculano, *Eu e o Clero*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1850, 19.

(6) Alexandre Herculano, *Solemnia Verba*, Lisboa, 1850, 7.

“2.º Devemos averiguar se o autor que lemos é síncrono (contemporâneo); se escreveu êle próprio, ou se copiou outro; se é prudente nas suas afirmativas, ou se apenas se estriba em conjeturas; porquanto, dada a paridade no demais deve-se preferir a opinião do autor coevo à do mais moderno. Digo — dada a paridade no demais — porque pode acontecer e acontece às vêzes, escrever a história com inteira madureza o autor não síncrono, estribado em monumentos sérios e boas razões, e o contemporâneo muito ao contrário, ou seja por negligência, ou seja por ignorância dos fatos, ou seja por alguma prevenção, ou finalmente porque o subjuga a fôrça do próprio interêsse.

“3.º Segue-se daqui não se dever confiar demasiado naqueles fatos sôbre que os escritores rigorosamente contemporâneos, ou quase contemporâneos guardaram silêncio; pôsto que possa acontecer que um autor mais moderno consultasse alguns monumentos importantes, guardados em lugar oculto quando os fatos aconteceram, ou visse escritores síncronos ou quase síncronos, cujas obras depois se perdessem. Se, porém, êsses escritores, ou os que lhes sucederam, no intervalo de um até dois séculos, nada dizem a tal respeito, e não obstante isso um historiador mais moderno, sem se estribar em testemunho ou autoridade alguma, se atreve a asseverar temerariamente, bem pequena conta se deve fazer dêle, aliás abriríamos ampla estrada para errarmos e para enganarmos os outros.

“4.º Com todo o cuidado nos devemos premunir para não sermos ilaqueados por alguns autores supositícios, inventados nestes nossos tempos...

“5.º Não se deve proscrever qualquer autor por um ou outro defeito de paixão ou alucinação, pela rudeza do estilo, ou por outra imperfeição própria da natureza humana, com tanto que seja sincero e pontual no resto...

“6.º Não se devem desprezar os antiquários, autores de resumos históricos, e compiladores...

“7.º Quando as narrativas variam, não nos devemos deixar atrair pela consideração do número, mas sim pelo

mérito e gravidade dos autores; visto que muitas vêzes acontece que a autoridade de um autor grave e sincero merece preferir-se ao testemunho de cem de menos fé, porque estes se foram repetindo uns aos outros sem madura discussão e diligente exame das coisas. . .

“8.º Por êste mesmo motivo não deve fazer-se grande fundamento na quase inumerável multidão de casos que muitos modernos costumam amontoar nas vidas de certos santos. . . Dizendo isto, sinto apertar-se-me o coração, e com mágoa devo acrescentar, que são muitíssimo mais exatos os autores profanos escrevendo vidas de étnicos, do que muitos cristãos relatando vidas de santos, o que já não receou afirmar Melchior Cano, referindo-se a Diógenes Laércio e a Suetônio.”

A regra de crítica de Guigo, quinto geral dos Brunos, era também lembrada por Herculano: “Buscai a prova de tudo: o bom respeitai-o. Quem crê de pronto, é leve de coração” (7).

De Fleury, Herculano lembrava esta lição que ainda hoje — pelo menos no Brasil — é de extraordinário valor: “Não tenho em conta de provas senão o testemunho de autores originais, isto é, daqueles que escreveram contemporaneamente, ou pouco depois. Porque a memória dos sucessos não pode subsistir por muito tempo sem ser escrita. Bastante será se durar um século. O filho pode lembrar-se, passados cinqüenta anos, do que o pai ou avô lhe referiram, cinqüenta anos depois de o haverem presenciado. Os sucessos que têm passado por várias gerações não obtêm a mesma certeza; cada qual lhe vai acrescentando alguma coisa de sua lavra, talvez sem o pensar. É por isso que as tradições vagas de fatos muito antigos, que tarde ou nunca se escreveram, nenhum crédito merecem, principalmente repugnando a fatos provados. Nem se diga que as histórias podem ter-se perdido; porque, dizendo-se isso sem provas, posso também eu afirmar que elas nunca existiram. O mesmo direi dos escritores que

(7) Alexandre Herculano, *Ibid.*, 9.

escreveram sucessos anteriores a êles muitos séculos; se não citam os autores donde os tiraram, temos o direito de desconfiar de que acreditaram de leve os rumores vulgares... Os próprios autores contemporâneos não devem adotar-se sem exame... Deve-se averiguar bem se o escritor é digno de fé, quase como quem inquirir testemunhas num processo. O que se encontra em cartas, ou em outros diplomas da época, deve ser preferido às narrativas dos historiadores” (8).

Principais etapas da crítica

A crítica é processo complexo, que envolve, ao menos em teoria, seis distintos problemas para tôdas as fontes:

- a) quando a fonte, escrita ou não, foi produzida (data);
- b) onde foi produzida (localização);
- c) por quem foi produzida (autoria);
- d) de que matéria preexistente foi produzida (análise);
- e) em que forma original foi produzida (integridade);
- f) qual é o valor da certeza do seu conteúdo (credibilidade) (9).

Êsses seis distintos problemas exaurem todo o processo da crítica histórica, que pode ser definida, segundo Carraghan, como o uso ou a aplicação de um corpo de regras e princípios para verificar a autenticidade das fontes históricas, restaurando-se tanto quanto possível a sua forma original e determinando o valor de sua certeza. Bernheim considera tão importante o problema da crítica

(8) Alexandre Herculano, *Ibid.*, 16.

(9) G. J. Carraghan, *Guide to historical method*, New York, Fordham University Press, 1946, 168.

histórica que diz êle, só através dela a história adquiriu caráter científico ⁽¹⁰⁾.

Bernheim dividiu a crítica histórica em dois grandes ramos, que têm sido aceitos por quase todos os tratadistas: a crítica externa, ou inferior, e a crítica interna, ou superior.

Na metade do século XIX, os historiadores trabalharam num novo método de manejar as fontes, o método da crítica filológica. Esta consistia essencialmente de duas operações: primeiro, a análise das fontes (que ainda significa fontes literárias ou narrativas) em suas partes componentes, distinguindo os elementos primitivos e posteriores, de modo a capacitar o historiador a discriminar entre as porções mais ou menos dignas de fé; segundo, a crítica interna, mesmo das partes mais dignas de fé, mostrando como o ponto de vista do autor afetou sua informação, e, assim, habilitando o historiador a deduzir as distorções produzidas.

O exemplo clássico dêsse método é o tratamento de Tito Lívio por Niebuhr. Êle mostrou que grande parte do que foi considerado usualmente como primitiva história romana é ficção patriótica de um período posterior e que mesmo o mais antigo extrato não é fato histórico sério, mas algo análogo a uma balada, ou a um canto épico nacional do antigo povo romano. Por trás dêsse canto épico Niebuhr extraiu a realidade histórica da antiga Roma como uma sociedade de camponeses ⁽¹¹⁾. Foi assim que brotaram os dois ramos.

A crítica externa abrangeria os itens *a* a *c*, e a crítica interna o item *f*, acima enumerados. Carraghan, que é dos que melhor expõem a questão, chama os problemas abrangidos nos itens *a* a *d*, de crítica externa ou superior, e o problema do item *e* de crítica de texto ou inferior; subdivide, assim, a crítica externa, em externa própria-

(10) Ernst Bernheim, *Lehrbuch der historischen Methode und der Geschichtsphilosophie*, Leipzig, 1908, 225-226.

(11) R. G. Collingwood, *The idea of history*, Oxford University Press, 1946, 130.

mente dita e de texto (12). Devemos porém advertir que embora os autores em geral repitam essa classificação nem sempre concordam exatamente na denominação e na exposição. Podemos dizer, de modo geral, que os itens *a* a *d* se referem à autenticidade, o *e* à crítica de texto e o *f* à crítica interna.

Os três pontos mais importantes e mais significativos em todo o processo do exame crítico das fontes são especialmente o problema da autenticidade ou genuinidade, o da integridade ou crítica de textos, e o da credibilidade ou crítica interna. Todos três são vitais para o propósito do historiador. Como diz muito bem Carraghan, um documento pode ser genuíno, porém não estar textualmente intato; pode ser genuíno e textualmente íntegro e não ser fidedigno, como fonte de informação; e ainda mais, para ser fidedigno sua integridade deve estar provada, pelo menos substancialmente. Se o documento preenche as três condições, isto é, se é genuíno, textualmente intacto e fidedigno, então seu conteúdo deve ser exato e verdadeiro.

Tendo como propósito a investigação da origem ou proveniência das fontes, a crítica externa investiga, a princípio, a genuinidade ou autenticidade, principalmente datas, lugar de composição e autoria, e em segundo lugar a derivação e dependência do conteúdo. Portanto, o problema da autenticidade das fontes é um problema composto, que envolve a determinação da época, da origem, do lugar de origem e da autoria. E, em segundo lugar, a derivação e dependência, ou seja a análise do material com que foi produzido o texto e a forma original, ou seja a integridade.

Determinação das datas

As regras da crítica externa servem-nos, ao lado do auxílio que nos dá a cronologia, para ajudar a descobrir

(12) G. J. Carraghan, *A guide to historical method*, New York, 1946, 168.

as datas dos documentos, não só pela informação nêles contida como mostrando possíveis anacronismos. Às vêzes, a determinação é muito simples. Quando, por exemplo, o autor declara ao correr do texto que escreveu sua obra no ano da Independência do Brasil, não temos dificuldade alguma em dizer que êle a escreveu em 1822. Essa é uma crítica de data, baseada puramente num fato histórico. Mas às vêzes é indispensável árduo esforço para a determinação de datas apenas aproximadas.

Na realidade, há uma dependência funcional dos vários problemas da crítica e das disciplinas auxiliares e pode-se dizer que não há nunca prioridade ou hierarquia entre os vários problemas do processo crítico. Quase sempre só depois da crítica interna é que podemos determinar a época da feitura do documento. Alusões a fatos circunstanciais conhecidos, eclipses, terremotos, revoluções, eleições, podem apontar-nos a data exata. Não raro, porém, é a crítica de datas que elucida questões de autoria. Quando é impossível a precisão, o crítico limita-se a declarar *circa* tal época, ou a dar os têrmos iniciais e finais — *terminus post quem e terminus ante quem*.

A determinação das datas de manuscritos é quase sempre mais difícil que a de impressos, embora existam casos famosos de falsificações de data em documentos impressos, especialmente em tratados internacionais.

A valorização de uma peça muito depende da determinação precisa de sua época, pois documento sem data é indigno de aprêço. Os exercitados em paleografia e habituados à crítica filológica são capazes de atribuir a um documento sem data um período definido e limitado, em razão de peculiaridades de escrita, linguagem e estilo. Como acentuou Alexandre Herculano no prólogo que precede o primeiro fascículo da *Portugaliae Monumenta Historica*, a barbaria da ortografia e os vícios da gramática servem de base para, no silêncio de outros depoimentos, se conjecturar a idade e data dos manuscritos ⁽¹³⁾.

(13) *Portugaliae Monumenta Historica*, vol. I, Scriptores, Lisboa, 1856, XXI

O Visconde de Santarém considerou como um dos mais importantes trabalhos da crítica o que foi tentado pelos sábios paleógrafos portugueses no sentido de restabelecer as datas de muitos dos nossos antigos documentos, vários dos quais haviam sido mal lidos pelos nossos historiadores e cronistas, pela falta de conhecimentos paleográficos de que se carecia nos antigos tempos. E por isso êle procurava desculpar-se dos erros de data da sua monumental obra, lembrando ser comum a discussão de uma só dificuldade cronológica exigir uma longa dissertação (14).

Há, dêste modo, uma necessidade extrema de precisar a época do documento. Esta averiguação se faz pelas circunstâncias externas e internas. E o próprio conteúdo interno facilita a determinação, ou por conter referências a fatos históricos conhecidos, ou porque suas palavras só tiveram aquêle valor ou sentido em tal período. É assim, por exemplo, o que se verifica quando um documento dá ao Pontífice Supremo o título de Papa. Êle só pode datar do século XI em diante, quando esta designação foi reservada ao chefe da Igreja, com Gregório VII (1073-1085). A palavra Pápa era antes apenas um título de honra dado a qualquer Bispo. Nesta hipótese, a data ou época provável do documento é determinada por critério histórico-filológico (15).

Foi pelo exame da letra e, portanto, segundo critério paleográfico, que Varnhagen descobriu a data do códice "Cancioneiro do Colégio dos Nobres", que existia em Lisboa. As Trovas e Cantares estavam escritos em letra cursiva e, logo, haviam de ser do século XIV (16).

(14) *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal*, ed. do Visconde de Santarém, Lu's Augusto Rebêlo da Silva e J. da Silva Mendes Leal, 19 vols., Paris, 1842-1860, 1.º vol., LXXIX-LXXX.

(15) Charles Smedt, *Principes de la critique historique*, Paris, 1883, 108. Outro exemplo: a palavra civilização nascida no século XVIII; cf. José Honório Rodrigues, "Civilização, Palavra e conceito". *Diário de Notícias*, 24 de maio de 1953.

(16) Francisco Adolfo Varnhagen, *Trovas e cantares de um códice do XIV século: ou antes, mui provavelmente, "O Livro das Cantigas" do Conde Barcellos*, Madrid, 1849.

Exemplo característico de crítica de data é a feita por João Mendes de Almeida e Jordão de Freitas ao *Diário da Navegação* de Pero Lopes de Sousa (17). O primeiro observou que o *Diário* saltava de domingo, 19 de fevereiro, para sexta-feira, primeiro de março, e depois de segunda-feira, 11 de março, para sábado, 12. Varnhagen também notara que se o 18 de fevereiro foi sábado, o último deste mês, dia 28, foi terça-feira. Portanto, o 1.º de março caiu em quarta-feira, como aliás sabemos que caiu, fazendo o cômputo ordinário. A conta dos dias da semana seguiu errada e nem se emendou no dia 12, passando de 3ª feira (aliás segunda) 11 a sábado 12 e assim andou errada, até que entraram em São Vicente (18). Dois são os períodos de anomalias cronológicas do *Diário*, magnificamente criticadas por Jordão de Freitas (19).

Outro exemplo muito valioso é o relativo às lutas entre portugueses e indígenas, travadas em Igarçu. Foram narradas por Hans Staden (obra impressa em 1557) e por Frei Vicente do Salvador (obra concluída em 1627), sendo que o segundo não datava e o 1.º atribui a de 1548. Quando ocorreram os fatos descritos? pergunta C. Fouquet procurando determinar a data histórica, comparando duas fontes primordiais (19a). Depois de transcrever os trechos dos dois autores, Fouquet estuda as datas apontadas por ambos, notando as concordâncias e distinções dos dois e valorizando os dois textos, para concluir que o de Hans Staden merece crédito irrestrito, enquanto o de Frei Vicente só o merece em termos pois escrevia 70 anos depois das ocorrências. Conclui Fouquet que a revolta rebentou em princípios de março e durou até abril de

(17) João Mendes de Almeida, "Legenda histórica", *RIHGB*, t. 53, 1890, 293-304.

(18) Cf. *Diário da Navegação* de Pero Lopes de Sousa, 3.ª ed. *RIHGB*, t. 24, 1861, 21, n. 2.

(19) Jordão de Freitas, "A expedição de Martim Afonso de Sousa", *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, Pôrto, Ofic. Litográfica, 1921-24, t. 3, 131-133.

(19a) O Cêrco de Igarçu, 1549. Folheto n. 6 da Sociedade Hans Staden, São Paulo, 1943.

1549 e dela participou Hans Staden. Fouquet corrige assim o próprio Staden, que dera o ano de 1548.

Problema de data ainda não resolvido, apesar da excelente crítica que lhe tem sido feita, é o da composição da obra de Gabriel Soares de Sousa. Varnhagen, que melhor estudou e editou o texto, fixou a data ora em 1587, ora em 1584. A primeira foi de regra a preferida, pois desde as *Reflexões Críticas* êle fixa a data da Epístola dedicatória, que precede o *Tratado*, em 1587, ano em que teria sido terminada sua composição. Lembra Varnhagen que em alguns códices a data de 1589 também ocorre, mas que à vista de tantas autoridades e diferentes cópias, esta última estava prejudicada ⁽²⁰⁾. Esta mesma data fôra adotada na primeira edição do *Tratado*, feita em 1825 ⁽²¹⁾, pela Academia das Ciências, e na edição de 1851, preparada pelo próprio Varnhagen. As outras edições, nem sempre merecedoras de fé, seguiram a lição da crítica de datas que fixara o ano de 1587. A única exceção é a *História Geral do Brasil*, na segunda edição, onde Varnhagen dá uma idéja do Brasil em 1584, baseado em que a obra teria sido escrita nesta data ⁽²²⁾.

Em 1900, Antônio Zeferino Cândido, ao negar a autoria de Gabriel Soares de Sousa do *Tratado Descritivo do Brasil*, declarou ser incongruência afirmar que em 1584 partira para a Europa, assinando em 1587 a dedicatória, quando, no texto, refere-se a 1586. Teria êle voltado ao Brasil e retornado à Europa entre 1584 e 1587, ou a data é posterior a 1587? Zeferino Cândido afirma que Varnhagen desconheceu o texto, o que não é exato, pois há uma nota especial comentando o caso de albinismo ocorrido

(20) Francisco Adolfo de Varnhagen, *Reflexões críticas sobre o escrito do século XIV (sic) impresso com o título de "Notícias do Brasil"*. No tomo 3.º da *Coll. de Not. Ultr.*, acompanhadas de interessantes notícias bibliográficas e importantes investigações históricas, Lisboa, Na Tip. da mesma Academia, 1839, 9-10, 103, 108, 109, 111.

(21) Cf. *Coleção de Notícias Ultramarinas* da Academia das Ciências de Lisboa, e também a edição do *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, de Gabriel Soares de Sousa, feita por Varnhagen em 1851, *RIHGB*, t. 14, vol. 14, 1851, e Tip. Laemmert, 1851.

(22) Francisco Adolfo de Varnhagen, *História Geral do Brasil*, 2.ª ed., Rio de Janeiro, 1877. A terceira edição seguiu a segunda.

em 1586 ⁽²³⁾. Capistrano de Abreu procurou rebater a observação de Zeferino Cândido, mas se logrou bom resultado nas outras críticas relativas ao *Tratado* e à sua autoria, neste ponto partiu de um dado incorreto.

Zeferino Cândido não escreveu que as interpolações do *Tratado* não permitiam aceitar-se a data de 1584, de vez que o texto referido se encontra perfeito na edição da Academia de 1825 e na de Varnhagen, de 1851 ⁽²⁴⁾. Afirma Capistrano de Abreu que Varnhagen, ao fixar a data de 1584 (na segunda edição da *História Geral*, como dissemos acima), atendera ao momento em que Gabriel Soares deixa as guerras da Paraíba ⁽²⁵⁾. Realmente Varnhagen, ao relatar a chegada de Manuel Teles Barreto, em 1583, à Bahia, onde vinha como governador, escreve que êle trazia especial recomendação de praticar com Antônio Dias Adômo sôbre as descobertas, mas que êste já havia falecido e, assim, “não seria impossível que êsse falecimento viesse a contribuir a que se animasse Gabriel Soares a tomar a iniciativa da emprêsa de outra expedição em ponto grande, contando com os auxílios e proteção do govêrno, e concessão de privilégios para pedir os quais se embarcou para a Europa no ano seguinte” ⁽²⁶⁾. Além disso, segundo Capistrano de Abreu, novos documentos revelam que Gabriel Soares aportou em Pernambuco em setembro de 1584, de partida para a Europa ⁽²⁷⁾. Esta razão não destrói, contudo, o argumento de Zeferino Cândido. Como se explica a referência a 1586, senão supondo uma viagem de volta e retôrno? Não seria possível que compondo seu livro em 1584 fizesse referência a fato ocorrido em 1586. É exato também em relação ao episó-

(23) Zeferino Cândido, *Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900.

(24) Trata-se de um trecho do capítulo 177. Cf. edição da Academia das Ciências de Lisboa “Notícias do Brasil”, 3.º tomo da *Coleção de Notícias Ultramarinas*, 1825, 306, e edição de Varnhagen, *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, de 1851, 342. Nas *Reflexões críticas*, onde Varnhagen estuda a genuinidade e integridade do texto de Gabriel Soares de Sousa, não há nenhuma correção sôbre êste trecho.

(25) Francisco Adolfo de Varnhagen, *História Geral do Brasil*, 3.ª ed., 2.º vol., 26.

(26) Varnhagen, *Ibid.*, 1.º vol., 485.

(27) Cf. *Documentos inéditos del Archivo de Indias*, vol. 6, 402, cit. por Capistrano, *Hist. Geral de Varnhagen*, II, 26.

dio de 1586, que Varnhagen comentara o fato, mas não a data, a qual teria sido um argumento para a delimitação do período.

De qualquer forma, o prólogo escrito em Madrid segundo alguns códices em 1587, segundo outros em 1589, conforme anotou Varnhagen nas *Reflexões críticas*, permite fixar ao certo, juntamente com a data observada por Zeferino Cândido, que só a partir de 1587 poderia o autor tê-la escrito. Como acentuou também Capistrano de Abreu, uma obra como esta exigia anos. O que não é possível, definitivamente, é admitir 1584 como época de sua composição, como se fêz na segunda edição da *História Geral* e como escreveu Capistrano em nota à mesma. O autor poderia estar escrevendo o livro desde 1584, ou mesmo antes, mas êle não representa o Brasil de 1584, porque compreende além dessa época (28).

A data da composição da *Prosopopéia* de Bento Teixeira, segundo Capistrano de Abreu, foi o ano de 1593, supondo êste que o autor estivesse na verdura da vida, com vinte anos apenas (29). Com a publicação da *Primeira Visitação do Santo-Ofício às Partes do Brasil* (30), ficou-se sabendo que Bento Teixeira possuía 32 anos em 1594 e que provavelmente a esta altura já deveria tê-la escrito para que o salvasse do Santo-Ofício a proteção de Jorge de Albuquerque Coelho, a quem dedicara o poema.

A determinação das datas da composição dos *Diálogos das Grandezas do Brasil* e da *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador foi feita com relativa facilidade. No primeiro caso, o autor referia-se a “êste ano de 1618”, e, no segundo, o autor terminava a obra em 1627 (31).

(28) Os editôres da terceira edição do *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, de Gabriel Soares de Sousa, deveriam ter também anotado a divergência, para explicar a dúvida do leitor. É certo que a segunda edição, feita em 1877, representava melhor o pensamento do autor do que a afirmação de 1851 e de 1854-57. O próprio Varnhagen não explica a sua mudança.

(29) Jordão de Freitas, “A expedição de Martim Afonso de Sousa”, *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, t. 3, Pôrto, 1924, 161.

(30) *Primeira Visitação do Santo-Ofício às partes do Brasil. Denúncias de Pernambuco*, 1593-1595, São Paulo, 1929, 161.

(31) Cf. *Diálogos das Grandezas do Brasil*, ed. da Academia Brasileira de Letras, 1930, 43, e Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, São Paulo, Cia. Melhoramentos, s. d., 616.

Um caso concreto de determinação provável de um escrito pelo exame do conteúdo do manuscrito se deu, por exemplo, com a “História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis de João Fernandes Vieira”, de Diogo Lopes Santiago (32). Pelo fato de não se ter notícia sobre a vida do autor e sua pessoa, o manuscrito em cópia moderna, de letra do século XVIII, foi considerado por alguns como escrito posteriormente às lutas holandesas. Nota-se, entretanto, na introdução, que o autor, querendo demonstrar que em vida se pode escrever os feitos de um herói, naturalmente o seu caso, dizia: “E agora, modernamente, D. Gonçalo Céspedes y Menezes tirou à luz e imprimiu a Crônica d’El Rei Filipe IV de Castela”. Ora, o livro em questão foi editado em 1634 (33). Como o autor da “História da Guerra” diz “agora, modernamente”, e a obra de Céspedes e Menezes foi publicada em 1634, é fácil concluir que Lopes Santiago escreveu pouco depois dessa data, tendo participado da guerra.

(32) Diogo Lopes Santiago, “História da Guerra de Pernambuco e feitos memoráveis de João Fernandes Vieira”, *RIHGB*, v. 38-40.

(33) [Gonzalo de Céspedes y Menezes], *Primera parte de la historia de Don Felipe el III Rey de las Españas*, Lisboa, 1631; *Historia de Don Felipe III...* Barcelona, 1634.

CAPÍTULO 11.

AUTENTICIDADE E FORGICAÇÃO

A genuinidade ou falsidade dos documentos é um dos problemas mais importantes da crítica histórica. A condição prévia de valorização de uma fonte é a segurança de que ela seja realmente o que parece ser, isto é, uma fonte autêntica. Não existe, como notamos no capítulo sobre as disciplinas auxiliares, nenhuma classe de fontes que não possa ser falsificada e que, de fato, não haja sido falsificada ou adulterada. Em termos gerais se fala de adulteração de uma fonte quando, para sua falsificação, foi utilizado material autêntico. Temos, assim, a fonte, genuína ou autêntica e a fonte espúria ou falsa, apócrifa, contrafeita ou suspeita.

O termo autenticidade é muitas vezes usado para exprimir duas idéias: genuinidade e credibilidade. Como lembra Carraghan, o uso é deplorável, porque gera confusão. A autenticidade deve ser empregada para expressar somente a idéia de genuinidade, não importando absolutamente se a fonte é digna de fé ou não. Tal questão é estudada quando se trata do problema específico da credibilidade. Embora se possa admitir que uma fonte espúria é, de regra, indigna de fé, permanece o fato de que a veracidade ou falsidade do conteúdo de uma fonte não é um critério decisivo para determinar-se sua autenticidade. E Carraghan ilustra suas afirmações com o seguinte exemplo: A, escrevendo de primeira mão sobre acontecimentos correntes, pode produzir uma relação

acurada dos mesmos e digna de fé, embora seja ela publicada sob o nome de B, a fim de assegurar-lhe caráter de maior autoridade. Atribui-se geralmente, embora errôneamente, o livro a B, e essa autoria pode ser descrita como espúria e não autêntica, visto que o autor a quem se atribui a obra não é o verdadeiro autor (1).

É um princípio que nunca pode ser esquecido e deve ser sempre aplicado. Já acentuamos, no estudo das fontes, que o Código de Processo Civil declara que as certidões e traslados extraídos de registros, autos, livros de notas e de outros documentos públicos, pelos escrivães, tabeliães e oficiais de registro terão por si a presunção de autenticidade (art. 226) e, mais, que o juiz apreciará livremente a fé que deve merecer o documento, quando contiver, em ponto substancial, entrelinha, emenda, rasura, borrão ou cancelamento, sem ressalva (art. 227). Como se vê, aí está o Código de Processo Civil participando da confusão generalizada entre autenticidade e fidedignidade. Os documentos referidos no art. 226 são autênticos e o Código quer estabelecer a presunção de fidedignidade; a entrelinha, emenda, rasura, etc., de um documento não diz respeito à sua fidedignidade, mas à sua autenticidade, como acabamos de ver. Um documento pode não ser em parte autêntico e merecer fé, e um documento integralmente autêntico pode não ser fidedigno. Já nos referimos a casos de escrituras feitas por tabeliães e que embora juridicamente sejam autênticas e íntegras podem não merecer fé. Um exemplo fácil é o das partes que procuram um tabelião para legalizar uma venda com tôdas as formalidades legais, mas inverídicamente inserem um preço que não corresponde à soma paga (2).

Podemos, pois, dizer que uma fonte é genuína, autêntica, não forjada, mas reconhecer, ao mesmo tempo, que ela não é merecedora de fé, desde que as duas coisas são diferentes.

(1) G. J. Carraghan, *A guide to historical method*, New York, Fordham University Press, 1946, 170.

(2) Esta exposição da Teoria da Falsidade baseia-se em F. Carmelutti, *Teoria del Falso*, Padova, Cedam, 1935. Vide especialmente pág. 29.

Teoria da falsidade

Precisamos, entretanto, saber o que é a falsificação, para depois sabermos como suspeitarmos que uma fonte foi falsificada. Princípios jurídicos e de crítica histórica bastam-nos para defini-la. A noção de falsificação não pode ser obtida a menos que se decomponha o fenômeno, isolando-o tanto quanto possível. Para isto é preciso estudar: a) o objeto da falsificação, isto é, o que se falsifica; b) o sujeito ativo autor da falsificação (quem falsifica); c) o sujeito passivo (destinatário) da falsificação; d) a causa da falsificação ou por que se falsifica; e) o modo da falsificação, ou como se falsifica; f) o meio da falsificação, ou com que se falsifica; g) o uso da falsificação, ou o que se faz com ela; h) o efeito da falsificação, ou o que dela se obtém.

O objeto da falsificação é provar alguma coisa. Trata-se de fornecer uma razão e formar um juízo para provar um fato como verdadeiro. O sujeito é sempre um impostor que tem capacidade não só técnica, mas funcional para procurar legitimar o falso. Daí a atenção especial que se deve dar aos empregados oficiais ou públicos, às partes judiciais, aos comerciantes desonestos, etc. A falsa prova pode determinar o falso juízo; quando ela é feita com êste fim transforma-se em engano. Mas o engano não é falso juízo, isto é, êrro, mas atividade dirigida a gerá-lo. Por isso, falsificação e engano são duas etapas da estrada que leva ao êrro ⁽³⁾.

O engano, na terminologia civilista, chama-se dolo; esta palavra significa, em primeiro lugar, a intenção de

(3) Só quando é contestada a autenticidade dos documentos particulares é que se submete a exame pericial a letra e firma dos mesmos (art. 235). Muito mais preciso no resguardo da autenticidade é o Direito Canônico, que no Cãnone 1800 estabelece as normas da perícia caligráfica: "Parágrafo Primeiro: Se se duvidar da autenticidade de um escrito, o juiz assinalará, mediante proposta das partes, os escritos com os quais deverão ser coteiados ou comparados". Por outro lado, estabelecer que o trânsito, por via diplomática, dos documentos apresentados no juízo penal constitui prova bastante de sua autenticidade (art. 782), não é firmar a fidedignidade do documento, que é o problema fundamental para a certeza jurídica.

provocar dano; um segundo significado é o do comportamento dirigido a gerar erro.

Os motivos da forgicação abrangem tôda a escala dos instintos e emoções humanas, desde o amor ao ganho até o desejo de vingança, doações para assegurar privilégios ou imunidades, contratos para proteger títulos ou propriedades, cartas para obter vantagens pessoais ou frustrar oposição, anedotas e contos para exaltar ou danar reputações.

Do ponto de vista jurídico, as três causas principais da falsificação são: intenção de enganar (*dolo ou causa decepiendi*), a intenção do dano (*causa nocendi*), e a intenção de fraudar (*causa fraudandi*). As várias espécies de falsificação são: por supressão, alteração, ou contrafação. Estas são as falsificações externas ou materiais. Há ainda a considerar a falsificação interna, ideológica, a mentira, calúnia, injúria, ou sejam alterações da verdade, problemas da crítica interna ou da fidedignidade. São as falsificações internas ou ideológicas.

Há, assim, que distinguir entre a falsidade externa e a falsidade interna, entre o verdadeiro externa e internamente, exprimindo-se o primeiro pelo adjetivo verídico e pelo substantivo veracidade, e o segundo pelo adjetivo genuíno e pelo substantivo genuinidade. O resultado da falsidade, que é usada para enganar, é o erro. Engano e erro estão em relação de causa e efeito. Conduzindo ao erro a falsidade conduz também ao dano, ao abuso da credibilidade particular ou pública, à injúria, à trapaça, à fraude. Assim, pela sua capacidade em determinar o engano e a fraude, a falsidade adquire relevância jurídica e histórica, como um dano não só econômico, mas moral, como um perigo social. O efeito jurídico da falsidade é a pena.

Pelo Código Filipino, de acôrdo com as disposições contidas nos títulos 52-54, eram punidas as falsificações de selos, escrituras e testemunhos falsos (4). No Código

(4) As leis extravagantes procuraram reprimir as falsificações. Assim o decreto de 16 de julho de 1872 (Vide também 29 de julho) declarava:

Criminal Brasileiro, de 16 de dezembro de 1830, tratava-se da falsidade no título IV, seção VI, cap. II, punindo-se a fabricação de qualquer escritura, papel ou assento falso, ou a introdução em qualquer escritura ou papel verdadeiro de alterações das quais resulte modificação do seu sentido. Punido era também o uso de escritura ou papel falso ou falsificado como se verdadeiro fôsse, sabendo-se que não o era. Crime era também o fato de concorrer para a falsidade, ou como testemunha ou por qualquer outro modo. No capítulo III, tratava-se do perjúrio ou falso juramento em juízo. Pelo Código Penal de 1890 era também punida a falsificação de documentos — ou seja, sob o ponto de vista da proteção penal, de todo o *escrito* juridicamente relevante — ou o seu uso. Para a configuração da figura delituosa era necessário, entretanto, que tivesse sido produzido um dano econômico. Foi só depois das cartas falsas atribuídas ao sr. Artur Bernardes, com o decreto n. 4.780, de 1923 (cujos dispositivos ficaram depois como parte integrante da Consolidação das Leis Penais) que se passou a considerar o dano moral como caracterizando também a falsidade documental. Eram também punidos como modalidades de falsidade em juízo o falso testemunho, a falsa perícia e a denúncia caluniosa. Pelo Código Penal de 1940, as falsificações de que estamos tratando aqui são incluídas no título X, “Dos crimes contra a fé pública”, que é dividido em quatro capítulos, com as seguintes epígrafes: “Da moeda falsa”, “Da falsidade de títulos e outros papéis públicos”, “Da falsidade documental” e “De outras falsidades”. Os crimes de testemunho falso e denúncia caluniosa figuram entre os crimes contra a administração da justiça. O Código Penal de 1940 pune entre os crimes contra a fé pública os de falsificação de moeda (art. 289-292), o

“Quem a fizer, fabricando papéis, não tem perdão”; os decretos de 7 de maio e de 6 a 13 de agosto de 1733 criavam o Juízo das falsidades para evitar o que se fazia em papéis, de que se usava para obter mercês e para outros fins (Cf. Manuel Fernandes T. e Maz, *Repertório Geral ou Índice alfabético das Leis Extravagantes do Reino de Portugal, publicadas depois das Ordenações*, etc. Coimbra, 1815).

da falsidade de títulos ou outros papéis públicos (art. 293-295), o da falsidade documental (arts. 296-305) e o de outras falsidades (arts. 306-377).

Na Exposição de Motivos que justificou o novo Código Penal, Francisco Campos escrevia que “para dirimir as incertezas que atualmente oferece a identificação da falsidade ideológica foi adotada uma fórmula suficientemente ampla e explícita: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele deviam constar, ou inserir ou fazer inserir nêles declarações falsas ou diversas das que deviam ser escritas, com o fim de prejudicar um direito, criar uma obrigação, ou alterar a verdade dos fatos juridicamente relevantes.

A falsidade ideológica ou a mentira, por omissão ou reticência, por alteração ou por invenção se referem à narração do fato, com as quais se perturba tanto o processo jurídico, como o processo histórico e, conseqüentemente, a história.

A luta do direito e da história contra a falsidade resolve-se pela eliminação desta, pela confiscação da prova falsa e pela retificação do documento falso, pela restituição do documento à sua genuinidade.

A falsidade classifica-se em testemunhal e documental, ambas de estreito interesse histórico. Mas é a figura do falso documento que tem sofrido a mais profunda elaboração científica, e por isso apresenta na lei os contornos mais claros. No conceito de documento falso não se podem incluir apenas os escritos, mas os documentos artísticos, fotográficos, cinematográficos e fonográficos, capazes também de surpreendentes falsificações (5).

Tôdas estas formas de falsidade interessam igualmente ao historiador, que vê como os próprios documentos públicos, que têm por si a presunção de autênticos,

(5) Curiosas informações e dados técnicos sôbre falsificações em geral e especialmente artísticos encontram-se nos artigos de João Amoroso Neto, “Picasso, Apollinaire e furtos no Louvre” (*Investigações*, Revista do Departamento de Investigações, São Paulo, n. 13, 51-59; “No país dos antiquários” (*ibid.*, n. 15, 21-29); “Ainda as confidências de um falsificador profissional” (*ibid.*, n. 16, 69-80).

podem ser falsos. É o exame crítico que decide o grau de genuinidade, como determina a fidelidade, em etapa posterior. Por isso, documentos de origem jurídica não podem ser qualificados de autênticos ou fidedignos, antes de um severo exame crítico. Só a prova crítica decide e determina a nossa confiança e fé (6).

Como se chega a suspeitar da falsificação de uma fonte? É uma operação delicada, que exige engenhosidade e clarividência que têm faltado a muitos historiadores. Desde que houve documentos públicos e falsários que os contrafizeram, diz João Pedro Ribeiro, não podia deixar de buscar-se meios para conhecer a mesma falsidade e demonstrá-la, por isso que ela cedia em prejuízo de alguém. Embora seja moderno o sistema que reduziu a um corpo as regras para distinguir os verdadeiros dos falsos documentos, sempre foram conhecidas mais ou menos as mesmas regras. E para não buscarmos exemplos mais remotos, bastará lembrarmo-nos de que a Igreja, desde a sua origem, usou certos princípios para distinguir as verdadeiras das falsas obras dos Apóstolos e dos padres; por êles se conheceram e foram proscritas outras, castigando os Imperadores Romanos os seus autores. Algumas dessas regras foram incluídas no Corpo dos Decretais, nos títulos de *Fide instrumentorum* e de *Crimine falsi* (7).

É preciso, assim, em primeiro lugar, considerar-se certas características do documento, como a matéria empregada, examinando se coincide a elaboração da fonte com a época e o lugar de sua elaboração. Frequentemente são as observações externas, tais como a letra, a particularidade ou multiplicidade das abreviaturas, o caráter da escrita, os ornamentos — detalhes que sabemos por intermédio da paleografia —, a natureza do papel, a subs-

(6) Sobre a diferença entre a enunciação do fato pelo documento e sua veracidade, cf. Nicola Francarino dei Malatesta, *La logica delle prove in Criminale*, Torino, 1895, vol. II, 218, citado por Afonso Pena Júnior, *A Arte de Furtar e seu autor*, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1946, 2.º vol., 699-700.

(7) João Pedro Ribeiro, *Dissertações cronológicas e críticas sobre a história e jurisprudência eclesiástica e civil de Portugal*, Lisboa, 1819, tomo IV, parte 1.ª, 3.

tância da tinta, que nos indicam a pista. O estudo da linguagem de uma fonte pode também fornecer-nos luzes acêrca de sua autenticidade ou falsidade. Devemos, ainda, examinar as características que se referem a contradições de conteúdo, que se encontram em oposição à época de que se quer fazer proceder a fonte, o lugar de que parece proceder, ou a pessoa que parece ser o seu autor.

Na maioria das vêzes, com a descoberta dessas contradições só se tem um meio para suspeitar da autenticidade da fonte. Mas para se chegar à compreensão definitiva de que se trata realmente de uma falsificação é necessário traçar a história da fonte falsificada, esclarecer a personalidade de seu autor e verificar a finalidade da falsificação.

De modo geral, pode-se dizer que a descoberta das falsificações segue o mesmo caminho da criminalística.

Exemplos de forgicação

Entre os exemplos de contrafação oral, citam os tratadistas de metodologia algumas lendas de santos, anedotas, como a do ovo de Colombo, e ditos famosos, como a "Alea jacta est" de César e o "Credo quia absurdum" de Tertuliano, etc. Entre os casos mais famosos de forgicação escrita cita-se o da doação de Constantino, supostamente feita por êste Imperador ao Papa Silvestre e seus sucessores, como sinal de gratidão pela sua conversão ao catolicismo. Aí Constantino teria não só reconhecido a supremacia espiritual dos pontífices romanos como também lhes teria dado a soberania temporal sôbre Roma, parte da Itália e tôdas as províncias e regiões ocidentais. Êsse documento foi forjado mais ou menos entre 750 e 800. Durante o século IX, Isidoro Mercator incluiu essa doação entre os chamados "Falsos Decretais" e êle foi aceito pela Igreja na época do Papa Nicolau I (858-867).

Compunham-se de numerosas cartas papais forjadas, incluídas numa coleção de direito canônico, aparentando

ser de autoria dos Papas dos seis primeiros séculos. Foram aceitas como genuínas e usadas pelos canonistas durante a Idade Média (8). A demonstração da falsidade dos “Falsos Decretais” foi realizada por vários humanistas (9), mas é de Lorenzo Valla (1407-1457), com seu livro *De falso credita et ementita Constantini donatione declamatio* (composto em 1440 e publicado em 1517), a principal argumentação provando a falsidade da Doação, sôbre a qual repousava largamente o poder temporal dos Papas. Seu trabalho é também um dos primeiros exemplos clássicos da crítica histórica na descoberta das forgações e teve o efeito de um terremoto intelectual (10). Para os católicos, os “Falsos Decretais” tornaram-se suspeitos desde a metade do século XV e foram repudiados por todos os canonistas desde 1628 (11).

Na história americana há exemplos maiores e menores de forgação. Entre outros, os das Cartas atribuídas a Washington, forjadas durante sua vida, com o fim de impugnar sua lealdade à causa revolucionária e de rebaixá-lo moralmente no conceito geral (12). A correspondência entre Abraham Lincoln e Anna Rutledge, publicada no *Atlantic Monthly*, em 1928, foi imediatamente declarada espúria pelos especialistas (13).

Assim também se apresenta o caso da carta de San Martin a Bolívar, escrita a 29 de agosto de 1822, primeiro publicada por Gabriel Lafond de Lurcy em 1844, consi-

(8) *A Catholic Dictionary*, New York, Macmillan, 1944, 198.

(9) Ed. Fueter, *Histoire de l'historiographie moderne*, Paris, Alcan, 1914, 135.

(10) Sôbre o valor do trabalho, cf. E. Fueter, *ob. cit.*, 135-136, e especialmente J. W. Thompson e Bernard J. Holm, *A History of historical writing*, New York, Macmillan, 1942, vol. 1, 493-494.

(11) *A Catholic Dictionary*, *ob. cit.*

(12) Cf. John C. Fitzpatrick, “The George Washington Scandals”, *Scribner's Magazine*, 81 (1927), 389-95, cit. por G. J. Carraghan, *A guide to historical method*, New York, Fordham Univ. Press, 1946, 189.

(13) Cf. Paul M. Angle, “The minor collection: a criticism”, *Atlantic Monthly*, 143 (1929), 516-525. Os tratadistas de metodologia, como Carraghan, acima citado, H. C. Hockett, *Introduction in American history*, New York, Macmillan, 1931, 66, e Allan Nevins, *A gateway to history*, Boston, Heath and Co., 1938, 136, registam e discutem essa falsificação.

derada apócrifa por Vicente Lecuna (14), em vários estudos que comprometem as afirmações de Ricardo Levene (15).

Exemplo de forgição de caráter político são os famosos *Protocolos dos Sábios de Sião*, pelos quais se pretendia estabelecer um plano maquiavélico de dominação mundial pelos judeus. Esse documento espúrio foi composto em 1902 por E. A. Nilus, com elementos de um folheto antibonapartista de M. Jolly, de 1865, e de um trabalho fantástico de H. Goedsche, publicado em 1898, bem como de outras fontes similares duvidosas. Serviu aos propósitos da polícia russa que, já anteriormente, em 1895, havia preparado um memorando para o Czar sobre o segredo do judaísmo. Várias traduções foram publicadas em diversas línguas, existindo versões em inglês, alemão, francês. No Brasil, Gustavo Barroso utilizou-se desse documento para sua propaganda antijudaica e integralista (16).

Carta de Toscanelli

Um dos primeiros documentos que se conhece na história da América e sobre cuja autenticidade muito se tem discutido, é a famosa carta de Florença de 25 de junho de 1474, que teria sido escrita por Paolo Toscanelli, sábio médico e astrônomo de Florença, a um cônego português chamado Fernão Martins, em resposta a um pedi-

(14) "La carta apócrifa de Lafond", *Revista da Sociedade Bolivariana de Venezuela*, t. VIII, 161-171; "De nuevo la carta apócrifa de Lafond", *ibid.*, 355-356.

(15) *La autenticidad de la Carta de San Martin a Bolivar de 29 de Agosto de 1822*, Academia Nacional de la Historia, Advertencia de Ricardo Levene, Buenos Aires, 1950. Vide letra p na lista selecionada, adiante.

(16) Sobre os *Protocolos dos Sábios de Sião*, vide especialmente Salo Baron, *A social history of the Jews*, New York, Columbia University Press, 1937, v. 2, 294-95, e v. 3, 158, onde se encontra uma excelente bibliografia sobre a questão. Consultem-se também Allan Nevins, *A gateway to history* (Boston, 1938, cap. 5), e Carraghan, *A guide to historical method*, New York, 1946, cap. 8, especialmente 173 e 186-190.



do de informações de que o Rei Afonso V o tinha encarregado.

Possui-se o texto latino que foi dado por original e duas antigas versões, uma espanhola e outra italiana. O texto latino original foi descoberto e publicado em 1871 por H. HARRISSE em reprodução fac-similar ⁽¹⁷⁾. Ele o encontrou em Sevilha, na célebre coleção de livros formada por Fernando Colombo. Consultando a obra que pertencera a Colombo, *Historia Rerum ubique gestarum*, de Aeneas Sylvius (Papa Pio II), achou em uma de suas fôlhas de guarda a transcrição de uma carta latina, na qual reconheceu o texto mencionado por Las Casas e Fernando Colombo da carta pela qual Toscanelli enviava a Colombo uma cópia da que dirigira em 1474 ao cônego Fernão Martins, carta de que se conhecia apenas a versão italiana das *Historie* e a versão espanhola de Las Casas ⁽¹⁸⁾.

Divulgada a carta, levantou Gonzalez de la Rosa suspeita sobre a sua autenticidade no Congresso dos Americanistas, em 1900 ⁽¹⁹⁾. Era uma tese nova, que tinha em Humboldt uma tradição respeitável a vencer. Um dos maiores sábios do americanismo havia aceito serenamente a autenticidade da carta, sobre ela estudara a influência de Toscanelli em Colombo e nela vira a prova certa da anterioridade dos projetos do navegador genovês ⁽²⁰⁾.

(17) H. HARRISSE, *Don Fernando Colon historiador de su padre*, Sevilha, 1871, 73. A partir da publicação de D'AVEZAC, *Canevas chronologique de la vie de Colomb* (Paris, 1873, 50), discutiu-se no meio erudito se foi HARRISSE ou o conservador da Biblioteca, D. José Fernandez y Velasco, o descobridor do texto.

(18) *Historie del S. D. Fernando Colombo*, Venetia, 1571; *Historia de las Indias*, Madrid, Imprenta de Miguel Ginesta, 1875. Vignaud levantou a bibliografia das várias edições e reproduções da carta de Toscanelli a Colombo do texto italiano e espanhol. Cf. *La lettre et la Carte de Toscanelli sur la route des Indes par l'ouest, Addressées et transmises plus tard à Christophe Colomb. Étude critique sur l'autenticité et la valeur de ces documents et sur des idées cosmographiques de Colomb*, Paris, E. Leroux, 1901.

(19) G. de la Rosa, "La solution de tous les problèmes relatives à Christophe Colomb et, en particulier, de celui des origines ou des prétendues inspirateurs de la découverte du Nouveau Monde", *Proceedings of the International Congress of Americanists*, Setembro, 1900. Paris, Leroux, 1902.

(20) Alexandre Humboldt, *Examen critique de l'histoire de la géographie du Nouveau Continent*, Paris, Librairie de Gide, 1836-39, 1.º vol., 209, 213, 223, 227.

Além disso, o problema da autenticidade tinha um alcance maior do que a simples determinação do valor de um documento incontestado até então.

Tratava-se, dizia Vignaud, de saber se um dos maiores fatos da história do mundo, a revelação repentina da existência de uma metade do globo desconhecido até então, era devida a pesquisas determinadas pelas previsões científicas, cujo bom fundamento a experiência mostrara ⁽²¹⁾. Vignaud tornou-se o advogado da tese da forjicação, examinando minuciosamente o documento e revelando nos seus estudos uma extraordinária capacidade crítica. Em qualquer dos seus trabalhos — e são vários — sobre Colombo encontra-se a proposição e a crítica, sempre renovada com argumentos originais sobre a forjicação da carta ⁽²²⁾.

Assim sumariou êle as razões que fazem supor a apocrifia da carta ⁽²³⁾: 1) não existência dos originais; 2) F. Martins é completamente desconhecido; 3) Toscanelli é desconhecido por todos os portugueses da época e os documentos não o mencionam; 4) o projeto da travessia é desconhecido em Portugal e por Toscanelli e Martins; nenhum outro autor português se refere a êle; 5) os autores italianos contemporâneos não falam desta correspondência entre Toscanelli e Colombo ou Martins; 6) não se encontrou uma linha relativa a êstes assuntos nos papéis de Toscanelli; 7) Colombo que era cuidadoso e anotava tudo não faz alusão a Toscanelli, a carta ou cartas que teria recebido; 8) o texto latino da cópia de Martins, que se diz ser o original, está escrito numa linguagem muito duvidosa; 9) Las Casas, que pela primeira vez fala nesta correspondência e pela primeira vez a publica, não reco-

(21) H. Vignaud, *La lettre et la carte de Toscanelli, etc.*, *ob. cit.*

(22) Cf. Especialmente H. Vignaud, *La lettre et la carte de Toscanelli, ob. cit.*, 1901; *Memoire sur l'authenticité de la lettre de Toscanelli du 25 Juin 1474, adressé d'abord au Portugais Fernam Martins et plus tard a Christophe Colomb*. Extrait du compte rendu du Congress International des Americanistes en Septembre 1900; *Histoire critique de la grande entreprise de Chr. Colomb*, Paris, M. Walther, 1911, 2 vols.; *Cristóbal Colón y la Leyenda*, trad. esp., Buenos Aires, Argos, 1947.

(23) H. Vignaud, *La lettre et la carte de Toscanelli, ob. cit.*, 232-236.

nheceu senão a tradução espanhola; 10) assim também procedeu Fernando Colombo; 11) Em 1474, a questão da rota não estava ainda levantada; 12) A questão do comércio da especiaria de que fala a carta não existia ainda para os portugueses; 13) em 1474 o Rei Afonso estava envolvido numa questão política e militar com Castela e êle, que nunca se ocupou com descobertas, não iria consultar um sábio florentino, quando os portugueses eram os primeiros navegadores do mundo, e os únicos que conheciam o Atlântico; 14) a carta a Martins contém dados geográficos inspirados em Marco Pólo e Marino de Tírio, cheios de erros, que não podiam escapar a Toscanelli; 15) A carta-roteiro de Colombo não vem de Toscanelli; 16) Colombo baseou-se no *Imago Mundi* de P. d'Ailly e não em Tírio; 17) a carta que é dada como segunda de Toscanelli a Colombo não difere em nada da primeira, nem no todo nem na forma ⁽²⁴⁾. Vignaud examina, além disso, a forma, a língua e as variantes, para decidir da intenção de falsidade. A carta teria sido imaginada para mostrar que Colombo não devia sua descoberta a um acaso feliz ou a informações positivas que êle teria recolhido, mas à aplicação de uma teoria científica que seus estudos e sua experiência náutica lhe haviam permitido formular e que um sábio como Toscanelli lhe havia confirmado ⁽²⁵⁾.

Humboldt, D'Avezac e outros sábios da história das descobertas ⁽²⁶⁾ passaram a considerar Toscanelli como o inspirador de Colombo e o iniciador da descoberta do Novo Mundo. O autor da fraude teria sido Bartolomeu Colombo, irmão de Cristóvão ⁽²⁷⁾. Vignaud assim proclamou e defendeu a tese da falsidade da carta, que era

(24) H. Vignaud, na *Histoire critique* (ob. cit., 1.º vol.), dá apenas oito razões da apocrifia.

(25) H. Vignaud, *La lettre et la carte de Toscanelli*, ob. cit., 113.

(26) Deve-se mencionar Gustavo Uzielli, *La vita e i tempi di Paolo dal Pozzo Toscanelli, Recherche e Studi*, Roma, 1894, parte V, vol. 1 da *Raccolta Colombiana*, na qual se publicam as cartas de Toscanelli a F. Martins, de 25 de junho de 1474, a de Toscanelli a Colombo, entre 1479 e 1482, e a segunda de Toscanelli a Colombo, entre 1479 e 1482.

(27) H. Vignaud, *La lettre et la carte de Toscanelli*, ob. cit., 157.

mais um título de glória de Colombo, inspirado em teorias científicas na sua descoberta do Novo Mundo.

Grandes historiadores, geógrafos e historiadores da geografia, como C. R. Beazley, Sophus Ruge, C. R. Markham, E. G. Ravenstein, L. Gallois, e H. Wagner manifestaram-se a favor da autenticidade, na polêmica aberta desde então. Muitos anos depois do Congresso e de toda a cerrada censura que recebeu, Vignaud continuaria fiel à sua tese, apresentando na *História Crítica* e em *Colombo e a Lenda* novos argumentos e novas respostas às objeções formuladas (28).

Hoje mais prevalece o argumento em relação ao cônego F. Martins, identificado na *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, onde também se estabeleceu que a apocrifia da correspondência de Toscanelli não abrange a carta de Fernão Martins, sobre cujo texto um dos Colombos possivelmente forjou as duas cartas posteriores (29).

Exemplos brasileiros de forgicação

Em relação à história de Portugal e à do Brasil, já dizia João Pedro Ribeiro que os falsos documentos que no fim do século XVI e princípio do século XVII se fabricaram em Espanha e mesmo em Portugal enredaram de tal maneira a nossa história que dois séculos e o trabalho de tantos sábios não foram suficientes para reduzi-la à sua pureza (30).

(28) A opinião de Vignaud foi ainda recentemente confirmada por F. Streicher, em *Die Kolombus-Originale, eine paläographische Studie in Spanische Forschungen der Görresgesellschaft*, I, Munster in Westfalen, 1928, 196-251. Aí exclui a carta de Toscanelli como autógrafo.

(29) *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, Pôrto, 1921-1924, vol. 2, 443.

(30) João Pedro Ribeiro, *Dissertações cronológicas*, Lisboa, 1810, vol. 1, Prólogo. Sobre isso vide também Carlos de Passos, "Diplomas falsos e falsificados, Sua abundância", *Anais de Bibliotecas e Arquivos* (Lisboa), 1920, vol. 1, 295. Fernão Lopes, na *Crônica breve do Arquivo Nacional*, escrita por volta de 1390, declara em nota preliminar que a escrevera com o fim de impedir a prática de se apresentarem à confirmação do Rei do-

No Brasil, vários são os casos de falsificação, tanto em manuscritos como em tôdas as espécies de documentos históricos. O *Diário da Navegação* de Pero Lopes de Sousa, por exemplo, foi negado e considerado apócrifo. João Mendes de Almeida levantou dúvida sôbre a sua autenticidade, baseado em razões que, na realidade dificilmente convenceriam qualquer leitor (31). Em face da última edição feita com exemplar erudição pelo Comandante Eugênio de Castro (32), qualquer suspeita dessa natureza teria de desaparecer.

Exemplo curioso e importante é o famoso "Roteiro dos sete capitães" (33). O documento, assinado pelo capitão Ayres Maldonado, é datado da capitania da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1661. Quando publicado na *Revista* do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vinha acompanhado de uma nota que prometia futuro comentário de Capistrano de Abreu a êsse manuscrito, que havia servido para dirimir questões de terra, como a sustentada entre a Câmara Municipal de Campos e o Mosteiro de São Bento. No entanto, tal comentário nunca foi publicado. Segundo Afonso Taunay (34), Capistrano desconfiou da apocrifia do documento e disse deu parte a Vieira Fazenda. Êste analisou detidamente o famoso papel, descobrindo diversos pontos denunciadores de que êle era realmente apócrifo. Assim é que Maldonado alude à morte de seu sétimo companheiro, Miguel Pinto Pereira, como tendo

cumentos e doações falsas que se pretendia terem sido feitas por antecessores. Cf. P. E. Russel, *As fontes de Fernão Lopes*, tradução de A. Gonçalves Rodrigues, Coimbra, Editôra Lit., s. d., 13.

(31) João Mendes de Almeida, *A Capitania de São Vicente — São Paulo. Sua origem. Ligeiro histórico*. São Paulo, 1887.

(32) Eugênio de Castro, *Diário da navegação de Pero Lopes de Sousa, 1530-1532. Estudo crítico*. Rio de Janeiro, 1940.

(33) "Roteiro dos sete capitães ou a Descrição que fêz o capitão Ayres Maldonado, e o capitão João de Castilho Pinto e seus companheiros dos trabalhos e fadigas de suas vidas, que tiveram nas conquistas das capitarias do Rio de Janeiro e S. Vicente, 21 de janeiro de 1661, com a gentildade e com os piratas nesta costa", *RIHGB*, t. 56, 1853, 345-400.

(34) Afonso d'E. Taunay, "A propósito do Roteiro dos Sete Capitães", *Jornal do Comércio*, 8 de setembro de 1946.

se verificado a 13 de outubro de 1665, e declara que até 11 de junho de 1657 escrevia do seu próprio punho. Ambas as afirmações eram inteiramente falsas, não só porque o documento era de 1661, como porque Maldonado falecera nos últimos dias de 1649 ou nos cinco primeiros de 1650, conforme descobriu Vieira Fazenda no *Livro Primeiro dos Assentos da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro*, onde Miguel Pinto servira como provedor da Irmandade de 1622 a 1658.

Vieira Fazenda denunciou, ainda, uma série de graves incongruências no referido “Roteiro”, de modo que se pôde concluir que se não se tratava de documento falso, pelo menos fôra de tal modo adulterado que não se poderia sustentar sua genuinidade. O intuito da forjicação fôra reivindicar para os herdeiros dos sete capitães a repartição de grandes sesmarias dos Campos de Goitacases, de que eles teriam sido os descobridores e concessionários. Por isso é que êle foi registrado no Cartório da Câmara, em 1662 ⁽³⁵⁾.

Capistrano de Abreu denunciou como falso, nos seus *Prolegômenos à História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, o documento publicado por Paul Gaffarel na sua *Histoire du Brésil Français au 16^e siècle* ⁽³⁶⁾. Trata-se da “Missive envoyé aux Gouverneurs de la Rochelle, par les Capitaines des galleres de France. . . Suivant la copie imprimée à la Rochelle par Jean Portau, 1583”. Aí se encontram os assaltos e combates sustentados pelos capitães das galeras de França ao fazerem a viagem à ilha de Flórida e a outras ilhas de selvagens. “Papelucho”, como disse

(35) José Vieira Fazenda, “Roteiro de Maldonado (1661)”, *RIHGB*, t. 71, parte 1.^a, 1909, 7-21. Outros anacronismos denunciados recentemente pelo Prof. Charles Boxer são as entrevistas de Salvador Correia de Sá e Benevides com Maldonado e seus companheiros, que se teriam realizado em outubro e dezembro de 1647, quando se sabe que Salvador não deixou Portugal até novembro de 1647 e não chegou ao Rio senão a 23 de janeiro de 1648. *Salvador de Sá and the Struggle for Brazil and Angola 1602-1686*, Londres, 1952, nota 105, p. 287.

(36) Paul Gaffarel, *Histoire du Brésil Français au 16^e siècle*, Paris, 1878, 495-501.

Capistrano de Abreu, cuja falsidade admira tenha escapado a Gaffarel (37).

Se na literatura brasileira não temos exemplos clássicos de forgicação (38), como os de Thomas Chatterton (1752-1770), que assinou poemas próprios como trabalhos de Thomas Rowley, um monge do século XV, ou o de James Macpherson (1736-1796), que publicou versos seus sob o nome de Ossian, herói e poeta gálico do século III, temos, no entanto, uma tentativa de forgicação literária que só não se consumou porque, à última hora, conforme confessou no prefácio o autor, decidiu escrever seu nome e assumir a autoridade de seu trabalho. É o caso das Sextilhas de Frei Antão, obra de Antônio Gonçalves Dias (39). Ressentido com a rejeição de seu drama *Beatriz Cenci*, resolveu dar uma demonstração de seus conhecimentos lingüísticos, produzindo uma obra em linguagem clássica, visando fazê-la passar como de autoria de Frei Antão de Santa Maria de Neiva, no que imitaria Chatterton.

Exemplo de forgicação epigráfica é o da famosa inscrição lapidar da Paraíba do Sul, de que se aproveitou Ladislau Neto para exibir falsa erudição. Este, conforme disse Alfredo de Carvalho, era vezeiro nessa espécie de lôgro científico, pois de há muito vinha descobrindo vestígios fenícios no Brasil (40). Essa história conta-se da seguinte maneira. Em 2 de abril de 1873, publicou Ladislau Neto em *A Reforma* do Rio de Janeiro uma carta sobre uma inscrição encontrada numa pedra em Pouso Alto, perto de Paraíba do Sul.

A família do proprietário do terreno teria copiado a inscrição enviada ao Instituto Histórico, que encarregou

(37) Capistrano de Abreu, Prolegômenos ao livro IV, *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, 3.^a ed., São Paulo, Cia. Melhoramentos, p. 205.

(38) Sobre as forgicações literárias, cf. especialmente J. A. Farrer, *Literary Forgeries*, Longmans, Green & Co., 1907; Roger Picard, *Artifices et mistifications littéraires*, Montreal, Canadá, 1945.

(39) Antônio Gonçalves Dias, *Segundos Contos e Sextilhas de Frei Antão*, Rio de Janeiro, 1848.

(40) Alfredo de Carvalho, *Pré-história sul-americana*, Recife, 1910, 26-27.

Ladislau Neto de examiná-la. Êste confessa, então, ter experimentado a indescritível surprêsa de nela reconhecer caracteres puríssimos da língua fenícia e ter sido obrigado, para interpretá-la, a rodear-se de livros sôbre aquela língua. Afinal, ficou convencido de que a pedra da qual fôra copiada a inscrição “era um rústico monumento erguido por alguns fenícios da Sidônia, deportados ou foragidos do solo pátrio entre os anos 9º e 10º do reinado de Hirão”. E por aí seguia, dando detalhes minuciosos sôbre a partida e composição da expedição, o tempo gasto na viagem, etc. A descoberta, a princípio, foi considerada uma simples brincadeira, mas em face da publicação no *Jornal do Comércio* de 16 de abril de 1873, de nova comunicação, assinada pelo próprio Ladislau Neto como diretor do Museu Nacional, não faltou quem nela acreditasse e, assim, foi a inscrição reproduzida em revistas européias e americanas. Não tardou que se suspeitasse do embuste. Acusado de mistificador, Ladislau Neto procurou justificar-se em carta que escreveu a Renan em 1885 (41).

Quanto aos selos, eram muito diversos os modos por que eram falsificados, ora servindo-se dos cunhos ora furtivamente tirando de um para outro documento os selos de chumbo, ora derretendo a cêra para ocultar a falsificação. A falsificação dos selos de cêra é facilmente descoberta, porque a cêra mais nova se apresenta mais untosa e flexível, ao passo que a mais velha é mais ressecada e tende a desfazer-se. Muitas vêzes conservava-se o

(41) Ladislau Neto, *La vérité sur l'inscription de la Parahyba, avec les fac-similes des caracteres pheniciens, la traduction en hébreu et français*. Lettre à M. Ernest Renan à propos de l'inscription phenicien apocryphe soumise à l'Institut Historique Geographique et Ethnographique du Brésil, Rio de Janeiro, 1885. O caso foi amplamente debatido pelo *Novo Mundo*, vol. 3, 1872, 33 e 154; vol. 4, 1874, 128 e 198; e vol. 6, 1875, 31 e 122. Recentemente, Henri Lehmann mostrou outro equívoco de E. Renan. Êste classificou como fenícios dois objetos mexicanos (um busto e uma pequena personagem masculina) no Departamento de Antiguidades Orientais dos Museus Nacionais. Êsses objetos, hoje no Museu do Homem, foram descritos como fenícios pelo próprio Renan (*Missions de Phénicie*, Paris, 1864). A elucidação foi feita por H. Lehmann (“Comment des objets changent de provenance”, *Trabajos e conferencias, Seminaire de Estudios Americanistas*, n. 4, Madrid, 1954, 127-131).

sêlo verdadeiro, raspando-se o pergaminho para nêle escrever-se um documento falso.

As “*Cartas Falsas*”

Forgicação mais grave pelas conseqüências políticas, sociais e morais, foi a das famosas cartas atribuídas ao Sr. Artur Bernardes, então presidente do Estado de Minas Gerais e candidato à presidência da Republica. A 9 de outubro de 1921, o *Correio da Manhã* publicava uma carta assinada pelo Sr. Artur Bernardes dirigida, aos 3 de junho de 1921, de Belo Horizonte, ao Sr. Raul Soares. Escrita em linguagem desabrida, continha as mais graves acusações e os mais fortes ataques aos oficiais do Exército. Como era natural, profunda foi a agitação causada no Exército, na opinião pública e no Parlamento, apesar da imediata negativa dos Srs. Artur Bernardes e Raul Soares. Era o início da campanha contra a candidatura oficial à presidência da República. Dois dias depois o *Correio da Manhã* reproduziu a mesma carta e a 13 imprimia outra, datada de 6 de junho do mesmo ano, também de suposta autoria do Sr. Artur Bernardes e dirigida a Raul Soares, igualmente afrontosa aos políticos da oposição. Juntava-se-lhes uma terceira carta, datada de 7 de julho de 1921, dirigida ao Coronel Machado, esta autêntica, para que o público e o exército pudessem fazer os necessários confrontos.

Durante meses o principal assunto político foi a discussão sôbre a veracidade ou falsidade dos dois documentos exibidos pelo *Correio da Manhã*. Profundamente partidário, extremoso inimigo do candidato oficial, aquêl matutino soube agitar de tal modo a opinião pública e militar que em breve esta questão separaria definitivamente os brasileiros e seria, com a eleição do suposto ofensor, um dos motivos da rebeldia de 5 de julho de 1922.

O grande argumento, a grande prova que devia conduzir à convicção povo e juizes, era a perícia caligráfica

a que se deveria submeter o documento. Declarava-se, então, que em nenhum país se descobrira um imitador de letra capaz de forjar uma carta inteira: conheciam-se apenas casos de imitação perfeita de uma firma ou de algumas palavras, mas “nunca se registrou em trabalho nenhum científico, em qualquer tempo e em qualquer país, o fato de uma falsificação de longos períodos através dos diversos exemplares sem uma falha”.

Posta a questão nestes termos, só havia uma solução: o confronto entre os documentos do Sr. Artur Bernardes anteriores às cartas com as que haviam sido publicadas pelo *Correio da Manhã*. Confronto grafológico, exame pericial da letra, tinta e papel do documento. Quando se sustentava que não havia exemplo de forjicação de longos períodos e quando se apelava para a prova pericial sabiam os autores intelectuais que o documento fôra falsificado a mão livre e que os elementos da prova pericial eram perfeitos. Consultara-se sôbre isso prèviamente um perito, Serpa Pinto, que depois serviria à Comissão do Club Militar, que julgaria da autenticidade da carta. Serpa Pinto foi consultado antes da publicação das cartas por Oldemar Lacerda e Irineu Machado, dois cabeças do plano de forjicação e provàvelmente foi êle o inspirador da pseudociência e da terminologia usada pelo jornal sôbre grafologia e perícia legal.

A princípio indicaram Rui Barbosa para árbitro da questão, mas êste declinou do convite, porque “tendo desde o comêço dêste caso manifestado minha opinião contrária à autenticidade da carta discutida, não me pode ser lícito aceitar missão de juiz em matéria na qual é já conhecido nosso juízo”. Já então uma assembléia do Club Militar, em 10 de outubro de 1921, afirmara igualmente um voto, que a impossibilitava de promover, em seguida, imparcialmente, o exame de questão. A moção terminava dizendo: “é com tais fundamentos que o Exército implera da Nação a eleição de qualquer outro brasileiro para presidente da República, pois não poderemos assegurar ao Sr. Dr. Artur Bernardes o exercício dêste cargo”. A

paixão dominava completamente o ambiente, envenenado propositadamente por um pequeno grupo.

Quando Rui Barbosa escusou-se de servir como árbitro e afirmou, apesar de sua conhecida e universal ojeriza ao candidato oficial, sua suspeita sôbre as cartas, num exemplo de justiça e retidão tão pouco comum, houve quem dissesse: “Ora, sabe-se — e o telegrama do eminente brasileiro o confirma — que a indicação do árbitro, magnífico para as contendas do direito, para a conferência de Haia, para o Tribunal de Genebra, mas pouco recomendável em grafologia, precedeu o conhecimento da opinião apressada dêle, sem o que o Sr. Raul Soares não o queria ver nem pintado” (42).

A idéia de indicar Rui Barbosa como árbitro, logo após sua resposta, foi violentamente atacada e sustentada com maior vigor a sugestão primitiva de um exame puramente técnico. “Poderia, porventura, o egrégio brasileiro, o grande velhinho liberal, que todos aplaudimos como a síntese do nosso saber e do nosso patriotismo, dizer de uma questão de caligrafia e grafologia? O Sr. Rui Barbosa não era convidado para dizer de uma questão jurídica; S. Exa. era convidado para dizer sôbre uma questão de fato, que teria e tem de ser decidida por técnicos, imparciais, sobranceiros às questões partidárias” (43).

A tese da perícia ganha então terreno e o jornal sustenta que as “duas cartas que têm a caligrafia perfeitíssima, indiscutível do Presidente de Minas, com o caráter grafológico, as asneiras gramaticais e o espírito autocrático, devem ser submetidas ao laudo de peritos idôneos. A manifesta oposição ao nome de Rui Barbosa não se fazia porque se tratava de uma questão de fato, mas apenas porque “êle prejudgara uma causa, para cuja solução se lhe acenara com documentos a examinar” (44).

(42) *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1921.

(43) *Correio da Manhã*, 15 de outubro de 1921.

(44) *Correio da Manhã*, 22 de outubro de 1921.

Tanto assim que se propunha agora o nome do General Rondon, sôbre cuja competência técnica não se faziam restrições. O *Correio da Manhã* não se sentia obrigado a acatar a opinião de Rui Barbosa e, pelo seu diretor, propunha-se a submeter a questão ao julgamento do General Rondon, árbitro acima de qualquer suspeita. “Não tenho a honra de conhecer o General Rondon, mas sei que como cidadão e como militar é a personificação da honra e do dever.” Não o seria Rui?

Nesta discussão sôbre o árbitro, os processos de perícia puramente material ou também moral, como queriam os representantes de Bernardes, e não aceitavam os da dissidência, fingindo desconhecer ou simplesmente desconhecendo um dos processos mais importantes da crítica de documentos, decorrem vários meses, até que no fim de outubro o jornal exhibia as cartas aos oficiais do exército. Pouco depois a primeira carta seguia para a Europa, a fim de ser examinada por Locard e a 13 de novembro a assembléia do Club Militar decidia promover o exame pericial, por uma comissão composta de oficiais superiores. A perícia promovida pelo Club Militar foi assistida por dois técnicos, um convidado pela própria Comissão e outro sugerido pelos representantes do Sr. Artur Bernardes.

Esta perícia, que tinha como seu técnico o mesmo perito que fôra ouvido pelos promotores da forgição (conforme depoimento de Oldemar Lacerda e declaração do *Correio da Manhã* de que “só depois do exame de técnicos, de confrontos detidos e verazes” se dispôs a divulgá-la ⁽⁴⁵⁾), louvando e exaltando extremamente o perito, em quem deve ter se inspirado para suas afirmações sôbre caligrafia, grafologia etc.), é tão parcial e tão fraca na sua metodologia e interpretação quanto foram insignificantes, inúteis e absurdas suas conclusões. De

(45) *Correio da Manhã*, 13 de novembro de 1921. Duas páginas de editorial.

prova conjectural ela se transformaria numa prova plena de convicção e certeza (46).

Tôda a investigação limitou-se ao pobre e fracassado exame grafológico e caligráfico e quando se recordava a fraqueza dêstes processos pseudocientíficos, como no caso Drevfus, dizia-se que a técnica pericial “não se apossara ainda do caráter de ciência positiva. Depois daquela famosa questão chegara-se, sem considerações por fatores subjetivos, à evidência quase matemática, de modo a apurar de maneira decisiva a autenticidade ou falsidade de quaisquer documentos.” E assim, com êstes falsos ingredientes, com o arvesado da linguagem, cheia de termos pseudocientíficos como gladiolagem, paralelismo gramático, escoamento, extensão das firmas, mensurações da identidade gráfica e, finalmente, com a ajuda de outras inteligências franzinas e facciosas, Serna Pinto preparou o laudo da Comissão que concluiu, a 28 de dezembro de 1921, pela autenticidade das cartas.

Era mais um insucesso do exame pericial e mais um exemplo a evitar na questão da genuinidade ou falsidade dos documentos. O perito dos representantes do Sr. Artur Bernardes não pôde fugir às suas próprias limitações, baseando a defesa no decalque que, na realidade, não houve. Sob esta base pericial e periclitante o Clube Militar concluiu que: 1) o papel da carta não fôra atacado por qualquer reativo que houvesse feito desaparecer algum escrito anterior, para ser depois usado pelo falsário, aproveitando-se de uma assinatura verdadeira; 2) que a tinta não cobria traço algum de grafite ou carbono de qualquer espécie ou mesmo um sulco, ficando afastada a hipótese de um decalque; 3) a tinta não era muito recente, verificação feita pelo emprêgo do ácido oxálico. Dêste modo, afastavam-se as únicas hipóteses aceitas e sustentadas pelo jornal e seu perito, a raspagem de texto,

(46) A história da perícia das cartas falsas atribuídas ao sr. Artur Bernardes encontra-se nos *Documentos Históricos relativos à perícia legal da carta ofensiva aos brtos das classes armadas*, Rio de Janeiro, Leite Ribeiro, 1922.

acréscimos ou enxertos e a falsificação por decalque. A hipótese da imitação a mão livre, que fôra o processo usado conforme se apurou mais tarde, foi propositadamente afastada desde o princípio, como nunca registrada nos anais científicos de qualquer país, e sempre impugnada no correr da perícia, porque “se fôsse possível que uma pessoa imitasse perfeitamente a escrita de outra sem que indício algum pudesse trair a fraude a um ôlho exercitado, a segurança de cada um estaria ameaçada”. A dúvida sôbre a omissão do corte do “t” de “Artur” foi resolvida de um modo realmente surpreendente pela mistificação e parcialidade. Nos documentos oferecidos para confronto nunca o corte do “t” fôra omitido, com exceção das duas cartas publicadas pelo *Correio da Manhã*. “Há a considerar, escrevia o parecer final, que na correspondência de pessoas gradas se encontram às vêzes omissões ou sinais cometidos propositadamente para indicarem qualquer entendimento oculto, entre os interessados na correspondência, pelo que não é impossível que a falta do corte da letra “t” também pudesse ter alguma significação especial, impossível de ser descoberta pelos peritos.” Com êste pequeno exemplo, evidencia-se como a perícia, que se fêz unicamente sob base caligráfica material, evitava qualquer argumento favorável à falsificação procurando descobrir no detalhe uma razão oculta.

Oculto e inculto foi Serpa Pinto e os que o seguiram no arrevesado de uma pseudociência e pseudoperícia. A 15 de Janeiro de 1922, Rui Barbosa, solicitado a dar parecer, concluiu pela forgicação do documento, conforme pressentira desde o primeiro momento. Tanto bastou para que fôsse violentamente atacado pela imprensa anti-bernardista. Tentaram amesquinhá-lo, desmoralizá-lo com uma fúria incontida, irreverências chocantes e réplicas irritadas. Já então quando Oldemar Lacerda era acusado de ser o promotor das famosas cartas, o *Correio da Manhã* opunha à palavra de Rui a dêste embusteiro, entrevistado-o para rebater os argumentos do parecer.

Em Campos, Oldemar Lacerda era recebido triunfalmente como um herói, o que provocava de José do Patrocínio o seguinte comentário: “Dia virá em que ao se escrever a história dêsse momento, um pesquisador honesto, descendo dos próprios olhos, deparará com o seguinte fato perfeitamente verificado, apesar de inacreditável: 12 de janeiro de 1922, nas colunas editoriais de um grande jornal brasileiro à palavra de Rui contrapunha-se a de Oldemar Lacerda” (47).

É neste ambiente de alta tensão política, e depois de agitadas as classes militares, que se verifica a eleição do Sr. Artur Bernardes. Este fato e sua futura posse atemorizam os promotores da forjicação, que logo vêm a público confessar o crime. A 11 de junho de 1922, Oldemar Lacerda depõe e confessa como concebeu, quando urdiu e porque executou a falsificação. O objetivo das cartas falsificadas fôra ver adotada uma determinada candidatura à sucessão presidencial pelo afastamento do Sr. Artur Bernardes. Os partidários da dissidência as aceitaram e exploraram com o desígnio manifesto de agitação, na esperança de que as Classes Armadas confundissem o seu direito de eventual desagravo com o seu dever de garantir a vitória, mesmo pela força, ao partido da oposição, que se arvorara em patrono da causa de sua defesa.

Dizia Oldemar Lacerda que mandara “fazer estas duas cartas como muitas vêzes se fabricam atas falsas eleitorais para fins políticos”. Imaginou a falsificação valendo-se da incomparável perícia de um calígrafo que apenas se utilizou de uma procuração do próprio punho do Dr. Artur Bernardes existente no Tesouro Nacional e de um autógrafo que lhe fôra confiado por um amigo. O calígrafo cujo nome êle ocultou era Jacinto Guimatães, cuja confissão virá um pouco depois. O autógrafo era uma carta de Artur Bernardes a João Luís Alves, possuída por Fonseca Hermes, sobrinho do Marechal Hermes da Fonseca e subtraída da secretária do seu pai por Eduardo

(47) *O Paiz*, Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 1922.

Fonseca Hermes (48). Sòmente êsses dois elementos gráficos, do punho do Sr. Artur Bernardes, serviram para a feitura das cartas. O papel timbrado da carta publicada pelo *Correio da Manhã* em 9 de outubro de 1921, foi obtido na imprensa oficial de Minas Gerais, em Belo Horizonte, quando visitou essas oficinas em companhia de dois amigos, sendo o papel trazido para o Rio por Pedro Burlamáqui. Depois de procurar alguns amigos de Hermes da Fonseca, estêve com Irineu Machado, ardoroso hermista, que se interessou vivamente pelas cartas. Em novo encontro, dois dias depois, com Irineu Marinho, êste lhe disse que elas seriam muito bons elementos para destruir a candidatura Artur Bernardes. As cartas foram então submetidas ao perito Serpa Pinto, que as declarou perfeitas (49). Foi no dia 8 de outubro, véspera do embarque para a Europa, que no Senado, na Sala da Comissão de Finanças, Oldemar Lacerda entregou, em presença de Irineu Machado, as duas cartas ao redator do *Correio da Manhã*, Mário Rodrigues, que ali se achava e fazia o serviço do jornal.

Oldemar Lacerda partiu para a Europa e na volta refugiou-se na sede da dissidência que era o Estado do Rio de Janeiro, passando 15 dias na Fazenda do Dr. Eduardo Macedo Soares, então diretor do *Imparcial*. No Estado do Rio estêve às expensas do govêrno fluminense, que se comprometeu a pagar-lhe tôdas as despesas de estada e manutenção. Retirou-se de Niterói e veio confessar a autoria da forgicação porque sentia-se ultimamente sem garantias. “Minha pessoa vivia vigiada, minha residência andava sempre cercada de policiais e gente armada, e diante das ameaças recebidas, temi ser eliminado de um momento para outro pelos próprios indivíduos que deviam me garantir a vida, porque eu era

(48) As declarações de Eduardo da Fonseca Hermes encontram-se em *O Paiz*, 29 de junho de 1922.

(49) As declarações de Serpa Pinto foram publicadas no *O Paiz*, de 11 de junho de 1922. Conferi-las com as de Fonseca Hermes, reproduzidas nesta dia de acôrdo com o constante na edição de 17 de novembro de 1921.

senhor de todo o segredo das cartas em questão e só minha morte poderia garantir o segredo perpétuo.”

Oldemar Lacerda quis ocultar o calígrafo que imitara a letra e assinatura do Sr. Artur Bernardes, mas na imprensa já corria com tôdas as letras e peripécias o nome de Jacinto Guimarães ou Jacinto Cardoso de Oliveira, que pouco antes falsificara o testamento de um cavalheiro em Vitória, com a firma do falecido, do tabelião e das testemunhas. A única circunstância que permitira a descoberta fôra o erro do nome dos pais e do procurador do falecido ⁽⁵⁰⁾.

A 28 de junho, Jacinto fazia também no *Paiz* sua confissão, dizendo ter sido Oldemar Lacerda o promotor da forjicação e acrescentando alguns detalhes pouco conhecidos, como, por exemplo, o de que para imitação da letra e firma se servira da carta do Sr. Artur Bernardes ao Sr. João Luís Alves, fornecida por Eduardo da Fonseca Hermes. Para melhor demonstrar sua perícia e habilidade caligráfica imitativa, falsificou as assinaturas não só de quase todos os membros da comissão do Club Militar que discutira a autenticidade das cartas, como reproduziu as duas cartas com a letra e assinatura do Almirante Américo Silvado, do General Clodoaldo da Fonseca, etc. A confissão de Jacinto Guimarães é assinada do Rio de Janeiro, aos 24 de maio de 1922. Ele fôra sentenciado em Minas Gerais, sofrendo em Palmira grandes humilhações, de onde lhe nasceu o ódio e o espírito de vingança contra o Sr. Artur Bernardes. Afirma então a paternidade das duas cartas publicadas no *Correio da Manhã* e datadas de 3 e 6 de junho de 1921.

Dêstes dois documentos forjados e da conseqüente agitação resultaram, em 6 de julho de 1922, a suspensão das garantias constitucionais e as sucessivas prorrogações do estado de sítio que caracterizaram todo o govêrno do Sr. Artur Bernardes.

Talvez um dos erros mais graves cometidos durante o exame pericial pela comissão do Club Militar tenha

(50) O *Paiz*, 15 de junho de 1922.

sido o de se orientar exclusivamente pelo exame grafológico, não só porque a grafologia não chega a nos fornecer elementos de convicção científica como também porque as suas fraquezas enormes, historicamente registradas, como a do caso Dreyfus — apontado por Rui Barbosa e que se baseou exclusivamente no exame caligráfico ou grafológico do “borderaux” de Esterhazy —, revelam a ignorância, a inocuidade ou mesmo o absurdo de algumas das conclusões dos peritos grafológicos.

Temos visto, nesse contrato com as disciplinas auxiliares da história, como são enormes os casos de forjicação e como, ajudadas pela crítica, elas nos fornecem elementos muito mais seguros sobre a autenticidade dos documentos. A aplicação de métodos aperfeiçoados, químicos, fotográficos etc., com que se tem procurado emprestar segurança absoluta à perícia grafológica não tem sido inteiramente satisfatória. Estes métodos são auxiliares e não principais. É por isso que a preliminar levantada por Rui Barbosa em seu parecer — “onde foram achadas as cartas, por que e de que maneira”? — era realmente uma das questões fundamentais do exame crítico sobre a autenticidade daqueles documentos. E como ele próprio disse, ela era o ponto de partida do inquérito, a base da questão, o fundamento da pesquisa (51).

E tanto a pergunta fundamental de Rui Barbosa inquietava os propagadores da forjicação que o próprio Oldemar Lacerda declarou em sua confissão que logo após o parecer fôra procurado por Raimundo Silva, diretor do *Correio da Manhã*, em nome de Edmundo Bittencourt, para que fizesse uma declaração sobre a procedência das cartas. “Os artigos, cartas e publicações que fiz no *Correio da Manhã* e *Imparcial* foram feitos por exigência do momento, a fim de dar-se visos de verdade às cartas aludidas.”

(51) *Correspondência de Rui Barbosa*, edição de Homero Pires, São Paulo, Saraiva, 1922, 430-31.

Mendes Pimentel, estudando o caso da falsificação de um aval ⁽⁵²⁾, escrevia naquela época de tanta atualidade em matéria de forgição como o ano de 1937 que “o exame pericial não imprime, só por si, certeza à averiguação. Desde o direito romano até a atualidade, a perícia caligráfica ou grafológica é recebida com cautela, tantos e tão ruidosos têm sido os insucessos dêsse pretendido meio científico para apurar a falsidade material. “Novo caso elucidativo da falácia dessa espécie de perícia vinha agora se ajuntar aos vários outros conhecidos universalmente. A êste depoimento juntava-se, então, não a do embusteiro Locard, mas do Prof. Salvatore Ottolenghi, lente de medicina legal da Real Universidade de Roma, que tal como a crítica histórica dos documentos pratica, afirmava que o problema da identidade da letra não pode ser resolvido unicamente, como em geral se pensa, pelo confronto dos caracteres gráficos dos respectivos manuscritos, mas principalmente pelo conteúdo dos mesmos postos em referência com o conhecimento da personalidade a que êles são atribuídos” ⁽⁵³⁾. Esta era a lição que se devia seguir e que a crítica histórica aconselharia.

O Plano Cohen

Outro caso dos nossos dias de forgição de documento político com profunda repercussão histórica imediata é o conhecido documento chamado Plano Cohen, lido na “Hora do Brasil”, programa oficial de rádio, aos 30 de

(52) Mendes Pimentel, “Parecer sôbre a falsificação de um aval”, *Revista Forense*, vol. 33, 139-141.

(53) *O Paiz*, 29 de junho de 1922. Recentemente novos esclarecimentos podem ser encontrados em opiniões diretas e primordiais, como na *Correspondência de Capistrano de Abreu* (editada por José Honório Rodrigues, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 3 vols., 1954-1958, especialmente vol. 2), ou em estudos de peritos como o de José del Picchia filho: “O caso Bernardes” (*Investigações*, Revista do Departamento de Investigações, São Paulo, n. 16, abril 1950, 80-101; n. 17, maio 1950, 47-83; n. 18, junho 1950, 43-66; n. 19, julho 1950, 73-95); e, finalmente no capítulo de Afonso Arinos de Melo Franco in *Um Estadista da República, Afranto de Melo Franco e seu tempo*, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1955, vol. 2, 1016-1044. É importante assinalar que o perito José del Picchia filho sustenta que Jacinto Guimarães não falsificou as cartas através de “imitações livres” e levanta a suspeita de que o célebre falsário “paulista” Roncatti seja o verdadeiro autor das falsificações (n. 19, 95).

setembro de 1937. Nos dias imediatos, tôda a imprensa publicava o suspeito documento, sem nenhuma hesitação quanto à sua autenticidade e fidedignidade, em face da procedência, pois se originara de um órgão superior do govêrno, que merecia inteira confiança. O documento preparou o terreno para o golpe de 10 de novembro de 1937. Em mensagem de 2 de outubro de 1937, Getúlio Vargas pedia à Câmara, nos têrmos da emenda constitucional número um, autorização para a declaração do estado de guerra pelo prazo de noventa dias, em virtude dos motivos que o Ministro da Justiça desenvolvia numa exposição anexa. Essa exposição era baseada nas informações dos Ministros da Guerra e da Marinha, os quais se referiam ao plano Cohen como tendo sido desvendado pelo Estado Maior do Exército.

Na Câmara dos Deputados, poucos exigiram o exame dos documentos, e entre os que o fizeram estavam Otávio Mangabeira, Prado Kelly, Café Filho, Oscar Stevenson e Aureliano Leite. O líder da maioria, Carlos Luz, e os que o seguiam, declaravam que o documento não podia sofrer contestação, porque assinado por figuras que além do valor pessoal representavam integralmente o Exército e a Marinha. Às perguntas de Oscar Stevenson e Aureliano Leite sôbre as provas e a autenticidade do documento, respondia-se que se devia acreditar nas palavras dos Ministros da Guerra e da Marinha, porque êles tinham “de responder perante seus colegas de farda e perante a História”. O problema da procedência e origem desconhecida do documento, como fato fundamental para determinação de sua autenticidade, foi colocado pelo deputado Ribeiro Júnior, enquanto que o Sr. Salgado Filho esclarecia que o Estado Maior o obtivera por meios lícitos, e o Sr. Diniz Júnior dizia que o documento tinha a autenticidade do sêlo oficial. Café Filho replicou a estas afirmações declarando que o documento fôra feito no Brasil (54).

No Senado, a mesma aceitação simples ou temerosa impedia a indagação das origens do documento. Alcân-

(54) Cf. *Diário do Poder Legislativo*, de 21 de outubro de 1947.

tará Machado, senador pelo Estado de São Paulo, professor de direito e historiador, escusou-se de tal pergunta. Fiava-se apenas na exposição oficial.

Concedido o estado de guerra à custa de um documento forjado, tivemos o golpe de estado de 10 de novembro de 1937, que inaugurou o “Estado Novo” e suspendeu as garantias constitucionais até 1945.

É neste ano que o antigo chefe do Estado Maior, em cuja palavra se louvara a Câmara para fiar-se na autenticidade do documento, vem em entrevista pública esclarecer “que o Plano Cohen apareceu no Estado Maior trazido por um oficial integralista e que no meio das investigações sobre o sensacional documento, evidentemente apócrifo, o aludido oficial o procurara para declarar-lhe que o documento era integralista e que êle se iludira”.

E dizia ainda: “Já esclareci suficientemente a origem do plano Cohen forjado pelos integralistas contra os comunistas e com toda a certeza para proporcionar um clima favorável às suas intenções e objetivos.” (55) Mais explícito, esclarece o antigo chefe do Estado Maior em outra entrevista que o documento não fôra apreendido, mas entregue ao Estado Maior, que diligenciava ainda sobre sua autenticidade quando foi êle publicado, sem a sua necessária aquiescência. Só decorrido um ano ou quase um ano é que ficou esclarecido ser aquêle documento de procedência integralista.

Entre os oficiais que procuraram o General Góis Monteiro para manifestar dúvida sobre a autenticidade do documento estava o Tenente-Coronel Eduardo Gomes (56). Era, assim, o próprio chefe do Estado Maior do Exército quem vinha, de público, confirmar as suspeitas e dúvidas dos poucos bravos que não aceitaram a exposição oficial, que se referia a um documento sobre cuja

(55) Entrevista do General Góis Monteiro, *O Globo*, 12 de abril de 1945.

(56) *Jornal do Comércio*, 16 de março de 1945.

autenticidade — e menos ainda, sôbre cuja fidedignidade a grande maioria não discutiu ⁽⁵⁷⁾.

A Perícia Técnica

A questão da falsidade de uma documento apresenta-se sob dois aspectos capitais: o documento vivo e o histórico. O primeiro tem sido, de regra, examinado pelos peritos de documentos, quase sempre da polícia, utilizando uma perícia técnica e especial e tendo à mão todos os elementos circunstanciais; o segundo tem sido investigado por historiadores que se valem das disciplinas auxiliares (paleografia, cronologia etc.), enriquecidas na sua longa experiência com o trato dos manuscritos e do corpo de regras e princípios coordenados na crítica histórica. Seria benfazejo para o exame da autenticidade e da atribuição de autoria e, conseqüentemente, para a fidedignidade documental, que, num como noutro caso, não se desconhecêssem os dois processos e se socorressem mutuamente.

A perícia dos documentos realizada especialmente pelos peritos policiais usou na sua evolução de vários métodos para o estudo da falsificação documental e da atribuição de autoria de documentos atuais e correntes: a) o método morfológico, que comparava as escritas, confrontando letra por letra e verificando as semelhanças de seu feitio. Foi empregado por Bertillon no caso Dreyfus, e ligeiramente modificado por Ottolenghi, com a atribuição de valores quantitativos a semelhança e diferenças de feitios. b) O método grafológico, mais pretencioso, que via na escrita uma exteriorização da personalidade e que, através dos retratos grafológicos, declara quem a originou

(57) Nos depoimentos prestados a Lourival Coutinho (*O General Góes depõe...* Rio de Janeiro, Livr. Ed. Coelho Branco, 1955, 298-299, 302-304), o General Góes Monteiro pouco acrescenta ao que já dissera na imprensa e não diminui sua cumplicidade na utilização do referido Plano. Também o Coronel Olímpio Mourão solicitou Conselho de Justificação para retificar seu papel na referida preparação do documento falso, sendo considerado isento de culpa. V. *O Globo*, 30-5-56.

(⁵⁸). Dêle derivou a grafometria de Locard, segundo a qual a escrita poderia variar em todos os seus característicos, mas permanecería constante a proporcionalidade de seus gramas, de modo que disfarçada ou imitada, essa proporcionalidade se mantinha quando duas escritas se originavam da mesma mão, e diferia na hipótese contrária. Como a relação das proporcionalidades podiam ser mantidas e objetivadas em diferentes diagramas, fácil era a demonstração. Esse método constituiu um dos maiores blefes da perícia documental. c) O método grafoscópico considera todos os elementos: formas e característicos dos traços, qualidades gerais do grafismo e sua gênese. Na realidade, o que vem dando maior acolhida aos métodos dos peritos consiste na utilização da técnica científica moderna: lentes e microscópios especiais e filtros coloridos, que ajudam no reconhecimento de delicados característicos, principalmente os últimos, na objetivação fotográfica das observações: raios ultravioleta que permitem penetrar na estrutura de traços e eliminar as lavagens químicas.

A técnica pericial norte-americana tem desenvolvido muito, além disso, o conhecimento dos textos dactilográficos, que constituem hoje a maioria da documentação. A história dos diferentes desenhos de dactilótipos das máquinas de escrever americanas e européias, a chave de caracteres para a rápida identificação da marca, modelo e idade da máquina, as pesquisas sobre alterações e substituições em documentos dactilografados e sobre restauração e reconstituição dos textos dactilografados, rasurados ou lavados quimicamente, permitem solucionar muitos problemas sobre autenticidade ou falsificação, anonimato ou autoria dos textos dactilográficos. A fotografia vem sendo um auxiliar precioso na investigação documental, sendo ela própria um documento de excepcional importância histórica, como o é a gravação da voz, cuja identificação pericial ainda apresenta sérias dificuldades. Nos Estados

(58) Vide especialmente Ludwig Klages, *Escritura y Caracter. Manual de técnica grafologica*, Buenos Aires, Editorial Paidós, 1954.

Unidos, a American Society of Questioned Document Examiners é a mais competente sociedade de peritos de documentos (59).

LISTA SELECIONADA DE EXEMPLOS DE APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA CRÍTICA AOS PROBLEMAS DE AUTENTICIDADE, ESPECIALMENTE RELACIONADOS COM FORGICAÇÕES RECONHECIDAS OU ALEGADAS.

a) Aparição de Cristo na batalha de Ourique, ganha a 25 de julho de 1139. O documento de fato é o "Juramento sôbre a miraculosa aparição do Campo de Ourique ao Senhor D. Afonso Henriques", publicado por Bernardo de Brito, na *Crônica de Cyster*, Livro 3, cap. 3, fl. 125 v. e sgts., e por Frei Antônio Brandão, na *Monarquia Lusitana*, Lisboa, 1632, parte III, Livro 10, cap. 5. Brito afirmara ter encontrado o documento no Cartório do Mosteiro de Alcobaça em 1596. Suspeitaram da autenticidade e denunciaram as insanáveis falsidades da peça os seguintes autores: Frei Joaquim de Santo Agostinho, "Memória sôbre os códices manuscritos e Cartório do Real Mosteiro de Alcobaça", *Memórias de literatura portuguesa* da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1793, t. V, 297-362; J. P. Ribeiro, *Dissertações Cronológicas e críticas sôbre a história e jurisprudência eclesiástica e civil*, Lisboa, 1810-13, Dissertação II, pág. 54 e sgts., e dissertação VI, apêndice IX; Antônio de Almeida, "Erros históricos-cronológicos de Fr. Bernardo de Brito na Crônica de Cister. Corretos em 1834", *Memórias da Academia Real das Ciências de Lisboa*, t. 12, parte 1.ª, 1837, 45-152; Frei Joaquim de Santa Rosa Viterbo, *Elucidário da língua portuguesa*, Lisboa, 1749, t. 1, 329.

Alexandre Herculano, na *História de Portugal* (Lisboa, 1853, 1.º tomo, 325), narrando a batalha e a fábula numa nota, aludiu a esta tradição, afirmando que o sucesso se estribava num documento falso. Imediatamente foi atacado do púlpito em sermões e censurado em proclamações e artigos de jornais. Herculano rebateu, escrevendo vários trabalhos sobre a matéria e sôbre a crítica histórica em geral. A polêmica que se originou e que foi

(59) Sôbre isso, cf. os trabalhos de José del Picchia filho, nos quais nos baseamos para a nota acima, e especialmente: *A pericia de documentos*, São Paulo, 1942; "A pericia de documentos nos Estados Unidos", *Investigações*, Revista do Departamento de Investigações, São Paulo, 1950, n. 22, 65-76; e "Meios e processos de pesquisa da moderna pericia de documentos" (*ibid.*, out., nov. dez. 1951, n. 51, 33-56. Cf. também Rafael Fernandes Ruenes, "Existência de distintas escolas na prova de documentos?" (*ibid.*, abril 1950, n. 16, 61-68).

talvez a mais importante e mais grave da historiografia portuguesa, teve na *Solemnia Verba* (Lisboa, Imprensa Nacional, 1850), no *Eu e o Clero* (Lisboa, Imprensa Nacional, 1850), nas *Considerações pacíficas sobre o opúsculo Eu e o Clero* (Lisboa, Imprensa Nacional, 1851), seus pontos altos.

A literatura surgida na época foi registrada por Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário Biobibliográfico Português*, vol. 2, 243-46. Vide verbete *Eu e o Clero*. Completa-o Brito Aranha, no vol. 21, 662.

b) *Monita Secreta*. A primeira edição é de 1612, de Gracóvia, sob o título *Monita Privata Societatis Jesus*. Há várias edições, inclusive uma no Brasil, *Monitora Societa ou Instruções secretas dos padres da Companhia de Jesus compostas pelo Padre Cláudio Aquaviva da mesma Companhia*, Rio de Janeiro, Tip. de Plancher-Seignot, 1827, 71. Vide Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário Biobibliográfico Português*, t. 6, 261 e vol. 17, 75. Foi reproduzida por Melo Moraes em sua *Corografia Histórica*, t. 3, 248-336.

Trata-se de instruções secretas relativas à prática a seguir em negócios importantes da Ordem, atribuídas ao Geral Cláudio Aquaviva. Tudo revela a inteira falsidade do documento. Cf. J. Huber, *Les jesuites*, Paris, 1872, 1.º vol., 136-140, e Cândido Mendes de Almeida, *Direito Civil Eclesiástico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Garnier, 1866, t. 3, 1297. Ele descreve o manuscrito da Biblioteca Nacional, que Frei Camilo de Montserrat dizia ter sido encontrado na cela do Provincial, em 1759. A obra foi, por decreto de 16 de março de 1621, colocada no *Index*.

c) Bulas e concordatas apócrifas. Cândido Mendes de Almeida registra como falsas: a Terceira Concordata de 1233, entre o Rei D. Sancho e o Clero (*Direito Civil Eclesiástico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Garnier, 1866, t. 1, 5; no mesmo sentido, vide Alexandre Herculano, *História de Portugal*, t. 2, 473, nota 15), e a décima sétima Concordata celebrada em 1578, entre o Rei D. Sebastião e o Clero português (*Ibid.*, 1.º vol., CCXXI-CCXXXIII, transcrição no vol. 1.º, 200-221).

d) Carta do Rei D. João II a Colombo, de Aviz, 20 de março de 1484. Publicada pela primeira vez por Navarrete (*Collección de los viajes y descubrimientos*, Madrid, Imprenta Real, 1825, vol. II, n. III, 5) e reproduzida várias vezes, de acôrdo com o texto de Navarrete. Varnhagen reproduziu-a fazendo correções (*La verdadera Guanahani de Colon*, Santiago, Imprenta Nacional, 1864).

Vários autores suspeitaram de sua autenticidade, como M. Teixeira Aragão ("Breve notícia sobre o descobrimento da América", *Centenário*, Lisboa, 1892), o General Brito Rebelo e Gonçalves Viana. Obtida a cópia fotográfica do documento, cujo

original se encontrava no Arquivo do Duque de Veragua, descendente direto de Colombo, por Henri Vignaud, foi verificada sua autenticidade por José Pessanha, primeiro conservador do Arquivo da Torre do Tombo. Argumento decisivo veio também de Brancamp Freire, que confirmou estar D. João II nesta época em Aviz, o que o falsário não podia saber, pois que tal se encontrou mencionado apenas nos livros da Chancelaria Real. Cf. Henry Vignaud, *Histoire Critique de la grande entreprise de Chr. Colomb*, Paris, H. Walter, 1911, 1.º t., 646-478. As cartas de Brito Rebelo, Gonçalves Viana e José Pessanha são transcritas antes do documento.

e) Cartas de Vespúcio. Varnhagen ("Post Facem aux trois livraisons sur Americ Vespuce", *Nouvelles recherches sur les derniers voyages du navigateur florentin* et. Vienne, Charles Gerold, 1870, 55-57) estabeleceu que entre as cartas atribuídas a Américo Vespúcio sôbre suas viagens devem-se considerar como realmente autênticas as duas publicadas quando vivo. A primeira, escrita em 1503, talvez mesmo em 1502 (cujo original não mais existe), era dirigida a seu antigo protetor Laurent de Pierfrancesco de Medici, que se encontrava, então, em Paris. Foi traduzida pelo veronês Frei Giovanni Giocondo, que também residia em Paris, e publicada no livro de Varnhagen *Amerigo Vespucci, son caractère, ses écrits* (Lima, 1865, 13-26). A tradução latina espalhou-se pela Europa Central em grande número de edições. A segunda carta tida como autêntica por Varnhagen é a de 4 de setembro de 1504, em italiano bárbaro, dirigida a Pier Soderini (Florença), antigo companheiro de estudos de Vespúcio, publicada provavelmente em Florença, no ano seguinte, e traduzida em francês. Foi sob a base da tradução francesa que o cônego Jean Basin compôs sua tradução latina publicada em Saint Die, 1507, a qual serviu para a tradução alemã que Gruniger imprimiu em Strasburgo, em 1509. O texto original encontra-se em Ramusio, *Navigazioni et viaggi*, 1.º vol., e em francês, Jean Temporal, Lyon, 1556. Foi reproduzido com erros por Bandini e Canovai e por Varnhagen (*Amerigo Vespucci, son caractère, ses écrits*, Lima, 1865, 33-64).

Seriam falsos: o texto manuscrito atribuído a Vespúcio e impresso pela primeira vez por Bandini, em 1745 (reproduzido por Varnhagen, *ob. cit.*, 69-77, e publicado em alemão em 1748, documento que não merece o menor crédito); as duas cartas publicadas por Bartolozzi em 1789 e Baldelli em 1827, reproduzidas por Varnhagen (*ob. cit.*, 78-86). Na reprodução para a *RIHGB*, t. 41, 1.ª parte, 1878, 5-19, das duas cartas autênticas de Vespúcio, a Soderini e a Medici, reafirmou Varnhagen que as cartas publicadas por Bandini, Bartholozzi e Baldelli, às quais deu crédito A. Humboldt, foram reconhecidas falsas graças ao exame paleográfico por êle mesmo feito em Florença. Elas resultaram da

especulação feita no século XVI por um impostor, que abusou da boa fé do coletor Pier Voglienti, vendendo-lhe as mesmas como originais.

Os textos latino e italiano das duas cartas de Américo Vesúcio, de 1503 e 1504, foram publicados e anotados nas *Fonti Italiane per la Storia della Scoperta del Nuovo Mondo*, de Guglielmo Berchet, na *Raccolta di Documenti e Studi*, parte III., vol. II, Roma, 1894, 111-150.

A primeira edição do *Mundus Novus* de 1503, que é a carta a Medici, encontra-se descrita por José Carlos Rodrigues, *Biblioteca Brasiliense*, Rio de Janeiro, 1907, n. 2500. A carta foi reproduzida também na coleção *Paesi nouamente retrouati*, de Montaboldo, (cf. José Carlos Rodrigues, *ob. cit.*, n. 1680).

Foi na edição da *Cosmographie Introductio* de Martin Waldseemuler, de 1507, que se publicou a Relação a Pedro Soderini, de 4 de setembro de 1504, no texto latino. Luigi Hughes não considera apócrifas as três cartas acima referidas, mas ao indicar as razões da não publicação mostra dar pouco crédito às mesmas. O estado atual da questão continua sendo o estabelecido por Varnhagen apesar da crítica que lhe fez D'Avezac, em 1858, quando Varnhagen ainda não chegara à opinião definitiva manifestada em 1870. Cf. D'Avezac, *Les voyages de Améric Vespuce*, Paris, Challamel Ainé, 1858.

f) Autenticidade da Carta de Pero Vaz de Caminha. O historiador argentino Luis F. Dominguez sustentou que a carta de Pero Vaz de Caminha era apócrifa ("Primeiros descubrimientos en el Nuevo Mundo", *La Biblioteca*, Buenos Aires, Julho 1897, 75-93). As poucas e errôneas observações que a êste respeito escreveu mereceram de Capistrano de Abreu uma severa crítica. O documento original existia e não podia haver qualquer desconfiança quanto aos elementos extrínsecos, letra e papel do tempo. A arguição principal de Dominguez fundara-se em que a carta continha informações a respeito dos índios que não teria sido possível colher em tão poucos dias. A êsse argumento Capistrano de Abreu redarguiu que não tinha razão Dominguez, porque "os portugueses daquele tempo, familiarizados com as singularidades da costa da África, já iniciados na observação da costa de Malabar, conhecedores dos índios encontrados por Colombo e Côrte-Real, deviam gozar de uma acuidade etnográfica rara, exatamente porque as diferenças golpeavam logo ao primeiro encontro". Concluía Capistrano reputando aquelas dúvidas como aéreas. Cf. *O descobrimento do Brasil*, Rio de Janeiro, 1929, ed. da Sociedade Capistrano de Abreu, 164-165 e 304-305.

A Carta foi publicada pela primeira vez em 1817 e até 1943 mereceu várias edições críticas de grandes nomes da historiografia

luso-brasileira. As melhores edições são as de Carolina Michaelis, em 1923, na *História da Colonização Portuguesa no Brasil* (Pôrto, 1921-1924, v. 2, 155-164), a de Antônio Baião, *Os sete únicos documentos de 1500 conservados em Lisboa referentes à viagem de Pedro Álvares Cabral* (Lisboa, 1940) e a. de Jaime Cortesão, *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1943. Os melhores estudos são o dêste último e o de João Capistrano de Abreu, na *RIHGB*, 1908, t. 71, parte 2, 109-122, reproduzido em *O Descobrimento do Brasil*, *ob. cit.*, 287-307.

g) Carta de D. Manuel, de 29 de julho de 1501. Foi publicada pela primeira vez por M. F. Navarrete (*Collecion de los viajes y descubrimientos*, Madrid, 1825, t. 3, 94). O original encontra-se reproduzido paleograficamente na *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, vol. II, 155-164, e vertido em linguagem atual, 165-167. O texto aí reproduzido é trasladado de uma cópia quinhentista do Arquivo do Estado de Veneza. O espanhol é uma tradução. O Visconde de Santarém transcreveu-a no *Quadro Elementar das relações políticas e diplomáticas*, Lisboa, 1842, t. 2, 398.

Foi Antônio Zeferino Cândido quem levantou várias dúvidas sôbre a autenticidade da carta (*O Brasil*), Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900, 249-255). O autor não conheceu o original mais tarde reproduzido na *História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Êste trabalho e a *História Geral do Brasil* de Varnhagen não conheceram as dúvidas de Zeferino Cândido. Suas suspeitas parecem levianas. A *História da Colonização Portuguesa no Brasil* estabeleceu que à carta de D. Manuel aos Reis Católicos, de 29 de julho de 1501, conhecida através da tradução de D. Joaquim Fraggio, feita do original português existente no Arquivo de Saragoça, deve ser preferida a cópia coeva do Arquivo de Veneza, com a data de 28 de agosto de 1501 (cf. *ob. cit.*, v. 2, 167-168 e 445).

h) O cimélio bibliográfico *Terra S. Crucis, Brasiliae situs ac descriptio*. Stampato in Venetia per Nicoló Zopino e Vicentio Compagno nel MCCCCCII, existente na Biblioteca Municipal de São Paulo e descrito em artigo pelo Sr. Carmine Starace, diretor da Biblioteca do Senado de Roma (*Anhemi*, dezembro 1950), não passa de grosseira fraude, segundo o demonstrou Tomaz Oscar Marcondes de Sousa, in "Uma suposta raridade bibliográfica sôbre o Brasil", *Revista de História*, n. 5, 1951, 183-191, publicado também em separata.

i) Carta de D. João III de 28 de setembro de 1532, a Martim Afonso de Sousa. Transcrita por Varnhagen (*História Geral do Brasil*,

t. 1, 165-167). Capistrano de Abreu julgava-a autêntica, mas dizia que "o final dava que pensar" (nota 9, v. 1.º da *História Geral de Varnhagen*). A carta vem transcrita também na *História da Colonização Portuguesa no Brasil* (Pôrto, 1921-24, v. 3, 160-161), segundo a reprodução da *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (Lisboa, 1735, vol. VI das Provas, 318-319, extraída do t. I do *Nobiliário* de D. Luís Lôbo da Silveira.

j) Breve do Papa Pio IV, de 28 de janeiro de 1561, concedendo aos Bispos do Brasil, das Ilhas e Índias Ocidentais diferentes faculdades. Cândido Mendes de Almeida, que o transcreve, segundo as *Decisiones* de Themudo (t. 4, 317), nutre dúvidas quanto à sua autenticidade (*Direito Civil Eclesiástico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Garnier, 1866, v. 3, 1011-1016). As razões de sua dúvida são as seguintes: não encontra êste Breve no *Bullarium* daquele Papa e nem dêle fazem menção as *Constituições do Arcebispado da Bahia*, Lisboa, 1719, 2.ª ed., Coimbra, 1720, 3.ª ed., São Paulo, 1855); finalmente, não consta que o Govêrno português alguma reclamação fizesse para conservá-lo, sendo de tanto proveito para suas possessões ultramarinas. Acha também pouco provável que estando reunido o Concílio de Trento, onde tantas reformas se preparavam, desse ao Papa faculdades perpétuas como as que se lêem neste Breve. E ainda mais, que fizesse estas concessões a Portugal, e não à Espanha, onipotente nessa época.

Themudo, cônego e governador do Bispado (1621-1631), declara que D. Marcos Teixeira de Mendonça governou com estas faculdades e que êle encontrou a Bula registrada na Mesa da Consciência. Relembra Cândido Mendes de Almeida que na época em que Themudo serviu no Brasil, tal Breve não podia vigorar por estar em oposição à Bula de Pio IV, de 17 de fevereiro de 1565. Esta Bula foi utilizada por Varnhagen (Cf. *História Geral do Brasil*, 3.ª ed., t. 1, 389) e Capistrano de Abreu, o qual lembra, com referência à alegada apocrifia, que o Breve está publicado no *Corpo Diplomático Português* (Lisboa, 1886, v. 9, 168 e sgts.). Cf. *História Geral do Brasil*, 3.ª ed., v. 1, 389, nota 26.

k) A sesmaria de 16 de julho de 1565. Melo Morais sustenta que é falsa a sesmaria de 16 de julho de 1565, concedida por Estácio de Sá à Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Declara que a única sesmaria concedida nessa época foi a que Estácio de Sá deu aos jesuítas, representados pelo Padre Gonçalo de Oliveira, de duas léguas de terra, desde o Rio Iguaçu ou Catumbi até a Tapera de Inhaúma, no dia 1 de julho de 1565. (Cf. *O Patrimônio territorial da Câmara Municipal do Rio de Janeiro*, 1881,

7, e *Brasil Histórico*, ano V, 5.^a série, n. 11, de 27 de agosto de 1881). A arguição de Melo Morais não deve merecer muita consideração, já que apresenta caráter polêmico e de evidente ressentimento contra o desconhecimento, por parte da Câmara, de seu nome para inventariar o patrimônio territorial da mesma. Ataca a obra de Roberto Jorge Haddock Lôbo (*Tombo das terras municipais da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*, t. 1, 1863) que acusa de ignorante, e de não haver pesquisado nos cartórios da cidade. Haddock Lôbo afirma, ao contrário, ter examinado os arquivos de quatro cartórios e que foi o incêndio de 20 de julho de 1790 que, reduzindo a cinzas quase todo o arquivo do antigo Senado, destruiu o original da primeira sesmaria, confirmada duas vezes, em 16 de agosto de 1567, por Mem de Sá, e em 8 de janeiro de 1794, na carta régia do Príncipe Regente. Baseia a afirmação de autenticidade no processo da confirmação, de 1567, e no novo registro de seus títulos feito pelos foreiros. O documento n.º um traz essa confirmação (cf. págs. 73-80).

A opinião de Haddock Lôbo encontra apoio em Varnhagen (*História Geral do Brasil*, 3.^a ed., t. 1, 412), em Pedro Tacques ("História da Capitania de São Vicente desde a sua fundação por Martim Afonso de Sousa em 1531", *RIHGB*, vol. 9, 1869, 2.^a ed., 322) e em Pizarro (*Memórias históricas do Rio de Janeiro*, 1.^a ed., Rio de Janeiro, 1882, 7.^o t., 153-154). Sobre a legalidade da doação, vide o Alvará de 10 de abril de 1821, Código Filipino, ed. de Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, 1870, 1025 e sgts.

l) Capistrano de Abreu considerava suspeita a certidão de Alexandre de Moura aos jesuítas, assinada de Setúbal, 20 de outubro de 1620 (cf. Carta a Guilherme Studart, *Correspondência*, ob. cit., vol. 1, 164) e transcrita por José de Morais na "História da Companhia de Jesus na extinta Província do Maranhão e Pará", in Cândido Mendes de Almeida, *Memórias para a história do Extinto Estado do Maranhão...* Rio de Janeiro, Tip. do Comércio, 1860, 70-71.

m) Traslado da doação da Igreja da Graça, feita por Catarina Alvarez, a 16 de junho de 1686, aos frades de São Bento. A Capistrano de Abreu pareceu profundamente viciada esta escritura de doação, que êle conheceu através da transcrição de Melo Morais (Cf. Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 3.^a ed., São Paulo, s. d., 84). Melo Morais afirma tê-la copiado fielmente e Frei Domingos da Transfiguração, secretário da Congregação, afirma estar conforme, aos 26 de abril de 1866. (*Brasil Histórico*, 1.^o ano, 2.^a série, 124-128, Rio de Janeiro, 1866). O *Livro Velho do Tombo do Mosteiro de São Bento* (Bahia, Tip. Beneditina,

1945, 85-93) contém uma transcrição paleográfica do documento. Notam-se algumas divergências, como por exemplo, 6 dias do mês de dezembro, no *Brasil Histórico*, e 7 dias no *Livro do Tombo*; 15 de maio de 1654, no primeiro, e dezesseis de maio, no segundo. Notam-se também algumas omissões. No *Brasil Histórico* o documento aparece com a ortografia e a pontuação modernizada, bem como com as abreviaturas desdobradas. Como dissemos, Capistrano de Abreu escreveu que êste documento lhe parecera viciado. Não correria tal dúvida apenas por conta de ter sido o documento transcrito por Melo Moraes — de quem êle desconfiava como editor, mas também pelo fato de que, como crítico histórico, tinha logo a atenção alertada para a suspeita de todo documento que envolvesse interesse patrimonial. No caso, não nos pareceu que houvesse qualquer indício confirmador do vício, e, conseqüentemente, da falta de genuinidade do documento.

n) Ata da fundação de Franciscana por Pedro Teixeira, aos 16 de agosto de 1639. O documento transcrito por Berredo *Anais Históricos do Maranhão*, 3.^a ed., 1905, 1.^o vol., (283-85) achava-se registrado nos livros da Provedoria de Belém do Pará e no Senado da Câmara. Artur César Ferreira Reis não duvidou de sua autenticidade, louvando-se em Berredo, e acentuando a importância do fato que estendia os limites de Portugal ao Napo.

Daniel Ortega Ricaurte levantou dúvidas sobre a genuinidade da ata, primeiro porque Cristobal de Acuña não faz nenhuma referência a ela, e, segundo, porque não aparece a firma de nenhum espanhol, não obstante acompanharem a expedição vários castelhanos. A argumentação não parece procedente, porque a omissão, por mais importante que seja, não destrói o documento encontrado e publicado por Berredo. A solução está no encontro do original ou cópia autêntica da ata do arquivo de Belém do Pará, ou em arquivos portugueses ou espanhóis. (Cf. Daniel Ortega Ricaurte, "Pedro Teixeira", *Anais do Terceiro Congresso Sul Rio-grandense de História e Geografia*, Pôrto Alegre, v. 4, 2550-2551).

Jaime Cortesão em comunicação ao IV Congresso de História Nacional (21-28 de abril de 1949, *Anais*, 3 vol. 1950, 171-204, esp. 174) afirma que se encontrou a pública forma do auto de posse, a 26 de agosto de 1639 "Nos Euajaris, defronte das bocainas do rio do Ouro", feita em Belém a 3 de junho de 1650, mas infelizmente não a publica, nem ela consta do *Inventário dos Manuscritos da Biblioteca da Ajuda referentes à América do Sul* (Coimbra, 1946) coligido por Carlos Alberto Ferreira.

o) Carta de El-Rei a Francisco de Sousa Coutinho sobre os sucessos do Brasil de 4 de outubro de 1645 e Carta dos Estados Gerais das Províncias Unidas a El-Rei, por intermédio de Francisco de Sousa Coutinho, de 5 de novembro de 1645.

Manuel Calado considerou estas duas cartas como forjadas (*O Valoroso Lucideno e Triunfo da Liberdade*, 2.^a ed., Lisboa, 1668, 331-332). Diz êle que os holandeses fingiram duas cartas de S. M. El-Rei D. João N. Senhor, “Vistas por o governador da liberdade, João Fernandes Vieira, e por os dois Mestres de Campo, André Vidal de Negreiros e Martim Soares Moreno, logo por êles e por outras pessoas de bom entendimento foi conhecido ser isto estratagemas e embustes, fulminado por os holandeses do Recife, e por os sagazes judeus, que cõsigo tinham”. As razões da falsidade foram assim representadas por Frei Manuel Calado: primeiro, seria impossível conhecer-se no reino as novas das vitórias sôbre os holandeses (vitória das Tabocas, 3 de agôsto, e da Casa Forte, 17 de agôsto), porque não se enviou notícia alguma, senão quando se ganhou o forte de Nazaré, a 10 de setembro, e que seria impossível ter-se delas conhecimento em Portugal, mesmo que Antônio Teles da Silva enviasse notícia no mesmo dia em que foi informado; segundo, desconfiou-se de certos têrmos e especialmente de “que quem escrevera esta carta houvera de pôr por firma Rei, ou Eu El-Rei e não S. Real Majestade”.

Apesar dos argumentos apresentados por Calado, as cartas são autênticas, como se pode verificar pela *Correspondência Diplomática de Francisco de Sousa Coutinho*, publicada por Edgar Prestage e por Pedro de Azevedo (Coimbra, Imprensa da Universidade, 1920, 1.^o vol., 393-394). A cópia encontra-se na Biblioteca Nacional de Lisboa, códice 7162, f. 689. Naturalmente, houve algumas incorreções e infidelidades, devidas à tradução, primeiro para o holandês e à versão segunda para o português. Nota-se também que a carta não foi transcrita pelos holandeses por inteiro, por motivos de propaganda, já que o final explica as dúvidas que assaltaram os combatentes, de que o Reino os censurava e abandonava.

A segunda Carta, dos Estados Gerais das Províncias Unidas a El-Rei, por intermédio de Sousa Coutinho, de 5 de novembro de 1645, não consta da correspondência aludida, provavelmente por falta de cópia nos arquivos portugueses, ou original nos arquivos holandeses. Só o encontro desse documento poderá decidir a questão, embora se possa pensar, de princípio, ser êle verdadeiro, como o primeiro. Além disso, convém lembrar que na longa carta de 11 de dezembro de 1645, de Sousa Coutinho a El-Rei, onde acusa a recepção da primeira acima referida, entregue solenemente aos Estados Gerais, se fala na resposta destes, entregue a êle (Cf. *ob. cit.*, 335-343). Vê-se também que a primeira carta escrita em português foi traduzida para o latim e desta língua para o holandês, sendo de novo traduzida pelos holandeses para o português. Diante de tantas traduções a carta havia de ter-

minar mutilada na sua fidelidade, especialmente se considerarmos que foi usada para fins de propaganda.

p) Carta de San Martín a Bolívar, de 29 de agosto de 1822. A Carta versa sobre entrevista de Guayaquil e nela se acusa Bolívar de se ter negado a prestar o auxílio solicitado por San Martín. Publicada por Gabriel Lafond de Lurcy, em 1843-44 (*Voyages autour du monde*, etc., Paris), foi suspeita de falsidade pelos venezuelanos, nunca foi encontrado o original. Os documentos autênticos publicados pelos historiadores da Venezuela discordam do conteúdo do texto suspeitado, porque: 1) San Martín não solicitou auxílio ao Libertador; 2) não houve negativas da parte de Bolívar; 3) San Martín tinha decidido abandonar o Peru mesmo antes do encontro de Guayaquil. Os autores que a reproduziram, europeus ou argentinos, não entraram na análise crítica do texto, em face da documentação existente em Bogotá, Quito e Caracas. Cartas posteriores, publicadas por Ed. Colombes Mármol (*San Martín e Bolívar na Entrevista de Guayaquil*), foram acusadas de apócrifas e como tais demonstradas, em face das graves incongruências do texto. A argumentação de Vicente Lecuna, pela força da pesquisa, pelo apuro da crítica dos documentos, pela análise do texto e o conhecimento histórico circunstancial e de um ato relativo à Entrevista, reforça seriamente a tese da falsidade. Vide *La entrevista de Guayaquil*, Caracas, 1948; e "La Entrevista de Guayaquil", Boletim n.º 91, da Academia Nacional da História de Venezuela, trad. portuguesa, Rio de Janeiro, 1951. Sobre o ponto de vista argentino, vide *La autenticidad de la Carta de San Martín a Bolívar de 29 de Agosto de 1822*, Academia Nacional de la Historia, Buenos Aires, 1950. J. C. Chaves, *San Martín y Bolívar en Guayaquil* (B. Aires, 1950, 15), aceita a autenticidade.

q) Jorge Juan e Fernando de Ulloa, *Noticias Secretas de America*... Londres, 1826. Importantíssimo documento redigido logo depois de terminada a guerra do Peru, em fins de 1824, e que alimentou o ódio contra a Espanha, na época da Independência Americana. O organizador da edição, David Barry, dizia, no prefácio, haver conseguido o manuscrito, apresentado como informe secreto, ao governo espanhol. A fraude cometida pelo editor em face do manuscrito "Discursos y Reflexiones politicas etc.", existente em quatro cópias (Biblioteca Nacional do Palácio Real, e 3 na Biblioteca Nacional de Madrid) foi primeiro argüida por Guilherme R. Shepherd, professor da Universidade de Columbia e por D. Rafael Altamira (Vide Rafael Altamira y Crevea, *La huella de España en America*, Madrid, 1924, 101-106), e moderadamente por Carlos Pereyra ("Las Noticias Secretas de America y el enigma de su publicación", *Revista de Indias*, Año 1, n. 4,

1940, 5-33, e “La comprobación del fraude cometido por el editor de las Noticias Secretas”, revista citada, Año 2, n. 4, 1941, 107-133).

r) Diário de Bucaramanga, 1828. Contém uma crônica da permanência do Libertador Simón Bolívar na vila de Bucaramanga, em 1828, enquanto se celebrava em Ocaña a Convenção que devia decidir sobre a Constituição da República. Estudo crítico detalhado sobre as várias cópias e impressões e a reprodução do texto, sobre cuja autenticidade surgiu muita dúvida, é o do Mons. Nicolas E. Navarro, *Diário de Bucaramanga*, Caracas, 1925.

s) O telegrama n. 9, de 1908. Segundo Estanislau Zeballos, Rio Branco no telegrama cifrado n. 9, de 17 de junho de 1908, dera instruções às legações do Brasil em Montevideú, Assunção, La Paz, Santiago, Lima e Washington para divulgarem a versão de que a política argentina visava à conquista dos países fracos, cuja independência era defendida pelo Brasil. Rio Branco, no *Diário Oficial* de 19 de setembro daquele ano, publicava um documento, afirmando tratar-se de documento falso. Zeballos, em *La Prensa*, de 20 de outubro, confirmava a existência do documento e dava tôdas as indicações: número do telegrama, data, hora, etc. De posse destas informações, Rio Branco preparou a publicação que apareceu no *Diário Oficial* de 15 de novembro de 1908 (e em folheto: *O telegrama cifrado n. 9, de 17 de junho de 1908, dirigido pelo Govêrno brasileiro à Legação do Brasil no Chile*, Rio de Janeiro, 1908), na qual dava a chave criptográfica dos telegramas do Itamarati, traduzindo com ela o telegrama n. 9, segundo o texto fornecido pelos telégrafos da Argentina e do Chile. Publicava, ainda: 1) o falso telegrama que circulou em Buenos Aires; 2) o mesmo documento falso tal como apareceu em *La Argentina* e no *Diario del Comercio* de 30 de outubro; 3) a decifração exata dos telegramas cifrados ns. 9 e 10, de 17 e 19 de junho de 1908, dirigidos à Legação Brasileira no Chile; 4) o confronto, em duas colunas, do telegrama n. 9 verdadeiro e do n. 9 falsificado; 5) a chave com que foram decifrados os telegramas ns. 9 e 10; 6) o telegrama n. 9 em cifra, como foi cifrado e expedido, e a tradução interlinear de cada grupo de letras, letra por letra, para que se verificasse a inteira autenticidade da decifração. Cf. Álvaro Lins, *Rio Branco (O Barão do Rio Branco), 1845-1912*, Rio de Janeiro, José Olímpio, vol. 2, 600-610.

t) *Cópia da conta que o Senado da Câmara da Capital de Santa Maria do Belém do Grão Pará deu a S.M.I. do ex-presidente José de Araújo Rozo*, Rio de Janeiro, Tip. da Torre, 1825, fôlio.

Segundo Manuel Barata, esta cópia é apócrifa. Tal conta não foi deliberada em ata da Câmara, nem consta da ata da sessão de 13 de agosto de 1825 que fôsse dirigida ao Ministro do Império,

como se diz: Sua falsidade foi plenamente provada pela certidão autêntica apensa aos autos originais do processo a que, por atos do seu governo, respondeu o ex-presidente Rozo. A conta foi forjada no Rio de Janeiro e publicada com o título de *Cópia* por Alberto Patroni Martins Maciel Parente (Rodolfo Garcia, "Catálogo dos livros, folhetos, documentos, retratos, bustos, máscaras, etc., pertencentes ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que figuraram na Exposição promovida pelo mesmo Instituto em 7 de setembro de 1922", nota à pág. 495, t. esp. da *RIHGB*, 1922, "O ano da Independência").

u) Há falsificações de tôdas as espécies. Exemplos de forjicação aplicada à arte monetária são dados por Moisés Marx, *Anais do Primeiro Congresso de Numismática Brasileira*, São Paulo, 1940, vol. II, 57-68. Além das obras gerais de metodologia e das *Dissertações cronológicas* de João Pedro Ribeiro, Lisboa, 1810-13, vide Edward Gaylor Bourne, *Essays in historical criticism*, New York, Scribner's, 1901; J. A. Farrer, *Litterary forgeries*, Longmans, Green and Co., 1907; Roger Picard, *Artifices et mystifications litteraires*, Montreal, Canada, Les Editions Varietés, 1945; sôbre forjicações arqueológicas cf. J. S. Weiner, *The Piltdown Forgery*, Oxford University Press, 1955.

CAPÍTULO 12.

CRÍTICA DE ATRIBUIÇÃO

NÃO é raro depararmos com fontes manuscritas ou impressas de autoria desconhecida. A revelação do autor ou autores responsáveis pelo escrito é um problema de extrema importância para a crítica histórica e para a exata valorização do depoimento pelo historiador. O que importa não é a pura determinação de um fato — o da autoria, mas a determinação da validade do escrito, no qual a natureza da gênese e a qualificação da testemunha podem se tornar relevantes para a verdade. A parcialidade ou imparcialidade de uma perspectiva pode ser concretamente demonstrada, se a origem ou a autoria estão esclarecidas.

Trata-se, assim, de um problema epistemológico de extraordinário interesse, que denuncia as relações entre o conhecimento e o autor, do mesmo modo que a crítica interna descobre os contatos entre o conhecimento e a situação social. Vê-se logo as íntimas e estreitas ligações que unem as duas espécies de crítica. A revelação da autoria ensina quais as exatas funções do responsável pelo escrito no quadro social e, conseqüentemente, suas possibilidades de conhecimento neste ou naquele aspecto, nesta ou naquela estrutura.

Não é, pois, a investigação de autoria um exercício fútil ou destituído de valor. Afirmar isto, diz Afonso Pena Júnior, seria o mesmo que sustentar a dispensabilidade da qualificação das testemunhas em um processo. As informações do escritor valerão segundo o crédito dêste; e

tal crédito depende da personalidade, costumes e ligações do escritor. Se, portanto, não sabemos quem êle seja, não podemos pesar e julgar os seus ditos — coisa essencialíssima em depoimentos históricos (1).

A determinação da autoria é um processo indispensável para a qualificação da fidedignidade do documento. Sem ela podemos, é certo, apreciar e utilizar o escrito, mas não saberemos até que ponto podemos confiar nas declarações do autor, pois não conhecemos sua situação social, política, econômica, moral e intelectual. Era um radical ou um conservador? Era um leviano ou um homem sério? Era rico ou pobre? Estas e outras perguntas devem ser respondidas para que se possa compreender o testemunho. Enfim, para que a palavra faça fruto e mereça fé não é necessário somente a circunstância da matéria, da ciência e do estilo; é necessário também a circunstância da pessoa; pessoa que possa informar com conhecimento e isenção, ou com conhecimento e parcialidade, mas, neste caso, para a descoberta da parcialidade é indispensável que se conheça a pessoa, e se procure na parcialidade de outra pessoa, pela comparação, a verdade que se busca.

Por tudo isto dizia Vieira: “Não basta que as coisas que se dizem sejam grandes, se quem as diz não é grande. Por isso os ditos que alegamos se chamam autoridades, porque o autor é o que lhe dá o crédito e lhe concilia o respeito” (2).

Haveria aqui o que esclarecer. A fonte só se tornou autorizada depois de passar por todo o processo crítico e não simplesmente porque nasceu de Aristóteles ou Tácito. Nem se torna grande apenas porque o autor é social e economicamente grande, mas sim moral ou intelectualmente grande. Assim, a energia e propriedade das coisas que se dizem depende de quem as diz. Porque sabemos

(1) Afonso Pena Júnior, *Crítica de atribuição a um manuscrito da Biblioteca da Ajuda*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1943, 45-46.

(2) Antônio Vieira, Sermão IV do Rosário, in *Maria Rosa Mística*, Lisboa, Miguel Deslandes, 1686, 141.

quem disse, apuramos os defeitos e excessos, a parcialidade e a imparcialidade, o acerto e a injustiça. O escrito passa a dizer mais do que diz, dizendo mais do que parece. Para escrever sobre a Abdicação e a Regência importa muito conhecer se o escrito da época é originário de um "Caramuru" ou de um "Exaltado". Ambos podem ser fontes igualmente valiosas; mas se conhecemos a personalidade do autor melhor apuramos a verdade dos escritos, tenhamos ou não as duas fontes, as duas e mais uma, fora dos quadros partidários, para comparação, ou simplesmente uma.

Dêste modo, a prova mais legal e demonstrativa da fidedignidade é a autoria. A crítica de atribuição é indispensável à crítica interna; ambas dependem uma da outra. O critério da investigação de autoria — que hoje constitui uma especialização bem definida, já foi estabelecido pelos grandes mestres, como Bernheim, Seignobos e Rudler. Ele é o mesmo para obras literárias e históricas. A comparação metódica entre os vários elementos do documento analisado e os correspondentes elementos de peças similares, cuja autoria é certamente conhecida, é um dos primeiros processos. Se muitas vezes o seu inteligente exercício resolve problemas difíceis, como no caso das obras de Fernão Cardim, estudadas por Capistrano de Abreu, outras vezes tem conduzido a verdadeiros disparates. Afonso Pena, o mestre consagrado da crítica de atribuição em língua portuguesa, já apontou o valor relativo da prova de paralelismo. "Tôda a prudência é, portanto, pouca, no se apreciar o valor probante das coincidências de pensamento e de expressão" (3). Mas isto não vale como condenação do processo e sim como advertência e cuidado no seu uso.

Se as fontes anônimas se conservam manuscritas, o primeiro passo na crítica de atribuição é determinar se elas são ou não autógrafas. Então são especialmente a paleografia e a filologia que nos fornecem os dados para

(3) Afonso Pena Júnior, *A Arte de Furtar e seu autor*, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1946, 2.º v., 459-460.

a determinação da autoria. Como acentua Bauer, toda personalidade demonstra maior predileção por determinadas palavras, por certas construções de frase, por alguns modismos, que servem de fundamento à comparação dos estilos. Muitas vezes se tem utilizado da estatística das palavras e da comparação das frases para a determinação de uma autoria. Para isso, no entanto, é necessário que se possua uma boa visão de conjunto de todo o vocabulário e de toda a fraseologia de uma época, que se conheçam as palavras e modismos prediletos contemporâneos e que se leve em consideração a singularidade do gênero literário a que pertence o escrito que se estuda. O emprego do método comparativo de estilos não tem importância apenas para os documentos mais antigos. Tem também a sua transcendência para os de época mais moderna (4).

É assim uma contingência da crítica de atribuição a transcrição de trechos dos autores suspeitos. Além disso, ela demanda, como lembra Afonso Pena Júnior, “a leitura, não uma, mas muitas e muitas vezes da obra em exame; das obras de cada um dos possíveis autores; das histórias e crônicas, impressas ou manuscritas, e do epistolário da época provável do livro; de tudo, enfim, que possa familiarizar o pesquisador com o cenário e as personagens da época. Sem essa leitura repetida, à proporção que o trabalho se adianta, muita coisa nos passa despercebida, cuja importância só se manifesta em virtude de aquisições posteriores à última leitura”. E diz ainda: “Sem a familiaridade com todos os autores e o íntimo conhecimento de todo o ambiente, que os influencia, não se estabelece o critério diferenciador ou a capacidade de distinguir, que é preciso instrumento das investigações de autoria” (5).

(4) Wilhelm Bauer, *Introducción al estudio de la historia*, Barcelona, Bosch, 1944, 282. Sobre o estilo e a paternidade literária, as imitações reles e as geniais, consulte-se Josef Nadler, “El problema de la historia del estilo”, in *Filosofía de la ciencia literaria*, México, Fondo de Cultura Económica, 1946, 401-425.

(5) Afonso Pena Júnior, *A Arte de Furtar e seu autor*, Rio de Janeiro, 1946, v. 1, 8.

A comparação de estilo e pensamento, de suas semelhanças e diferenças, é ainda um dos fundamentos da crítica de atribuição. Por ela revelam-se sentimentos, idéias, simpatias, devoções, aversões, reações morais e mentais. Deste modo pode-se dizer, com Rudler, que se existem razões para suspeitar de uma assinatura — como é o caso da *Arte de Furtar* — ou se não possuímos nenhuma, a primeira tarefa consiste no exame interno, no conhecimento profundo do conteúdo. O exame crítico se detém sobre os fatos, data-os, atenta sobre as interpolações, as rupturas de idéia e linguagem, para deduzir as idéias, os sentimentos e o partido do autor. Examina a forma (vocabulário, sintaxe e estilo) que pode apresentar caracteres marcados e assim se aparentar às obras de escritor conhecido. Observa o emprêgo de fórmulas favoritas que sugerem ou traem o autor, como no caso do criptograma do “Anônimo Toscano”.

Mas é preciso advertir que não há nenhuma lição direta a tirar de uma descoberta feliz, porque nunca um problema idêntico se repetirá. Ele é único e só nos serve como modelo, um modelo de crítica cuidadosa, sagaz e luminosa e uma exortação implícita a remover os dados constitutivos únicos de cada problema, a compreendê-los e interpretá-los (6).

Assim, a experiência acumulada pelos historiadores críticos brasileiros pode servir de orientação e guia nos trabalhos de crítica de atribuição. Infelizmente não se pode dizer que haja qualquer caráter concludente nos estudos baseados no exame de estilo e nas circunstâncias externas. Só um documento criticado pode decidir a questão, que, de outro modo, permanece no terreno conjectural. E se é certo que muitas vêzes conjecturas bem construídas podem trazer-nos a certeza, não é menos exato que documentos claros na expressão e na autenticidade podem nos gerar dúvida, porque faltos de credibilidade. Já afirmamos, baseados nos melhores tratadistas,

(6) Gustave Rudler, *Les techniques de la critique et de l'histoire littéraires en littérature française moderne*, Oxford, 1923, 47.

que o documento único deve ser examinado com muito cuidado, e que a simples e pura afirmação não estabelece o fato, mas apenas o enuncia. Documento não é prova, nem autoridade e se o fôra poderíamos dispensar a crítica, como inútil.

O documento é apenas uma fonte, um meio de conhecimento, verdadeiro ou falso. A credibilidade só pode ser estabelecida pela crítica interna cuidadosa e prudente. É por isso que a crítica de atribuição é por essência o elemento funcional da crítica histórica em geral e ocupa uma posição especial na metodologia. Ela exige mais que qualquer outro processo o estudo dos dados históricos e a observação externa, ou seja, ela só se exerce na conexão das críticas interna e externa.

A crítica de atribuição, por isso que se utiliza de todos os processos críticos, elimina documentos espúrios, apreende informações falsas, determina as condições de produção dos documentos, descobre historiadores que constroem suas obras sôbre falsos documentos ou que trataram sèriamente documentos que não o são (?).

Muitas vèzes, ainda, por razões que nos são desconhecidas, o autor se oculta e então devemos distinguir entre os escritos anônimos, os pseudônimos e os alônimos.

BIBLIOGRAFIA DE PSEUDÔNIMOS PORTUGUESES E BRASILEIROS.

Augusto Martinho Fonseca, *Subsídios para um dicionário de pseudônimos, iniciais e obras anônimas de escritores portugueses...* Lisboa, Tip. da Academia Real das Ciências, 1896; Tancredo de Barros Paiva, *Achêgas a um dicionário de pseudônimos, iniciais, abreviaturas e obras anônimas de autores brasileiros e de estrangeiros sôbre o Brasil ou no mesmo impressas.* Rio de Janeiro, J. Leite, 1929; Antônio Simões dos Reis, *Pseudônimos brasileiros.*

(7) Fustel de Coulanges foi acusado de ter usado inúmeros documentos falsos. Ele exigia com muito rigor que o historiador suspeitasse as informações do texto, mas não apurava a autenticidade e fidedignidade dos mesmos. Vide G. P. Gooch, *Historia e historiadores en el siglo XIX*, México, Fondo de Cultura Económica, 1942, 219.

Pequenos verbetes para um dicionário, 1.^a série, Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1941-1943. Alguns exemplos de pseudônimos famosos brasileiros podem ser encontrados no CEHB, ns. 6.281, 7.063, 7.084, 7.391, 7.718. Pseudônimos famosos e de extraordinária importância em sua época foram os de Ganganeli, de Joaquim Saldanha Marinho, e Timandro, de Sales Tôrres Homem. Pseudônimos de mau gosto foram os de José da Silva Lisboa, tais como Escandalizado, com que assina a *Honra do Brasil desafiada de insultos da Astrea Espadaxina*, Rio de Janeiro, 1828 (cf. Rodolfo Garcia, Catálogo da Exposição, t. exp. da RIHGB, 1922, 490); "Imperialista Firme", usado no *Triunfo da Legitimidade contra a facção de anarquistas*, Tip. Nac., 1825-26 (cf. Rodolfo Garcia, *ob. cit.*, 489); "O amigo da tranquilidade social", na *Sustentação jurídica do tratamento de soberano que compete a S. M. Imperial*, Rio de Janeiro, 1828 (cf. Rodolfo Garcia, *ob. cit.*, 490). Sobre pseudônimos vide ainda, além das obras já citadas, as seguintes: E. Waller, "Les pseudonymes portugais et brésiliens", *Bulletin du Bibliophile Belge*, VI, 1871, 183-192; Diego Barros Araña, *Notas para una bibliografía de obras anonimas e seudonimas sobre la Historia, la Jeografía e la Literatura de America*, 1882; Carlos Sommervogel, S. J., *Dictionnaire des ouvrages anonymes et pseudonymes publiés par des religieux de la Compagnie de Jesus. Depuis sa fondation jusqu'à nos jours*. Paris, Librairie de la Société Bibliographique, 1884, 2 vols.; P. J. Eug. de Uriarte, *Catalogo Razonado de Obras Anonimas y Seudonimas de Autores de la Compañia de Jesus pertenecientes a la antigua Assistencia Española*. Con un apendice de otras de los mismos, dignas de especial estudio bibliografico (28 set. 1540-16 de ag. de 1773). Madrid, Estab. Tip. "Sucesores de Rivadeneyra" 1904-1906, 3 tomos.

A crítica de atribuição na historiografia brasileira

Na história geral ou na história literária são conhecidos, entre outros casos de crítica de atribuição, o da autoria do Quarto Evangelho, que até hoje se discute se foi ou não escrito por São João, o da *Imitação de Cristo* ⁽⁸⁾, objeto de uma enorme controvérsia sobre a autoria ou não de Thomaz a Kempis, o das cartas de Junius, que

(8) Augustin de Backer, *Essai bibliographique sur le livre de Imitatione Christi*, Liège, L. Grandmont, Dondeos, 1864.

têm sido atribuídas a mais de 64 diferentes autores, e do *Federalist*, atribuído a Hamilton, Madison e John Jay (9).

Passando aos exemplos da historiografia e da literatura brasileira, de que especialmente nos ocuparemos, notamos que um dos exemplos mais ilustrativos da prática da crítica histórica no Brasil é o da crítica de atribuição, que se inicia com Francisco Adolfo de Varnhagen, em suas *Reflexões críticas sobre o escrito do século XIV (sic) impresso com o título de "Notícia do Brasil"* (10). Essa obra marca uma época na historiografia brasileira. Com ela não é só a crítica de atribuição que nasce, mas também, pode-se dizer, a prática das regras da crítica histórica em geral, da crítica de documentos e da crítica de textos. Só muito mais tarde Capistrano de Abreu e seus discípulos levarão ao extremo rigor as regras e os princípios iniciados por Varnhagen na historiografia brasileira.

Publicada a "Notícia do Brasil" na edição da Academia de Ciências de Lisboa sem nome de autor e com um texto viciado no título, na idade e ainda mais na doutrina, como diria Varnhagen, provocou-se enorme exame sobre o verdadeiro nome do autor. Coube a Varnhagen descobrir a autoria. Nas *Reflexões Críticas* êle explica o plano da descoberta. Diz que quando leu o Quinto dos *Diálogos de Vária História* de Pedro de Mariz, na segunda edição (11), verificou que ao falar na Terra de Santa Cruz,

(9) Vide a bibliografia sobre a autoria das cartas de Junius in *Cambridge History of English Literature*, 10:454 e segts.; C. W. Everett, *The Letters of Junius*, London, 1927. As cartas de Junius foram exemplares clássicos da eloquência constitucional. Cf. Rui Barbosa, *Queda do Império, Obras Completas*, vol. XVI, 1889, t. 1, Rio de Janeiro, 1947, 93. Foram escritas ao *Public Advertiser* de Londres de 21 de janeiro de 1769 a 21 de janeiro de 1772. Sobre o *Federalist*, cf. Edward Gaylord Bourne, *Essays in historical criticism*, New York, Scribner, 1901, 113 e segts.

(10) Francisco Adolfo de Varnhagen, *Reflexões críticas sobre o escrito do século XIV (sic)*, impresso com o título de "Notícias do Brasil" no tomo 3.º da *Coleção de Not. Ultr. Acompanhadas de interessantes notícias bibliográficas e importantes investigações históricas*. Lisboa, Tip. da mesma Academia, 1839.

(11) Pedro de Mariz, *Diálogos de Vária História*. 1.ª ed., 1594; 2.ª ed., 1597; 3.ª ed., 1674. A 4.ª edição, a mais estimada, registrada por José Carlos Rodrigues, é de Lisboa, na Oficina de Manuel da Silva, 1749. Saíu uma nova edição aumentada, em 1806. São dois volumes.

Mariz reproduzia grande parte das idéias do impresso que lera nas *Memórias* da Academia, no que dizia respeito à exploração e demarcação primitiva da costa brasílica; e refere que continuando a leitura até a fôlha 340, da edição de 1597, deparou à margem com o nome Gabriel Soares de Sousa. Não o conhecendo, recorreu à *Biblioteca Lusitana* e lá viu descoberto, com provas autênticas, o verdadeiro autor de um livro que corria impresso.

Barbosa Machado registrava Gabriel Soares de Sousa como o autor de um livro com o título “Roteiro Geral, com largas informações de tôda a costa que pertence ao Estado do Brasil e descrição de muitos lugares dela e especialmente da Bahia de Todos os Santos”. O manuscrito se encontrava, então, na Biblioteca Real. O nome do autor, portanto, não se extraviara, mas se dissociara do título da obra, que se corrompera a tal ponto que ora era “Notícias do Brasil”, como na primeira edição da Academia das Ciências, ora “Roteiro Geral”, como registrara Barbosa Machado, ora “Descrição geográfica da América Portuguesa”, como registrara Aires de Casal. O manuscrito ficou assim anônimo e anônima saíu também a primeira edição, sendo que Aires de Casal, Martius e outros o iam quase fazendo passar por obra de um tal Francisco da Cunha (12).

Contra a argumentação de Varnhagen insurgiu-se Antônio Zeferino Cândido, que em seu livro *Brasil* (13) dedicou um capítulo inteiro à demonstração de que Gabriel Soares não era o autor do *Tratado descritivo*, título dado por Varnhagen à obra. Seus principais argumentos eram os de que Barbosa Machado, em quem se apoiara Varnhagen para afirmar a identidade de Gabriel Soares de Sousa, continha tantos erros que as suas palavras não inspiravam confiança. Além disso, que o próprio Varnhagen ora afirmava que nada sabia de Gabriel Soares,

(12) Gabriel Soares de Sousa, *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, S. Paulo, Cia. Editôra Nacional, 1938, 4.^a ed. (Brasiliana, v. 117), 437.

(13) Zeferino Cândido, *Brasil*, Rio de Janeiro, Impr. Nac., 1900. (4.^o Centenário do descobrimento do Brasil), cap. XII.

ora traçava a sua biografia completa, mostrando, assim, a pouca segurança de suas convicções. Que em 1837 Ferdinand Denis dissera que podia demonstrar que o *Tratado* tinha por autor Francisco da Cunha. O autor fala de si na primeira pessoa e de Gabriel Soares na terceira, mostrando tratar-se de pessoas diferentes. E, ainda mais, que certo episódio do *Tratado* não permitia que se aceitasse a data de 1584 fixada por Varnhagen para a composição do livro.

A essa argumentação Capistrano de Abreu respondeu escrevendo que antes de Barbosa Machado já Pedro Mariz havia citado e extratado o livro de Gabriel Soares e que o editor de Pinello havia assinalado sua existência na Biblioteca do Conde de Vimioso ⁽¹⁴⁾; que Varnhagen até 1858, na realidade, nada conhecia sobre Gabriel Soares de Sousa e só nesse ano foi que João Francisco Lisboa encontrou vários documentos na Torre do Tombo e comunicou-os a êle, Varnhagen, que logo os publicou ⁽¹⁵⁾. Assim, Zeferino Cândido considerara simultâneas duas publicações separadas por cêrca de vinte anos, as *Reflexões*, de 1839, e a comunicação de 1858. Ademais, se em 1837 Ferdinand Denis havia atribuído a autoria do *Tratado* a Francisco da Cunha ⁽¹⁶⁾, vinte e sete anos mais tarde, em sua edição da *Viagem* de Ives d'Evreux escreveu sobre o mesmo o seguinte: "il est reconnue

(14) Antonio Leon Pinello, *Epitome de la Biblioteca Oriental y Occidental; nautica y geografica*, 1.^a ed., Madrid, 1629. A 2.^a ed. de Madrid, 1737-38, é muito mais completa que a primeira e foi feita por Andr. Gons. de Barcia.

(15) F. A. Varnhagen, "Gabriel Soares de Sousa, Memória", *RIHGB*, t. 21, 455-68.

(16) Ferdinand Denis, *Brésil*, Paris, Firmin Didot, 1837, 11, 1.^a col., nota XXX. Melo Morais ainda em 1867 também acreditava na autoria de Francisco da Cunha (*Brasil Histórico*, 2.^a série, 2.^o tomo, 1867, 16). Recentemente, a opinião de Zeferino Cândido encontrou apoio em Teodoro Sampaio e Basílio Magalhães. Este declara ter ouvido daquele o parecer, no qual também acreditava, que o *Tratado* fôsse uma espécie de relatório geral da colônia luso-americana, mandado fazer pelo govêrno de Filipe II, logo depois da junção dos dois países e que nada obstava que Gabriel Soares de Sousa tenha sido um dos autores, ou talvez o relator (Basílio Magalhães, *A expansão geográfica do Brasil colonial*, São Paulo, Cia. Editôra Nacional, 1935, 2.^a ed., 45, n. 30).

aujourd'hui que ce livre si remarquable composé en 1587 par Gabriel Soares..." (17) E quanto ao fato do autor falar dêle próprio na primeira e na terceira pessoas não tinha isso a menor significação, e Capistrano de Abreu citava o exemplo de Berredo. Muitos outros poderiam ser citados. Por outro lado, dizia, é impossível evitar-se interpolações em manuscritos. Pelo contrário, era de se admirar que o *Tratado* tivesse tão poucas. A edição castigada de Varnhagen evitara-as o mais que pudera. Quanto à data, 1584 ou 1587, já nos referimos a ela em capítulo anterior.

Assim, por diligência e capacidade crítica de Varnhagen, restituiu-se o nome do autor a um dos livros mais importantes da historiografia brasileira do século XVI.

"Relação do piloto anônimo"

Um dos documentos mais importantes para a história do descobrimento do Brasil, cuja autoria até hoje se discute, é a chamada "Relação do piloto anônimo", publicada pela primeira vez em 1507 no livro extremamente raro de Fracanzio de Montalboddo *Paesi nouamente retrouati* (18). Foi essa relação traduzida para o latim e

(17) Ives d'Evreux, *Voyage dans le nord du Brésil fait durant les années 1613 et 1614 par le père Ives D'Evreux*, Leipzig & Paris, 1864, 418, ed. de Ferdinand Denis.

(18) Fracanzio de Montalboddo, *Paesi nouamente retrouati. Et Nouo Mondo da Alberico Vesputio Florentino intitulado*. Stampato in Vicentia en la imprensa de Mgto Henrico Vicentino, (1507). É registrado por José Carlos Rodrigues, em sua *Biblioteca Brasiliense* (Rio de Janeiro, 1907), o qual dizia ser, na época, o seu exemplar o único da América do Sul, existindo apenas cinco exemplares nos Estados Unidos. O sucesso alcançado pelos *Paesi*, primeiro livro em que aparece descrito o descobrimento do Brasil, deduz-se das reimpressões do livro em 1508-1512, 1519, e em Veneza, 1517 e 1552. Em 1508 foram traduzidos para o latim por Archangelo Madrignano sob o título de *Itinerarium Portucalense* e para o alemão por Jobst Ruchamer sob o título *Neue unbekannthe Landte*. Foram traduzidos em 1515 para o francês por Redover e reimpressos em França em 1516, 1521, 1528. Em 1532 saiu nova edição latina, feita por Simão Gryoeus, Paris e Basileia, sob o título *Novus orbis regionum ac insularum veteribus incognitarum*. A edição mais completa é a de Basileia, apud I. O. Hervagium, 1585.

depois retraduzida para o italiano na coleção de viagens de M. Giovanni Ramusio ⁽¹⁹⁾. Sob a base dessa retradução de Ramusio é que foi feita a tradução portuguêsã publicada, em 1812, pela Academia das Ciências de Lisboa. Como Ramusio havia chamado essa narração de “Relação anônima de um pilôto português da esquadra de Cabral”, foi sob êsse título que ela penetrou na historiografia luso-brasileira. O editor em língua portuguêsã foi Sebastião de Mendo Trigo, que admitiu a autoria portuguêsã da narrativa e a perda do texto original, citando as várias edições latinas e a nova edição de Ramusio, e monstrando-se, assim, desconhecedor da primeira edição feita por Montalboddo ⁽²⁰⁾.

Coube, entretanto, a Guglielmo Berchet explicar, com rigorosa citação documental, a origem dessa primeira narrativa do descobrimento do Brasil inserta na coleção Montalboddo. Não havia, como supôs o editor da Academia das Ciências de Lisboa, um original português, nem houve pilôto da esquadra de Cabral que pudesse ser considerado o autor dessa Relação. A verdade é que um historiador de Veneza, Domenico Malipiero, que se interessava vivamente por documentos relativos às navegações e descobertas portuguêsãs e espanholas, havia pedido a um ex-secretário, Angelo Trevisan, que então funcionava junto à Embaixada Veneziana em Lisboa, que lhe obtivesse notícias dessas navegações. Trevisan, por sua vez, pediu a Giovanni Mattheo Crético, núncio em Lisboa, que lhe escrevesse uma relação sôbre a viagem do descobrimento feita por Pedro Álvares Cabral ⁽²¹⁾. Pela correspondência

(19) Tradução latina da obra referida na nota anterior foi publicada sob o título *Petri Alvaris Navigatio, et epistolarum quorundam mercatorum opusculum*. Do texto latino foi feita a retradução para o italiano, impressa na coleção de M. Giovanni Ramusio, *Delle navigazioni et viaggi*, 1.º vol. 2.ª ed., In Venetia, nella stamperia de Givnti, L'Anno MDLIII (1554).

(20) “Relação anônima de um pilôto português da esquadra de Cabral”, *Coleção de Notícias para a História e Geografia das Nações Ultramarinas*, Publicada pela Academia Real das Ciências, Lisboa, 1812, t. 2, n. 3, 107-139.

(21) Guglielmo Berchet, “Fonti italiane per la storia della scoperta del Nuovo Mondo”, in *Raccolta di documenti e studi pubblicati dalla R. Commissione Colombiana pel Quarto Centenario della scoperta dell'America*. Roma, 1892, vol. 1, parte III, 83, 87.

trocada entre Trevisan e Malipiero verificou-se que Crético havia feito uma “opereta” ou composto um “tractato” que, remetido pelo primeiro a Malipiero, foi mais tarde publicado por Montalboddo.

Afirmam alguns historiadores e bibliógrafos, e entre estes José Carlos Rodrigues, que a “Relação” teve por base a Carta de Pedro Vaz de Caminha e alguns documentos oficiais (22). No entanto, o historiador português Malheiro Dias (23) diz que o erro de data que se encontra em Crético, quando datou a descoberta de 24 de abril, ao invés de 22, parece uma séria objeção à conjectura do uso de fontes oficiais na composição da “Relação”. Lembra, ainda, que seria impossível com esses documentos narrar-se os posteriores sucessos da Índia, que constituem a quase totalidade da narrativa de Crético e, incontestavelmente, os de maior interesse para Veneza. O confronto do texto publicado por Montalboddo e da carta de Caminha invalida a hipótese de Crético ter calcado sua “Relação” nessa carta. Malheiro Dias diz que “são dois depoimentos distintos, de duas testemunhas presenciais de um mesmo acontecimento e mutuamente se confirmam”, embora mediem 310 anos entre a publicação da “Relação” e a da Carta de Caminha, na *Corografia Brasílica* (1817) de Aires de Casal.

Se Crético compôs ou apenas traduziu a “Relação” é um problema ainda não resolvido. A verdade é que na correspondência trocada entre Trevisan e Malipiero se dizia que o núncio Crético havia composto sobre a viagem de Calecut uma “opereta” ou “un tractato” (24). Sobre esse ponto hesita a maior parte dos historiadores. Na

(22) José Carlos Rodrigues, *Biblioteca Brasiliense*, Rio de Janeiro, Tip. do Jornal do Comércio, 1907, 434, e Tomás Oscar Marcondes de Sousa, *O descobrimento do Brasil*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1946, 166.

(23) Malheiro Dias, “A semana de Vera Cruz”, *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, Porto, Litografia Nacional, 1921-24, vol. 2, 111.

(24) A referência à “opereta” sobre a viagem de Calecut feita por Crético encontra-se na carta de Ângelo Trevisan di Bernardino, de 21 de agosto de 1501, dirigida a Dominico Malipiero, 47, das “*Fonti Italiane*”, já cit., parte III, vol. I, e a referência à opereta composta por Crético na carta do mesmo ao mesmo, de set. de 1501, 54, *ibidem*.

História da Colonização Portuguesa no Brasil se afirmou que deve ter sido provavelmente de um dos tripulantes do navio de que era armador Bartolomeu Marchione, regressado da Índia a Lisboa na véspera de São João, que Crético obteve a chamada “Relação do Pilôto Anônimo” (25). Não teria sido Crético, assim, o seu autor.

Marcondes de Sousa em obra recente, referindo-se exclusivamente aos documentos aqui citados, conclui de modo categórico: “Dêste modo, fica provado que o autor da narração da viagem de Cabral a Calecut, conhecida por “Relação do Pilôto Anônimo” foi Giovanni Mattheo Crético” (26).

Zeferino Cândido, que teve gôsto muito especial por êsses problemas de autenticidade e de autoria, fêz várias arguições de falsidade à “Relação do Pilôto Anônimo” (27). Entre os seus enganos, pode citar-se o de que acreditou ter sido a “Relação” publicada pela primeira vez em 1532, na Coleção Gryoeus, quando, como vimos, a primeira publicação remonta a 1507. Para provar a fraude, Zeferino Cândido utiliza-se dos têrmos com que aparecem, na tradução de Gryoeus, as referências ao Rei de Portugal que, segundo diz, nenhum português ousaria escrever (28).

As obras de Fernão Cardim

Dos trabalhos de Fernão Cardim, sòmente um, a *Narrativa Epistolar de uma viagem em missão jesuítica pela Bahia, Ilhéus, Pôrto Seguro, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Vicente etc., desde o ano de 1583 ao de 1590, indo por Visitador o Pe. Cristóvão de*

(25) *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, ob. cit., 2.º vol., 445.

(26) Marcondes de Sousa, *O descobrimento do Brasil*, São Paulo, Cia. Editôra Nacional, 1946, 166.

(27) Zeferino Cândido, *Brasil*, Rio de Janeiro, Impr. Nac., 1900, 241-248.

(28) Zeferino Cândido, ob. cit., cap. VIII.

Gouveia (29), publicada pela primeira vez por Varnhagen, tinha a autoria declarada. “Do princípio e origem dos índios do Brasil e de seus costumes, adorações e cerimônias” (30) e “Do clima e da terra do Brasil” só foram atribuídos a Cardim em 1881 e 1885, quando foram integralmente publicados por Capistrano de Abreu, que procedeu o seu texto de um estudo crítico, provando a autoria dos mesmos.

Os dois trabalhos acima referidos foram publicados juntos pela primeira vez na coleção de viagens de Samuel Purchas (31), sob o título “A treatise of Brazil written by a Portugall who had long lived there”. Purchas atribuiu o opúsculo ao irmão Manuel Tristão, enfermeiro do Colégio dos Jesuítas na Bahia, fundando-se na circunstância do livro trazer, no fim, algumas receitas medicinais e ter, em uma parte, escrito o seu nome.

Coube a Capistrano de Abreu demonstrar que essa opinião era insustentável. Prefaciando o “Do princípio e origem dos índios” (1881), dizia êle que o fato dum manuscrito trazer um nome, sem outra qualquer declaração, provará, quando muito, que assim se chamava o dono do códice. Um irmão, na Companhia de Jesus, era um simples rapaz que começava e não tinha nem podia ter a madureza de espírito e os conhecimentos que na obra se revelavam a cada passo — o homem feito, que apesar de inato para a carreira das letras, possuía outras qualidades que poderiam ser úteis à poderosa Companhia de Jesus. Tais dúvidas cresceram, prosseguê, à medida que foi

(29) Fernão Cardim, *Narrativa epistolar de uma viagem em missão jesuítica pela Bahia, Ilhéus, Pôrto Seguro, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Vicente etc., desde o ano de 1583 ao de 1590, indo por Visitador o Pe. Cristóvão de Gouveia*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1847.

(30) Fernão Cardim, “Do princípio e origem dos índios do Brasil e de seus costumes, adorações e cerimônias”, *Gazeta de Notícias*, 1881.

(31) Samuel Purchas, *Hakluytus posthumus or His Pilgrims*, Londres, 1625, 1289-1320, “A treatise of Brazil written by a Portugall who had long lived there”. Já em 1881, na carta ao Dr. Fernando Mendes de Almeida, Capistrano de Abreu atribuíra a Cardim a autoria “Do clima e da terra do Brasil”. Cf. *Rev. Mensal da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil*, t. 1, 1881, 153-54, reproduzida por J. A. Pinto do Carmo, *Bibliografia de Capistrano de Abreu*, Rio de Janeiro, Impr. Nac., 1943, 80-81.

conhecendo melhor o opúsculo. A cada passo encontrava frases e locuções familiares, a cada passo lhe parecia já ter lido antes algo que se assemelhava ao que estava lendo. Então veio-lhe ao espírito a pergunta: Quem sabe se em vez de Manuel Tristão não será Fernão Cardim o autor? Para chegar a uma solução, as provas intrínsecas eram, sem dúvida, valiosas, mas não bastavam. Era preciso recorrer, antes, às provas extrínsecas.

Eis como Capistrano de Abreu resolveu o problema: Purchas havia declarado que o manuscrito que reproduzira fôra tirado, em 1601, por Francis Cook, a um jesuíta que ia para o Brasil. Ora, exatamente nesse ano foi que o Padre Fernão Cardim, que voltava para o Brasil de uma viagem a Roma, foi aprisionado por corsários ingleses e levado para a Inglaterra. Pelo exame do texto se vê que o opúsculo foi escrito em 1584. Ora, nesse tempo Fernão Cardim estava no Brasil e, ainda mais, conforme se lê na *Narrativa Epistolar*, aqui chegou a 9 de maio de 1583. Não satisfeito com essa coincidência, que dava um fundamento sólido à sua hipótese, Capistrano resolveu fazer a comparação dos estilos, o contexto das opiniões e, assim, intercalou na introdução à edição integral “Do princípio e origem dos índios” por êle feita, trechos da *Narrativa Epistolar*, cuja autoria nunca fôra disputada, e trechos daquela obra. Dessa comparação concluiu, iniludivelmente, a identidade fundamental entre os dois trabalhos, notando apenas duas diferenças. A *Narrativa Epistolar* fôra escrita a um amigo e, assim, o autor nela deixou o seu estilo correr mais livremente, desenvolvendo certos pontos de sua preferência, referindo-se a objetos conhecidos pelo seu leitor. No opúsculo sôbre os índios foi mais conciso. Além disso, na primeira tratou Cardim dos índios apenas como um acidente da viagem, como adôrno de passagem, enquanto que no segundo êles são o objeto principal, sendo, portanto, os esclarecimentos mais condensados e encadeados uns aos outros. Dêste modo, provou Capistrano exuberantemente ser Fernão Cardim o autor do tratado “Do princípio e origem dos índios”.

Quanto ao “Do clima e terra do Brasil”, por êle publicado em 1885 ⁽³²⁾, não havia mais dúvida possível quanto à autoria, de vez que êle fôra publicado por Purchas juntamente com o *Tratado* e de vez que o conhecimento do Brasil e o estilo do autor eram iguais aos das duas outras obras. Aliás, Capistrano esclareceu, ainda, que do cotejo do texto de Purchas se verificava logo não se tratar de duas obras diversas, mas de capítulos de uma mesma obra, que estava sendo escrita em 1584 ⁽³³⁾. Não era nada banal existir em Évora, no idioma original, cópia do manuscrito extorquido pelo corsário Darmouth.

A Prosopopéia.

Outro exemplo dos mais ilustrativos da prática da crítica de atribuição no Brasil é o que se inicia com o estudo da *Prosopopéia*, atribuída errôneamente a Bento Teixeira Pinto. A êsse Bento Teixeira Pinto, Barbosa Machado atribuíra a autoria de três obras. A “Relação do Naufrágio da nau Santo Antônio”, 1565, a *Prosopopéia* (1601) e os *Diálogos das Grandezas do Brasil* (escritos em 1618).

Quanto à primeira, que corria com o nome de Bento Teixeira, Varnhagen aceitou, a princípio, que ela fôsse de autoria de um certo Antônio de Castro, mestre do Duque São Teodósio ⁽³⁴⁾. Em 1872, provou que ela fôra escrita por Afonso Luís e revista por Antônio de Castro ⁽³⁵⁾.

(32) “Do clima e da terra do Brasil”, *Revista da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Rio de Janeiro*, t. 3, jan. fev. de 1885, 1-36.

(33) Capistrano de Abreu, artigo publicado em *O Jornal* de 27 de jan. de 1925 e reimpresso nos *Ensaios e Estudos*, 2.^a série, Rio de Janeiro, Briguiet, 1932, Edição da Sociedade Capistrano de Abreu, 323. Foi também publicado em apenso à edição do *Tratado da terra e gente do Brasil*, Rio de Janeiro, J. Leite, 1925, e S. Paulo, Cia. Editôra Nacional, 1939, 365 e sgts.

(34) F. A. Varnhagen, *História Geral do Brasil*, 1.^a ed., 1857, 2.^o vol., 53.

(35) F. A. Varnhagen, carta de 6 de nov. de 1872, dirigida a Manuel Francisco Correia, publicada no *Dtário Oficial do Império do Brasil* e reimpressa por Alcides Bezerra nas *Publicações do Arquivo Nacional*, v. 26, 123-127.

Coube a Capistrano de Abreu demonstrar que o Bento Teixeira da *Prosopopéia* não podia realmente ter escrito a “Relação do Naufrágio” pela simples razão de que, muito novo, não poderia ter acompanhado Jorge de Albuquerque na tragédia marítima de 1565. Por conseguinte, o Bento Teixeira autor da *Prosopopéia* e o Bento Teixeira Pinto passageiro da nau Santo Antônio, diferiam completamente e eram irreduzíveis (36).

Elucidação valiosa da autoria da *Propopéia* coube a Rodolfo Garcia, ao mostrar que o Bento Teixeira, mestre de ensino e homem de cultura da época (37), não podia deixar de ser o autor do poema (38). Além das circunstâncias intrínsecas referentes à sua cultura, há ainda uma prova extrínseca que, diz Rodolfo Garcia, poderá convencer os espíritos nutantes. Era êle o único indivíduo que com o nome de Bento Teixeira vivia em Pernambuco nos fins do século XVI. Assim, enquanto não se provar a existência de um Bento Teixeira em Pernambuco e pernambucano, que vivesse ao mesmo tempo que o outro, natural do Pôrto, a êste assistem tôdas as possibilidades de ser o poeta da *Prosopopéia*. Além disso, para reforçar êsses argumentos, lembra que Manuel Botelho de Oliveira, formado em Coimbra, humanista e erudito, não iria atribuir-se, mais de um século depois da publicação da *Pro-*

(36) Capistrano de Abreu, “Diálogos das Grandezas do Brasil”, *Jornal do Comércio* de 24 de nov. de 1900 e 24 de set. de 1901, reproduzidos nos *Ensaio e Estudos*, Rio de Janeiro, Briguiet, 1931, 1.ª série, Publicações da Sociedade Capistrano de Abreu, 299 e sgts., especialmente 312. O segundo artigo foi também reproduzido na *RIAGP*, v. 11, 559-573.

(37) Rodolfo Garcia, Introdução à *Primeira Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil. Denúncias de Pernambuco, 1593-1595*. São Paulo, 1929, XXVI-XXIX e 161.

(38) Varnhagen aceitara a autoria de Bento Teixeira, que considerava pernambucano. *História Geral do Brasil*, 2.ª ed., 1877, 686-87. Há uma edição da *Prosopopéia* de 1601 da qual a Biblioteca Nacional possui um exemplar raríssimo no t. 1 do volume *Elogios Oratórios e Políticos* da Coleção Barbosa Machado. Uma reprodução fac-similar foi dirigida por B. F. Ramiz Galvão e feita pela Tip. do Imperial Instituto Artístico de 1873. A *RIAGP* publicou-a também numa edição dirigida por Pereira da Costa (vol. 6, n. 40, 131-55). A Academia Brasileira de Letras incluiu-a entre suas *Publicações*, com prefácio de Afrânio Peixoto, 1923.

sopopéia, a qualidade de primeiro poeta nascido no Brasil, se realmente o soubesse composto por patrício seu.

Na dedicatória da *Musa do Parnaso*, Botelho de Oliveira diz ser “o primeiro filho do Brasil que faça pública a suavidade do metro” (39). A naturalidade pernambucana e a primazia de poeta brasileiro atribuídas a Bento Teixeira, a que alguns ajuntam o sobrenome Pinto, como o Abade Barbosa Machado, Domingos Loreto Couto, Francisco Augusto Pereira da Costa, há muito parece destruída (40).

Arnold Wiznitzer aclarou com nova argumentação, baseada no próprio texto, a identidade do autor da *Prosopopéia*, com o marrano Bento Teixeira. Certas passagens do seu poema e principalmente a utilização do símbolo dos marranos portugueses, o pássaro Fênix, que se encontra estampado no fim do poema, revelam o marrano natural de Portugal, cuja biografia se encontrara desde 1901, antes de serem achados na Torre do Tombo os protocolos da visitação na Bahia e em Pernambuco, numa lista de processados da Santa Inquisição. Esta foi remetida por Alfredo Pons a Eduardo Prado, indo parar, depois da morte dêste, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (lata 352, mss. da Biblioteca Eduardo Prado, oferta de Eugênio Egas). Escapou à diligência de Rodolfo Garcia. Nela se diz: “Teixeira (Bento), cristão novo, mestre de gramática, viúvo, natural do Pôrto, residente na vila de Olinda. Prêso em 20 de agosto de 1595. Condenado a ir ao auto público da Fé, abjure seus erros heréticos. Ter cárcere a hábito penitencial perpétuo. Publicada a sentença no auto de 31 de Janeiro de 1599. Processo 5206.” (Caderno III, 427, da referida Lista).

(39) O argumento de Botelho de Oliveira foi lembrado por Afrânio Peixoto. Cf. prefácio à *Música do Parnaso, Ilha da Maré* de Manuel Botelho de Oliveira, publicada pela Academia Brasileira de Letras, 1929.

(40) A dedução de Rodolfo Garcia ainda presentemente não foi aceita por Artur Mota, que defende a opinião clássica de ser Bento Teixeira Pinto, pernambucano, o autor da *Prosopopéia*. *História da Literatura brasileira*, São Paulo, 1930, 1.º vol., 357-59. Vide também Rodolfo Garcia, “Bento Teixeira, Brasileiro ou Português?”, *Espelho*, jan. fev. 1937, 17-18.

Cristão novo judaizante, nascido e morto em Portugal, acrescenta Wiznitzer, viveu no Brasil entre 1570 e 1595 ⁽⁴¹⁾.

Diálogos das Grandezas do Brasil

Quanto aos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, mostrou Capistrano de Abreu em 1901 que o seu autor era Ambrósio Fernandes Brandão. Como já dissemos, atribuiu-se primeiramente a autoria a Bento Teixeira. Mas desde 1839 Varnhagen discordara dessa opinião e declarou, baseado no anotador de Pinelo, Barcia, que o autor seria um Brandão, cujo nome se transformara em Brandônio ⁽⁴²⁾. Criticado em 1851 por Joaquim Norberto de Sousa e Silva, por não ter aceito a atribuição de Bento Teixeira, feita por Barbosa Machado, Varnhagen reafirmou sua tese de que um Brandão deveria ser o autor ⁽⁴³⁾. Todavia, não estava êle inteiramente convencido, porque nem pesquisou quem seria êsse Brandão nem afirmou, na sua *História Geral*, a autoria dêste ⁽⁴⁴⁾.

A crítica de atribuição de Capistrano de Abreu foi feita sob a seguinte base: Os *Diálogos* são travados entre os interlocutores Alviano e Brandônio, o primeiro chegado há pouco à terra, ignorante e desafeiçoado de suas coisas, e o segundo conhecedor entusiasta do país, personagem real e, implicitamente, o autor da obra. Lembra Capistrano que os *Diálogos* foram compostos em 1618 e que

(41) Arnold Wiznitzer, "Bento Teixeira, autor da Prosopopéia", *Aonde Vamos?*, Semanário judaico independente do Brasil, Ano XII, n. 502, 29-1-1953, verso da capa e pág. 6.

(42) F. A. Varnhagen, *Reflexões Críticas*, *ob. cit.* na nota 11, observação F, 98-100. A obra de Antonio León Pinelo, *Epítome de la Biblioteca Oriental y Occidental, nautica y geografica*, Madrid, 1629, mereceu uma segunda edição, anotada por Barcia, Madrid, 1737-38. A referência de Pinelo se encontra no t. 2, 618 e a de Barcia, t. 3, 1714.

(43) Joaquim Norberto de Sousa e Silva, "Biografias de brasileiros distintos etc.", *RIHGB*, t. 13, 1851, 2.^a ed., 1872, 274-278, e Francisco Adolfo de Varnhagen, "Biografias de brasileiros distintos", *ibid.*, 204-405.

(44) F. A. Varnhagen, *História Geral do Brasil*, 1.^a ed., 1857, 53. Aí sua hesitação é enorme, enquanto na 2.^a ed., 1877, declara não constar de certo quem seja o autor (686).

Brandônio fornece de si próprio várias notícias, entre as quais a de que, em 1583, assistia em Pernambuco, encarregado dos dízimos do açúcar. Ao afastar Bento Teixeira da autoria dos *Diálogos*, Capistrano serviu-se de uma dedução que, mais tarde, veio a mostrar-se inteiramente errônea, quando declarou que o autor da *Prosopopéia* devia ter, em 1593, cêrca de vinte anos e que, por isso, não poderia, em 1583, ter exercido o espinhoso cargo de contratador dos dízimos do açúcar. Mais tarde provou-se, pelas *Denúncias de Pernambuco*, que nelas aparece Bento Teixeira como tendo 32 anos de idade, em 1594.

Apesar dêsse equívoco, foi realmente Capistrano quem estabeleceu definitivamente a autoria dos *Diálogos*, porque, afastando a possibilidade da autoria de Bento Teixeira e partindo da hipótese de que Brandônio deveria ser o autor, continuou suas pesquisas nesse sentido, lembrando, entre outros rastros, a anotação já referida de Barcia a Pinelo. Procurando entre os documentos contemporâneos, encontrou Capistrano vários Brandões, sendo que o que apresentava mais possibilidade, ou melhor, o único que tinha probabilidade a seu favor chamava-se Ambrósio Fernandes Brandão. E a seu respeito encontrou, na *História* de Frei Vicente do Salvador, e numa sesmaria publicada por Irineu Joffily, vários dados que bem podiam ser combinados com o do autor dos *Diálogos*.

A Rodolfo Garcia coube reforçar, com novos argumentos, a tese levantada por Capistrano de Abreu. Foi assim que baseado na *Primeira Visitação do Santo-Ofício às Partes do Brasil, Denúncias da Bahia* ⁽⁴⁵⁾, mostrou que Ambrósio Fernandes Brandão era, realmente, um dos feitores ou escrivão de Bento Dias Santiago, contratador dos dízimos, sendo o outro Nuno Álvares, incluído, também, na mesma Denúncia. Assim, se Ambrósio Fernandes Brandão é o interlocutor Brandônio, o outro, Alvia-no, pode bem ser Nuno Álvares ⁽⁴⁶⁾.

(45) *Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil. Denúncias da Bahia*, São Paulo, 1925, 518-520, nota de Rodolfo Garcia.

(46) Cf. Rodolfo Garcia, Aditamento in *Diálogos das Grandezas do Brasil*, ed. da Academia Brasileira de Letras, 1930, 21-22. Aceita a tese

Cultura e opulência do Brasil

Caso dos mais curiosos é o da autoria da *Cultura e Opulência do Brasil*, que se escondia sob o pseudônimo criptográfico de André João Antonil. Nada se sabia a seu respeito. Ele mesmo contribuíra para o mistério sobre sua pessoa ao anunciar, no proêmio, que se alguém quisesse conhecer o autor desse curioso e útil trabalho era ele um amigo do bem público, chamado o "Anônimo Toscano". As pesquisas em torno do autor demoraram longo tempo, de vez que os bibliógrafos portugueses, como Diogo Barbosa Machado e Inocêncio Francisco da Silva, e os bibliógrafos jesuítas, como Backer e Sommervogel, a ele não se haviam referido e sim a Antônio João Andreoni. Quem descobriu a autoria foi, ainda, Capistrano de Abreu, que publicou a descoberta em 1886 ⁽⁴⁷⁾. Ele próprio conta que estando um dia a trabalhar na Biblioteca Nacional associou de repente o nome de André João Antonil, autor da *Cultura e Opulência do Brasil*, ao de Antônio João Andreoni, registado nos dicionários Jesuítas. A verificação não deixava dúvida de que se tratava de um pseudônimo criptográfico. Andreoni estivera no Brasil exatamente no período em que Antonil escrevera a obra e era natural de Lucca, na Toscana, conforme declarara êste em seu proêmio. Esclarecida a autoria, foi a obra publicada no Rio de Janeiro em 1837, em Macau, na China, em 1898, e no ano seguinte reeditada na *Revista do Arquivo Público Mineiro* ⁽⁴⁸⁾.

Sobre a descoberta da autoria há um fato muito curioso e que merece ser mencionado. Em 1893, o Barão

de Capistrano de Abreu, foram novamente os *Diálogos* publicados em 1943, Rio de Janeiro, Edição Dois Mundos, sob a direção de Jaime Cortesão com o nome de Ambrósio Fernandes Brandão, como autor definitivamente aceito.

(47) Capistrano de Abreu, *Prólogo às Informações e Fragmentos históricos de Anchieta*, Rio de Janeiro, 1886.

(48) Antonil, *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*, Rio de Janeiro, 1837, Macau, 1898, *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1899, 396-557. Esta reprodução foi feita segundo a edição de 1837.

de Studart, numa carta a Capistrano de Abreu, desconhecendo naturalmente a descoberta já feita por êste em 1886, escrevia-lhe que bastava colocar os três nomes ao lado uns dos outros para se verificar que se tratava de criptonímia e que André João Antonil era Antônio João Andreoni. Essa carta revela que o Barão de Studart, desconhecendo a descoberta feita por Capistrano sete anos antes, chegara à mesma conclusão (49).

História do Brasil de John Armitage

Durante muito tempo desafiou a curiosidade dos eruditos a personalidade de John Armitage, cuja *História do Brasil* aparecera no Rio de Janeiro, em 1837. Logo que foi publicada a obra, houve quem não acreditasse sequer na existência de Armitage e supusesse tratar-se de um pseudônimo de Evaristo Ferreira da Veiga. Outros, ainda, acreditavam que Evaristo era o tradutor da obra de Armitage. Tal dúvida persistiu apesar de, por ocasião da saída do livro, o *Correio Oficial*, pela palavra de Januário da Cunha Barbosa, ter registrado a obra sem opor qualquer dúvida à autoria de Armitage (50).

Foi somente em 1862, passados 25 anos da publicação da obra, que Luís Francisco da Veiga entregou ao Instituto Histórico uma carta endereçada a Evaristo por Armitage, datada de 21 de setembro de 1836, na qual êste declarava expressamente ser de sua autoria a *História do Brasil* que então se estava a editar. No ofício dirigido ao Instituto Histórico, Luís Francisco da Veiga declarava que essa carta provava exuberantemente e firmava

(49) Barão de Studart, Carta a Capistrano de Abreu, de 26 de junho de 1893, *RIC*, t. 54, 68-69, reproduzida in *Correspondência de Capistrano de Abreu* (editada por José Honório Rodrigues, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1954-1956, 3 vols.; vol. 3, 146-148). A resposta de Capistrano de Abreu, de 18 de junho de 1893, conta a história da identificação, em 1886. Cf. *ibid.*, vol. 1, 142-146.

(50) Januário da Cunha Barbosa, Cf. *Correio Oficial*, vol. 1, n. 100, 9 de maio de 1837, 399-400.

de uma vez por tôdas a opinião até então controvertida de ser Armitage o verdadeiro autor da referida obra (51).

A verdade, porém, é que não se considerou a questão definitivamente resolvida. Tanto assim que quando da publicação da segunda edição da *História do Brasil*, em 1914, dirigida por Eugênio Egas, êste de novo duvidou da própria existência de John Armitage e para tirá-la a limpo decidiu dirigir-se ao jornal londrino *PC*, que respondia a consultas sôbre assuntos intelectuais. Dias depois êsse periódico dava uma notícia circunstanciada da vida de Armitage, ficando assim provado, sem contestação, sua existência real.

Contestava-se, porém, ainda, a autoria da tradução. Os que acreditavam na existência do autor inglês desde o aparecimento da obra atribuíam sua tradução a Evaristo Ferreira da Veiga e entre êstes cita-se Varnhagen, que na sua *História da Independência* sustentou essa opinião (52). Em contrário, Eugênio Egas argumentava que a vida política de Evaristo fôra por demais absorvente e que seus lazeres não lhe haviam permitido ocupações literárias. Admitia como boa hipótese levantada por Ramiz Galvão (53) de ser Joaquim Teixeira de Macedo o tradutor da obra.

O caso se encontra de todo resolvido, apesar das afirmações em contrário de Garcia Júnior, o anotador da terceira edição da *História do Brasil* de Armitage, que aceita Joaquim Teixeira de Macedo como o tradutor e cita em seu abono Velho Sobrinho e Argeu Guimarães (54). É de notar-se que nenhum dêsses autores apresenta no verbete respectivo dos seus dicionários qualquer resultado

(51) Luís Francisco da Veiga, carta publicada na *RIHGB*, v. 25, t. 25, 1862, 588 e 682.

(52) Francisco Adolfo Varnhagen, *História da Independência do Brasil*, Rio de Janeiro, 1938, Edição da *RIHGB*, v. 173, 27. As ocupações literárias não o impediram de versificar.

(53) Ramiz Galvão, nota aos ns. 5369-70 do *CEHB*.

(54) Velho Sobrinho, *Dicionário Biobibliográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1937-1940, 2 vols., e Argeu Guimarães, *Dicionário biobibliográfico brasileiro de diplomacia, política externa e direito internacional*, Rio de Janeiro, 1938.

de pesquisa que tornasse certa a suposição primeira levantada por Ramiz Galvão e aceita como boa por Egas.

Estudos sobre Caxias

Na historiografia brasileira tem se distinguido na crítica de atribuição Vilhena de Moraes, com seus estudos sobre Caxias. Extremamente dedicado não só à história como à historiografia relativa ao Duque de Caxias, Vilhena de Moraes tem procurado resolver vários enigmas bibliográficos. Sua primeira pesquisa nesse sentido foi a referente aos *Apontamentos para a história militar do Duque de Caxias*, de autoria de Eudoro Berlink.

Conta o atual diretor do Arquivo Nacional, que empreendendo, em 1924, uma viagem de estudo a Quissamã, localidade do Estado do Rio, encontrou entre os numerosos documentos guardados pelos descendentes de Caxias uma delgada brochura, envolta em meia fôlha de papel almaço, onde se liam os seguintes dizeres, lançados a lápis: “Biografia do Alencar”. Tratava-se de uma brochura de 112 páginas, incompleta, ainda por encadernar, sem capa nem frontispício, sem menção do nome do autor, editor, data ou local de impressão. Havia apenas, como única indicação, duas iniciais maiúsculas impressas como assinaturas indicativas do caderno. Essas iniciais eram as letras “H. P.” Convencido de que tais *Apontamentos* não eram de autoria de Alencar, Vilhena de Moraes iniciou uma série de pesquisas que resultaram na verdadeira identificação do autor, na restituição integral do texto e na sua edição completa (55).

Lendo, em 1929, um artigo sob o título de “Eudoro Berlink e um capítulo inédito de suas páginas de História Pátria” (56), composto de uma introdução inicial de Cas-

(55) Eudoro Berlink, *Apontamentos para a história militar do Duque de Caxias*, Rio de Janeiro, Livr. Briguiet, 1934.

(56) Cassius Berlink, “Eudoro Berlink e um capítulo inédito de suas páginas de História Pátria”, *Jornal do Comércio*, 25 de março de 1928.

sius Berlink, filho de Eudoro, e de um capítulo de uma biografia de Caxias que aí se dizia estar perdida, depois de ter sido impressa em parte, Vilhena de Moraes imediatamente se lembrou das duas iniciais "H. P." que constavam da brochura incompleta e que bem podiam representar o título abreviado das "Páginas de História Pátria". Feito o confronto dos dois textos, verificou de pronto a flagrante identidade ortográfica, ideológica e lingüística. Não restava dúvida de que Eudoro Berlink, o escritor rio-grandense era o autor dos *Apontamentos*. Prosseguindo em suas investigações, Vilhena de Moraes colheu uma série de documentos relativos a Berlink (57). Reunida a parte publicada no *Jornal do Comércio* com a brochura incompleta ficou a obra integrada e assim foi publicada por Vilhena de Moraes.

É preciso frisar, porém, que ainda nessa pesquisa de autoria tão bem realizada por Vilhena de Moraes, houve de início o dedo de Capistrano de Abreu. Foi êle, realmente, quem convenceu Cassius Berlink, depois de ler o caderno manuscrito, e achá-lo interessante, de fazê-lo publicar, mesmo incompleto, porque êste seria, talvez, o meio mais fácil de o reintegrar. E assim, em fevereiro de 1924, (n. 98) aquêle começou a publicar na *Revista do Brasil* as páginas incompletas da *História Pátria*, sob o título de "Uma biografia perdida de Caxias". (58)

Numa nota inicial, explicava Capistrano de Abreu que a obra começara a ser impressa na tipografia Laemmert, conforme fazia crer o contrato feito entre Eudoro Berlink e essa firma, que lhe fôra mostrado por Cassius Berlink, e perguntava: "Quem sabe se não aparecerão outros fragmentos dessa obra?" A *Revista* publicou, então,

(57) Os documentos relativos a Berlink colhidos por Vilhena de Moraes incluem o contrato da edição firmada por êle com E. I. H. Laemmert.

(58) A *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul* (I e II Trimestres, ano VIII, Pôrto Alegre, 1928, 165-198) republicou os quatro artigos.

mais quatro trechos, espaçadamente, nos números de maio, agosto e novembro de 1924 e fevereiro de 1925. Em 25 de março de 1928 e 8 de abril do mesmo ano, Cassius Berlink publicou no *Jornal do Comércio* os trechos referentes a Rosas e à campanha contra êle. Foram êsses fragmentos publicados no *Jornal do Comércio* que serviram de pista a Vilhena de Moraes para identificar a brochura incompleta.

Coube também a Vilhena de Moraes a decisão relativa à autoria das *Reflexões sôbre o generalato do Conde de Caxias*, depois de exaustivo estudo ⁽⁵⁹⁾. O autor foi Antônio Manuel Correia da Câmara. E ainda recentemente, numa conferência pronunciada no Instituto Histórico, em 13 de maio de 1947, sôbre a historiografia de Caxias, atribuiu a Manuel de Araújo Pôrto Alegre a biografia de Caxias que se encontra na obra de Sisson ⁽⁶⁰⁾.

Casos de autoria ainda discutidos

Assim como há casos de autoria definitivamente esclarecidos e resolvidos, outros há em que a questão continua aberta. É o que se dá, por exemplo, com o "Roteiro do Maranhão e Goiás pela Capitania do Piauí" publicado no *Patriota* e precedido de uma nota da redação onde se diz: "Esta excelente obra é uma das mais interessantes que têm chegado à nossa mão e se atribui a um grande literato, que a escreveu pelos fins do século passado." Documento importantíssimo para a história econômica do Maranhão e do Piauí, com excelentes reflexões

(59) Vilhena de Moraes, artigos relativos à autoria das "Reflexões sôbre o generalato do Conde de Caxias", *Jornal do Comércio*, 25 de agosto e 8 de setembro de 1946.

(60) Vilhena de Moraes, conferência pronunciada no Instituto Histórico, em 13 de maio de 1947. A base do argumento de que a biografia de Caxias encontrada na obra de Sisson é de Manuel de Araújo Pôrto Alegre foi o trecho da carta dêste, na qual dizia "depois que tive a honra de esboçar a vida de V. Exa".

de natureza geográfica e histórica, o “Roteiro” continua a ser uma obra anônima e o grande literato que a escreveu, conforme os dizeres da redação do *Patriota*, não foi ainda identificado (61).

Capistrano de Abreu, interessado em esclarecer o “mistério bibliográfico” (62) que envolvia o *Roteiro* — “um trabalho que é talvez o que de mais profundo e filosófico se escreveu em tempos coloniais a respeito de certos aspectos da nossa sociedade” —, escreve, em 1890, a Rio Branco, dizendo-lhe suspeitar ser João Pereira Caldas o autor (63); “mas para demonstrá-lo precisaria de ter alguns elementos para sua biografia, elementos de que não disponho”. Firme na suspeita, Capistrano escreve em 1901 a Guilherme Studart (64), perguntando-lhe se era muito longo um trabalho de João Pereira Caldas, advogando a união do Ceará ao Piauí e caso não o fôsse lhe mandasse cópia, pois “creio que Caldas é o autor de importante livro anônimo; talvez êste memorial ou coisa que o valha me ajude na identificação”. Um ano mais tarde, na falta da cópia que Studart não lhe enviara, Capistrano pede-lhe que publicasse na Revista do Instituto do Ceará o documento mencionado no Catálogo dos documentos do Barão. “Poderia servir para ver se é êle, como suponho, o autor do Itinerário do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí, impresso num dos últimos números da *Revista Trimensal* e no meu entender uma das coisas mais profundas que se escreveu sobre o Brasil colonial.” (65) Em 1907 (66) re-

(61) “Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí”, publicado no *Patriota*, vol. 3, 3 de março de 1827. Foi reproduzido na *RHGB*, t. 62, 1.ª parte, 1899, 60-61. Capistrano de Abreu utilizou-se do “Roteiro”, mas não apurou sua autoria. Cf. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Rio de Janeiro, Ed. da Sociedade Capistrano de Abreu, 1930, 99-100, e *Capítulos de História Colonial*, 4.ª ed. preparada por José Honório Rodrigues, Rio de Janeiro, Briguier, 1954, 219.

(62) *Correspondência de Capistrano de Abreu*, edição organizada por José Honório Rodrigues, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1954-1956, vol. 1, 174 (carta de 26 de abril de 1906 a Guilherme Studart).

(63) *Ibid.*, carta de 15 de julho de 1890, 132.

(64) *Ibid.*, carta de 18 de agosto de 1901, 150.

(65) *Ibid.*, carta de 19 de julho de 1902, 158.

(66) *Ibid.*, carta de 7 de janeiro de 1907, 178.

pete o pedido a Studart, sempre na suposição de que o documento sôbre a conveniência de unir Ceará e Piauí de João Pereira Caldas pudesse conduzi-lo, como no caso de Cardim, a solucionar a autoria do *Roteiro*. Mas o Barão nunca lhe forneceu cópia, privando-nos, assim, da possibilidade de elucidação de mais um caso de atribuição por quem melhor as soube resolver.

A Arte de Furtar

No campo da literatura luso-brasileira, afora a *Prosopopéia*, a que já nos referimos, duas obras têm provocado um enorme debate quanto à sua autoria. Tratam-se da *Arte de Furtar* e das *Cartas Chilenas*.

Quanto à *Arte de Furtar*, escrita em 1652 e publicada pela primeira vez em Lisboa, pelo editor J. B. Larzo, em 1744, é uma grande jóia do português castiço e um excelente depoimento dos costumes portugueses do século XVII. Relata ao vivo os grandes acontecimentos dos primeiros doze anos da Restauração portuguesa, versa matéria de govêrno, discute a administração pública portuguesa, denuncia a venalidade de altos funcionários, faz um retrato da vida pública, social e econômica de Portugal no século XVII. Acolhida sempre como um dos mais importantes documentos daquela época, atribuiu-se de início sua autoria ao Pe. Antônio Vieira. Posta em dúvida essa hipótese por Francisco José Freire, na Carta Apologética (67), iniciou-se o maior processo de crítica de atribuição que até hoje litiga na história literária.

São oito as autorias da *Arte de Furtar* que têm sido examinadas até hoje: Padre Antônio Vieira, João Pinto Ribeiro, Tomé Pinheiro da Veiga, Duarte Ribeiro de Macedo, Antônio da Silva e Sousa, Padre Manuel da Costa, D. Francisco Manuel de Melo e Antônio de Sousa de Macedo.

(67) *Carta Apologética em que se mostra que não é autor do livro "Arte de Furtar" o Padre Antônio Vieira*. Lisboa, 1746.

As três teses mais modernas que suplantam os estudos anteriores são os do Padre Francisco Rodrigues, atribuindo a obra ao Padre Manuel da Costa, a de Joaquim Ferreira atribuindo-a a Francisco Manuel de Melo e a de Afonso Pena Júnior, atribuindo-a a Antônio de Sousa de Macedo.

A tese do Padre Francisco Rodrigues foi apresentada em 1941. Ele se limitou a expor e transcrever um documento anônimo do Arquivo Romano da Companhia de Jesus, intitulado “*Historia et Acta*” (Luz. 55), no qual às fls. 240-243 se dizia “compoz o Padre Manuel da Costa hua *Arte de Furtar*”. Baseado neste documento, sem cuidadoso exame crítico, julgou Francisco Rodrigues que o caso estava resolvido (68). Na verdade, não produziu aquêles jesuíta trabalho de crítica atributiva, pois limitou-se a trazer à colação um documento, sem fazer a prova irrefragável da autoria do Padre Manuel da Costa para a *Arte de Furtar* que conhecemos. Ele acreditou pura e simplesmente no valor do documento. Em 1942, Joaquim Ferreira apresentou seu estudo sobre a autoria de Francisco Manuel de Melo (69). Sua tese esbarra em mais de uma impossibilidade séria, como lembra Afonso Pena Júnior. Em 1944, o Padre Francisco Rodrigues replicou a Joaquim Ferreira, exaltando o “seu” documento (70), que é anônimo e sem data.

O fato de ser o documento guardado no Arquivo Romano da Companhia de Jesus não lhe dá nenhum grau de autenticidade, pois o registro pelo arquivista ou pelo secretário do arquivo não autentica o documento, mas apenas lhe dá entrada (71). Sabemos que documentos espúrios conservam-se também em arquivos e bibliotecas e o registro não resolve nem a autenticidade nem o anonimato. E mesmo que a autoria do documento estivesse declarada, nem por isso estava assegurada a autenticidade

(68) Padre Francisco Rodrigues, *O autor da Arte de Furtar. Resolução de um antigo problema*. Pôrto, Livraria do Apostolado da Imprensa, 1941.

(69) Joaquim Ferreira, *D. Francisco Manuel de Melo escreveu o “Arte de Furtar”*. Coimbra, Separata de “O Instituto”, vol. 100.

(70) Padre Francisco Rodrigues, *O Padre Manuel da Costa autor da “Arte de Furtar”*, Pôrto, 1944.

(71) Padre Francisco Rodrigues, *ibid.*, 14.

e fidedignidade mas sim facilitada a averiguação da genuinidade ou falsidade, da veracidade ou infidedignidade.

É também neste novo opúsculo que o Padre Francisco Rodrigues tenta uma fraca crítica de atribuição, procurando identificar a *Arte de Furtar* composta pelo Padre Manuel da Costa com a *Arte de Furtar* publicada em 1743. Mostra que o documento se quadra perfeitamente com a pessoa e o tempo. A identificação com a pessoa do Padre Manuel da Costa, que é o mais importante, parece-nos o ponto mais fraco de sua crítica, pois não convence que ilustre desconhecido, autor das três cartas, bem escritas, mas sem gênio, transcritas na *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, pudesse ser responsável pela admirável *Arte de Furtar* (72).

A afirmação de Francisco Rodrigues de que analisa miudamente no primeiro opúsculo o texto da *Arte* — e que não o fêz nem nesse nem no segundo — e que concluíra a condição do autor das circunstâncias — entre outras do estilo, contradiz a sua censura aos processos de exame e comparação dos textos e estilos, considerados desacreditados (73). Se êstes processos são incapazes de resolver, porque apenas multiplicam os supostos autores, então por que apregoa que dêles se utilizou?

Como crítica de atribuição, o que fêz o Padre Francisco Rodrigues não passa de composição medíocre. Sua crença na força granítica daquela peça, anônima, sem data, incluída numa miscelânea, lembra-nos a velha fase da historiografia, quando se acreditava que o documento fôsse uma autoridade e não uma fonte de conhecimento, certo ou incerto, a ser revelado pela crítica inaugurada no século XIX.

Mas o ponto principal é que não se atendeu àquela regra de Mabillon, de que é necessário, primeiro que tudo, pesar atentamente os dotes do autor da atribuição, se é idôneo e sincero, porque êle é anônimo.

(72) Francisco Rodrigues, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, Pôrto, Livraria do Apostolado da Imprensa, 1944.

(73) Francisco Rodrigues, *O Padre Manuel da Costa*, ob. cit., 8, 9 e 17-18.

Afonso Pena Júnior escreveu dois esplêndidos capítulos de crítica aos opúsculos do Padre Francisco Rodrigues e é difícil depois dessa leitura ter-se confiança nas conclusões dêste (74).

A mais recente tese, apresentada inicialmente por Solidônio Leite (75), e magnificamente defendida num trabalho de crítica e erudição por Afonso Pena Júnior (76), é a da autoria de Antônio de Sousa de Macedo. Afonso Pena Júnior estuda as várias hipóteses de autoria e depois de evidenciar imenso esforço e cuidadoso desvêlo pelas regras da crítica histórica que nortearam sua obra, decide-se afinal pela de Sousa de Macedo. Para isso fez a comparação de textos dêste, de seus livros e sua correspondência com os textos da *Arte de Furtar*, examinou o texto da obra com vagares de erudito, contestou as falsas autorias, demorou-se na reconstituição do meio, da personalidade e ações do seu presumido autor, examinou suas idéias, seus sentimentos e sistema político. Evidenciou na análise do texto a inadmissibilidade dos chamados à autoria por vários outros escritores.

Entre as provas apresentadas por Afonso Pena Júnior, produtoras da certeza que se assenhoreou dêle e de seus leitores, algumas há que merecem ser apontadas. Assim, por exemplo, quando mostra, baseado em trechos da *Arte*, a intolerância, a exceção e a complacência do autor para com os Tribunais maiores, os casos referidos na *Arte* e julgados por Antônio de Sousa de Macedo como Ministro ou Conselheiro. Os três capítulos intitulados “O autor era um inimigo do Padrê Antônio Vieira”, “Um inimigo de Vieira por amor de Pernambuco” e “O Santo-Ofício e a isenção de seus confiscos” são de uma lógica irrepreensível e teòricamente decisivos.

(74) Afonso Pena Júnior, *A Arte de Furtar e seu autor*, Rio de Janeiro, Livr. José Olímpio, 1946, 1.º vol., cap. III e vol. 2.º, cap. XLVI.

(75) Solidônio Leite, *A Autoria da Arte de Furtar*, Rio de Janeiro, Jornal do Comércio, 1917.

(76) Afonso Pena Júnior, *A Arte de Furtar e seu autor*, Rio de Janeiro, Livr. José Olímpio, 1946, 2 vols.

O Padre Vieira defendeu, como estratagemas ou não, mas com veemência e paixão, a entrega de Pernambuco aos holandeses, para a composição das pazes de Portugal com a Holanda, sustentando ser preferível cortar uma parte pequena e corrupta a arriscar todo o corpo. Ora, se Vieira fôsse o autor da *Arte*, diz Afonso Pena Júnior, não escreveria aquela apóstrofe. “Não tendes que me vir aqui em conveniência de cortar um braço para não perdermos a cabeça.” Nem a escreveria também o Padre Manuel da Costa, pois um jesuíta é essencialmente um disciplinado, incapaz de atacar um companheiro de Ordem. Nem tampouco D. Francisco Manuel de Melo, devotado amigo de Vieira. Já o mesmo não se verificava com Antônio de Sousa de Macedo, que foi um dos chefes do movimento contrário à entrega de Pernambuco, conforme se evidencia, sobretudo, de trechos de sua correspondência com o Conde de Vidigueira, publicados por Afonso Pena Júnior, nos quais há até coincidências verbais com a *Arte*.

O argumento de peso e consideração é também o relativo à defesa do Santo-Ofício e o ataque ao Alvará de 6 de fevereiro de 1649, que isentava de seqüestro, confiscação e condenação as fazendas e bens dos homens de negócios (judeus), que se encontram na *Arte*, pois se não honram nem elevam a visão política de seu autor provam que nem Vieira nem o Padre Manuel da Costa poderiam tê-la escrito. Os jesuítas se incompatibilizaram com a Inquisição. Vieira foi por ela acusado e condenado e o Padre Manuel da Costa foi prefeito dos estudos em Évora, onde estêve acesa a batalha entre jesuítas e inquisidores. Além disso, o Alvará de 1649 é obra exclusiva da tenacidade de Vieira, que com êle inculiu no ânimo do Rei a esperança do regresso dos hebreus e o conseqüente incremento da riqueza nacional. Na colação de textos da *Arte* com textos de livros de Sousa de Macedo sôbre êsses pontos, Afonso Pena Júnior descobriu não só opiniões iguais às expostas na *Arte*, como, até, estilo semelhante.

Com o trabalho de Afonso Pena Júnior ficou, parece-nos, assentada, até prova em contrário, a autoria da *Arte de Furtar* (77).

Cartas Chilenas

Um dos debates mais prolongados no campo da crítica literária de atribuição no Brasil é o das *Cartas Chilenas*, ora atribuídas a Tomás Antônio Gonzaga, ora a Cláudio Manuel da Costa e ora, a Inácio José de Alvarenga Peixoto. Atribuíram as Cartas a Alvarenga, entre outros, Varnhagen, Ferdinand Denis, Camilo Castelo Branco, Teófilo Braga e Silvío Romero. Atribuíram-nas a Cláudio Manuel da Costa, entre outros, Varnhagen, em sua segunda fase, Lindolfo Gomes e Caio de Melo Franco. Com Gonzaga ficaram modernamente Alberto de Faria, Artur Mota, José Veríssimo, Manuel Bandeira (78) e Afonso Arinos de Melo Franco (79). Este, baseado em razões históricas e estilísticas, afirma que o verdadeiro autor é Gonzaga.

Apresentamos, a seguir, uma Lista de casos de críticas de atribuição, como elemento informativo e possibilitador de novos estudos.

LISTA DE CASOS DE CRÍTICA DE ATRIBUIÇÃO

1. Crônica do Condestabre de Portugal (1431?). Edição *princeps*, 1526, Lisboa, 1554; edição Mendes dos Remédios, Coimbra, 1911. Braamcamp Freire (Intr. Primeira Parte da *Crônica de Dom Joam*, 1915, V-LXX), F. M. Estêves Pereira ("A Crônica

(77) Vide sôbre o trabalho de Afonso Pena Júnior artigo mais desenvolvido de José Honório Rodrigues sob o título "A Arte de Furtar e seu autor", *O Jornal*, 9 de julho de 1946.

(78) *Revista do Brasil*, n. 22, 1-25. Cf. também "As Cartas Chilenas (Duas cartas de Rodrigues Lapa)", *Diário Carioca*, 21 de setembro de 1952. Rodrigues Lapa, com base estilística, apoia a tese Gonzaga.

(79) Afonso Arinos de Melo Franco, *Cartas Chilenas*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1940. Edição do Ministério da Educação e Saúde. As opiniões dos vários autores estão referidas nesta obra.

do Condestabre”, Boletim da Segunda Classe, vol. IX, 1915, 380-389), e Aubrey Bell (*A literatura portuguesa*, trad. do inglês de Agostinho Campos e J. G. de Barros e Cunha, Coimbra, 1931, 99-100, e *Fernão Lopes*, 2.^a ed., Lisboa, 1943, 47-49) sustentam a autoria de Fernão Lopes. Negam tal autoria Hernani Cidade (*Fernão Lopes É ou não autor da “Crônica do Condestabre”?*, Coimbra, 1931; *Lições de cultura e literatura portuguesas*, Coimbra, 1942, 2.^a ed., 46-63) e P. E. Russel (*As fontes de Fernão Lopes*, trad. de A. Gonçalves Rodrigues, Coimbra, s. d., 29-31). A argumentação do prof. Hernani Cidade, baseada não nas identidades entre a Crônica do Condestabre e as demais de Fernão Lopes, mas entre as diferenças e, sobretudo, as oposições, é extremamente persuasiva.

2. *Globus Mundi Declaratio*. Opúsculo publicado anonimamente em Strasburgo, 1509, onde pela primeira vez se empregou o nome América. Era atribuído erroneamente a Soritus Clareamus. Cf. Alexandre Humboldt, *Examen critique de l'histoire de la geographie du Nouveau Continent*, Paris, 1856, 1.^o t., XXII. Varnhagen escreveu, em 1872, ter grandes suspeitas de que o autor deste filhote fôsse Waldseemüller. Cf. Jo. Schöner e P. Apianus (Venewitz): *Influência de um e de outro e de vários de seus contemporâneos na adoção do nome América; e primeiros globos e primeiros mapas-mundi com este nome, etc.* Viena, 1872, 48-49 e *RIHGB*, t. 35, parte II, 1872.

3. Grande Carta sem nome do cartógrafo e sem data. Mss. em pergaminho. Da Biblioteca do Vaticano. O bibliotecário Giovanni Mercati admite como autor Battista Agnese. Rodolfo Garcia, à falta de elementos suficientes para decidir de plano dessa autoria, não vê também como impugná-la, tanto mais quanto a favorecem certas circunstâncias intrínsecas. Rodolfo Garcia, “Três mapas quinhentistas”, *RIHGB*, t. 87, vol. 141, 1922, 71-73.

4. “Sumário das Armadas que se fizeram e das guerras que se deram na conquista do Rio Paraíba”. Publicado pela primeira vez no *Iris*, Rio de Janeiro, vol. 1, 38 e segts. e depois na *RIHGB*, t. 36, vol. 46, 1873, 1-89. Varnhagen atribuiu a autoria ao Padre Jerônimo Machado, sem nenhuma explicação, e Antônio Henriques Leal, que copiou o original da Biblioteca Nacional de Lisboa e o ofereceu ao Instituto Histórico, para publicação, não entrou nessa averiguação. O documento ocupa-se dos acontecimentos cêrca de 1572 a 1585. Para Capistrano de Abreu, o autor tanto podia ser Jerônimo Machado, como o jesuíta Simão Tavares, pois ambos assistiram parte dos sucessos narrados. (*História do Brasil de Frei Vicente do Salvador*, São Paulo, Edições Melhoramentos, s. d., 137). Em 1925, Capistrano de Abreu falava somente em Jerônimo Machado (Vide “Fernão Cardim”, *O Jornal*, 27-1-1925, artigo reproduzido no *Tratado da Terra e da Gente do Brasil*, Rio

de Janeiro, J. Leite, 1925, e nos *Ensaio e Estudos*, 2.^a série, Rio de Janeiro, Livr. Briguiet, 1932, 329. Foi o Padre Serafim Leite (*História da Companhia de Jesus no Brasil*, Lisboa, 1938, t. 1, 500-501) quem fez realmente a crítica de atribuição, argumentando a favor do Padre Simão Travassos.

5. *Histoire véritable de ce qui s'est passé du nouveau entre les François et portugais en l'Isle de Maragnan au pays des Toupinambous*. Paris, Chez Nicolas Roussert, 1615. Reproduzido nos ABN, vol. 26, 1905, 321-327, e em Lyon, 1876.

Narra, do ponto de vista francês, o combate de Guaxinduba. É carta de um cirurgião francês a seu pai. Sabido que este se chamava Mons. de Lastre (Cf. Diogo Campos Moreno, "Jornada do Maranhão", nas *Memórias para o extinto Estado do Maranhão*, editadas por Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, 1874, 2.^o vol., 258), o Barão de Rio Branco atribuiu-lhe a autoria ("Esquisse de l'histoire du Brésil", *Le Brésil en 1889*, ed. por M. F. — J. de Santa-Anna Nery, Paris, Libr. Charles Delagrave, 1889, 118-119, e cf. também Capistrano de Abreu, *Prolegômenos à História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, São Paulo, Editora Melhoramentos, s. d., 430).

6. "Advies tot Aanbeveling van de Verovering van Brazilië door de West-Indische Compagnie. Uit het Archief van Hilten, 1622", *Kronijk van het Historische Genootschap te Utrecht*, 27, 1871, 228-256.

Os editôres da *Kronijk* atribuem a Willem Usselinx a autoria do folheto, com o que não concorda Franklin Jameson (*W. Usselinx*, N. York, Putnam's Sons, 1887, 76 nota 135). José Honório Rodrigues atribuiu-o a Jan Andries Moerbeek (*Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1949, n.^o 295).

7. *Vertooch aen de Hoog en Mogende Heeren Staten Generael der Vereenichde Nederlanden. Nopende de voorgaende ende tegenwoordighe Proceduren van Brasil*. Amsterdam, 1647. — Atribuído à influência de Francisco de Sousa Coutinho. (José Honório Rodrigues, *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1949, n.^o 626).

8. *Restauração de Portugal Prodigiosa*. Lisboa, Antônio Álvares, 1643. Publicada sob o pseudônimo de Gregório de Almeida, Ulyssiponense. Afonso Pena Júnior expõe e discute muito bem a questão da autoria atribuída por Antônio Vieira e João Soares de Brito ao Padre João de Vasconcelos e por Antônio de Sousa de Macedo ao Padre Manuel de Escovar. Barbosa Machado (*Biblioteca Lusitana*, t. 3, 249), atribuiu-a a Manuel Escovar, e Inocêncio (*Dic. Bibliogr. Port.*, t. 5, 411) considera J. de Vasconcelos como autor. Como lembra Afonso Pena Júnior,

a autoria não expunha a riscós, e sim recomendava o autor, e dois grandes escritores da época a reconheceram diferentemente; depois de cuidadoso exame, aceita como autor Manuel de Escovar. O Padre Francisco Rodrigues, sem explicação alguma, afirma que o pseudônimo Gregório de Almeida pertence ao Padre João de Vasconcelos. Vide Afonso Pena Júnior, *A Arte de Furtar e seu autor*, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1946, 1.º vol., 89-93, e Francisco Rodrigues, *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, Pôrto, 1944, t. 3, vol. 1, 93.

9. *Relacion de la victoria que los portugueses de Pernambuco alcançaron de los de la Compañia del Brasil en los Gare-rapes a 19 de Febrero de 1649*. Traducida del Aleman. Publicada em Viena de Áustria 1649. Reproduzida na *RIGHB*, t. 22, 1859, 331-337, e *ABN*, vol. 20, 1899, 153-57. Inocêncio Francisco da Silva atribuiu a autoria a D. Francisco Manuel de Melo, sem nenhuma justificativa. (*Dic. Bibliog. Port.*, t. 2, 3, 440). Os editôres pernambucanos da Quinta Epanafora Triunfante, publicada sob o título de *Restauração de Pernambuco* (Imprensa Oficial, 1944), ajuntaram esta Relação, que nenhum dos mais autorizados conhecedores de Francisco Manuel de Melo lhe atribui.

10. *Relação dos sucessos da Armada, que a Companhia Geral do Comércio expediu ao Estado do Brasil, o ano passado de que foi Capitão General o Conde de Castelmelhor*. Lisboa, Oficina Craesbeckiana, 1650. Reproduzida nos *ABN*, vol. 20, 1899, 158-65. — A opinião geral dos bibliógrafos é de que foi composta por Francisco Manuel de Melo (Cf. José Honório Rodrigues, *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1949, n.º 547). Rodolfo Garcia decidiu a questão transcrevendo uma carta de Francisco Manuel de Melo a certo ministro, na qual se liam estas palavras: “Prometi ao Conde quando foi, ser aqui o gazeteiro de seus sucessos. E assim, por cumprir minha palavra, como porque julgo êste muito digno de que divulgue com arte e precedência (que nem de todos fio), para animar aos amigos e confundir aos inimigos, digo a V. Mcê, que, não havendo inconveniente, gastarei meia noite em escrever uma *Relação* do que temos entendido, e que a êsse fim me ficam os papéis e outras cartas que tenho dos Officiais da Armada”. Rodolfo Garcia, Dom Francisco Manuel de Melo e o Brasil, in D. Francisco Manuel de Melo, *Ditos e Feitos de El Rei Dom João IV*, Rio de Janeiro, 1940, XXXIII.

11. *Razão da Guerra entre Portugal e as Províncias Unidas dos Países Baixos com as notícias da causa de que precedeu*. Lisboa, 1657. Jorge César Figanière, *Bibliografia Histórica Portuguesa*, Lisboa, 1850, Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico Português*, Lisboa, 1858-1923, José Honório Rodrigues,

Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil, Rio de Janeiro, Imp. Nac., 1949, n.º 662, e Afonso Pena Júnior, *A arte de Furtar e seu autor*, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1946, 1.º vol., 145, atribuem a Antônio de Sousa de Macedo a autoria do opúsculo.

12. *Relação Diária do Sítio e Tomada da forte praça do Recife, recuperação das capitânicas de Itamaracá, Paraíba, Rio Grande, Ceará e Ilha de Fernando de Noronha*, Lisboa, 1654. Barbosa Machado, *Biblioteca Lusitana*, Inocêncio, *Dic. Bib. Port.*, Figanière, *Bibliog. Hist.* e Ramiz Galvão, "Catálogo da Col. Barbosa Machado da Biblioteca Nacional", *ABN*, vol. 8, n. 1701, atribuem-nos a Antônio Barbosa Bacelar. Não aceitam esta atribuição Antônio Jansen do Paço, *ABN*, vol. 20, 207, e José Honório Rodrigues, *Historiografia e Bibliografia do domínio holandês no Brasil*, Rio de Janeiro, Impr. Nac., 1949, n. 662.

13. *Relacion verdadera de la recuperacion de Pernambuco, sitio de su Recife, entrega suya, i de las capitânicas de Itamaracá, Paraíba, Rio-Grande, Ciará e Isla de Fernando de Noronha etc.* Lisboa, 1654. Atribuída por Ramiz Galvão a João de Medeiros Correia ("Catálogo da Col. Barbosa Machado", *ABN*, vol. 8, n. 1700). Jansen do Paço nega com fortes fundamentos esta atribuição. (*ABN*, vol. 20, 210).

14. *Breve Relação dos últimos sucessos da Guerra do Brasil, restituição da cidade Maurícia, fortalezas do Recife de Pernambuco, e mais praças que os holandeses ocupavam naquele Estado*, Lisboa, 1654. Segundo J. C. Figanière, Inocêncio da Silva e Ramiz Galvão (*ABN*, vol. 8, n. 1703), seu autor é João Medeiros Correia.

15. *Sucesso della guerra de Portugueses levantados em Pernambuco contra Olandeses...* 1646. Atribuído por Inocêncio a Antônio Teles da Silva (*Dic. Bib. Port.*, t. 1, 280, n. 1571, e t. X, 317, n. 1), por evidente equívoco. Cf. A. Jansen do Paço, *ABN*, vol. 20, 151.

16. *L'Antimanifeste du Seigneur Fernando Telles de Faro Cy devant Ambassadeur extraordinaire de Portugal en Hollande: ou est descouvert la faulseté de pretextes de sa fuitê, par une lettre, qu'un gentilhomme Portugal, qui estait de ses amis, & de ses confidens luy escrit de la Haye à Bruxelles le 30 Juin 1659.*

D. Fernando Teles de Faro foi embaixador extraordinário entre fevereiro de 1658 e julho de 1659. Publicara um Manifesto explicando o abandono de seus deveres para com Portugal e sua adesão à Espanha. Aí acusava o embaixador francês de Thou (Vide José Honório Rodrigues, *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*, Rio de Janeiro, Impr. Nac., 1949, n. 660), a quem Tiele atribui a autoria do Antimanifeste (P. A. Tiele, *Bibliotheek van Nederlandsche Pamfletten*, Amsterdam, 1852-61, ns. 4722-4723).

17. Papel Político que a título de carta se mandou ao Conde de Castelo Melhor, sendo privado de D. Afonso VI. Mss. da Biblioteca Pública de Évora. Vide *Catálogo dos Mss. da Biblioteca Pública de Évora*, vol. 3, 244. Atribuíram-no a Antônio Vieira, os Padres Fr. Gabriel da Purificação e Frei Francisco do Santíssimo Sacramento. Afonso Pena Júnior encontrou em Barbosa Machado a atribuição a Antônio de Sousa de Macedo e a considera como a única bem fundada e verdadeira. *A Arte de Furtar e seu autor*, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1946, 2.º vol. 664-683.

18. Antônio de Sousa de Macedo. *D. Afonso VI segundo um manuscrito da Biblioteca da Ajuda, sobre o seu reinado*, apresentado e publicado por Eduardo Brasão, Pôrto, Livraria Civilização, 1940. Afonso Pena Júnior escreveu uma excelente crítica a esta infundada atribuição. (*Crítica de atribuição de um manuscrito da Biblioteca da Ajuda*, Rio de Janeiro, Impr. Nac., 1943). Depois de mostrar que Antônio de Sousa de Macedo não poderia ter escrito tal papel, concluiu, pelo exame interno do manuscrito, que: a) o autor pertencia ao grupo familiar e político do Conde de Vila Flor, esposando aberta e ardentemente sua causa; b) pertencia à família Severim, aparentada duplamente com o Conde; c) e na família Severim deveria ser de autoria de Gaspar de Faria Severim ou de seu filho Pedro Severim de Noronha. Verificou então que Pedro Severim de Noronha escrevera umas Memórias particulares e importantes do princípio de Reinado del Rei D. Afonso VI. Depois de publicado o folheto acima mencionado, Afonso Pena Júnior encontrou na *Coleção de Documentos e Memórias da Academia Real da História de Lisboa* a notícia da memória "D. Afonso VI", escrita por Pedro Severim de Noronha. Cf. *A Arte de Furtar e seu autor*, Rio de Janeiro, Livr. José Olímpio, 1946, 2.º vol., 708-710.

19. Sobre o erro de atribuição de autoria da tradução alemã da obra de Arnoldus Montanus (1573), vide Alfredo de Carvalho, Dapper e Montanus, *Controvérsia bibliográfica*, *RIACP*, v. 14, 1909, 349-370, e José Honório Rodrigues, *Historiografia e Bibliografia do Domínio Holandês no Brasil*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1949, 86-47 e 456.

20. Narração da viagem e descobrimento que fez o sargento mor Francisco de Melo Palheta no Rio da Madeira e seus vertentes... desde 11 de novembro de 1722 até 12 de setembro de 1723 (Registrados sob o n. 19.621 no *CEHB* e publicado por Capistrano de Abreu in *Gazeta Literaria*, 11 de outubro e 24 de novembro de 1884, 372-376 e 387-391. Capistrano de Abreu escreve, em nota preliminar: "Quem o escreveu não o declara a cópia e não é fácil concluir do contexto. É porém, evidente que era pessoa de poucas habilitações literárias, pois são muitos os erros e a ortografia é extraordinariamente caprichosa."

21. *Dedução Cronológica e analítica*. Dada à luz pelo doutor Joseph de Seabra da Silva... Lisboa, Miguel Manescal da Costa (etc.), 1767-1768. Essa obra, em que se compendiam tôdas as acusações que ultimamente se faziam contra os jesuítas e se expõe sua ação no país, foi de autoria do próprio Sebastião José de Carvalho, Marquês de Pombal e ministro e secretário de Estado, com a ajuda de colaboradores, e não de José de Seabra e Silva. Cf. João Lúcio de Azevedo, *O Marquês de Pombal e a sua época*, 2.^a ed., Rio de Janeiro, 1922, 290-291.

22. Descrição geográfica abreviada da Capitania do Ceará pelo Coronel de Engenheiros Antônio José da Silva Paulet, (1816), *RIHGB*, t. 60, 1897, vol. 95, 75; e *RIC* t. XII, 1898, 5-31. Afirmava Guilherme Studart em nota final (31-33) ter certeza de que a obra não é do Engenheiro Paulet e sim do ouvidor J. A. Rodrigues de Carvalho, sem aduzir argumentação ou provas convincentes.

23. "Narração histórica da entrada pública da Sereníssima Senhora Princesa Real na Côrte do Rio de Janeiro, no dia 6 de novembro do ano de 1817", Manuscrito que pertenceu a S. M. o Imperador e que é atribuído, no *CEHB* (n. 6658) ao Padre Joaquim Dâmaso.

24. Memórias para servir à História até o ano de 1817 e breve notícia estatística da Capitania do Espírito Santo, porção integrante do Reino do Brasil (1816-1818), *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, n. 7, março 1934, 97-127. O documento fôra anteriormente publicado pela *RIHGB*, t. 19, 1856, 161-184, seguido de várias Notas, apontamentos e informações (184-335) e assinado por Francisco Alberto Rubim, governador da cidade. O manuscrito do Instituto fôra oferecido por José Joaquim Machado de Oliveira; e o que serviu à edição da Revista do Instituto do Espírito Santo fôra copiado do opúsculo de 1840. A parte "Breve Estatística" (*RIHGES*, 109-127, e *RIHGB*, 170-184) foi também impressa nas *Publicações do Arquivo Nacional* (v. XIII, 1913, 95-110), segundo original do Arquivo. Declara o editor, Elpídio Pimentel (*RIHGES*, ob. cit., 269-270), que não se conhece o autor, pois Francisco Alberto Rubim apenas remeteu em ofício de 25 de junho de 1816 ao Conde da Barca as Memórias, que haviam sido preparadas por Um Capixaba, conforme se verifica pela edição em livro de 1840. A Breve Estatística foi escrita em 1816 e nesse ano entregue ao Conde da Barca; as Memórias (opúsculo), em 1818. José Teixeira de Oliveira (*História do Estado do Espírito Santo*, Rio de Janeiro 1951), não suspeitou do problema, nem da identidade dos dois trabalhos, atribuindo-os separadamente a Francisco A. Rubim. Na verdade, a publicação, vinte e quatro anos depois (1840) sob o pseudônimo Um Capixaba revela que não era da lavra de Rubim. De quem será?

25. *Reflexões imparciais sôbre as causas da detenção do ill. e exc. . . D. Marcos de Noronha, sétimo conde dos Arcos.* Lisboa, na Tip Maigrense, 1821. São atribuídas no *CHEB* (n. 6819) a José Agostinho de Macedo.

26 e 27. *Manifesto de S.A.R. o príncipe regente constitucional e defensor perpétuo do Reino do Brasil aos povos dêste Reino.* Rio de Janeiro, na Imprensa Nacional, (1822), fol., 2 f. *CEHB*, n. 6979). *Manifesto do Príncipe Regente do Brasil aos governos e nações amigas* (de 6 de agosto de 1822). Rio de Janeiro, Imprensa Nacional (1822). fol., 8 (*CEHB*, n. 6981, trad. fr., n. 6982).

A autoria do primeiro foi atribuída a Gonsalves Lêdo por Varnhagen (*História da Independência do Brasil*, Rio de Janeiro, 1938, 2.^a ed. vol. 173 da *RIHGB*, 192), Barão do Rio Branco (*Efemérides Brasileiras*, Rio de Janeiro, 1946, Ed. do Minst. das Relações Exteriores, 356) e Oliveira Lima (*O movimento da Independência*, São Paulo, Comp. Melhoramentos, s. d., 300). Afasta-se dêste pensamento o Barão de Mareschal ("Correspondência do Barão Wenzel de Mareschall", *RIHGB*, t. 80, vol. 134, 1917, 89-92), que o atribui a José Bonifácio. Rodolfo Garcia anota que o Imperador D. Pedro II possuía o original do punho do patriarca e que foi analisado com a acrimônia na Bahia e em Portugal ("Catálogo dos Livros, folhetos, documentos, retratos etc.", *RIHGB*, t. esp. 1922, 477 e ns. 6981 e 6983 do *CEHB*). Aurelino Leal, que escreveu especialmente sôbre o Manifesto, examinou a questão detidamente, limitando-se a compendiar as opiniões impressas ("Centenário do Manifesto de D. Pedro (1 de agosto de 1922)", *RIHGB*, t. esp. 1922, 254). O opúsculo *Análise do Manifesto escrito em 1822*, por A. L. de B. Ferreira Teixeira Girão, declara que José Bonifácio o compôs e o *CEHB*, n. 6893, decide a questão revelando que D. Pedro possuía o original. Esta tese foi seguida por Oliveira Lima (*O Movimento da Independência, ob. cit.*, 302). O estudo especial de Rodrigo Otávio sôbre êste Manifesto não acrescenta nada de novo. ("Centenário do Manifesto do Príncipe D. Pedro às Nações Amigas (6 de agosto de 1822)", t. esp. *RIHGB*, 1922, 272-73).

28. *Memórias econopolíticas (sic) sôbre a administração pública do Brasil etc.* Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1822. Varnhagen atribuiu-as a Antônio Rodrigues Chaves (*História Geral*, 2.^a ed., II, 1182), cujo nome certo é Antônio José Gonçalves Chaves, conforme correção feita pelo Padre J. B. Hafkemeyer, na reedição das *Memórias* ("Rev. do Inst. Hist. e Geog. do Rio Grande do Sul, II e III trimestres, ano II, 1922). Para essa correção concorreu

ã descoberta, por Aurélio Pôrto, de uma carta do capelão José Feliciano Rodrigues Prates, pedindo assinaturas para as obras que deveriam ser publicadas por seu amigo Antônio José Rodrigues, e lhe envia o prospecto pelo qual se vê a identidade das obras com as Memórias que, ao depois, se publicaram. Hafkemeyer biografa o autor e relembra que Chaves foi louvado por Saint-Hilaire.

29. *Memórias oferecidas à Nação Brasileira pelo Conselheiro Francisco Gomes da Silva*. Londres, L. Thompson, 1831, 165 p.

O exemplar da Biblioteca do Instituto Histórico pertenceu ao Conselheiro Antônio de Meneses Vasconcelos de Drummond que profusamente o anotou e em mais de uma nota Drummond atribuiu a autoria das *Memórias* de Gomes da Silva, o Chalaça, a Rodrigo da Fonseca Magalhães, que foi ministro de Estado em Portugal, famoso político e grande orador. Cf. Rodolfo Garcia, "Catálogo" cit., *RIHGB*, t. esp. 1922, 482.

30. *Heroicidade brasileira*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1822. fol. 2 fls. ins. — Saía anônima, mas é de José da Silva Lisboa, conforme verificou Vale Cabral no "Borrador para dívidas diversas" da Imprensa Nacional. Teve sua circulação proibida e por isso o único exemplar que se conhece pertence ao Instituto Histórico (Vale Cabral, *ABN*, 1881, n. 1000, e Rodolfo Garcia, "Catálogo" etc., *ob. cit.*, 488).

31. *Desfôrço patriótico contra o libelo português do Anônimo de Londres, inimigo da Independência do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, Tip. Nac., 1824, in fol. 19 p. É de José da Silva Lisboa, Cf. Rodolfo Garcia, "Catálogo" cit., 489.

32. *Desagravo do Arcipreste João Batista Gonçalves Campos contra José de Araújo Roza*. Rio de Janeiro, 1825, 9 p. — No exemplar do Instituto Histórico, Manuel Barata anotou ser seu autor o bacharel Miguel Joaquim de Cerqueira e Silva. Cf. Rodolfo Garcia, "Catálogo" cit., 493.

33. *O homem tal qual foi sempre ou o revolucionário confundido por um paraense honrado*. Rio de Janeiro, Impr. Tip. de Pedro Plancher, 1826, 10 p. No *CEHB* se diz que este escrito é contra José de Araújo Roza e do seu contexto verifica-se que é contra J. B. Gonçalves Campos. Manuel Barata diz que é resposta ao Desagravo acima referido. O autor é o Dr. João Cândido de Deus e Silva. Cf. Rodolfo Garcia, "Catálogo" cit., 493.

34. *Exposição breve de como foram no Pará fuzilados 5 Brasileiros e mortos 252 no porão do navio S. José Diligente na noite de 20 de outubro de 1823*. Rio de Janeiro, Tip. de Tórres, 1826. "É obra do cônego João Batista Gonçalves Campos contra

José de Araújo Rozo, John Paschoal Grenfel etc.". Cf. Rodolfo Garcia, "Catálogo" cit., 494.

35. *História dos acontecimentos políticos da Província do Grão Pará, desde que adotou o sistema da Independência até 5 de novembro de 1823*, (Rio de Janeiro), Tip. de Tôrres, 1824.

Blake dá como autor o cônego João Batista Gonçalves Campos. O verdadeiro autor é Filipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, segundo verificação de Manuel Barata em periódicos do tempo, publicados no Pará. E isso, diz Rodolfo Garcia, "bem se depreende, cotejando a redação e estilo desta *História* com os de verdadeira produção do cônego Batista, a quem indevidamente são ainda atribuídos outros escritos saídos da pena de Patroni, com referência aos sucessos políticos do Pará naquela época, e em defesa daquele. Patroni redigia para o cônego". Cf. Rodolfo Garcia, "Catálogo" cit., 494.

36. *Defesa de Felis Antônio Clemente Malcher, Tenente Coronel de Milícias do Pará, um dos presos remetidos daquela Província à Côte do Império*. Rio de Janeiro, Of. de Silvo Pôrto e Comp., 1824. "A autoria é atribuída a Filipe Alberto Patroni Martins Maciel Parente, assim o afirma Geraldo José de Abreu, na *Refutação analítica do infame escrito intitulado Defesa de Felis Antônio Clemente Malcher*. Maranhão, 1825, Nota de Manuel Barata". Cf. Rodolfo Garcia, "Catálogo" cit., 494.

37. *Ao Respeitável Público*. Artigo assinado por João Batista Gonçalves Campos e acompanhado de duas ordens imperiais desaprovando a conduta do ex-presidente do Pará José de Araújo Rozo. Rio de Janeiro, Tip. Tôrres, 1825. Manuel Barata anotou que, embora assinado por Gonçalves Campos, foi escrito por Filipe Alberto Patroni Maciel Parente, seu advogado, que se achava então no Rio de Janeiro, Cf. Rodolfo Garcia, "Catálogo" cit., 495.

38. *O Campeão Português em Lisboa derrubado por terra a golpes da verdade e da justiça, que o oferta, e dedica aos amantes do Novo Império Brasiliense*. Rio de Janeiro, Tip. de Tons., 1822. O autor é o Padre Luís Gonçalves dos Santos. Cf. Rodolfo Garcia, "Catálogo" cit., 495.

39. *Oitavas à memória da muito alta e muito poderosa Senhora Da. Maria Carolina Leopoldina Josefa, primeira Imperatriz do Brasil*. Cf. ded. cons. J. J. V. Rio de Janeiro, Impr. P. Plancher-Seignot, 1826. São de autoria de Jorge José Pinto Vedras, pintor e poeta natural do Rio de Janeiro, Cf. Rodolfo Garcia, "Catálogo" cit., 507.

40. "Hino Constitucional Brasiliense", composto por ocasião da Independência do Brasil, atribuído por José da Silva Lisboa a D. Pedro I. O Visconde de Cairu, em artigo sob o pseudônimo de "Jurista", para o *Diário do Rio de Janeiro*, de 10 de setembro

de 1833, declarou que D. Pedro compusera a letra e música do hino reproduzido por R. Walsh nas *Notices of Brazil* (Londres, 1830, 2 vols.). Evaristo da Veiga replicou reivindicando sua autoria na *Aurora Fluminense*, de 15 de setembro de 1833. A letra do hino foi publicada na *RIHGB*, t. 40, parte 1, 1877, 39-71. Vide Otávio Tarquínio de Sousa, *Evaristo da Veiga*. São Paulo, Cia. Editôra Nacional, 1939, 36. Os originais do hino conservam-se na Biblioteca Nacional e nas Poesias de Evaristo F. da Veiga, editadas pela Biblioteca Nacional, em 1915, êle é reproduzido (*ABN*, v. XXXIII, 105-106).

41. "Cartas Políticas de Américus" publicadas no *Padre Amaro*, jornal que se editava em Londres sob a direção de Joaquim Ferreira de Freitas (*CEHB*, n. 6917). Elas começaram a aparecer em setembro de 1824. Inocêncio atribuiu-as a Joaquim Ferreira de Moura (*Dic. Biobib. Port.*, IV, 78) ou ao Marquês de Abrantes, Miguel Calmon du Pin e Almeida. Américo Jacobina Lacombe impugnou, com bons fundamentos, ambas as suposições e sugere o nome do Marquês de Barbacena (Crítica a *O Marquês de Abrantes* de Pedro Calmon, *Literatura*, 5 de outubro de 1933). Pedro Calmon defende a tese do Marquês de Abrantes. Cf. "As Cartas de Américus e o enigma de sua Autoria" *Jornal do Comércio*, 19/10/52.

42. *Reflexões sobre a carta de lei de S. M. Fidelíssima O Senhor rei D. João IV, de 15 de novembro de 1825, e sobre os seus decretos de 15 e 19 do mesmo mês e ano*. Por Pedro Chapuis &. Rio de Janeiro, Tip. Nac., 1826. (*CEHB*, n. 7153). O sempre mal informado J. M. Pereira da Silva conta (*O Segundo Período do Reinado de D. Pedro I no Brasil. Narrativa Histórica*, Rio de Janeiro Garnier, 1871, 83-85) que nos princípios de 1826 se publicara no Rio de Janeiro êste folheto, sem apontar o nome do autor. A polícia iniciou uma busca rigorosa para descobrir o escritor e os manuscritos foram examinados por tabeliães sem que se descobrisse a pena que os traçara. Só 15 dias depois se soube que o autor do folheto fôra Pedro Chapuis. Ora, as *Reflexões* saíram com o nome do Autor e as respostas impressas que lhe deram referem-se ao seu nome (*CEHB*, ns. 7154-56). Não se compreende a história que conta Pereira da Silva. Será que êle nunca viu o opúsculo?

43. *Justa apreciação do predomínio praieiro ou história da dominação da Praia*. Pernambuco, na Tip. União, 1847. (*CEHB*, n. 7711). Joaquim Nabuco atribui a seu pai, Senador J. T. Nabuco de Araújo, a autoria. Êle era, então, redator da *Aurora*. (Joaquim Nabuco *Um estadista do Império*, Rio de Janeiro, Cia. Editôra Nacional, 2.^a ed., 1936, 27, nota 3).

44. *Reflexões às Cartas sobre a Confederação dos Tambois*, assinadas por "Ig." Artigos publicados no *Jornal do Comércio* em

defesa da Confederação do Equador, de D. J. G. de Magalhães. 1856, assinados por "outro Amigo do Poeta".

Manuel Barata afirmou, ao oferecer ao Instituto Histórico a carta autógrafa de D. Pedro II ao Visconde de Sapucaí, acêrca das cartas de "Ig" sôbre a Confederação dos Tamóios, que D. Pedro II era o autor dos artigos publicados no *Jornal do Comércio* em defesa do poema e do seu autor. José de Alencar, sob o pseudônimo de "Ig", criticara severamente a Confederação no *Diário do Rio de Janeiro*, em oito cartas, a última das quais datada de 15 de agôsto de 1856. O primeiro artigo saíu a 4 de agôsto e foi reproduzido a 6. O segundo a 11, o terceiro a 15, e o quarto a 21 do mesmo mês. Depois, em resposta a dois outros artigos de "Ig", publicados também no *Diário do Rio de Janeiro*, de 22 e 23 de agôsto, escreveu mais dois artigos, estampados a 23 e 24 de agôsto. A conclusão sôbre a autoria baseia-se nesta carta oferecida ao Instituto Histórico. O pseudônimo "Outro amigo do poeta" encontra sua justificativa no pseudônimo "O amigo do poeta", com que se ocultou Manuel Pôrto Alegre para defender Gonçalves Magalhães nos artigos que escreveu no *Correio da Tarde*, de 23 e 31 de julho de 1856. Cf. Manuel Barata, "Considerações acerca de uma carta de D. Pedro II ao marquês de Sapucaí, sôbre as cartas de Ig, na defesa da Confederação dos Tamóios (1905)," *RIHGB*, vol. 68, 2.^a parte, 628.

45. "Quem seria o autor da Biografia do Marquês do Paraná, publicada pelo *Jornal do Comércio* de 13 de setembro de 1856?" Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, em tese subordinada àquele título, depois de excluir vários nomes, aventa, com boas razões, estilísticas, ideológicas e circunstanciais, o nome de Justiniano José da Rocha. Não é caso decidido. O autor transcreve a Biografia, *Anais do Terceiro Congresso de História Nacional*, Rio de Janeiro, 1941, vol. 2, 539, t. esp. da *RIHGB*.

CAPÍTULO 13.

CRÍTICA DE TEXTOS E A EDIÇÃO DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS.

Estudadas a data e localização, a autenticidade e autoria das fontes, deve-se examinar a sua integridade, problema da chamada Crítica de Textos. Formula-se então a seguinte pergunta: “Está a fonte textualmente revestida da mesma forma por que saiu das mãos do autor?” Assim, a crítica de textos pode ser definida como o exercício capacitado e metódico da inteligência humana no estabelecimento dos textos. Entende-se por texto o documento escrito em linguagem mais ou menos conhecida do investigador e que se admite tenha forma e sentido que foram ou podem ser determinados. O objeto do crítico de textos é restaurá-los tanto quanto possível à sua forma original, ou seja à pretendida pelo seu autor (1).

A legitimidade e o caráter da edição crítica, ensina Alberto Chiari, se impõe como uma operação necessária à interpretação e reconstrução de um texto, segundo a vontade mais provável do autor (2). Não se trata, assim, de uma atividade mecânica, mas metódica, e por isso Chiari afirma que edição crítica quer dizer interpretação, pois o responsável pela edição deve saber que seu êxito depende do

(1) John Edwin Sandys, *A companion to Latin Studies*, Cambridge, 1943, 3.ª ed., 791.

(2) Alberto Chiari, “La edizione critica”, in *Tecnica e teoria letteraria*, Milão, 1948, 105-159. (Problemi ed Orientamenti Critici, A Momigliane, vol. II).

conhecimento que tiver da língua, da cultura, do pensamento e da arte do autor do texto; deve saber que não faz somente um trabalho de erudição, mas de reconstrução, no qual a lucidez do próprio pensamento e o refinamento do gosto são postos a serviço do pensamento e do gosto de outro (3).

Como ensina Bauer, para estabelecer o melhor texto é indispensável a colação e esta supõe três condições: 1) sólida prática paleográfica; 2) sólido conhecimento lingüístico; 3) conhecimento dos fatos (4). Só assim se pode estabelecer a conveniência, justeza e solidez do manuscrito.

De uma obra impressa ou manuscrita se pode fazer três espécies de edições: a mecânica, a diplomática e a crítica. A primeira é a reprodução material de um texto, obtida por meio mecânico, como a fotografia, a fototipia, etc. É de regra usada na reprodução de livros raros, gravuras, mapas. Nenhuma fotografia, por mais perfeita, pode dispensar o original, necessário, por vêzes, nas incertezas de uma leitura. A diplomática é a reprodução, por meio da imprensa, do texto contido, de ordinário, em qualquer manuscrito, com tôdas as características que o texto apresenta, de modo que o estudioso possa ter diante de si alguma coisa de semelhante a uma reprodução fotográfica. A edição diplomática exige completa e perfeita cópia do exemplar, na grafia, nas abreviaturas, nos nexos, em todos os sinais e características especiais; e, naturalmente, são conservados os erros. Quando as palavras são separadas (o que não se dá no manuscrito), as abreviaturas desdobradas, indicadas as omissões fáceis de corrigir-se e colocada a pontuação, essa edição pode chamar-se diplomática-interpretativa. Dêste modo, a edição mecânica é a reprodução material e a diplomática a decifração material do texto. Uma e outra têm por finalidade fornecer um cômodo meio de estudo. A segunda,

(3) *Ob. cit.*, 109.

(4) Wilhelm Bauer, *Introducción al estudio de la historia*, Barcelona, Bosch, 1944, 299.

,se perfeita, constitui um meio e uma ajuda para o estudioso que dela se serve, o qual é aliviado da fadiga ou da dificuldade material da leitura, restando-lhe apenas a fadiga ou a dificuldade de entender, corrigindo o que está errado, suprimindo o que falta, interpretando, em uma palavra, todos os passos do texto. A edição crítica é, na realidade, a reprodução mais correta possível de uma obra, na forma a mais fiel possível à vontade do autor, provida de tôda a informação que ponha o estudioso em condições de seguir e controlar o trabalho, feito pelo responsável pela edição, para apresentar o texto daquela forma (5).

A edição crítica compõe-se especialmente de dois processos: a recensão e a emenda.

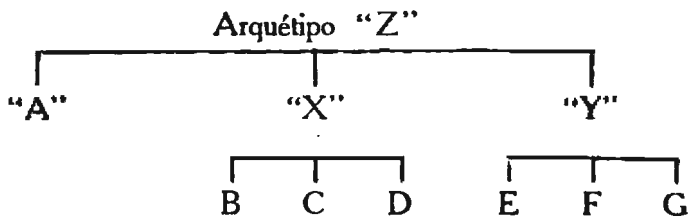
A recensão é a escolha de um documento mais digno de fé, sob base da comparação. Para tal escolha, o primeiro passo é determinar as relações entre as várias cópias acaso existentes do mesmo trabalho. A seguir, é necessário classificá-las de acôrdo com a idade. Se tôdas as cópias são datadas, é fácil verificar qual a mais antiga, que se presume sempre ser a mais valiosa, caso não concorram outros elementos para juízo diferente. Nos casos de documentos não datados, já vimos, pela crítica de datas e pela utilização da paleografia, como atribuir datas, para a verificação de qual é o mais antigo. Feito isso, é preciso determinar se o texto do manuscrito apresenta a mesma qualidade em tôda sua extensão e se se encontra tal como foi escrito originalmente, sem correções feitas por mãos estranhas.

Conforme o número de cópias, apresentam-se três problemas. Primeiro, quando existe somente uma cópia; segundo, quando em várias cópias existe uma tradição uniforme; terceiro, quando em várias cópias existem duas ou mais tradições que não se conciliam. O primeiro caso é o mais simples. No segundo, a recensão tem por fim analisar a relação dos manuscritos uns com os outros, de modo a verificar se êles são derivados de algum manus-

(5) Alberto Chiari, *ob. cit.*, 128-129. Seguimos, nestas definições, os conceitos do A.

critério anterior ou se não implicam a existência de algum arquétipo perdido. Como resultado dessa análise, traça-se, então, a verdadeira filiação do manuscrito.

Existem, naturalmente, regras para essa verificação genealógica ou para a determinação das famílias de manuscritos (6). Imaginemos, por exemplo, diz Sandys, que temos 7 códiços de um mesmo manuscrito, os quais denominaremos de *ABCDEFG*. Verificamos, então, que *A* fica de um lado, porque não apresenta grande semelhança com nenhum dos outros códiços, e que *BCD* ficam juntos e *EFG* também ficam noutro grupo, por apresentarem entre si muita semelhança, diferindo grandemente dos outros. Podemos expressar tal fato dizendo que *BCD* formam uma família, descendendo de um ancestral hipotético comum, que podemos chamar de *X̄*, e que *EFG* formam outra família, também descendendo de um ancestral hipotético que podemos chamar de *Y*. As cópias de *X*, que podem ser deduzidas pela comparação de *BCD*, serão de integridade maior e terão maior autoridade do que as cópias *BCD* tomadas separadamente. E do mesmo modo a cópia *Y*, em relação a *EFG*. Devemos, a seguir, comparar as cópias *X* e *Y* e depois estas com a cópia *A*, deduzindo, assim, uma cópia ancestral ainda mais remota, que chamaremos *Z*. Este *Z* será o arquétipo hipotético de todos os manuscritos ou *stemma codicum*, que poderá ser dado como se segue:



(6) A genealogia dos manuscritos foi iniciada por volta de 1840, por Immanuel Bekker (1785-1871) e Karl Lachmann (1793-1851). Bauer, *ob. cit.*, 301.

Se o trabalho tiver sido devidamente feito, o texto a que chegamos para *X* e *Y* será mais isento de erros de cópia que os textos *BCD* e *EFG*, e o texto *Z* mais isento de erros que qualquer dos manuscritos existentes (7).

No terceiro caso, quando em várias cópias existem duas ou mais tradições que não se conciliam, as divergências podem provir do próprio autor e serem devidas a diversas publicações de seu trabalho, ou podem ser devidas à recensão de um texto em vários períodos, depois da morte do autor ou à seleção de um corpo de cópias divergentes. Ou, ainda, à divergência na tradição não surge de qualquer revisão intencional do texto, mas representa a seleção de um texto de variantes preservadas no arquétipo. Fala-se, então, de cruzamento de manuscritos, a fim de conseguir, pela sua fusão ou entrelaçamento, um texto melhor, que se chamará de texto fundido (*conflated Mss.*)

O cruzamento implica a escolha e, em geral, a melhoria do texto, mas nem sempre podemos estar seguros de que isso acontece. Dependerá o resultado final do conhecimento e julgamento da pessoa que procede ao cruzamento (8).

O segundo processo, o da emenda, é a tentativa de eliminar tôdas as possibilidades de êrro que podem existir mesmo nos melhores documentos. Estabelecido pela recensão o texto original, a emenda procura decidir entre as várias sugestões qual a que parece mais autorizada, isto é, a que contém maiores probabilidades de transcrição ou maiores probabilidades intrínsecas. A primeira deve explicar porque o copista errou e, assim, deve ser provável paleograficamente. A segunda deve demonstrar que o autor quis dizer aquilo que está escrito. Deve estar de acôrdo com o conteúdo, o vocabulário e o estilo do autor

(7) John Edwin Sandys, *ob. cit.*, 794-95.

(8) Sôbre os problemas de cruzamento de textos, vide especialmente F. W. Hall, *A companion to classical texts*, Oxford, 1913, e John Edwin Sandys, *ob. cit.*, a quem temos seguido nesta exposição.

e com quaisquer regras gerais cuja aplicação tenha sido demonstrada verdadeira em relação a seus trabalhos.

Segundo Hall, os erros podem ser provenientes das seguintes confusões e tentativas de remediá-las: confusão de letras e sílabas semelhantes; má interpretação das contrações; má transcrição de palavras, através de uma semelhança geral; combinação ou separação errada; pontuação errada; assimilação de terminações e acomodação a construções vizinhas; transposição de letras e de palavras e sentenças; deslocamento de sentenças, seções e páginas; má transcrição de um alfabeto para outro, como, por exemplo, nos casos de passar um texto grego para o latim e vice-versa; confusão de números, confusão de nomes próprios, erros devidos a modificações de pronúncia; substituição de palavras sinônimas ou de palavras familiares por outras não familiares; nova ortografia substituída pela velha; interpolações ou tentativas de reparar os resultados de erros inconscientes. Os erros podem também provir de omissão de palavras ou sílabas com o mesmo início ou final, ou pela simples omissão de qualquer espécie. Podem ainda provir de adições, pela repetição de trechos imediatos ou vizinhos; pela inserção de glosas interlineares ou marginais e de notas; pela fusão de textos e por adições devidas à influência de escritos aparentados. Essa classificação, diz Hall, toma por base a patologia do texto escrito e poderia ser reduzida a duas classes, desde que se tome por base a fonte de todos êsses defeitos, a saber: primeiro, erros visuais, isto é, substituições, omissões ou adições feitas pelo escriba devido a pouca ou nenhuma atenção; e, segundo, erros psicológicos, que derivam da tendência espiritual do copista de ler com sentido seus próprios erros ou os erros do exemplar de que é feita a cópia (9).

(9) F. W. Hall, *ob. cit.*, 153-54. As velhas regras estabelecidas especialmente pelos críticos do Novo Testamento, desde Gerhard von Maëstricht (1711), que formulou 43 normas, têm sido inteiramente abandonadas como insuficientes. Elas serviam especialmente para o estabelecimento do texto, quando em face de vários ou para a emenda. Duas regras servem-nos como exemplo: 1) a lição mais curta deve ser preferida à mais longa — *brevior*

A edição de documentos históricos ⁽¹⁰⁾

As regras gerais até agora expostas referem-se ao tratamento crítico geral do manuscrito ou livro, cuja edição ou reedição se pretende seja a mais perfeita possível, segundo o texto ou textos que possuímos. No caso de documentos históricos, de menor interêsse filológico ou literário, ao lado do tratamento crítico geral, isto é, pesquisa do melhor texto, recensão e emenda, deve-se obedecer a certos princípios na sua transcrição. Já se viu no capítulo sôbre as Fontes, na parte referente às Coleções, que no Brasil a edição de documentos históricos, quer a feita pelos Institutos Históricos Brasileiro e Estaduais, quer a dos Arquivos Nacional e Estaduais ou Municipais,

lectio probabilior; 2) a lição mais difícil deve ser preferida à mais clara — *difficilior lectio potior*. Cf. Leon Vagany, *Initiation à la critique textuel néotestamentaire*, Blond & Gay, 1934, 71-73.

(10) Os trabalhos mais importantes para a edição de fontes são os seguintes: Instituto Storico Italiano: *Norme per le pubblicazione*, Roma, 1906; Otto Stählin, *Editionstechnik. Ratschläge für die Anlage Textkritischer Ausgaben*, Leipzig und Berlin, 1909; P. F. Fournier, *Conseils pratiques pour le classement et inventaire des Archives et l'édition des documents historiques écrits*, Paris, 1924. Louis Havet, *Règles pour édition critique. Règles et recommandations générales pour l'établissement des éditions Guillaume Budé*. Paris, Imprimerie Durand, s. d.; P. Collomp. *La critique des textes*, Publications de la Faculté de Strassbourg, 1931, Coleção Initiation-Méthode; Zacarias G. Villada, *Metodología y critica historicas*, Barcelona, Sucesores de Juan Gili, 1921; Commission Royale d'Histoire, *Instruction pour la publication des textes historiques*. 2.^a ed., Bruxelles, 1922; Gustave Rudler, *Les techniques de la critique et de l'histoire littéraires en littérature française moderne*. Oxford, Imprimerie de l'Université, 1923; G. Witrowski, *Textkritik und Editionstechnik neuerer Schriftwerke* 1924; "Report on Editing historical documents", *Bulletin of the Institute of Historical Research*, London, 1926; P. Mohlberg, *Norme per le pubblicazione del Pontificio Istituto di Archeologia Christiana*, Tip. Vaticana, 1942; *Normas de transcripción y edición de textos y documentos*, Madrid, 1944, publicada pela Escuela de Estudios Medievales do Consejo Superior de Investigaciones Científicas; "Regles fondamentales de la publication des documents des archives de l'U. R. S. S.", Institut d'Histoire de l'Academie des Sciences de L'U. R. S. S., 1945. Com o tempo se tornou necessário rever as regras de 1945 e, em 1954, foram elaboradas novas regras, discutidas no curso de uma conferência de história, de que participaram historiadores e arquivistas. O novo documento deveria ser publicado em 1955, in A. A. Novosselski e V. I. Chounkov, *La publication des sources historiques en U. R. S. S.*, Moscou, 1955, p. 42-43. Clarence E. Carter, "Historical Editing", *Bulletin of the National Archives*, n.º 7, 1952.

ou, ainda, as privadas, como o *Brasil Histórico*, de Melo Moraes, não obedeceram de regra a nenhum princípio crítico no exame dos originais e na transcrição. É somente a partir de 1914, na publicação dos documentos do Arquivo de São Paulo, que se passa a obedecer, de um modo geral e não rigorosamente, aos princípios da edição diplomática. A lição de Varnhagen não fôra aprendida. Daí em diante temos, de regra, a reprodução diplomática adotada como o modelo a seguir, e nem sempre seguido, por motivos vários. Raras são as edições verdadeiramente diplomáticas e raríssimas as críticas ou interpretativas, como veremos adiante na história das edições críticas no Brasil. É geralmente reconhecido que a prática geral de suprir o público com textos repletos de corruções viciou muito o trabalho dos responsáveis pelas edições históricas; em alguns casos, a inexistência de originais (localizados em arquivos europeus) é a principal justificativa pelo viciamento das edições de documentos coloniais; em outros, é a falta de pessoal treinado o principal responsável pelas deficiências.

Caminha-se, hoje, para uma espécie de edição crítica livre, superando a pura decifração material do texto e transcrevendo-o já adaptado à linguagem atual, de modo a permitir a livre e corrente leitura, assinaladas, apenas, com as siglas adotadas e as notas indispensáveis, as deficiências do próprio original, sem o aparato erudito, que dificulta e torna pesado o texto. Dêste modo êle deixa de ser uma conversa entre eruditos e historiadores e passa a ser um documento vivo, capaz de ser lido por grupos maiores de estudantes e pessoas interessadas.

Sem dúvida, o responsável pela edição é a figura principal em qualquer empreendimento editorial dessa espécie. Êle é o repositório dos princípios das técnicas editoriais, sejam escolhidas por êle próprio, sejam adotadas de outros sistemas; é o árbitro final em todos os pontos que envolvam princípios de edição e sua aplicação ⁽¹¹⁾.

(11) Clarence E. Carter, *Historical editing*, Washington, National Archives, 1952, 7.

O preparo de uma edição de documentos históricos.

As etapas na preparação de uma edição de papéis privados ou oficiais são ⁽¹²⁾: 1) pesquisa de documentos valiosos; 2) seleção; 3) crítica de textos; 4) transcrição; 5) ordenação; 6) colação; 7) anotação; 8) preparação de um manuscrito completo para o impressor; 9) revisão geral; 10) revisão tipográfica; 11) elaboração de índices.

A Seleção.

O primeiro problema foi discutido no capítulo sobre as Fontes. Na seleção há quatro planos editoriais alternativos, dependentes do caráter dos documentos, do propósito e dos recursos: *a*) publicação de tôdas as peças de um indivíduo ⁽¹³⁾; *b*) publicação de peças selecionadas de um indivíduo (ou indivíduos) ⁽¹⁴⁾; *c*) publicação de todos os documentos importantes relativos a um período ou área ⁽¹⁵⁾; *d*) publicação de papéis selecionados relativos a um período ou área ⁽¹⁶⁾.

Ao determinar a forma geral e o conteúdo de um projeto, não se deve esquecer que êste deve ser bastante flexível para permitir desvios considerados necessários de tempos em tempos. Os *Documentos Históricos* da Biblioteca Nacional, sem um plano orgânico ⁽¹⁷⁾ e depois de cem volumes dedicados à história colonial, passaram a conter os manuscritos da fase nacional.

Ora, são indispensáveis certos princípios, segundo os quais sejam feitas as seleções para reproduções, elimi-

(12) Seguimos a exposição de C. E. Carter, *ob. cit.*, 7 e segts.

(13) É o caso das *Obras Completas* de Rui Barbosa.

(14) Foi o caso da edição das *Obras* de Rio Branco, em 1945.

(15) É o caso dos Autos da Devassa da Inconfidência Mineira.

(16) Arquivo Diplomático da Independência.

(17) José Honório Rodrigues, *Alfredo do Vale Cabral*, Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional, 1954, 16-18.

nando-se, tanto quanto possível, o elemento ocasional na escolha dos documentos. São os seguintes: a) *Contrôle de recursos*. Um editor deve lembrar-se sempre do custo, não importa se financiado por subvenções privadas, ou por verbas públicas, a fim de exercer economia de espaço e de tempo. b) *Publicação prévia*. Os documentos previamente publicados de forma satisfatória não devem ser republicados; basta sua citação. É também uma regra geral que os publicados corrutamente devem ser reproduzidos. c) *Trivialidade*. Devem ser excluídos os documentos sem significação especial para o período ou o assunto. d) Documentos de natureza rotineira devem ser omitidos. e) A duplicação deve ser evitada quando em face de vários documentos iguais, citando-se as peças rejeitadas. f) Prioridade. Feitas as reduções, segundo os princípios acima, deve-se omitir aquilo que, não atingindo a utilidade do projeto, não seja de capital interesse, obedecendo-se a uma ordem de prioridade. Concluída a pesquisa e a seleção, segue-se o tratamento crítico, para apurar a autenticidade do documento, se não houve forjicação, plágio, corrupções e alterações. A parte crítica já foi examinada, com exceção do plágio.

Os velhos autores praticavam apropriações do alheio, com a maior desenvoltura. Capistrano de Abreu verificou, nos inéditos de Baltazar da Silva Lisboa, a inclusão de páginas e páginas de Pedro Taques, provavelmente das *Informações sobre as Minas* (18). Plagiário conhecido e denunciado foi Manuel Cardoso de Abreu, que copiou as *Memórias* de Frei Gaspar Madre de Deus (19) e os inéditos de Pedro Taques (20). Também dizia Afonso

(18) Carta de Afonso d'E. Taunay, de 20 de janeiro de 1947 a José Honório Rodrigues.

(19) Afonso d'E. Taunay, "Frei Gaspar Madre de Deus", biografia in *Memórias para a História da Capitania de São Vicente*, Cia. Editôra Melhoramentos, 3.^a ed., 1920, 64-65.

(20) *Ibid.*, 65, e Afonso d'E. Taunay, "Pedro Taques de Almeida Paes Leme", in *História da Capitania de São Vicente*, Cia. Editôra Melhoramentos, São Paulo, s. d., 51.

de Taunay ⁽²¹⁾ que a Carta Décima Oitava das *Notícias Soteropolitanas e Brasíliaicas* de Luís dos Santos Vilhena ⁽²²⁾ muito se parecia com o Proêmio de Cláudio Manuel da Costa, e ambos se apoiaram na documentação de Bento Fernandes ⁽²³⁾. Importa ainda na publicação de documentos estar atento contra composições plagiárias, quando o original já foi publicado ou pode ser publicado na sua integridade.

Normas de transcrição.

É sabido que as corrupções e alterações textuais nascem da transcrição, devido aos copistas, e no processo da emenda já se estudou a origem dos erros. Não há escola que ensine a exata reprodução — prevendo tôdas as inexatidões, enganos, construções erradas, antiguidades e arcaísmos. Só a experiência mostra como reproduzir o original e os próprios documentos dactilografados apresentam problemas, como já se viu. As regras aprovadas em 1923 pelo Comitê Histórico Anglo-Americano para a transcrição dos documentos podem ser, em princípio, adotadas ⁽²⁴⁾ quando se pretende produzir uma edição diplomática — interpretativa. A regra n.º 3 é a menos aceitável.

1. Nada omitir ou inserir no original manuscrito;
2. Desdobrar tôdas as abreviaturas cuja significação fôr certamente conhecida. Quando houver dúvida sôbre a significação, representá-las tal qual aparecem.
3. A ortografia deve seguir exatamente o original.
4. O uso de maiúsculas, os sinais de pontuação e a divisão em parágrafos devem ser observados, e se

(21) Carta citada.

(22) Bahia, Imprensa Oficial, 1922, vol. 2, 653 e segts.

(23) "Os primeiros descobridores das minas de ouro na capitania de Minas Gerais", *RAPM*, t. 4, 1899.

(24) Bulletin n. 7 do Institute of Historical Research, reproduzido in H. G. T. Christopher, *Palaeography and Archives*, London, 1938, n. 44-46.

houver sinais de parágrafo ou outros sinais especiais, deverão ser reproduzidos tanto quanto possível.

5. Os algarismos, arábicos ou romanos, devem ser copiados em sua forma original.

6. Adotar tipos diferentes para o original e as inserções feitas pelo editor.

7. As alterações feitas no documento deverão constar como texto, dando-se a forma original em nota. Estas alterações podem ser de diversas espécies, de modo que o método usado deverá ser indicado. Os métodos usados são para *suprimir* ou *eliminar* por *risco*, escrevendo as alterações na margem: *apagar* de modo a tornar ilegível o que estava escrito, retirar; indicar a supressão por meio de traços ou linha embaixo das letras ou palavras a serem alteradas; introduzir entrelinhas ou decalcar o original. A exceção a esta regra é a de que quando a alteração não fôr contemporânea, o original deverá ser suprido, tanto quanto possível, como o texto do documento, com a alteração numa nota.

8. Notar tôdas as omissões devidas à ilegibilidade ou mutilação, indicando a extensão da omissão.

9. As alterações de tinta ou de estilo do escrito deverão ser anotadas, do mesmo modo que quaisquer outras modificações na forma do documento.

10. Adições não contemporâneas não deverão ser incluídas no texto do original, mas colocadas em notas, a menos que sejam feitas devido à natureza cronológica do documento, caso em que serão incluídas no texto.

11. Quando houver passagens que não possam ser transcritas do original, mas que possam ser obtidas de outras fontes, deverão ser impressas no mesmo tipo que o usado para o original, mas dentro de colchêtes. Se, porém, elas forem conjecturais, deverão ser impressas em tipo diferente.

12. O início de cada página do documento deverá ser indicado no texto dentro de colchêtes, dando-se o

número da fôlha, com a indicação de *recto* ou *verso*. O final de cada linha deverá ser também indicado, escolhendo-se um sinal para tal fim e tendo-se o cuidado de verificar que não tenha êle probabilidade de aparecer como parte do documento original ⁽²⁵⁾.

Os sinais de modificações no texto.

Não há uniformidade quanto aos sinais utilizados nas edições críticas para assinalar modificações introduzidas no texto, apesar de ser nesse particular que mais facilmente se poderia conseguir completa unidade, como observa Bauer. O. Stählin indica os seguintes sinais: *a*) As palavras distintas ou letras que o editor intercala e que não foram transmitidas pelo manuscrito devem ser colocadas entre parêntesis retos < >; *b*) as palavras que foram transmitidas pelo manuscrito e que o editor suprime colocam-se entre colchêtes []; *c*) os parêntesis do próprio autor são os correntes (); *d*) as lacunas que o texto apresenta são indicadas por meio de asteriscos no comêço e no final da passagem que se completa ***; *e*) as passagens deterioradas e não sanadas levam uma cruz †. (apud W. Bauer, *Introducción al estudio de la historia*, Barcelona, Bosch, 1944, 303). O *Consejo Superior de Investigaciones Científicas*, nas *Normas de transcripción y edición de textos y documentos* (Madrid, 1944), fixou também diversos sinais a serem obedecidos nas transcrições e edições feitas pela *Escuela de Estudios Medievales* (cf. 16-18).

(25) H. G. T. Christopher, *Palaeography and Archives. A manual for the librarian, archivist and student*, London, Grafton & Co., 1938, 45-46. — Na edição de tratados internacionais existe hoje uma técnica especial, aplicada por Ludwig Bittner. Cf. *Die Lehre von völkerrechtlichen Vertragsurkunden*, Stuttgart, 1924, e especialmente a *Oesterreich-Ungarns Aussenpolitik*, hgb. von Ludwig Bittner, Alfred Francis Pribram, Heinrich Srbik und Hans Ueberberger, Wien und Leipzig, 1930. No primeiro volume desta obra, os editôres explicam os princípios adotados na edição (XXII XXIV).

Ordenação.

A regra geral do arranjo cronológico é básica para qualquer coleção de documentos, embora nenhum responsável faça disto um “fetiche”, pois há exceções que bem se justificam. Os documentos não datados, que constituem sempre um problema, podem ser dispostos juntos aos outros que tratam do mesmo assunto. Devem ser numerados em ordem, acompanhados de uma ementa ou resumo inicial do seu conteúdo, com indicação do nome do remetente ou destinatário, do lugar, dia, mês e ano em que foram escritos, suprimindo-se êsses dados quando possível.

Colaço.

Da versão do copista deve o responsável preparar finalmente sua edição e, para isso, a colaço desta com o original é um trabalho indispensável.

Anotação.

Os documentos podem ser anotados com brevidade ou abundância ou publicados sem anotações. É evidente que as notas são, de regra, essenciais a uma boa edição de documentos históricos; mas, às vêzes, circunstâncias especiais ⁽²⁶⁾ podem sugerir a apresentação do documentário sem os esclarecimentos biográficos e históricos que esclarecem o texto e ajudam o leitor a dêle se utilizar mais amplamente. Há textos tão claros no seu conteúdo que dispensam esclarecimentos. Há também o caso das notas

(26) Na edição da *Correspondência* de Capistrano de Abreu, o responsável se viu diante da alternativa de atrasar a publicação para redigir as notas ou publicá-la sem notas, em vista da oportunidade do centenário que então se comemorava. Era muito forte a pressão exercida na imprensa sôbre a necessidade urgente da publicação. Escolheu, então, a segunda hipótese.

excessivamente abundantes, simples luxo de erudição, ou de compilação secundária (27).

Que espécie de informação deve o responsável dar ao leitor? Referências cruzadas (*cross-references*) que liguem uma informação a outras do próprio volume, ou já publicadas em outras coleções; citações de outros manuscritos e fontes impressas; os fundamentos históricos das peças e dos fatos tratados; a identificação de pessoas e lugares. Além disso, no prefácio ou introdução é necessário estudar as edições anteriores, para que a nova anule as outras, é dar uma descrição do manuscrito, uma notícia das edições anteriores, do exemplar, original ou cópia que serviu de base, da procedência do documento, e citar as fontes diretas e indiretas e a bibliografia (28) utilizadas pelo responsável. É indispensável explicar o desdobramento das abreviaturas, a adoção de determinado sistema ortográfico e a modificação da pontuação, respeitada a etimologia (29). É admissível acrescentar vocábulos indispensáveis à compreensão do texto e adotar outras alterações, desde que precisamente indicadas, através de sinais convencionados.

Onde devem ser colocadas as notas: no fim do volume, no fim de cada documento, ou ao pé da página? Há uma séria e positiva objeção contra o uso pouco freqüente de relegar as notas para o fim. O esforço e o tempo consumidos em observar o número da nota no texto e ir

(27) É o caso das anotações do prof. Brás do Amaral às *Notícias Sotopolitanas e Brasília*, de Luís dos Santos Vilhena.

(28) Um exemplo magnífico do papel que o método bibliográfico pode exercer no estabelecimento de um texto se encontra in Fredson Bowers (ed.), *Studies in Bibliography*, vol. VI (Bibliographical Society of the University of Virginia), 1954.

(29) A propósito do respeito à etimologia nas edições críticas, é conveniente consultar-se a monumental edição de Carolina Michaelis de Vasconcelos, das *Poesias* de Francisco Sá de Miranda, feita sobre cinco manuscritos inéditos e todas as edições impressas (Halle, Max Niemeyer, 1855), especialmente as páginas CIV-CVI, onde, ao estudar os problemas relativos à modernização ou uniformização da ortografia de textos para edições críticas, cita alguns exemplos do respeito às regras etimológicas. O princípio geral é que se deve sempre conservar escrupulosamente a escrita através da qual transluz a verdadeira pronúncia nacional e antiga.

procurá-lo muitas páginas adiante mostra como não é prática essa disposição, especialmente para o estudioso que precisa justapor imediatamente o texto e a nota. A objeção contra o uso de colocar as notas no fim dos documentos quando estes são longos é o de se exigir um esforço de procura quase tão grande como quando vão para o fim do volume. É, no entanto, uma prática estabelecida e válida. O costume tradicional de colocar as notas em cada página é o mais prático e eficiente.

Preparo do manuscrito para o impressor.

Devemos distinguir entre as regras de transcrição e as de publicação de textos e documentos. Infelizmente, no Brasil não temos regras estabelecidas, quer em matéria de transcrição, quer de publicação, usando cada editor dos critérios que lhe aprazam.

Nos Estados Unidos da América, há vários manuais tipográficos adotados oficialmente, que evitam as irregularidades e deformidades das edições. Nêles adotam-se princípios de composição, estabelecem-se normas para uso de citação, de maiúsculas, itálicos etc. Cf. *A Manual of style containing typographical rules governing the publication of the University of Chicago Press*. Chicago, The Univ. of Chicago Press, 6a. ed., 1942: e United States Government Printing Office, *Style Manual*, Washington, 1939.

Quanto à apresentação dos originais a serem impressos, existe no Brasil apenas o pequeno folheto de Francisco Wlasek Filho, *Os originais e a composição tipográfica*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1949, Separata da Revista do Serviço Público, ano XII, v. 1, n. 2, fevereiro de 1949.

Os estilos e processos de citação bibliográfica encontram-se também descritos no *Bibliographical Procedures & Style. A Manual for bibliographers in the Library of Congress*, Washington, Library of Congress, 1954.

A revisão geral ou de textos, como hoje a denomina o instituto Nacional do Livro, e a revisão tipográfica são dois processos diferentes, no tempo e na qualidade. A primeira deve preceder a entrega do manuscrito ao impressor e se exige do revisor uma qualificação especial de caráter filológico, noções gerais de literatura e prática na colação de textos. Deve-se proceder à comparação cuidadosa do texto original, manuscrito ou impresso, com a cópia datilográfica, examinar os erros e incongruências de estilo e de assuntos, verificar as citações, nomes e lugares. Só recentemente possuímos revisores desta categoria, treinados especialmente em instituições públicas e editôras. Até há pouco só havia, praticamente, a revisão tipográfica, que procura, sobretudo, os erros surgidos da transcrição tipográfica, limitando-se por isso mesmo, ao texto tipográfico, e só recorrendo à comparação com o texto dactilográfico em caso de dúvida.

O Índice é um instrumento essencial no uso do conteúdo de um volume de documentos. No Brasil, até hoje são raros os livros com índice. Um plano instrutivo para compilar o índice de um livro histórico encontra-se no estudo de Clarence E. Carter, que seguimos neste capítulo do preparo da edição de documentos históricos ⁽³⁰⁾ ou no artigo de Stella Duff Neiman e Lester J. Cappon ⁽³¹⁾.

Algumas instituições norte-americanas, especialmente o Arquivo Nacional de Washington, executam um programa de publicações em microfimes de documentos históricos ⁽³²⁾. O programa serve a três fins importantes: *a*) produzir cópias de documentos para serem usadas por pessoas que não possam ir a Washington examinar os originais; *b*) proteger peças frágeis ameaçadas de danos, como consequência da repetida consulta; *c*) assegurar a informação valiosa contra a possível perda de arquivos. O propósito da direção do Arquivo é conseguir metódica-

(30) *Historical editing, ob. cit.*, 44-45.

(31) "Comprehensive historical indexing: The Virginia Gazette Index", *The American Archivist*, 14: 291-304 (Oct., 1951).

(32) "The preparation of records for publication on microfilm", National Staff Information Paper No. 19 (July 1951).

mente microfilmar tôda a coleção e não fazer do programa apenas um serviço de referência. Tal programa poderia ser adotado no Brasil, pelo Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional e outras instituições ricas em acervo documental caso possuíssemos verbas especiais. Os princípios da seleção, a delimitação momentânea dos projetos de publicação de microfilmes, a classificação dos acervos antes da microfilmagem, a preparação das páginas iniciais inseridas para identificação, e as anotações, bem como muitas outras informações e princípios encontram-se no opúsculo dos Arquivos Nacionais de Washington, que tem publicado várias listas dos acervos microfilmados ⁽³³⁾.

A edição crítica em geral e em Portugal.

A edição crítica tem o seu aparecimento com a publicação da *Monumenta Germaniae Historica*, que marca época na história da crítica histórica e afirma, então, a supremacia da erudição alemã ⁽³⁴⁾. A obra iniciada pelos autores da *Monumenta* foi imediatamente seguida em quase todos os países europeus.

Na literatura de língua portuguesa não faltariam grandes exemplos de edição crítica para ilustrar êste capítulo. Antes de entrar na parte pròpriamente historiográfica, seria talvez interessante apontar os exemplos de duas grandes edições críticas da literatura portuguesa. Monumental, pode-se dizer, é a edição crítica dos *Lusíadas* de Luís de Camões, feita por Augusto Epifânio da

(33) *List of File Microcopies of the National Archives*, Washington, 1950; *List of National Archives Microfilm Publications*, Washington, 1953; John P. Harrison, *The Archives of the United States Diplomatic and Consular Post in Latin America*, Washington, 1953.

(34) Uma descrição detalhada da *Monumenta Germaniae Historica* encontra-se em Bauer, *ob. cit.*, 312-313, e estudo muito valioso sôbre sua importância é o de G. P. Gooch, *Historia y Historiadores en el siglo XIX*, México, Fondo de Cultura Económica, 1942, 71 e segts. Vide também José Honório Rodrigues, *A Pesquisa Histórica no Brasil*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1952, 183-188.

Silva Dias (35). No preparo de edição crítica baseada não em manuscrito, mas nas primeiras edições, êste é, talvez, um dos melhores exemplos.

Existem, como se sabe, duas edições dos *Lusíadas* datadas de 1572, com os mesmos dizeres na fôlha de rosto, sem que nenhuma declare ser nova edição. Para estabelecer a precedência entre as duas, teve Epifânio Dias de fazer um minucioso estudo dos dois textos, designando com a letra A aquela em que no desenho do frontispício o pelicano tem o bico voltado para a esquerda, e pela letra B aquela em que o pelicano tem o bico voltado para a direita, e chegou à conclusão final de que a primeira edição era a designada pela letra A.

Um dos principais argumentos de Epifânio Dias é o de que no canto 8.º, estrofe 32, a edição A contém, “Português Scipião chamar-me deve”; e a edição B. “Português capitão chamar-me deve.” Diz êle que um compositor que tivesse diante dos olhos a palavra “Capitão” dificilmente leria “Scipião”, porque a primeira é vocábulo corrente, o que não ocorre com a segunda, sendo sabido que a gente inculta, quando interpreta o que lhe fere os olhos e os ouvidos, substitui o desconhecido pelo conhecido e não ao revés. Por conseguinte, a edição A, em que se lê “Scipião”, é a original, tanto mais porque à pergunta “Como se chama o herói de Aljubarrota” há de responder-se com “Scipião Português” e não com “capitão” português. A resposta dada pelo Gama é a mais possível ajustada, pois Públio Cornélio Scipião e Nuno Álvares Pereira livraram sua pátria de seus numerosos inimigos.

Os exemplos seriam sem fim e não nos cabe, numa metodologia histórica, lembrar os caminhos da edição crítica no campo literário e a contribuição da filologia para seu completo desbravamento. Êste estudo está sumariado pela competência exemplar de um jovem mestre da filo-

(35) Luís de Camões, *Lusíadas*, edição de Epifânio Dias, Pôrto, 1910, 2 tomos.

logia portuguesa no Brasil, o Prof. Serafim Silva Neto ⁽³⁶⁾. O trabalho pioneiro ⁽³⁷⁾ das edições críticas modelares de autores brasileiros e portugueses tem sido feito pelo Prof. A. F. de Sousa da Silveira nos *Textos Quinhentistas* ⁽³⁸⁾ e na edição das *Obras Completas* de Casimiro de Abreu ⁽³⁹⁾.

Obras históricas.

Outro magnífico exemplo de edição crítica, já aí de interesse histórico, é o do *Esmeraldo de Situ Orbis*, de Duarte Pacheco Pereira feita também por Epifânio Dias ⁽⁴⁰⁾. O manuscrito original da obra de Duarte Pacheco Pereira existia, nos meados do século XVIII, na livraria do Marquês de Abrantes, segundo informação de Barbosa Machado. O original encontra-se presentemente perdido. Conhecem-se dois apógrafos: um na Biblioteca Pública de Évora e outro na Biblioteca Pública de Lisboa. Para se avaliar bem a vantagem de uma edição crítica, nada melhor que o próprio *Esmeraldo*, porque afora a edição de Epifânio Dias, feita segundo tôdas as regras críticas, existe a realizada por Rafael Eduardo de Azevedo Bastos ⁽⁴¹⁾, que o primeiro demonstrou conter erros graves.

Epifânio, estudando as duas cópias existentes, diz que a de Évora é da primeira metade do século XVIII e a segunda, atenta a letra, da segunda metade do mesmo século. Os mesmos defeitos, ainda os mais graves, ocorrem, na quase totalidade, simultâneamente nas duas cópias, donde se conclui ou que a mais antiga serviu de original

(36) *Manual de Filologia Portuguesa. História. Problemas, Métodos.* Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1952, cap. Publicações de Textos, 241-309; *Textos Medievais Portugueses e Seus Problemas*, Casa de Rui Barbosa, 1956.

(37) Celso Cunha, *Defesa da Filologia*, Coimbra, 1954, 15, 23.

(38) Rio de Janeiro, Faculdade Nacional de Filosofia, 1945.

(39) São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1940.

(40) Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis*, Lisboa, Tip. Universal, 1905. Edição de Epifânio Dias.

(41) Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1892, ed. de Rafael Eduardo de Azevedo Bastos.

à mais moderna, ou que elas reproduzem, independentemente uma da outra, um mesmo apógrafo em que tais defeitos já existiam. Exclui a primeira hipótese porque existem variantes e diferenças que mostram não ser a primeira cópia da outra. Acha mais provável a segunda hipótese, da existência de um arquétipo que teria servido originalmente às duas citadas cópias.

Já tivemos ocasião de nos referir à magnífica edição crítica das *Poesias* de Sá de Miranda, feita pela grande erudita Carolina Michaëlis de Vasconcelos, e que representa, talvez, um dos mais altos exemplos em toda a literatura portuguesa. Para o preparo dessa edição, a editora estudou minuciosamente todos os manuscritos, que eram cinco ou seis, uns completos e outros em fragmentos, que foram marcados com as iniciais *DPEFG* (e maiúscula *J*), sendo as edições impressas marcadas com as letras *ABCS*. Fêz uma descrição minuciosa de cada uma dessas fontes, determinando seu valor pela sua procedência e pela análise das peças que encerram. Somente depois desse estudo estabelece o manuscrito *D* como a fonte mais importante, tanto dos manuscritos como dos impressos por ela consultados. Estabelece as regras críticas que seguiu para a integração do texto, para a determinação das variantes, os princípios adotados no estabelecimento da ortografia, etc.

Edições críticas no Brasil

A edição crítica no Brasil tem sua origem nas já referidas *Reflexões Críticas* de Francisco Adolfo de Varnhagen (42). Foi aí que, pela primeira vez, se procurou estudar o melhor texto, baseando-se nas várias cópias existentes em diversas bibliotecas européias. Varnhagen mos-

(42) Varnhagen, *Reflexões críticas sobre o escrito do século XIV (sic)* impresso com o título de "Notícias do Brasil" no tomo 3.º da *Col. de Not. Ultr.*, acompanhadas de interessantes notícias bibliográficas e importantes investigações históricas. Lisboa, Na Tip. da mesma Academia, 1839.

trava-se, já então, inteiramente a par do desenvolvimento da crítica histórica no mundo. Depois de apontar os principais erros e adulterações de que estava inçado o exemplar impresso e as maneiras de corrigi-lo e melhor conjeturá-lo, dizia: “que êsse modo de restaurar a genuinidade de um escrito antigo, idêntico ao que célebres críticos têm pôsto em prática, comentando os clássicos gregos e latinos, e empregado com tento, não deixará porventura de ser aprovado e sancionado por um juiz são e livre de preocupações atrasadoras” (43).

Estabelecia Varnhagen, antes mesmo de publicar a sua edição castigada do texto verdadeiro de Gabriel Soares de Sousa, as várias cópias existentes no mundo. Conta que em 1 de março de 1587 ofereceu Gabriel Soares sua obra a D. Cristovão de Moura e que antes de se terem passado dez anos Pedro de Mariz copiou-a para os seus *Diálogos de vária história*. Dêsse manuscrito original ou arquetipo tiraram-se tantas cópias que em 1839 Varnhagen registrava a existência de dezessete. Uma na Biblioteca Real de Paris, duas na Biblioteca Real de Madri, três na Biblioteca Pública Eborense, três na Biblioteca Pública Portuense, três na Biblioteca do extinto Convento das Necessidades, duas que viu o autor da *Corografia Brasílica* e de que faz menção em sua introdução (44), o exemplar que serviu à edição da Academia, a compilação da Biblioteca do extinto Convento de Jesus e, finalmente, a cópia que viu Southey.

Estudando no seu Aditamento (45) as várias cópias, dava Varnhagen notícias de cada uma delas: três da Biblioteca Pública Portuense, códices 119, 601 e 1041, dos quais o melhor era o primeiro e o último muito desleixado; o códice 103 da estante 9 da extinta Livraria de Jesus; três cópias da Biblioteca das Necessidades, a primeira, códice 10.019/2, exemplar com a dedicatória de 1 de março de 1587 e com letra muito diferente assinado

(43) Varnhagen, *Ibid.*, 10.

(44) Aires de Casal, *Corografia brasílica*, Rio de Janeiro, Gueffier e Comp., 1933, 2.^a ed., 1.^o t., 35.

(45) Varnhagen, *ob. cit.*, 103-115.

Francisco da Cunha, a segunda, 10.019/4, muito idêntica à que serviu à Academia e que, muito semelhante também ao terceiro manuscrito de Évora, serviu para a tiragem impressa, não só pelo título e ortografia, como por conter os mesmos erros, e a terceira, 10.019/6, que parece do meado do século XVII, apresenta muitas alterações, mas em outros pontos está muito correta e aproxima-se da lição do primeiro manuscrito de Évora; três cópias da Biblioteca Pública Eborense, sendo a primeira a mais perfeita de tôdas, embora não isenta de defeitos, a segunda menos correta, aproximando-se também do impresso da Academia, e a terceira, escrita de várias letras, tôdas do século XVIII, atribuída a Francisco da Cunha, é de tôdas a mais conforme ao impresso da Academia.

E então concluía Varnhagen, como que prevendo os esforços que seriam necessários para a futura edição de Gabriel Soares, que eram tais os erros e adulterações que se haviam introduzido nas cópias subseqüentes, que só à fôrça de muito trabalho e muita crítica seria possível arranjar-se um texto íntegro. Quando, porém, em 1851 oferecia Varnhagen ao público o *Tratado descritivo do Brasil em 1587* de Gabriel Soares de Sousa, numa edição castigada pelo exame e estudo de muitos códices manuscritos, existentes no Brasil, em Portugal, Espanha e França, tomou como base uma das cópias de Évora. Depois de buscas infrutíferas para descobrir o original, segundo as indicações de Nicolau Antônio, Barbosa Machado, Leon Pinello e seu anotador Barcia, sem qualquer êxito, Varnhagen acreditou que, baseando-se na cópia escolhida de Évora, poderia oferecer o texto de Gabriel Soares tão correto quanto se poderia esperar sem o original, “enquanto o trabalho de outros e a discussão ainda não o aperfeiçoam mais, como terá de suceder” (46).

A primeira edição da *Descrição Geográfica da América Portuguesa* de Gabriel Soares de Sousa foi feita por Frei J. Mariano da Conceição Veloso, em princípios do

(46) Gabriel Soares de Sousa, *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, Rio de Janeiro, Laemmert, 1851, VIII, e *RIHGB*, v. 14, t. 14.

século XIX. A publicação não foi completa e hoje conhecem-se apenas dois exemplares desta edição, uma na Biblioteca Nacional de Lisboa e outra no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A segunda edição, sob o título *Notícia do Brasil*, saiu na *Coleção de Notícias para a História e a Geografia das Nações Ultramarinas, que vivem nos Domínios Portuguezes ou lhe são vizinhas*, Academia Real das Ciências, t. 3, parte 1, Lisboa, 1825.

Foi esta edição que mereceu os reparos e censuras de Varnhagen, feitos nas *Reflexões Críticas*. Dos estudos e exames dos 17 códices existentes, produziu Varnhagen a magnífica edição de 1851 (^{46-A}). Em 1879, foi reeditado no Rio de Janeiro, na Tip. de João Inácio da Silva, e em 1886 servia-se o Instituto Histórico desta mesma impressão, que chamou de 2a. edição do Vol. 14, ou seja da edição de 1851. Não existe realmente 2a. edição do t. 14 ou da edição de 1851, já que a de 1886 é a mesma de 1879 e esta é a fonte de todos os erros de texto que desde então corrompem a obra de Gabriel Soares. Tôdas as edições posteriores, como a de 1939 e a de 1945, utilizaram-se do texto corrupto de 1879, impresso sem as notas de Varnhagen. Qualquer nova edição tem que tomar como base o texto de 1851.

Exemplos característicos são, por exemplo, os seguintes: 1) No capítulo V, que declara a costa da ponta do rio das Amazonas até o do Maranhão, se diz: "por êste rio entrou um varão meirinho, pilôto da costa, com um caravelão" (ed. de 1851, 20), e na edição de 1879, está escrito: "Por êste rio entrou um Bastião Meirinho, pilôto da Costa, com um caravelhão" (ed. 1879, 9). 2) O capítulo VIII, intitulado "Em que se declara a costa do Rio Jagoarive até o Cabo de São Roque", contém supressões de texto a partir da ed. de 1879. Cf. ed. de 1851, 25, ed. 1879, 12-13, ed. 1939, 15, ed. 1945, 1.º vol., 89. Ora, a edição de 1851 fôra cuidadosamente corrigida por quem

(46-A) "Tratado descritivo do Brasil", *RIHGB*, t. 14, vol. 14, 1851, e Tip. Laemmert, Rio de Janeiro, 1851.

melhor estudara nos próprios códices o texto, que aparecia como o mais genuíno e correto.

Êstes truncamentos ou acréscimos de textos são, às vêzes, de extrema gravidade. Foi, por exemplo, baseado no texto impresso em 1825 que o ilustre geógrafo D'Avezac foi buscar um argumento importante para a tese francesa na questão de limites do Brasil com a Guiana Francesa. Na edição de 1825, baseada no texto imperfeito da Biblioteca de Paris, havia, no capítulo III, em que se declara o princípio donde começa a correr a costa do Estado do Brasil, o acréscimo "que demora de baixo da linha" em seguida ao Rio Vicente Pinzon. D'Avezac aproveitou-se dêste texto corrupto para reivindicar os supostos direitos francêses (47). Mas Varnhagen, na sua réplica às considerações críticas de D'Avezac à sua *História Geral do Brasil*, não deixou passar êste argumento, mostrando que já na primeira edição daquela obra se mostrara a apocrifia das palavras (48). Felizmente, neste ponto os textos posteriores de 1879, como os de 1886, 1939 e 1945, não foram viciados. O próprio Aditamento que aparece na edição de 1879 é formado de extratos salteados da segunda edição da *História Geral do Brasil* (cf. 380-389 e 357-359).

Entre a primeira edição de 1825, publicada pela Academia de Ciências de Lisboa, tão rudemente tratada nas *Reflexões Críticas* por Varnhagen e a edição por êle feita, não medeia apenas o pequeno espaço de vinte e seis anos: distinguem-se duas épocas. Uma de publicação de textos e documentos sem qualquer aparato crítico; outra de edição crítica de textos e documentos. A fase crítica inicia-se com Varnhagen, que se mostrou perfeitamente capaz de uma realização dessa natureza porque estava absolutamente identificado com os novos processos que apareciam, com a publicação dos *Monumenta Germaniae*

(47) *Considerations géographiques sur l'Histoire du Brésil*, Paris, 1857, 111 e segts.

(48) *Examen de quelques points de l'Histoire Géographique du Brésil*, Paris, 1858, 45, n. 81, e *História Geral do Brasil*, 1.ª ed., 1857, 2.º vol., 468, nota 10.

Historica e a fundação da École des Chartes e sabia o que tudo isso significava para a história.

Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa

O *Diário da Navegação* de Pero Lopes de Sousa foi inicialmente editado por Francisco Adolfo de Varnhagen, que na advertência preliminar explicou como preparou o texto de sua edição (49). Ele examinou três cópias, as únicas que conhecia até então. A primeira, sobre cuja genuinidade nunca hesitou, era escrita em letra do princípio do século XVIII, papel sem marca d'água, formato de fólio pequeno, numerado com 72 páginas. Outra cópia pertencente ao Bispo Conde D. Francisco de S. Luís, em letra moderna, pouco lhe serviu. Realizou Varnhagen pesquisas nas Bibliotecas públicas e particulares de Lisboa, Pôrto, Coimbra, Paris, Madri e só na Biblioteca da Ajuda teve a satisfação de encontrar “um códice de letra quase contemporânea, sendo como o de romano restaurada de J. P. Ribeiro, e portanto certo que anterior ao tempo do domínio castelhano”.

Entusiasmado com este códice, Varnhagen descreve-o minuciosamente, para autenticar sua antiguidade. Demonstra, então, grande hesitação. A princípio, diz êle, projetava imprimir o primeiro manuscrito, que lhe pertencia, mas em face deste terceiro, da Biblioteca da Ajuda, decidiu segui-lo, por ser mais antigo e completo; depois, devido a questões ortográficas — pois lhe haviam sugerido não ser rigoroso quanto à pontuação e à ortografia —, verificou que com as modificações feitas este muito se assemelhava àquele. Decidiu então seguir a cópia que lhe pertencia.

(49) *Diário da Navegação da Armada que foi à terra do Brasil em 1530 sob a capitania-mor de Martim Afonso de Sousa, escrito por seu irmão Pero Lopes de Sousa*, Publicado por Francisco Adolfo de Varnhagen, Lisboa, 1839, ed. de Varnhagen, 2.^a ed., S. Paulo, 1847; 3.^a ed., *RIHGB*, t. 24, 1861, 9-103; 4.^a ed., Rio de Janeiro, Tip. D. L. dos Santos, 1867; 5.^a ed., 1927, Rio de Janeiro, comentada por Eugênio de Castro, série Eduardo Prado; 6.^a ed., Rio de Janeiro, 1940, com comentários de Eugênio de Castro.

Vê-se, dêste modo, que Varnhagen não chegou a examinar cuidadosamente as várias cópias, de modo a convencer-se de qual a melhor a seguir. Por isso êle mereceu as censuras de Jordão de Freitas ⁽⁵⁰⁾, quando, no seu magnífico trabalho sôbre a expedição de Martim Afonso de Sousa, ao descrever o códice do século XVI “Navegaçam que fêz Pero Lopes de Sousa no descobrimento da costa do Brasil militando na capitania de Martim de Sousa seu irmão na era da encarnaçam de 1530”, existente na Biblioteca da Ajuda, mostra que Varnhagen considerou-o, ao conhecê-lo, simples cópia ⁽⁵¹⁾, de letra quase contemporânea, romano-restaurada, julgando-o, pouco depois, original ⁽⁵²⁾. Além disso, Varnhagen atribuíra o códice à pena de Pero Lopes e ao punho de Pero de Góis ⁽⁵³⁾; em 1839, achara o título redigido por “bárbara pena” e sua letra mais moderna que o título, e ao reeditá-lo, em 1861, manifestara a convicção de que esta letra era do próprio punho de Martim Afonso de Sousa ⁽⁵⁴⁾. Assim, segundo Jordão de Freitas, Varnhagen não foi feliz nas apreciações ou análises críticas que fêz ao códice da Biblioteca da Ajuda posteriormente a 1839, isto é, desde que deixou de considerá-lo um apógrafo para classificá-lo como manuscrito original.

Jordão de Freitas mostra ainda que o exame paleográfico e diplomático do códice fôra feito por Pedro de Azevedo, que declarou ser a letra do texto romano-restau-

(50) Jordão de Freitas, “A expedição de Martim Afonso de Sousa”, *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, Pôrto, 1924, 97-164. É de notar-se que tanto Jordão de Freitas, no trabalho acima, como Eugênio de Castro, na 5.^a e 6.^a edições do *Diário*, equivocaram-se quando afirmaram que Varnhagen publicou seu texto na primeira edição segundo o códice da Biblioteca da Ajuda. O próprio Varnhagen afirmou textualmente que seguiu o manuscrito que possuía e não o da Ajuda, pois, ao ser aconselhado a regularizar a pontuação e a ortografia, verificou que êste, com as modificações feitas, era quase idêntico àquele que possuía e assim decidiu seguir êste último. Varnhagen esclarece ainda em nota que teria adotado o título de Navegação, “se o exemplar que o contém (o da Ajuda) fôsse aquêle que nos guiasse”. (*Diário*, primeira ed., 1839, XXXIII e 61).

(51) Jordão de Freitas cita o *Diário*, 1.^a ed., XX-XXI e 61.

(52) Jordão de Freitas cita a *História Geral do Brasil*, 1.^a ed., 1854, 65.

(53) Varnhagen, *História Geral do Brasil*, 1.^a ed., 45 e 65.

(54) Varnhagen, 1.^a ed. do *Diário*, XXII, ed. da *RIHGB*, t. 24, 1, 3.^a ed., *RIHGB*, t. 24, 6.

rada, ao contrário da que usava Pero de Góis, que era gótico cursiva, e pertencia ao terceiro ou quarto quartel do século XVI; a letra do título era do princípio do século XVII e não gótico cursiva, que era também a usada por Martim Afonso de Sousa ⁽⁵⁵⁾. Em face dêste exame realizado por uma das maiores autoridades paleográficas da Península, Jordão de Freitas concluía que o códice não era original e sim cópia bastante incompleta, além de pouco cuidada. É um apógrafo e não um autógrafo. O manuscrito da Biblioteca da Ajuda é uma relação truncada do itinerário e viagem de Pero Lopes de Souza e não um Diário; é uma relação ou crônica, baseada, muito embora, num Diário de bordo que chegou até nós ⁽⁵⁶⁾.

Foi somente na terceira edição que Varnhagen decidiu cingir-se à lição do texto da Ajuda, por êle considerado, errôneamente, como veio a mostrar Pedro de Azevedo, como original. “Sou de voto que longe de repetirmos hoje o que se fêz na primeira edição (reproduzida servilmente na segunda, feita sem sua assistência), nos cumpre: 1) cingir-nos mais no texto ao do códice original da Biblioteca de S. M. I. em Lisboa; 2) Eliminar não só muitas notas e confrontações preteridas por estudos posteriores, como as biografias dos dois exploradores irmãos já transcritas na Revista, suprimindo tudo por documentos e observações de mais importância” ⁽⁵⁷⁾. E acrescentava que quando se tratava da primeira edição, feita por um observador estudante, tido por leigo em tais matérias, essencial era entrar nessas particularidades, para satisfazer aos críticos escrupulosos. “Hoje, porém, que o nosso inédito se acha universalmente aceito e conhecido no mundo literário (...) só nos cumpre acrescentar que temos por averiguado que o códice supramencionado era o próprio original que Pero Lopes levava a bordo” ⁽⁵⁸⁾.

(55) Jordão de Freitas, “A expedição de Martim Afonso de Sousa”, *História da Colonização Portuguesa no Brasil*, 129.

(56) Jordão de Freitas, *id. id.*, 132.

(57) Varnhagen, Carta à redação acêrca da reimpressão do *Diário de Pero Lopes*, *RIHGB*, t. 24, 1861, 5.

(58) Varnhagen, 3.^a ed. do *Diário de Pero Lopes*, *RIHGB*, t. 24, 5.

Os equívocos de Varnhagen já assinalados por Pedro de Azevedo tiveram o feliz resultado de fazer que êle reproduzisse o melhor texto, ou seja o da Ajuda.

A quarta edição, também feita por Varnhagen, a quinta e a sexta reproduzem o texto da Ajuda, trazendo as duas últimas uma excelente e erudita introdução e magníficas notas, além de um volume de documentos e mapas, preparados por Eugênio de Castro. A quinta e a sexta edição constituem um dos mais altos monumentos da crítica histórica brasileira (59).

As obras de Fernão Cardim

Os processos inaugurados por Varnhagen na historiografia brasileira, ao estabelecer os princípios críticos, vão ser seguidos e desenvolvidos por Capistrano de Abreu.

Já nos referimos aqui, várias vêzes, a esta identidade entre os dois grandes historiadores. Capistrano de Abreu não só estabeleceu a autoria dos dois trabalhos de Fernão Cardim, de que já nos ocupamos, "Do princípio e origem dos índios" e "Do clima e gente do Brasil", como também foi o primeiro a estabelecer o texto integral das duas obras. A primeira foi publicada segundo uma cópia existente no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (60) e a segunda foi editada segundo a cópia feita por Cândido Mendes de Almeida da cópia existente no mesmo Instituto segundo o original eborense. Começou a publicação desse texto em 1881, sendo interrompida a fim de que Capistrano estudasse o texto que possuía Fernando

(59) *Diário da Navegação de Pero Lopes*, Rio de Janeiro, 1940, Edição da Comissão Brasileira dos Centenários Portugueses. É a segunda edição de Eugênio de Castro e a sexta do texto.

(60) Fernão Cardim, *Do princípio e origem dos índios*, Rio de Janeiro, Tip. da Gazeta de Notícias, 1881. Estudado o texto por Capistrano de Abreu, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro reeditou-o em 1895, *RIHGB*, t. 57, parte 1, 185-212.

Mendes (61). Feito o exame indispensável, conjecturou êle que Gonçalves Dias ou João Francisco Lisboa, durante a missão à Europa, deveriam ter mandado copiar o documento e enviado ao Instituto a cópia de que se teria servido Cândido Mendes.

A *Narrativa Epistolar* foi editada em Lisboa em 1847, por Varnhagen, sem nenhuma explicação sôbre a procedência do texto julgado mais tarde como incorreto. Foi várias vêzes reproduzida, segundo êsse mesmo texto (62), até que uma colação com o apógrafo eborense promovida por Capistrano de Abreu no exemplar de Paulo Prado, revelou numerosos erros e muitas omissões (63). Dêste modo, é sòmente com a edição de 1925 que os três trabalhos da pena de Fernão Cardim saem com o texto corrigido por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia (64).

Diálogos das Grandezas do Brasil

Outro texto muito ilustrativo é o dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, pela primeira vez encontrado na Biblioteca Nacional de Lisboa, logo desaparecido e extraviado. Não há dúvida de que Varnhagen conheceu o texto que existia naquela Biblioteca, de vez que na carta que lhe escreveu João Francisco Lisboa, em 3 de outubro de 1856, pedindo orientação para as pesquisas que então realizava a mando do Governo Imperial, receando cair

(61) Fernão Cardim, "Do Clima e Gente do Brasil", *Revista Mensal da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil*, Rio de Janeiro, 1881, t. 1, 20-21, 45-58 e 153-154. Nas últimas páginas citadas Capistrano estabelecia também a autoria de Cardim.

(62) Melo Moraes, *Corografia Histórica*, Rio de Janeiro, 1860, t. IV, 417-457; nas partes referentes ao Rio de Janeiro, revista *Guanabara*, 1851, vol. II, 112-115; a Pernambuco, *RIAGP*, 1893, n. 43, 189-206; e à Bahia, notas de Brás do Amaral às *Memórias Políticas* de Inácio Acioli de Cerqueira e Silva, Bahia, 1919, vol. 1, 465-472.

(63) A reprodução feita pelo Instituto Histórico da "Narrativa Epistolar" de Cardim (t. 65, parte 1, 1902, 1-69 da *RIHGB*) foi realizada segundo o seu exemplar de 1847 e, assim, sem as correções.

(64) Fernão Cardim, *Narrativa Epistolar*, Rio de Janeiro, J. Leite, 1925, ed. de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia. *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, São Paulo, Cia. Editôra Nacional, 1939.

em duplicatas e tirar cópias de documentos já impressos na *Revista do Instituto Histórico*, segundo suas próprias palavras, êste dizia que ainda não tinha tido tempo de ir à Biblioteca Pública de São Francisco, acrescentando: “onde certamente farei copiar os Diálogos das Grandezas do Brasil, que V. Exa. me indicou. Desejava, porém, que me desse as notícias que tem sôbre êsse manuscrito” (65). Em carta de 18 de outubro do mesmo ano, informava mais que já havia ido àquela biblioteca, mas que o sr. José Feliciano de Castilho, que fôra bibliotecário-mor, quando embarcara para o Brasil carregara com certos manuscritos importantes, com o intento de os publicar ali... E, com efeito, publicou e começou a publicar Castilho alguns documentos no *Iris*. Entre os que levou e não restituiu estavam justamente os *Diálogos* (66). A publicação no *Iris* não foi integral.

Estando extraviada aquela cópia, de vez que se achava em mãos particulares, Varnhagen teve a sorte de encontrar, em 1874, outro apógrafo na Biblioteca de Leyde, na Holanda, de onde estabeleceu o texto que serviu à primeira publicação integral dos *Diálogos* e às edições posteriores que dêles se fizeram (67).

História do Brasil de frei Vicente do Salvador

O exemplo mais alto da edição crítica no Brasil, dificilmente superável, é a feita por Capistrano de Abreu da *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador. No prefácio que precede a obra, conta Capistrano minuciosamente como se deu o inesperado encontro do texto ma-

(65) F. A. Varnhagen, *Os índios bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3.º, Pelo autor da “História Geral do Brasil”*, Lima, na Imprensa Liberal, 1867, 73-74.

(66) F. A. Varnhagen, *id. id.*, 78.

(67) *Diálogos das Grandezas do Brasil*, RIAGP, ns. 28, 31, 32 e 33; ed. da Academia Brasileira de Letras, Introdução de Capistrano de Abreu e notas de Rodolfo Garcia, Rio de Janeiro, 1930; ed. Dois Mundos, Rio de Janeiro, 1943, segundo a edição da Academia Brasileira de Letras, notas de Rodolfo Garcia e introdução de Jaime Cortesão.

nuscrito, que serviu de base para a edição definitiva feita em 1918. O texto de Frei Vicente do Salvador foi pela primeira vez visto por Varnhagen, em suas pesquisas em Portugal, na Biblioteca das Necessidades, texto êsse que depois desapareceu e se extraviou. Mais tarde, em 1857, João Francisco Lisboa encontrou-o novamente, e não sabendo quem seria seu autor, escreveu a Varnhagen, que lhe respondeu já o haver consultado e ser êle de autoria de Frei Vicente do Salvador (68).

Durante muitos anos, depois do primeiro encontro feito por Varnhagen e do segundo por João Francisco Lisboa, respectivamente na Biblioteca das Necessidades e na Torre do Tombo, permaneceu o manuscrito esquivo à imprensa. Em 1881, por ocasião da Exposição de História do Brasil, deu entrada na Biblioteca Nacional, em condições inesperadas, como escreveu Capistrano, uma cópia manuscrita do livro de Frei Vicente, ofertado pelo livreiro João Martins Ribeiro, como uma contribuição ao certame que então se inaugurava. Capistrano, na nota preliminar que precede a edição de 1918, numa página sentida, narra como foi recebida a oferta feita pelo livreiro. O mais ligeiro exame do códice revelava o seu passado: “a encadernação do couro à portuguesa, o aspecto do papel, a letra do copista denunciavam-no como um dos numerosos volumes copiados dos arquivos e bibliotecas lusitanas na era de 50, por comissão do Govêrno Imperial, conferida primeiro a Gonçalves Dias e por fim a João Francisco Lisboa” (69).

É evidente, no entanto, pela carta de João Francisco Lisboa a Varnhagen, a que já nos referimos, que essa cópia, se foi trasladada, como supôs Capistrano, por um dos dois membros da comissão imperial que andou pesquisando em Portugal documentos relativos ao Brasil, deve ser atribuída a João Francisco Lisboa, de vez que o manuscrito da Biblioteca das Necessidades se havia extra-

(68) Varnhagen, *Os índios bravos e o Sr. Lisboa*, 93, e *História Geral do Brasil*, 1.ª ed., 2.º vol., 52, e 2.ª ed., 2.º vol., 687.

(69) Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, S. Paulo, Cia. Melhoramentos, s. d., 3.ª ed., VI.

viado, conforme nota de Varnhagen, e a outra cópia, a da Torre do Tombo, fôra por êle encontrada.

Fizeram-se várias tentativas de publicação (70). A primeira edição integral de Capistrano de Abreu, em 1918, tomou por base o texto da Biblioteca Nacional, comparando-o com uma nova cópia extraída do apógrafo da Torre do Tombo. Em 1931 foi feita nova edição, revista por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia.

Do ponto de vista crítico, convém acentuar que o códice da Torre do Tombo, conforme escreveu Capistrano de Abreu, não é original nem talvez fôsse cópia do original. Mas o que torna essa edição um modelo de edição crítica são não só a excelente introdução como os magníficos estudos preliminares sôbre as fontes de cada um dos livros ou capítulos de que se compõe a *História*. Capistrano estudou minuciosamente as principais fontes de cada período e indicou também as fontes principais de que se teria servido Frei Vicente do Salvador.

Historiografia das minas

Na historiografia relativa às descobertas das Gerais, poucos textos se salvam. O texto da *Memória histórica e geográfica das descobertas das minas*, de Cláudio Manuel da Costa, merece atenção especial. Publicada no *Patriota* sob êste título e em 1839 sob o de *Fundamento*

(70) Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*. Os dois primeiros livros foram impressos no vol. 5 dos *Materiais e Achêgas para a história e geografia do Brasil*, sob o título *História do Brasil. Livros I e II*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1887. A primeira edição integral ocorreu nos ABN, vol. 13, 1888. Anota Capistrano que do cotejo da *História* com o *Sumário das Armadas* foi possível descobrir um êrro grave no texto dos ABN, que serviu para as edições de 1918 e 1931: no capítulo 12 do livro 4.º inseriu-se, onde não faz sentido, um trecho do capítulo anterior, no qual foi repostado nas edições de 1918 e 1931 (cf. nota de Capistrano de Abreu, in *História do Brasil*, ed. de 1931, 246). Comparar os trechos in ABN, vol. 13, 128. (Passados assim da banda dalém... até França) e *História do Brasil*, ed. de 1931 (mesmo trecho, no cap. 11, 308) e o 12 restaurado (310-311).

Histórico, precede o poema Vila Rica (71). Como acentuou Teixeira de Melo, que fez um minucioso exame do texto, acrescentou Manuel Teixeira de Araújo Guimarães, que então dirigia o *Patriota*, algumas particularidades históricas e modificou para melhor a redação e a forma (72). Embora a *Memória* seja constituída do *Fundamento*, a verdade é que apresenta enormes diferenças que estão a exigir uma edição crítica, que compare os dois textos. A edição das *Obras Poéticas* de Cláudio Manuel da Costa por João Ribeiro (73) não cuidou do assunto, mas qualquer observador cuidadoso verificará várias diferenças e omissões.

Entre outras diferenças que ocorrem entre a “Memória histórica e geográfica do descobrimento das Minas” e o “Fundamento Histórico”, anotaremos as seguintes: 1) A “Memória” não contém a Carta Dedicatória, o Prólogo e os quatro primeiros parágrafos, começando pela frase “Os naturais da cidade de São Paulo” (“Memória”, in o *Patriota*, n. cit., 40, e *Fundamento Histórico*, ed. de Ouro Preto, I-II); 2) O parágrafo que se inicia “Quis Miguel de Almeida... até... Aurora” é todo modificado, com pequenos cortes na Memória (“Memória”, *loc. cit.*, 45; *Fundamento Histórico*, *loc. cit.*, IV); 3) Na “Memória” (45-46) está modificado o parágrafo que começa pela palavra “consequentemente” (*Fundamento Histórico*, V); 4) Na “Memória”, a ordem das cidades descritas é Vila do Carmo, Ouro Preto, Sabará, Caeté, Serro Frio, Rio das Mortes, enquanto que no *Fundamento Histórico* Rio das Mortes vem antes de Serro Frio (“Memória”, 51, e *Fundamento Histórico*, VIII); 5) Na “Memória”, o trecho referente ao achado das esmeraldas segue a parte relativa ao Rio das Mortes, sem intitulação própria, enquanto

(71) “Memória histórica e geográfica das descobertas das Minas”, de Cláudio Manuel da Costa, primeiro publicada no *Patriota*, jornal literário, político, mercantil do Rio de Janeiro, n. 4, abril de 1813, 40-68. Foi reproduzida depois no *Correio Brasiliense*, v. 22, 1819, 302-312 e 417-427. Em 1839, sob o título de “Fundamento Histórico”, precede o poema *Vila Rica*, Tip. do Universal, 1839-41.

(72) Teixeira de Melo, “Cláudio Manuel da Costa”, *ABN*, vol. 2, 230.

(73) Cláudio Manuel da Costa, *Obras Poéticas*, ed. de João Ribeiro, Rio de Janeiro, Garnier, 1903.

que no *Fundamento Histórico* segue a parte relativa ao Serro Frio, que vem depois do Rio das Mortes. No *Fundamento Histórico* ainda existe outro título diferente: “Primeira Divisão das Comarcas”, antes da “Série dos Governadores” (*ob. cit.*, IX); 6) Há inúmeras variantes, supressões e erros na “Memória” e aí faltam também tôdas as citações latinas e poéticas. Em conclusão, tudo faz que o *Fundamento Histórico* está mais de acôrdo com o original do que a “Memória”.

É evidente equívoco atribuir-se a Cláudio Manuel da Costa a autoria da *Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais* (74), obra de José Joaquim da Rocha. O confronto dos dois textos não revela senão os plágios feitos por êste último ao *Fundamento Histórico*, de Cláudio Manuel da Costa. É bem possível que o primeiro se tivesse aproveitado do manuscrito do segundo, então inédito, copiando alguns trechos. Mas vale notar que a *Geografia Histórica* é muito mais fundada e longa que o *Fundamento Histórico* (75).

Aliás, a obra de José Joaquim da Rocha foi várias vêzes impressa sob base de textos diferentes. É assim que a primeira publicação, feita em 1897, pela *Revista do Arquivo Público Mineiro*, teve por base o texto da Biblioteca Nacional. A edição facsimilar, feita pelo Ministério das Relações Exteriores e limitada a cinco ou seis exemplares, foi realizada sob a base do códice existente naquela Secretaria de Estado. A edição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de 1908, foi feita segundo códice da Biblioteca da Ajuda, trazido de Portugal em consequência das pesquisas aí realizadas por Norival de Freitas. Finalmente, a do Arquivo Nacional, segundo códice ali

(74) Cf. José Afonso Mendonça de Azevedo, “O Cimélio de Félix Pacheco”, *Jornal do Comércio*, 1.º de set. de 1946.

(75) O confronto do melhor texto da “Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais” de José Joaquim da Rocha com o *Fundamento Histórico*, de Cláudio Manuel da Costa revela alguns trechos copiados pelo primeiro do segundo. É assim, por exemplo, o trecho que começa por “Era Bartolomeu Bueno...” até... que os dos Rios, e seus tabuleiros, que são as margens planas que o cercam dos lados” (“Geografia Histórica”, in *Publicações do Arquivo Público Nacional*, vol. IX, Rio de Janeiro, 1909, 14-15), que não é senão um plágio do *Fundamento Histórico*.

existente, é de 1909. Na primeira publicação, o título é “Memória histórica da capitania de Minas Gerais”, na segunda e na quarta, “Geografia histórica da capitania de Minas Gerais”, e na do Instituto Histórico, “Descrição geográfica e política da capitania de Minas Gerais” (76).

Que se trata de uma mesma obra e que seu autor tenha sido José Joaquim da Rocha não padece dúvida. O melhor estudo sobre os vários textos é o de Francisco Lôbo Leite Pereira, na introdução que escreveu para a edição do Arquivo Nacional. Salvo pequenas diferenças, diz êle, trata-se da mesma obra na forma e no fundo; as mesmas matérias, quase na mesma soma, os mesmos documentos expostos do mesmo modo, o mesmo singular plano de coordenação, as mesmas idéias com a mesma concatenação, os mesmos modos de enunciá-las, em geral as mesmas palavras. Esta edição parece ser aquela em que o texto foi mais cuidadosamente examinado e editado.

Na introdução que escreveu para a publicação do texto de José Joaquim da Rocha pelo Arquivo Nacional (vol. 9), Francisco Lôbo Leite Pereira diz que o autor, depois de compor a “Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais”, ao pretender dedicá-la ao Governador, a refez, melhorando-a e abreviando-a, transpondo algumas vezes a matéria, suprimindo algumas partes, acrescentando uma extensa narração relativa ao govêrno de D. Rodrigo José de Meneses e Castro, até 1783. Mudou, então, o título para “História corográfica”. Outra cópia, com pequenas diferenças, omissão do nome do autor e dedicatória, com o título mudado para “Memória histórica” foi o trazido por Norival de Freitas, de Portugal. O manuscrito em cópia antiga do Arquivo Nacional não é íntegro. Afirma Lôbo Pereira que a “Descrição Geográfica” é a segunda forma da “Geografia Histórica”, modificada em

(76) A obra de José Joaquim da Rocha foi várias vezes publicada sob títulos diferentes: na *Revista do Arquivo Público Mineiro*, 1897; edição fac-similar do Ministério das Relações Exteriores, [1933?]; *RIHGB*, 1908, t. 71, parte 1, 116-194, edição feita segundo códice da Biblioteca da Ajuda. Cf. Carlos Alberto Ferreira, *Inventário dos Manuscritos da Biblioteca da Ajuda referentes à América do Sul*, Coimbra, 1946, n. 1997; *Publicações do Arquivo Nacional*, vol. 9, 13-100.

vários pontos e diminuída em algumas partes. Conclui que a “Descrição”, salvo diferenças de redação e substituição de palavras, é a “História corográfica” referida por Pizarro. A “Geografia Histórica” é a forma anterior da “História corográfica”. A “Memória Histórica” é outra forma, contendo apenas transposições de períodos, intercalações de tábulas, abreviações de narrativas. Do confronto desses textos, diz êle, parece que a “Memória Histórica”, a “Geografia Histórica” e a “Descrição Geográfica” são a mesma obra, na forma e no fundo, salvo pequenas diferenças.

Outro texto profundamente viciado nas várias publicações que têm sido feitas é a “Breve Descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais”, de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos. A obra foi a princípio publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, sob o título de “Descobrimto das Minas Gerais”, e posteriormente na *Revista do Arquivo Público Mineiro* (77). O texto que serviu à edição do Instituto Histórico não é completo, pois não contém o elogio preliminar e os artigos correspondentes à descrição da capitania e seus rios, clima, natureza vegetal e animal. Êle começa com o capítulo sôbre a natureza mineral, depois de saltar grande parte inicial, e termina no capítulo 11, sem incluir o conhecido capítulo 12, relativo às pessoas célebres de Minas. O texto da segunda publicação merece também severas censuras, pois, possuindo o próprio Arquivo Público Mineiro um original, limitaram-se os editôres a reproduzir o texto estampado na *Revista do Instituto Histórico*, acrescentando apenas os trechos omissos, segundo o original que possuíam. O próprio capítulo 12, pelo fato de já haver sido impresso em 1896 (78), não foi reunido ao conjunto da obra que, assim, aparece desfigurada, com pequenos trechos de um códice,

(77) Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, “Descobrimto das Minas Gerais”, *RIHGB*, vol. 29, parte 1, 1866, 5-114, e *RAPM*, vol. VI, 1901, 761-853.

(78) *RAPM*, vol. 1, 443-452.

grande parte reproduzida de uma edição anterior e um capítulo omitido.

Mas, independentemente destas graves falhas em matéria de edição, o texto da *Revista do Instituto Histórico* não é fiel nem íntegro. O exame e confronto dos vários códices existentes na Biblioteca Nacional permite tal afirmação. Até 1881, época da Exposição de História do Brasil, possuía a Biblioteca três códices, que foram descritos no respectivo *Catálogo* ⁽⁷⁹⁾ e dos quais apenas o terceiro é completo. Até 1894 não havia entrado ali o melhor de todos (I, 1, 1, n. 4), que pertencera ao Sr. Bispo Auxiliar de Mariana D. Silvério Gomes Pimenta, pois em agosto dêsse ano assinava Ramiz Galvão a pequena nota com que explicava a cópia do capítulo 12, da dedicatória e do índice por êle mesmo feito do códice pertencente a D. Silvério (Mss. 1-32,6,21). Verifica-se, dêste modo, que, embora se diga no “Catálogo da Exposição de História do Brasil”, em nota ao terceiro dos códices ali registrados, que êle completava os outros, considerou Ramiz Galvão ainda insatisfatório o texto, talvez porque não observara que os ofícios pertencentes ao Aditamento estavam no princípio do códice e, dêste modo, julgasse faltar o mesmo Aditamento a que não se seguia página nenhuma depois da fôlha de rosto. Verifica-se, também, que é posterior a 1894 a entrada do códice I-1,1,n.º 4, pertencente a D. Silvério, sem contestação o melhor dos existentes na Biblioteca Nacional. O texto da *Revista do Instituto Histórico* e conseqüentemente o da *Revista do Arquivo Público Mineiro* não deve ter sido baseado em qualquer dos códices da Biblioteca Nacional, porque ou terminam com a frase final do capítulo 11 “O medico he hum homem necessário” (como nos códices I-3,1,n.º 3 e I-2,1,28, o que não se dá na transcrição da *Revista*),

(79) Cf. *CEHB*, ns. 611, 612 e 19.364. O n. 611 do *Catálogo* (I-2, 1, n. 28) não contém o capítulo 12 nem a “Relação dos Diamantes”, nem o “Aditamento, compreendendo vários ofícios...”; o n. 612 (I-3, 1 n. 3) é o que se encontra em pior estado e como o anterior não possui as partes referidas; o n. 19.634 (I-1, 1, n. 8) contém a “Relação”, e o “Aditamento”, cuja fôlha de rosto segue a “Relação”, mas cujo conteúdo vem no princípio do códice. É, assim, completo.

ou contém o capítulo 12 e a Relação e Aditamento, como nos códices I-1,1,8 e I-1,1,4, trechos que não foram transcritos na *Revista do Instituto Histórico*. Àquela frase final segue-se um enorme trecho que dificilmente se descobre donde foi extraído. Trata-se de uma interpolação (80). O trecho final no último ofício do Aditamento foi reunido ao fim do capítulo 11. Sabemos que em dois códices não ocorria o Aditamento, que num êle aparecia às primeiras fôlhas, o que dificultaria a interpolação — e que o outro só deu entrada na Biblioteca em 1894, quando a publicação da *Revista* é de 1866. Assim, não parece ter sido de qualquer dêstes textos que se serviu o Instituto Histórico para imprimir a “Breve Descrição” em sua *Revista*. De tudo isto, conclui-se a extrema necessidade de oferecer aos estudiosos um texto limpo do cronista.

Outros exemplos

Outro grande exemplo que deve ainda ser mencionado é o da *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen, que mereceu de Capistrano de Abreu e especialmente de Rodolfo Garcia uma edição crítica definitiva e realmente valiosa. As eruditas notas que esclarecem o texto, restauram as indicações bibliográficas e fornecem novas indicações, de acôrdo com as mais recentes pesquisas, são um verdadeiro modêlo (81).

Assim como temos procurado indicar aqui as principais edições críticas da historiografia brasileira, queremos também registrar alguns exemplos de edições que não devem merecer dos estudiosos, apesar de dirigidas por grandes nomes, boa acolhida. Começaremos pela edição da obra de D. Francisco Manuel de Melo, o Tácito Português, sob o título *Vida e Morte, ditos e feitos de El-Rei Dom João IV*, feita segundo um apógrafo da Biblioteca Nacio-

(80) Cf. no Códice I-1, 1, n. 4, as duas últimas fôlhas, e no códice I-1, 1, n. 8, as duas fôlhas do “Aditamento”, no princípio do códice.

(81) Francisco Adolfo de Varnhagen, *História Geral do Brasil*, 3.^a ed., feita por Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, S. Paulo, Cia. Melhoramentos, s. d., 5 vols. A primeira edição é de 1854-57 e a 2.^a de 1877.

nal (Rio de Janeiro, 1940). Conservada inédita durante séculos, pois foi escrita em 1650, contém valiosas informações sobre o Portugal da Restauração, sobre as lutas com os holandeses e sobre negociações diplomáticas. Existiam 10 cópias espalhadas, 9 nas bibliotecas portuguesas e uma, que serviu de modelo a essa edição, na Biblioteca Nacional. Os editores, Afrânio Peixoto, Rodolfo Garcia e Pedro Calmon, deixaram de proceder à indispensável colação da cópia da Biblioteca Nacional com as nove cópias existentes em Portugal, consideradas por Edgar Prestage, o melhor e mais autorizado conhecedor de D. Francisco Manuel de Melo, como incompletas. Há mesmo quem considere os vários autógrafos claramente deturpados nos primeiros livros. Seria interessante, escreve Mário de Sampaio Ribeiro, que se empreendesse o estudo crítico de tal obra suspeita, quiçá “fabricada, na Oficina Nova Manuscritense, estranha designação de uma oficina muito ativa no fornecimento de livros que circulavam clandestinamente” (82).

A *Cultura e Opulência do Brasil* de André João Antonil só deve ser consultada na primeira edição (1711), de vez que nem a edição de 1837, nem a de 1923 respeitaram o texto. Esta última, eivada de erros e omissões, seguiu a de 1837 e não a de 1711, de que então não existia na Biblioteca Nacional nenhum exemplar. A colação do texto de 1711 com o de 1923 revela as numerosas faltas desta última. É indispensável uma nova edição correta de Antonil.

Entre outros exemplares de edições indignas de apêço podem citar-se a dos *Anais do Rio de Janeiro*, de Baltasar da Silva Lisboa, feita pelo chefe do Serviço de Museu da Cidade, Ademar Barbosa Ferreira de Assunção, revista por Gastão Penalva, tendo, felizmente, saído apenas

(82) Mário de Sampaio Ribeiro, crítica a Jean Colomés, “Hispanisants portugais du XVII^{ème} siècle”, *Biblos*, vol. XXII, t. 1, 1947, Coimbra, 1947. Vide Carta de Manuel Cícero a Edgar Prestage, de 2 de maio de 1911, quando aquêle se interessou pelo apógrafo da Biblioteca Nacional (Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, Livro de Correspondência, de 14 de janeiro de 1911 a 3 de janeiro de 1912).

o primeiro tomo (Rio de Janeiro, 1941); e a *Recopilação de Notícias Soteropolitanas e Brasíliaicas* de Luís dos Santos Vilhena (Bahia, Impr. Oficial, 1921-35, 3 vols.), editada por Brás do Amaral, sem respeito ao texto original, que pertenceu à coleção José Carlos Rodrigues e hoje se encontra na Biblioteca Nacional. Brás do Amaral não reproduziu todos os desenhos do original e não teve nenhuma sobriedade nas notas e comentários, que deveriam apenas esclarecer, retificar ou atualizar o texto, como ensinou o mestre Rodolfo Garcia.

Em matéria de edição de documentos, um mau modelo são os *Documentos Holandeses*, publicação de algumas das cópias trazidas da Holanda por Joaquim Caetano, acompanhadas de uma tradução francesa anônima. A tradução para o vernáculo foi feita diretamente do francês, sem nenhuma colação com o texto holandês, por Abgar Renault ⁽⁸³⁾.

(83) Sobre a edição dos *Documentos Holandeses*, Rio de Janeiro, Serviço de Documentação do M. E. S., 1.º vol., 1945, vide nota de José Honório Rodrigues, *Bibliografia de História do Brasil*, 2.º semestre de 1945, Comissão de Estudos dos Textos da História do Brasil, Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 1946, 23-25. Outro exemplo é o da Carta de Anchieta, de 9 de julho de 1565, extratada por Simão de Vasconcelos e publicada na íntegra por Baltasar da Silva Lisboa. Trata-se de péssima transcrição. Vide nota de Capistrano de Abreu in *História Geral do Brasil* de Varnhagen, vol. 1, 427, onde aparece melhor reproduzida (427-429); outra transcrição em *Cartas*, ed. da Academia Brasileira de Letras, 1933, 244-254.

CAPÍTULO 14.

CRÍTICA INTERNA

O principal dever do historiador, no processo de pesquisa e estabelecimento dos fatos, é distinguir o verdadeiro do falso, o certo do incerto, o duvidoso do admissível (1).

A crítica histórica tenta fixar, nas fontes, a realidade do sucedido, eliminando o documento espúrio, determinando a época, descobrindo o autor, estabelecendo a integridade do texto e firmando a credibilidade do documento e do fato. Esta última é o ponto mais alto de todo o processo e por isso é denominada por Bernheim de crítica superior ou interna.

Trata-se de saber o grau de fé que podemos conceder a uma testemunha, cujo depoimento foi considerado autêntico e íntegro. Percebe-se logo a importância, seriedade e responsabilidade da investigação, pois ela envolve o difícil e complicado problema do valor do testemunho.

Realmente, uma fonte histórica não é senão o testemunho escrito e espontâneo de uma testemunha já morta, e é assim dependente, como qualquer testemunho em geral, do modo como esta percebeu o acontecimento, o conservou em sua memória, foi capaz de evocá-lo e como quis ou pôde exprimi-lo. As diferenças fundamentais que distinguem o testemunho judiciário do histórico, tais

(1) Goethe, *Sämmtliche Werke*, Vollständiges Ausgabe in Sechs Bänden, Stuttgart, J. J. Cotta'scher Verlag, 1860, 1.º vol., 237.

como o ser escrito e não falado, espontâneo e não interrogado, vivo e não morto, não impedem que na crítica do valor do testemunho se procure verificar em que medida o testemunho do indivíduo são e de inteira boa-fé pode ser considerado como a relação exata dos fatos sôbre os quais êle depõe? Esta a questão fundamental que deve ser investigada.

É certo que se não podem aplicar ao testemunho histórico as experiências e análises psicológicas e os exames clínicos, mas se o valor do testemunho depende da crítica que se lhe faz, então o historiador conta também com certos princípios que lhe facilitam a apuração da verdade. F. Gorphe, em obra completa e moderna ⁽²⁾, sustenta que se deve aos historiadores, ao edificar as regras da crítica histórica, o ter sacudido a noção empírica comum do testemunho.

A história conta essencialmente com os relatos espontâneos e não os obtidos por interrogatórios (êstes só nos casos revolucionários, processos e devassas). Ora, os psicólogos modernos reconhecem que, do ponto de vista da sinceridade, o espontâneo se mostra vivo e mais puro (menos deformado) que o obtido por interrogatório ⁽³⁾. Êste último representa o resultado do conflito entre o que o indivíduo sabe, de um lado, e o que as perguntas que lhe são dirigidas tendem a fazer-lhe saber. A crítica de que o relato espontâneo tem o defeito de ser incompleto e irregular (não se estende uniformemente), com interpolações que não são úteis e que não dizem tudo o que interessa e nada mais que isso, não prejudica a história, pois de regra todos os detalhes têm valor e são importantes para a história, e quando não o são nessa época ou para êste autor, poderão sê-lo mais tarde para aquêle mesmo investigador ou outro qualquer. Além disso, pode-se suprir as insuficiências de um com outras fontes.

(2) F. Gorphe, *La critique de temoignage*, Paris, 1924, 12.

(3) E. Mira y Lopez, *Manual de Psiccologia Jurídica*, Rio de Janeiro, Agir, 1947, 170.

A única dificuldade é quando só há um testemunho, já por esta própria particularidade insuficiente.

Como o historiador, de regra, se defronta com relatos espontâneos (com exceção do inquérito), êle não pode presumir sinceridade e em tôdas as fontes exerce a mesma rigorosa crítica, investigando se a testemunha conhecia bem o fato sôbre o qual depôs, examinando o grau de sua competência, de sua exatidão e sinceridade e apurando sua capacidade de reprodução. Para responder à primeira pergunta é necessário saber se o autor conheceu o fato direta ou indiretamente, por observação pessoal ou por ouvir dizer, e, neste caso, quais os intermediários do conhecimento indireto. Chegamos, assim, ao estudo das fontes do autor, ou das fontes da fonte, as quais, quando estabelecidas, decidem da fidelidade do documento.

Foi o que fêz Capistrano de Abreu com a *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, ao apontar, com minúcia e segurança, as fontes de que se servira e as fontes gerais da época para contrôle daquelas. É evidente que se não pode dar à testemunha indireta, *ex credulitate*, que se afirma com um vago ouvir dizer, ou uma frágil impressão, o mesmo crédito que se reconhece na testemunha direta, *ex scientia*. O crítico remontará às origens do conhecimento, pela análise interna, verificando se a observação foi direta ou indireta.

Os modernos estudos psicológicos sôbre o testemunho, especialmente os de Stern, têm confirmado a velha afirmativa de Loysel, de que um só ôlho vale mais que dois ouvidos.

Assim como o conhecimento direto estabelece a favor do documento uma presunção de fidelidade, assim também a competência do autor em bem conhecer e bem compreender o fato reforça nossa crença na sua exatidão. É o que lembra Harsin, ao escrever que se pode ver uma coisa, mas vê-la mal, incompletamente, ou pior ainda, não compreendê-la (4).

(4) Paul Harsin, *Comment on écrit l'histoire*, Paris, 1933, 72.

É preciso, então, ser capaz de compreender o fato que se descreve. Não basta, pois, querer; é preciso saber, pois o testemunho põe em jôgo a maior parte das funções intelectuais. A capacidade depende da idade, da cultura e da experiência do autor e, portanto, estas circunstâncias devem ser apuradas com segurança. Como temos acentuado, a credibilidade não depende só do texto, do conteúdo da afirmativa, mas da personalidade da testemunha ou do objeto do testemunho. A influência da cultura e da profissão sôbre o testemunho tem sido ressaltada nos últimos trabalhos psicológicos. Cada um conhece melhor sua especialidade e, conseqüentemente, deve fornecer melhor testemunho sôbre aquilo que não lhe é estranho. Mas nada disto implica em desconhecer as deformações e os erros dos profissionais e especialistas.

Verificada a origem da observação e a capacidade do observador, inicia-se o processo difícil e delicado da exatidão ou precisão com que consignou o fato. Problema intimamente ligado ao da sinceridade do autor. De princípio, devemos distinguir entre a inexatidão involuntária de detalhes — que é muito comum, da inexatidão deliberada. A crítica de sinceridade serve para determinar o que acreditou o autor, e a da exatidão, os fatos exteriores que o autor observou (5).

Na prática, elas não se distinguem, de vez que, seja por insinceridade ou por falta de exatidão, o que se quer é a realidade ou veracidade do fato. Não há critério de sinceridade, pois o que se chama comumente de “ar de sinceridade” ou “impressão de verdade”, não é senão aparência, e não prova, não é senão habilidade de enganar. O meio de apuração consiste, especialmente, em conhecer o autor, seus hábitos, seu comportamento individual e social. A análise exige explicação biográfica e que se situe a obra na época, entre os contemporâneos e as próprias vivências pessoais do autor. Equivale, portanto, a

(5) Charles Seignobos, *La méthode historique appliquée aux sciences sociales*, Paris, Alcan, 1909, 61.

um esclarecimento racional dos elementos que compõem a obra, de sua peculiaridade e significação.

A consideração sobre as condições de liberdade ou censura de pensamento importam muito em relação ao intuito do autor de falar a verdade. Em alguns países, a liberdade de escrever é franca, noutros oprimida e nuns há prêmios para a lisonja, ódio e castigo para a verdade.

A condição da pessoa, sua honradez, sua constância e coerência têm significação especial para o crítico. Mas é preciso não esquecer nunca de apurar, com extremo rigor, se houve alguma intenção escondida que faça suspeitar do depoimento. Interesses pessoais ou coletivos, preconceitos, orgulho, ódio, ressentimento, simpatia, antipatia, vaidade, temor de censura ou escândalo, tendências dramáticas, romanescas, líricas ou oratórias, preguiça de investigação e conseqüente invenção alteram ou deformam completamente a verdade. É uma questão de extrema importância, pois é freqüente — e nós já citamos o caso das cartas falsas, que preconceitos façam aceitar as piores acusações e cheguem mesmo a abolir todo o espírito crítico de homens de comprovada inteligência e honradez.

A intenção de dizer a verdade, tôda a verdade e só a verdade é singularmente difícil de ser observada e de fazer observar (6). A análise da sinceridade depende, assim, da caracterização psicológica, social e econômica do autor e, por isso, a crítica de atribuição é um passo indispensável ao estabelecimento da credibilidade.

Antigamente, limitava-se o historiador, tal como o jurista, ao conhecimento do valor moral da testemunha. Uma boa moralidade era a melhor garantia de sinceridade e fidedignidade; uma pessoa conscienciosa, que se não deixa corromper, que não vende seu testemunho, que não fala com ligeireza, era o tipo ideal do informante seguro. Sabemos que mesmo os mais corretos e honrados depõem influenciados pelas suas disposições afetivas, ou deformados pelos seus interesses econômicos, sociais e políticos (*Nullus in re sua testis intelligitur*).

(6) Paul Harsin, *ob. cit.*, 86.

É preciso, então, apurar se o autor não falseou a verdade, baseado em considerações próprias, visando destacar os seus merecimentos ou prejudicar o adversário, colocando na frente de tudo seus interesses, tidos como superiores e verdadeiros.

Nesta etapa, a crítica histórica procura estudar as condições de conhecimento do autor. Foi êle ou não coagido, forçado, por motivos sociais, políticos e econômicos, ao escrever suas informações? É preciso, então, conhecer o autor e as condições de sua vida. Muitas vêzes, êle podia querer apenas velar pela sua situação social e não contar a verdade. Na maioria dos casos, pode não haver má fé, mas apenas ingenuidade, preconceito ou leviandade. É necessário, pois, saber a filiação política, social e religiosa do autor. Se era rico e desejava ver assegurados seus privilégios, ou se era pobre e queria apenas alcançar situação melhor. O conhecimento da relação entre as condições econômicas de classe e profissão e os autores muito auxilia a crítica interna.

Devemos considerar a interferência da concepção de vida e do homem na fonte, ou melhor do autor na fonte, tal como na interpretação, quando se realiza o verdadeiro trabalho do historiador, de construção da narrativa.

O historiador diante de fonte partidária deve agir com extrema cautela e prudência, porque ela esclarece e deforma, ao mesmo tempo, a realidade dos fatos, e dificulta e favorece sua compreensão. Um "Saquarema" explica melhor que ninguém a posição "Saquarema", mas também deforma melhor que ninguém a situação social e política que êle pretendeu resolver. Tôda a sociologia do conhecimento, com os elementos que fornece para a compreensão dêsse processo, torna-se, então, um precioso auxiliar para a crítica interna (7).

Não se pode adotar a atitude simplista de afastar ou abandonar a fonte partidária. É preciso ouvi-la crítica-

(7) Consulte-se Max Scheller, *Sociologia del saber*, Madri, Revista de Occidente, 1935, e Karl Mannheim, *Ideology and Utopia*, New York, Harcourt, Brace & Comp., 1940.

mente ⁽⁸⁾, confrontá-la com os outros testemunhos e dar-lhe então o crédito que merecer.

A fidedignidade pode e deve ser estabelecida pelo contrôle de outras fontes. Harsin classifica de contrôle direto o caso em que uma delas conheceu a outra, confirmou-a, negou-a, e indireta quando, sem conhecer os outros testemunhos, uma ou diversas fontes confirmam ou negam o conteúdo do testemunho em exame ⁽⁹⁾.

Mas, como proceder quando em face de um único testemunho? A declaração de um só testemunho não é suficiente desde a lei mosaica e da lei nova (Deuteronomio, 19, 15, S. Lucas, 16, 10, S. Mateus, 15, 19, S. Paulo a Timóteo, 5, 19).

É uma regra de tradição a que estabelecia *testis unus, testis nullus*, ou, como dizia Loysel, *voix d'un voix de nun*. Esta continua sendo a posição de Langlois e Seignobos, de Fling e de Halphen. De acôrdo com êstes autores, por melhor que seja um testemunho, por mais segura que seja sua informação, por mais peremptórias que sejam as afirmações de um documento oficial, há uma regra de que o historiador não deve se afastar nunca: não considerar um testemunho como decisivo, se não fôr confirmado por outro. Só a observação estrita desta regra permite evitar os erros que ameaçam levar a numerosas faltas de transcrição ou mesmo de redação, que se insinuam nos atos públicos; só ela permite descobrir as alterações que um texto ou um monumento sofrem freqüentemente no curso do tempo; só ela permite remediar as debilidades de atenção ou memória, às quais nenhuma testemunha escapa. E quando o historiador se vê, em consequência da penúria de documentos, privado dêste meio de contrôle, êle sabe e deve ter a honestidade elementar de sublinhar o caráter incerto de suas conclusões ⁽¹⁰⁾.

(8) O Aviso de 2 de setembro de 1834 declarava que no processo criminal a testemunha, embora fôsse inimiga de uma das partes, não deixaria de ser inquirida, porquanto no ato da inquirição ela poderia ser contestada, e, provada a inimizade, dar-se-lhe-ia o crédito que merecesse.

(9) Paul Harsin, *ob. cit.*, 87.

(10) Louis Halphen, *Introduction a l'histoire*, Paris, Presses Universitaires de France, 1946, 42.

Já a posição de Bernheim não é tão negativa. Ele o aceita, dependendo do valor da fidedignidade da própria testemunha. Não é exato, como diz Carraghan, que Smedt aceite como verdadeiro o testemunho único simplesmente acima de suspeita ⁽¹¹⁾. Smedt é muito dubitativo e cheio de reservas. Se é exato que ele diz que o testemunho isolado não produzirá uma inteira certeza senão quando se constatar positivamente que o caráter e a posição da testemunha não permitem nenhuma dúvida quanto à exatidão do seu depoimento, não é menos certo afirmar que a crença que ele gera em nós é mais ou menos vaga, e a fé que nós lhe emprestamos não tem a firmeza que resulta da presença de fundamentos sólidos. “Não experimentaremos nenhuma surpresa ao ouvir em seguida este acontecimento contado de outra maneira, nem nenhuma repugnância em mudar nossa maneira de ver, quando relações mais seguras nos tenham instruído melhor. Nós admitimos, então, de boa vontade este estado mais ou menos flutuante de adesão do espírito em relação a certo número de fatos que nos são conhecidos por uma testemunha única, da qual não podemos controlar suficientemente o valor” ⁽¹²⁾.

A aceitação do testemunho único significa, assim, a adesão mais ou menos flutuante, até que novos dados o reforcem ou anulem. Esta é a verdadeira posição a ser adotada e que, no fundo, concorda com a reserva de Halphen. Bernheim lembra para o acolhimento do testemunho único o controle indireto, a prova segundo a probabilidade interior, isto é, se os fatos narrados se enquadram dentro do conjunto que já conhecemos ⁽¹³⁾.

Analisando os testemunhos, podemos dividi-los em controlados e incontrolados ⁽¹⁴⁾. Os primeiros seriam

(11) Gilbert J. Carraghan, *A guide to historical method*, New York, Fordham University, 1946, 294.

(12) Charles Smedt, *Principes de la critique historique*, Liège, 1883, 131-132.

(13) Ernest Bernheim, *Lehrbuch der historischen Methode*, Leipzig, Verlag von Ducker & Humblot, 1908, 536.

(14) Wilhelm Bauer, *Introducción al estudio de la historia*, Barcelona, Bosch, 1944, 482-83.

constituídos por tôda fonte ou parte da mesma composta sob o pêso de uma responsabilidade moral superior, como as moedas, documentos e protocolos oficiais, investigações científicas. Os segundos compreenderiam: em primeiro lugar, as informações orais ou escritas que estão mais ou menos expostas a influências psíquicas individuais ou coletivas, a saber, os rumores, lendas, anedotas, as exposições históricas nelas baseadas e, em grande parte, as memórias; em segundo lugar, tôdas as fontes de caráter publicitário, que podem também ser controladas, não porém sob o contrôle da verdade e sim da vontade de um partido determinado, e que, de modo geral, pretendem apresentar-se como objetivos, mas nunca podem realmente sê-lo. De modo que temos sempre que deduzir, nos testemunhos históricos, o elemento subjetivo, que se coloca entre a realidade e sua reprodução.

O contrôle direto se faz quando existem duas ou mais testemunhas, com as mesmas garantias de credibilidade, conhecedoras umas das outras, e se confirmam, corrigem ou contradizem. No primeiro caso, pode-se atingir a fidelidade perfeita, desde que não houve plágio ou não se trate de pura dependência de fontes. No segundo caso, ficamos conhecendo o fato na sua integridade. O terceiro caso embaraça o historiador, porque não existe meia verdade, nem meio de conciliação, quando se afirmam coisas que repugnam umas às outras.

Quando duas ou mais fontes, independentes entre si, informam sôbre um fato e concordam inclusive sôbre os detalhes que estão apenas em relação acidental e não necessária e normal com o mesmo fato, as informações, desde que não sejam baseadas em opiniões contemporâneas contagiosas, em enganos, preconceitos, idéias de partido, e sejam realmente independentes, devem ser tidas como verdadeiras. Se as fontes concordam quanto aos fatos principais e discordam quanto aos detalhes acessórios, devem-se também presumir verdadeiros os fatos, pois, provavelmente, as informações foram independentes.

Se há dissensão quanto à substância do fato, é preciso verificar se ela não deriva da circunstância de os autores se referirem a momentos diferentes. Se a dissensão é absoluta, é preciso tomar as fontes em sentido relativo e não absoluto, verificando, pela situação pessoal dos informantes, qual dos testemunhos tem maiores probabilidades de ser verdadeiro, ou então, pelo contraste estabelecido, verificar se é possível chegar à conclusão de como os fatos se teriam passado. Uma terceira fonte, por vèzes, pode vir resolver a questão. Outras vèzes, a dúvida persiste. Daí a necessidade da comparação das fontes, tal como se faz na crítica de textos, com a colação dos mesmos (15).

É o caso de certos cronistas que devem ser confrontados com outros, a fim de que a substância do fato fique verdadeiramente estabelecida. É o que acontece, por exemplo, com Diogo de Campos Moreno, cuja *Jornada do Maranhão* foi, por largo tempo, a única fonte sôbre a conquista do Maranhão realizada por Jerônimo de Albuquerque. Com a publicação da *História do Brasil* de Frei Vicente do Salvador, teve-se uma versão independente dos acontecimentos e pôde-se ver o outro lado da questão. Capistrano de Abreu, ao preparar a edição da *História*, mostrou que a *Jornada* em mais de um passo arranhava a verdade e devia ser cotejada com os testemunhos de Manuel de Sousa e Frei Vicente do Salvador. Diogo de Campos Moreno foi malévolos e injusto para com Jerônimo de Albuquerque, porque desejava êle próprio, como sargento-mor do Brasil, dirigir a expedição, que foi entregue a êste (16).

De modo geral, pode-se dizer que a efetividade do fato fica garantida quando está confirmada por informa-

(15) Wilhelm Bauer, *ob. cit.*, 489; Ch. Smedt, *ob. cit.*, 134-136.

(16) Ernesto Ennes, no seu documentado trabalho sôbre *As Guerras nos Palmares*, São Paulo, 1938 (126, 205 e 353), fornece informações completamente divergentes sôbre o procedimento de Domingos Jorge Velho, dadas pelo próprio e por Frei Francisco de Lima. Exemplos magníficos de crítica interna exerceu Jaime Cortesão nos seus artigos de Introdução à História das

ções contemporâneas independentes entre si. Na prática, ainda, como lembra muito bem Halphen (17), a maior parte dos fatos ressalta com tôda clareza da simples aproximação dos testemunhos recolhidos, desde que a documentação tenha sido estabelecida com todo o cuidado.

É evidente que não importa o número de testemunhos em discordância. Deverá ser levado em consideração aquêle que o exame crítico declarar fidedigno, ou mais digno de confiança. A conciliação dos vários testemunhos discordantes independentes não deve ser feita por um verdadeiro historiador — como já apontamos ao tratar da convicção histórica.

O confronto dos testemunhos contraditórios, depois de pesados e examinados em face de sua qualidade e caráter, impõe, então, as seguintes regras: 1) afastar a fonte julgada indigna; 2) acolher o testemunho mais digno de confiança; 3) verificar a relação de dependência de duas ou mais fontes de menor crédito; 4) não há meia verdade, mesmo quando se apura que as fontes são partidárias. Cabe ao crítico verificar onde está a verdade numa e noutra, e onde está a falsidade ou mentira numa e noutra; 5) contradições incidentais, que não afetam a substância, aumentam, às vêzes, a compreensão do fato integral; 6) há casos de contradições aparentes e não reais. Então, é possível solver o conflito.

O contrôle indireto é o caso mais freqüente e desde logo afasta qualquer possibilidade de conluio entre os testemunhos. Se há acôrdo tanto melhor para o historiador e para a verdade histórica; se há variantes, assinalem-se as contradições e reserve-se o juízo.

Outro meio de contrôle negativo é o chamado *argumentum ex silentio*, a prova da não veracidade de uma

Bandeiras, especialmente os seguintes: "A veracidade no Padre Montoya", *A Manhã*, 25-4-1948; "A lenda negra e a lenda branca", *idem*, 23-5-1948; "Os caranguejos de Frei Vicente", *idem*, 30-5-1948; "Uma história que nunca se escreveu", *idem*, 18-7-1948.

(17) Louis Halphen, *Introduction à l'histoire*, Paris, Presses Universitaires de France, 1946, 37-38.

testemunha pelo silêncio de tôdas as outras testemunhas diretas. De modo geral, êle assim se formula: se um fato testemunhado uma única vez fôsse verdadeiro, teria sido confirmado também por outras fontes contemporâneas; desde que êste não é o caso, o testemunho deve ser inverídico e o fato não deve ter ocorrido. A regra crítica estabelecida por Jean de Launoy ensina que, passados duzentos anos da época em que deveria ter acontecido o fato, devemos considerar como falsa a notícia do testemunho único omitido nos outros.

É fácil ver a precariedade da regra, logo denunciada por Bernheim, que diz só se dever usar o argumento condicionalmente, pois afirmado de modo geral é absolutamente errôneo ⁽¹⁸⁾. Se a conclusão hipotética negativa contida na fórmula é errada, mais desacertada ainda é a regra crítica de Launoy. A primeira significaria que o silêncio de tôdas as outras fontes só poderia ter uma razão; a de que o fato não ocorreu e por isso não foi observado por outros e comunicado por êles. Ora, sabemos que existem outras razões para o silêncio das fontes: o fato pode ter permanecido ignorado dos outros; pode não ter sido considerado digno de registro, e por isso calado positivamente; nem tôdas as fontes podem estar conhecidas; o fato pode estar oculto numa expressão que, posteriormente, veio a ter significação diferente. Por tudo isso, aconselha Bernheim que se use o *argumentum ex silentio* com restrição, pois tôdas essas razões explicativas do silêncio são excluídas. É preciso verificar se o silêncio não foi deliberado, tendencioso, se não foi devido a considerações partidárias, nacionalistas ou causado por disposições efetivas. É preciso que se trate de fatos de certa notoriedade e importância, para que se possa afirmar que um contemporâneo não os teria omitido caso êles tivessem ocorrido realmente. E vale lembrar, acrescenta Bernheim,

(18) E. Bernheim, *Lehrbuch der Historischen Methode*, Leipzig, 1908, 536-538.

que a importância do fato não deve ser julgada do nosso ponto de vista, mas daquele em que se colocava o autor, a fim de avaliar o que parecia a êste importante ou sem importância (19).

Como já assinalamos anteriormente, muitas vêzes o juízo de valor dos contemporâneos realça ou diminui o valor de um acontecimento, ao considerá-lo inerte ou eficiente para a exata compreensão do presente.

O *argumentum ex silentio* é, pois, com tôda a certeza, como fôrça probante independente, raramente utilizável; desde que aquelas razões não podem ser determinadas com tôda a certeza, êsse argumento não pode ser levantado contra um testemunho por si mesmo fidedigno (20).

Emprêgo correto do *argumentum ex silentio* dentro das reservas acima referidas foi feito por Alexandre Herculano, na famosa questão do aparecimento de Cristo na Batalha de Ourique. O grande mestre, depois de tôda a argumentação, a que nos referimos quando tratamos da forjicação, advertia, em último lugar, que em nenhum historiador, quer árabe, quer cristão, daqueles tempos ou dos imediatamente próximos, se acha mencionado o sucesso de Ourique. “É um argumento negativo, que nada prova contra a realidade do acontecimento atestado por escritores nacionais e coevos, mas que nos parece mostrar quanto ainda na primeira metade do século XIII êle estava longe de fazer o ruído e de ter a importância que em épocas posteriores se lhe atribuiu” (21).

Na historiografia brasileira, outro mestre aplicou-o com exata compreensão. Ao estudar Caramuru, Varnhagen discutiu, com base no *argumentum ex silentio*, a suposta viagem a Paris, não afirmada por uma única testemunha, mas pela tradição. Baseado na falta total de alguma notícia, Varnhagen excluiu o fato, admitindo apenas que existiu

(19) E. Bernheim, *ob. cit.*, 538.

(20) E. Bernheim, *ob. cit.*, 538.

(21) Alexandre Herculano, *História de Portugal*, Lisboa, 8.^a ed., 2.^o t., 285.

a viagem, mas que a tradição esquecera o indivíduo e a data do sucesso ⁽²²⁾.

Antes de tratar dos critérios de julgamento de certas fontes específicas, convém lembrar finalmente que muitas vezes o erro ou insuficiência não foram devidos à falta de observação direta, insinceridade, ou incapacidade, mas tão-somente às deficiências de reprodução ou expressão escrita. Já dizia o grande discípulo de Ranke e um dos principais pioneiros da metodologia crítica que todo narrador nos relata não os próprios acontecimentos, mas a impressão que deles recebeu. Neste processo de representação há sempre, unido à experiência, um elemento subjetivo; reter o verdadeiro quadro dos acontecimentos eliminando êste elemento subjetivo, eis a tarefa da crítica histórica ⁽²³⁾.

Tôdas estas investigações críticas procuram, assim, atender àquele objetivo ideal que Goethe atribuía ao verdadeiro historiador. Livremente êle considera a natureza do fato, a reputação das fontes, a verossimilhança dos fatos alegados, afastando os inconvenientes dos mexeriqueiros e desassisados que difamam, maldizem, deformam e alteram a verdade ou as faltas provocadas por vícios de percepção do informante.

Estabelecer a confiança no documento e a fé no testemunho é, assim, a tarefa máxima da crítica e com ela se encerra o período de investigação, para começar o da recriação do passado sob forma de narrativa.

O documento, o testemunho não é prova, como já dissemos, mas instrumento de prova; êle contém erro e verdade. É um instrumento inteligente e autônomo, nem sempre seguro e preciso. Nem se tem o recurso de ajustá-lo antes de servir-se dêle. Daí a necessidade do contrôle crítico, que indica se recai sôbre êle alguma exceção ou suspeita e demonstra a validade ou nulidade da fonte.

(22) Varnhagen, "Caramuru na História", *RIHGB*, t. 10, vol. 10, 1848, 129-53.

(23) Von Sybel, "Gedächtnis Rede auf Leopold v. Ranke", *Historische Zeitschrift*, 1886, cit. por A. Johnson, *The historian and historical evidence*, New York, Scribner's, 1934, 100.

Credibilidade de fontes específicas

1. *Autobiografia*. Há uma só diferença acidental entre a autobiografia e as memórias, que essencialmente são um mesmo gênero de fontes. Aquela nunca perde de vista sua relação com o narrador, pois de regra abraça sua carreira completa, enquanto que estas podem ou não abranger tôda sua carreira. A autobiografia, o gênero histórico da primeira pessoa do singular, representa sempre para o historiador um auxílio na compreensão do papel do indivíduo no curso histórico. Teòricamente, o Ego revelado nas autobiografias nunca deixa de ser um produto do processo histórico-social que cria um espartano ou um romântico, mas como as teorias são propostas pelo próprio homem e por êle utilizadas, a história da autobiografia mostra não só a conformidade, como a dissensão, o compromisso como a divergência (24). Como lembra Trevelyan, as mais famosas autobiografias são as *Confissões* de Santo Agostinho e de Rousseau. Era um gênero altamente difícil, pois é mais fácil pecar, que confessar o pecado.

A autobiografia tem como formas básicas o Diário e as Memórias.

a. O *Diário* caracteriza-se pelo fato de que suas anotações se escreveram ao tempo em que se produziu o acontecimento. Naturalmente, é preparado para uso próprio, registrando o pessoalmente vivido, e as impressões de leituras, as advertências e os conselhos de outros. Mas, de regra, poucos foram escritos sem preocupação pela posteridade. Raros serão os que sentem prazer na mera expressão particular, ou que fazem do seu Diário um confessionalário. A contemporaneidade do registro é uma garantia de sua exatidão. Como é sempre subjetivo, e como “ninguém mente mais descaradamente do que a si próprio”,

(24) A melhor história da autobiografia na antiguidade é a de Georg Misch, *A history of autobiography in antiquity*, 1951, 2 vols. Poder-se-ia citar como um exemplo de prática desse gênero, no Brasil, a *Autobiografia do Visconde de Mauá*, 2.ª ed., Zélio Valverde, Rio de Janeiro, 1943 (prefácio e anotações de Cláudio Ganns).

a crítica exige que se compare o que o autor diz de sua vida com as manifestações dos outros sôbre a posição social, atividades e grau de educação do mesmo.

A comparação com os documentos e cartas escritas pelo autor ou que a êle se refiram muito esclarecem o problema da fidelidade. Os melhores Diários são quase sempre os dos contemporâneos situados num segundo plano, que viveram os acontecimentos ou estão bem informados, mas não tiveram participação ativa nêles (25).

Examinados com rigor e prudência, os diários podem suprir o historiador de abundantes detalhes de vida, que o capacitam a alumiar e colorir situações históricas.

b. Memórias. A inerente falibilidade das memórias exige um exaustivo exame crítico. Elas são, na opinião quase unânime dos metodologistas, as mais indignas de fé de tôdas as fontes. O escritor de memórias raras vêzes tem um propósito puramente científico, e poucas vêzes escreve como observador desapaixonado dos acontecimentos ou como crítico de sua época. De regra, êle pretende descobrir as causas dos seus próprios atos, situando-se no centro da narração. São peças de justificação, onde se exalta a própria vida e se acusa os adversários. É sempre ou quase sempre uma relação mais longa e detalhada que o diário.

Foi a vida social do século XVIII, na França, que facilitou a expansão deste gênero, tão popular ali como a biografia na Inglaterra, e que nos permite, ainda quando parcial, em relação a sucessos e pessoas, formar uma idéia sôbre a psicologia e as correntes ideológicas dos círculos sociais dominantes (26).

As memórias são de pouca fidedignidade, porque contêm notícias tendenciosas, mentiras e calúnias, especialmente quando são de estadistas, diplomatas e militares, preocupados com os contemporâneos ou com a posteri-

(25) W. Bauer, *ob. cit.*, 42. Bom exemplo constitui o *Diário Intimo do Engenheiro Vauthier* (1840-1846), Prefácio e Notas de Gilberto Freyre, SPHAN, 1940.

(26) W. Bauer, *ob. cit.*, 431-432.

dade. Depois de derrotas, de quedas e insucessos, procuram alguns descarregar suas deficiências e culpas sobre outros. Como se trata de obras subjetivas, é preciso, então, resolver a complexa equação pessoal, antes de usá-las e lembrar-se que elas são, como diz Bauer, a expressão geral da superestrutura espiritual da classe dominante. Inveja e vaidade, ressentimento e antipatia são de regra os impulsos psicológicos dos memorialistas (27).

No Brasil, é só no século XIX que começam a aparecer as primeiras Memórias, especialmente no período agitado da Independência e da Regência. O conhecimento do autor é de extrema importância, pois não são raras as Memórias escritas por outrem, como é o caso das de Francisco Gomes da Silva, o Chalaça, redigidas por Rodrigo da Fonseca Magalhães (28).

Pode-se concluir, com Bauer, que de regra a valorização histórica das Memórias é muito baixa e é com ex-

(27) Um exemplo vivo e atual destas descargas psicológicas se encontra nas declarações das personagens centrais dos acontecimentos brasileiros de 1930 a 1955.

(28) *Memórias oferecidas à Nação Brasileira*, Londres, impresso por L. Thompson, 1931. Publicadas sob o nome de Francisco Gomes da Silva, o Chalaça, foram redigidas por Rodrigo da Fonseca Magalhães. Sobre a autoria, vide capítulo especial sobre o assunto. A bibliografia de Memórias é extremamente rica. Vide CEHB e depois, como exemplos, J. M. Pereira da Silva, *Memórias do meu tempo*, Rio de Janeiro, 1895-96, 2 vols.; Alberto de Oliveira, *Memórias da vida diplomática*, Paris, 1926; Aureliano Leite, *Memórias de um revolucionário de 1930*, São Paulo, 1931; Rodrigo Otávio, *Minhas Memórias dos outros*, Rio de Janeiro, 1934-36, 3 vols.; Humberto de Campos, *Memórias*, 1.^a parte, 1886-1900, Rio de Janeiro, 1935; Oliveira Lima, *Memórias (Estas minhas reminiscências)*, Rio de Janeiro, 1937; Júlio Belo, *Memórias de um senhor de engenho*, Rio de Janeiro, 1938; *Memórias de um Cavalcanti*; *Trechos de um livro de assentos* de Félix Cavalcanti de Albuquerque Melo (1821-1901), São Paulo, 1940; Albino José Barbosa de Oliveira, *Memórias de um magistrado do Império*, São Paulo, 1943; *Memórias do Visconde de Taunay*, São Paulo, 1948; Augusto F. Schmidt, *O Galo Branco*, São Paulo, 1948; Augusto Meyer, *Segredos da Infância*, Livr. Globo, 1948; F. Setembrino de Carvalho, *Memórias, Dados para a história do Brasil*, Rio de Janeiro, 1950; Graciliano Ramos, *Memórias do Cárcere*, Rio de Janeiro, 1953; João Alberto, *Memórias de um revolucionário*, 1.^a parte, A Marcha da Coluna, 2.^a ed., Rio de Janeiro, 1954; Manuel Bandeira, *Itinerário de Passárgada*, Rio de Janeiro, 1954; Gilberto Amado: *História da minha infância*, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1954; id., *Minha formação no Recife*, 1955; *Mocidade no Rio e primeira viagem à Europa*, id., 1956; José Lins do Rego, *Meus verdes anos*, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1956.

trema cautela e prudência que os historiadores devem aproveitar-se de suas informações. É certo, também, que algumas Memórias, apesar das deficiências psicológicas que invalidam seu conteúdo, são úteis, tal como o Diário, para a visão de certos detalhes, de costumes e da vida social.

2. *Cartas*. A carta ou a correspondência pode ter caráter biográfico ou publicitário, quando se dirige a grandes correntes da opinião pública. No primeiro caso, como documento privado e confidencial, que esclarece aspectos pouco conhecidos ou inéditos, é uma preciosa fonte, especialmente se contém descrições, registro de costumes, hábitos e tendências. No segundo caso, é intencional e por isso mesmo disfarça ou oculta aspectos pouco lisonjeiros e acusa ou divulga falsidades ⁽²⁹⁾.

Assim, deve-se acreditar, de regra, mais na correspondência privada que na pública. A correspondência oficial de governo a governo e a diplomática devem ser usadas com extrema reserva. As cartas de diplomatas, embora mais objetivas que as anteriormente referidas, estão sujeitas também aos preconceitos e interesses pessoais do diplomata. Quando êste escreve duas cartas, uma pública e outra confidencial, dirigida aos responsáveis, esta merece mais crédito que a primeira ⁽³⁰⁾.

(29) W. Bauer, *ob. cit.*, 440. O exemplo clássico são as *Cartas do Solitário* (publicadas inicialmente no *Correio Mercantil*, 1862), 3.^a ed., Brasiliana, v. 115, São Paulo, 1938; as *Cartas ao Amigo Ausente*, de José Maria da Silva Paranhos, publicadas pelo Instituto Rio Branco, edição organizada por José Honório Rodrigues, Rio de Janeiro, 1953; "Cartas de D. Pedro II ao Visconde de Taunay" (*AMI*, v. IX, 1948); "Cartas do Visconde do Rio Branco" (*AMI*, XII, 1951); de Varnhagen a D. Pedro II (*AMI*, 1948), de Gonçalves Dias a D. Pedro II (*AMI*, XI, 1950), de Bispos a D. Pedro II (X, 1949), a *Correspondência de Machado de Assis a Joaquim Nabuco*, São Paulo, 1923; a *Correspondência de Mauá*, Brasiliana, v. 227, Rio de Janeiro, 1943; *Antônio Tórres e seus amigos*, S. Paulo, 1950, ed. de Gastão Cruis; *Correspondência de Capistrano de Abreu* (Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1954-56, 3 vols., ed. organizada e prefaciada por José Honório Rodrigues), as Cartas de D. Pedro II à Condessa de Barral — Alcindo Sodré, *Abrindo um cofre*, Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1950, e Raimundo Magalhães, *D. Pedro II e a Condessa de Barral*, Ed. Civilização Brasileira, 1956. Sobre cartas anônimas, vide excelente estudo e exemplos de Otávio Aires, "Cartas anônimas à Família Imperial", *AMI*, IX, 1948, 93-103.

(30) G. J. Carraghan, *ob. cit.*, 252.

A mesma cautela deve ser usada em relação aos Tratados, que, às vèzes, contêm cláusulas intencionalmente obscuras, a fim de evitar sua execução.

3. *O Jornal*. Os metodologistas e críticos da história apontam o jornal, quase sempre, como exemplo de fonte suspeita. Pondo de lado o editorial, que é a parte menos digna de fé, a própria notícia e o anúncio devem ser usados com cautela. A notícia simples, a reportagem destituída de interesse pessoal contêm erros de fato, devidos à má observação, percepção ou representação. Os anúncios, tão úteis à história social e econômica, pelos dados que fornecem sobre artigos e peças, devem ser aproveitados depois de certo exame crítico. Uma regra ensinada por Carraghan é a de não levar muito em conta as descrições dos artigos anunciados à venda ⁽³¹⁾.

São tantas as cautelas exigidas, que um teórico aceita como fidedignos apenas os fatos desinteressados, de origem oficial, como notícias sobre o tempo, navegação, transferências de propriedade, mercado, estatísticas, etc. ⁽³²⁾.

Na verdade o problema crucial não é mais saber quem escreveu, ou o que escreveu, mas a quem pertence o jornal. A questão decisiva para o historiador é “de quem é?”

A própria entrevista, que é uma das modernas contribuições do jornalismo contemporâneo, está sujeita ao mais severo contróle. O jornalista procura ouvir e divulgar aquilo que faz aumentar a venda, e supre com dados inventados aquilo que não obtém. A entrevista coletiva é que se cerca de elementos mais dignos de confiança, a menos que não haja liberdade de interrogar ou sugerir questões e o repórter se veja obrigado a receber a entrevista redigida, que é então simples propaganda.

A notícia redatorial, como fonte histórica, é sempre ou quase sempre suspeita. Nunca se sabe quem escreveu, quase sempre há uma colaboração ideológica dos vários redatores, que discutem antes o problema. Além disso,

(31) G. J. Carraghan, *ob. cit.*, 256.

(32) A. Johnson, *The historian and historical evidence*, New York, Scribner's, 1934, 96.

sabemos que, a partir do ano 80 do século XIX, o jornal aparece industrializado, a serviço da organização capitalista, das grandes forças plutocráticas (bancos, trustes, cartéis). A influência destes grupos não se limita às questões mercantis, mas se estende aos problemas políticos e até literários e científicos. A crítica precisa determinar o partido político a que pertence o jornal, porque seus interesses econômicos não seguem caminhos muito distintos dos políticos. Necessita, também, distinguir entre imprensa oficial e oficiosa e não deve identificar imprensa e opinião pública. A imprensa não exprime a opinião pública, mas procura influenciá-la ⁽³³⁾.

Não pode também o historiador deixar-se influenciar pela opinião expressa por um contemporâneo interessado sobre a credibilidade desta ou daquela fôlha. Melo Moraes, profundamente irritado com o gabinete de 3 de agosto de 1866 (liberal, dirigido por Zacarias Góis de Vasconcelos), pretendeu emitir um juízo definitivo ao escrever que o futuro historiador que desejasse escrever a história de 1866-67 só poderia recorrer ao *Diário do Rio de Janeiro*, ao *Jornal do Brasil* e ao *Correio Mercantil*, pois os demais se haviam vendido ao gabinete ⁽³⁴⁾.

4. *Relatos de Viajantes*. A credibilidade dos livros de viajantes está sujeita, também, a uma apreciação crítica para cada caso. De modo geral, pode-se dizer que as notas de viagem de turistas que vêm apressadamente o país e sobre ele generalizam devem ser confrontadas com fontes mais seguras, de melhores conhecedores. Smedt exemplifica com o caso de um viajante que ouve dizer que aquêl ano foi de grande abundância, tendo havido belas colheitas. Para verificar a certeza da informação, êle procura conhecer a pessoa que fala. Se é um velho proprietário, por exemplo, que vive nos arredores há longos anos, apaixonado pela estatística e que, nesse particular, lhe fornece todos os meios para se esclarecer, não há razão

(33) Wilhelm Bauer, *ob. cit.*, 471, 474-477.

(34) Melo Moraes, *Brasil Histórico*, Rio de Janeiro, 1866-68, 2.^a série, 226.

para duvidar de sua informação. Se, por acaso, é o filho dêsse velho proprietário, que vive muito mais na cidade e só vem ao campo por motivo de prazer, e que soube por ouvir dizer, seu testemunho é pouco seguro (35).

Entre os que registraram suas impressões de viagens pelo Brasil, se há, por exemplo, viajantes como Saint-Hilaire, Martius e Spix, de grande prudência e capacidade crítica nas suas observações sôbre costumes e nosso meio social, outros há, como Charles Expilly e F. Biard, cujas informações são frutos da precipitação e da ligeireza, devendo ser examinadas com rigor.

O exame da credibilidade se exerce também nos casos de fontes impessoais, como boatos, anedotas, lendas, provérbios, canções e tradição oral. Deve-se consagrar especial atenção a circunstâncias de que o narrador tenha sido testemunha ocular ou presencial do sucesso e fixar o prazo transcorrido entre o relato e os acontecimentos. As variantes, os acréscimos, a colaboração posterior devem ser estabelecidos. É regra comum a contradição destas fontes com a verdade histórica; ainda assim elas fornecem curiosas informações de natureza social e psicológica.

(35) Charles de Smedt, *ob. cit.*, 118.

CAPÍTULO 15.

A COMPREENSÃO E A SÍNTESE HISTÓRICAS

O trabalho histórico não se esgota na procura, descoberta, exame e crítica do documento. Apurada a autenticidade e veracidade dêste, o historiador inicia uma tarefa muito mais complicada, mais difícil e mais refinada. Ele deve compreender a significação de todo aquê material colhido e criticado, para elaborar a síntese e escrever a narração. Até então, sua tarefa se limitara à pura pesquisa ou à construção do andaime instrumental do conhecimento histórico. Para chegar à obra verdadeiramente histórica é necessário não só fixar o fato e a exatidão objetiva do acontecimento, como determinar o sentido da ação do homem, superando a instância documental.

O historiador não se pode limitar à pesquisa e ao exame crítico das fontes. Deve interpretá-las; deve extrair do texto histórico a plenitude da vida que foi e que permanece nas formas presentes. Deve recompor o conjunto orgânico, pensando e sentindo, a fonte ou fontes que a crítica julgou limpas e certas. Se a História não quiser ser um jôgo de títeres tem que compreender o acontecimento, sentir e pensar a grandeza e humildade das personagens, penetrando no seu íntimo, fixando as decisões, os impulsos, os atos de vontade libertados pelos sucessos. Dêste modo, êle não se pode aprisionar ao sentido gramatical e literal dos textos, aceitando sem restrições a velha lição de que êstes nada deixam ao arbítrio do historiador, pois

a história já está escrita em textos autênticos, nos quais não há incerteza.

O historiador tem o direito e o dever de interpretar o sentido e o pensamento, a ação e sentimento que existem encarcerados nos textos. Tanto assim que êle já utilizou a interpretação extra-litera! na crítica interna. A diferença fundamental está em que nesta se parte do texto para considerações e pesquisas externas, enquanto na interpretação geral existe maior liberdade de ação, de tal modo que tanto se procede de sugestões e hipóteses teóricas para o texto, como dêste para considerações teóricas, num jôgo mútuo teórico e prático. Se é lógico que não se pode acrescentar ou modificar nada, isto não significa que a ação do historiador se reduza a compendiar textos e apresentar a recopilação.

A verdadeira doutrina ainda é a da fidelidade documental, acrescida de interpretação. O postulado de Fustel de Coulanges, de que o melhor historiador é aquê! que se mantém mais próximo dos textos e que só escreve e só pensa em face dêles ⁽¹⁾ continua vivo, desde que não se queira converter o mundo histórico ao texto, numa regra inverídica, de *quod non est in textu, non est in mundo*. De outro modo, todos os motivos psicológicos, todos os fins, tôdas as razões, tôda a compreensão seriam violentamente excluídos da história; sem compreensão os textos não informam o conteúdo espiritual do ato que se tornou histórico. Pelo documento, sim, mas também além do documento, desde que se fundamente no documento. De outro modo, bastaria alinhar textos, copiar documentos, para que alguém se convertesse em historiador. A estrita aplicação da regra, nada além do texto, ainda que baseada no documento, levaria os historiadores a declarar: “eu não conheço história, conheço documentos”, da mesma maneira que Mr. Bugnet dizia: “não conheço direito civil, conheço o Código Napoleônico”.

(1) Fustel de Coulanges, *Histoire des institutions politiques de l'ancienne France*, 1888, 33 e 69.

É certo que milhares de arquivistas e pesquisadores, como milhares de advogados só conhecem os textos históricos, ou os códigos. Mas para ser historiador ou jurista exige-se algo mais, como se exige de qualquer cientista. Ortega y Gasset escreveu que a história não é documento, como a física não é experiência. A inovação substancial consiste em aliar-se ao puro documento uma disciplina mental que compreenda o sucesso histórico (2).

A grande maioria limita-se ao documento, evitando compreender, calando a voz, oprimindo a inteligência. Mas mesmo estes — a menos que sejam puros editores de textos —, na escolha, na apresentação, no destaque deixam escapar a consciência e penetrar o subjetivo às ocultas. Rejeitar todo o esforço de interpretação, pelo temor ao erro, à impossibilidade e ao perigo não decide o problema.

Presta naturalmente enormes serviços à historiografia o mais humilde dos pesquisadores, descobridor voluntário de realidades. Durante todo o século XIX, os progressos e a segurança dos conhecimentos históricos foram devidos às limitações e à estreiteza de vista que os próprios historiadores se impuseram, o que reduzia a história a uma simples caça documental e à crítica textual.

Os discípulos de Ranke tornaram a heurística e a crítica as duas peças fundamentais do processo histórico. O melhor historiador seria aquele que soubesse procurar o documento, averiguar o fato e, no máximo, comparar as fontes e os fatos encontrados. O resultado foi a descoberta quantitativa de fontes desconhecidas, de fontes abandonadas por infiéis ou forjadas, num magnífico atestado da pujança do novo método. Mas uma funesta consequência desta nova direção metodológica foi, também, a do historiador de cola e tesoura, que perseguia o documento e o reproduzia como obra histórica. A produção de livros sem sentido, a escrevinhação fraca nos fundamentos filosóficos, displicente ou desdenhosa nas teorias de in-

(2) Ortega y Gasset, "Historiología", *Goethe desde dentro*, Buenos Aires, Espasa Calpe, 1940, 198.

interpretação, reles e pífia na temática, levou à descrença os que deviam se alimentar dessa incrível mistura.

Já acentuamos, no capítulo sôbre a Metodologia, a nova orientação que, sem desprezar o trabalho heurístico e crítico, acentua o teórico, de interpretação e compreensão. Mesmo porque os que fugiam à reflexão teórica não deixavam de marcar subjetivamente seu trabalho. A objetividade histórica não consiste em contemplar a vida dos povos sem pestanejar, de coração frio. A história é também juízo, e tanto uma quanto outro, pela sua significação e pelo seu valor, são sempre e sempre inseparáveis da verdade. Como acentuou Cassirer, não existe uma só afirmação de fato que não contenha, ao mesmo tempo, implicitamente, uma afirmação de princípio. Todo juízo sôbre um fato concreto se apresenta como uma tese, um sistema, um princípio (3).

Todo fato é já teoria, dizia Goethe. “Os fatos e a teoria não são dois pólos opostos, mas simplesmente duas expressões e dois aspectos de uma só relação indissolúvel” (4). É esta uma de suas máximas fundamentais.

O historiador não pode, assim, assumir atitude passiva diante do documento. Cabe-lhe uma função, senão criadora, ao menos recriadora. Seria um terrorismo metodológico a eterna prisão ao documento, sem a compreensão dos fins da atividade humana, sempre nêle implícitos.

O reconhecimento da necessidade de compreender os fatos alegados nos documentos autênticos e fidedignos explica o recurso às teorias interpretativas. Apelar, esgotada a pesquisa objetiva, para instâncias superiores, interpretando, compreendendo, parece ser o mais definitivo ato de criação histórica. *No princípio, o fato apurado e criticado, no fim, a compreensão* — eis a regra fundamental.

(3) Ernst Cassirer, *El problema del conocimiento, De la muerte de Hegel a nuestros días*, México e Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1948, 161. “O que se acha presente no espírito quando se pensa não é nunca uma coisa, mas um estado de consciência”, 147. Vide também, 161-162.

(4) Goethe, *Sämmtliche Werke*, Stuttgart, J. G. Cotta'scher Verlag, 1860, 1.º vol., 272.

Para êste ato decisivo deve o historiador recorrer a vários dados práticos e teóricos, especialmente aos que lhe vêm das ciências vizinhas, de parentesco indiscutível, as chamadas ciências sociais. Estas desenvolveram-se espontâneamente por injunção das tarefas da vida e acham-se próximas da história por afinidades e fundamentos recíprocos. O parentesco entre elas reside na vivência e na sua compreensão. O fato singular, particular, indivisível e irreversível é a base de tôdas. A compreensão, que é seu método interpretativo principal, descansa na relação entre a expressão e o expressado, contida em tôda vivência. Tôda vivência — estas ciências são expressões teóricas de vivências — só pode ser ultrapassada quando compreendida. A afinidade dos métodos está na relação das manifestações da vida com algo interior, que se expressa nelas. O principal processo para compreender é a indução, da qual não se infere uma lei geral, mas um sistema, uma estrutura, que agrupa os casos, como partes, num todo (5).

As ciências sociais têm como tarefas gerais a apreciação das relações do homem com a natureza e do homem com o mundo social-econômico; relações, portanto, de estrutura e superestrutura. Pois bem, esgotada a tarefa crítica, inicia-se a da compreensão, que é o processo pelo qual, partindo de fora, conhecemos a interioridade do passado. É preciso, contudo, não confundir a crítica interna, que é a técnica de interpretação do testemunho escrito, com a interpretação final, que é a compreensão das manifestações da vida. Esta compreensão exige um conhecimento geográfico, econômico, jurídico, político, sociológico, antropológico, psicológico, literário e artístico. Daí a necessidade de informar-se o historiador sempre da atualidade daquelas ciências e letras para que sua interpretação seja integralmente aproveitada e a realidade sucedida seja integralmente reconstituída.

(5) Wilhelm Dilthey, *El mundo historico*, México, Fondo de Cultura Económica, 1944, 91-92. Vide também *Introducción a las ciencias del espíritu*, México, Fondo de Cultura Económica, 1944, 5.

Além disso, muito acertadamente, alguns autores consideram as ciências sociais como ciências históricas, desde que o seu fim consiste na aquisição de um saber histórico, e uma vez que todo conhecimento científico do social se dirige à determinação do comportamento humano no decurso de certo espaço de tempo, isto é, dirige-se para a determinação do comportamento histórico. Todo conhecimento social científico é histórico, porque é relativo à situação histórica do sujeito cognoscente. Não é possível um conhecimento objetivamente independente do sistema de referências de situações históricas concretas do historiador, conforme afirma Kaufmann (6).

No campo especial da etnologia, não são poucos os que reconhecem a historicidade dessa ciência e a necessidade de utilização do método histórico na antropologia. Graebner, por exemplo, considerava a etnologia como ciência histórica e a história como uma das ciências mais bem trabalhadas metodologicamente (7). Herbert Baldus declara categoricamente estar fora de dúvida que a etnologia pertence às ciências históricas, porque os materiais que ela recolhe representam documentos históricos; em sentido muito mais profundo a etnologia também é ciência histórica, porque necessita de documentos históricos e deles se vale para poder realizar o seu trabalho (8).

Aceita ou não a historicidade das ciências sociais (9), o fato é que para uma compreensão mais satisfatória da

(6) Kaufmann, *Metodologia de las ciencias sociales*, México, Fondo de Cultura Económica, 1946, 256.

(7) F. Graebner, *Methode der Ethnologie*, Heidelberg, 1911, 2 e 71.

(8) Herbert Baldus, *Ensaio de etnologia brasileira*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1936, 19. Sobre a utilização do método histórico na etnologia, vide especialmente Wilhelm Schmidt, *The culture historical method of ethnology*, New York, Fortune, 1939, 15-22.

(9) Opina-se hoje que à geografia caberia superar a oposição entre história e ciência natural. A geografia humana, tratando das relações recíprocas entre natureza e cultura, poderia ser o laço de união entre as ciências do homem e as ciências da natureza. Cf. Otto Graf, *Vom Begriff der Geographie im Verhältnis zur Geographie und Naturwissenschaft*, 1925, citado por W. Bauer, *Introducción al estudio de la historia*, Barcelona, Bosch, 1944, 227. Desta opinião participa José Verissimo da Costa Pereira, ao

evolução e da história é necessária a cooperação destas várias ciências. Delas se originam as teorias históricas, que nos facilitam a compreensão interior do material, o conhecimento dos problemas históricos e a descoberta de suas ligações. Estas teorias, contudo, não devem dirigir aprioristicamente o trabalho histórico, sob pena de transformar-se êste em tese. Ao contrário, elas são uma sugestão final, ou um roteiro, para que não se deixe o historiador, em face dos documentos, dominar unicamente pelo fato nu e cru, mas apreenda também sua significação e sentido.

De regra, estas teorias devem promover a compreensão, focalizando as ligações, os vínculos, as conexões dos fatos com as idéias. Outras vêzes, elas segredam ao historiador um conselho sábio: não deixe de ver o que há entre êste fato e aquêle, entre esta e aquela ideologia; espregue as relações do ambiente geográfico com o homem, dêste com a estrutura econômica e com o mundo espiritual. Elas fornecem, assim, sugestões de trabalho, métodos de compreensão da totalidade.

É preciso não confundir o método de pesquisa, que se limita a procurar e limpar pela crítica o documento, com o método sugerido pela teoria, que é apenas uma hipótese de trabalho, uma conjetura de investigação e compreensão. Porque, se de regra a teoria, ou melhor, a conjetura, surge do material selecionado, muitas vêzes o historiador necessita voltar à pesquisa a fim de procurar conexões não investigadas, por descuido material ou despreparo teórico ⁽¹⁰⁾. Na verdade, o valor de uma teoria só tem um caminho para acreditar-se: conduzir, em suas conseqüências, a resultados que se achem de acôrdo com

escrever que, "estabelecendo a aproximação entre as ciências da natureza e as culturais, a geografia é bem uma ciência viva, sintética e original, que realiza na vida do espírito uma ação equilibradora", ("A propósito da evolução, conceito e método da geografia", *Revista Brasileira de Geografia*, jan. de 1945, n. 22, 1477-1481, especialmente esta última).

(10) É necessário não esquecer que a própria pesquisa científico-natural é sempre dominada por idéias preconcebidas, hipóteses. E. Meyerson, *Identité et Réalité*, Paris, F. Alcan, 4.^a ed., 1932, XV.

a experiência, ou seja, com os documentos colhidos, autênticos e fidedignos.

Dêste modo, bem se pode dizer que assim como todo princípio físico deve seu nascimento a uma hipótese, empiricamente comprovada, assim também, partindo-se das conjecturas surgidas da investigação documental, ou excepcionalmente diretoras da reinvestigação, pode-se compreender melhor a ocorrência dos fatos. Estabelecida pela objetividade documental a exatidão fidedigna dos fatos, por meio de raciocínios dedutivos o historiador passa dos documentos à totalidade “factual” e espiritual, superando o puro fato, carregado de significação, e compreendendo seu sentido.

Daí declarar Ortega y Gasset que a história — e não a historiografia — não é um simples *factum*, um participio, mas um gerúndio, um *faciendum*. As teorias passam, assim, a ser métodos de compreensão, ao passo que o método histórico é o processo da descoberta e crítica. Elas são e permanecem sempre como compreensão do conteúdo e do concreto. Nada valem se, diante da prática, isto é, da instância documental, não oferecem uma adequada e correta compreensão ⁽¹¹⁾.

Na relação de comércio e amizade mútuos, não se discutem competência e hierarquia. Cada vizinho possui autonomia. Mas as teorias se baseiam numa determinada concepção do mundo, tenha ou não consciência e conhecimento dela o historiador. As concepções históricas fundam-se em idéias distintas sobre a essência, a estrutura e a origem do homem ⁽¹²⁾. Quanto mais firme fôr a concepção do mundo do autor, mais una e logicamente êle o descreverá, o que não quer dizer que o faça com maior fidedignidade. Daí mesmo a unilateralidade das histórias escritas por historiadores sectários de ideologias, partidarismos políticos e concepções religiosas.

(11) Ortega y Gasset, *História como sistema*, Madrid, Revista de Occidente, 2.^a ed., 1942, 48.

(12) Max Scheler, *La idea del hombre y la historia*, publicado com *El porvenir del hombre*, Buenos Aires, Espasa-Calpe, 1942, 59.

Ao auge do anti-espiritualismo e ao extremo “factua-
lismo apaixonado da realidade”, que é o marxismo, opõem-
se correntes idealistas, positivo-naturalistas, vagos roman-
tismos, superespiritualização especulativa e quietismo
político. Do primeiro, ficou uma lição nova, que é o
tratamento das formas sociais individuais e das épocas
como totalidades individualmente concretas, que cada vez
possuem seu próprio valor e sentido. Seu método, o da
ligação da estrutura e da superestrutura, visto como in-
fluência daquela sôbre esta, caiu num determinismo tão
sujeito à crítica como o determinismo geográfico, que se
condensava na conhecida frase de Ratzel, de que era
capaz de dizer o que seria o homem de um país e sua
história, caso lhe dessem o mapa dêsse país, com sua
configuração, seu clima, seu regime de águas e ventos,
sua produção natural, sua flora e fauna. Quem aceita
hoje, cientificamente, tais conjeturas?

O que se deve procurar, como sugestão teórica, a
ser confirmada pela prática histórica, são as relações das
sociedades humanas com o meio geográfico, da subestrut-
tura com a estrutura, e as desta com a superestrutura. O
grande feito de Marx foi a descoberta das duas faces da
realidade histórica. Seu êrro foi subordinar uma à outra.
O nexu só podia existir funcional e relativamente, confor-
me sugeriu Max Weber, com a sua teoria da interação
pluralista, das ações e reações entre subestrutura (meio
geográfico), estrutura (meio sócio-econômico) e super-
estrutura (meio ideológico e espiritual), num jôgo mútuo
cheio de possibilidade de resistências e submissões, ajus-
tamentos e rompimentos, tendo no homem e na sua decisão
consciente ou inconsciente, racional ou irracional, os ele-
mentos fundamentais da criação histórica.

Para compreender os simples, humildes e puros fatos
estabelecidos autêntica e fidedignamente pelos documen-
tos, é necessário possuir um conhecimento profundo do
meio geográfico, da vida econômica, social e cultural,
estudar a geografia da região ou país, ou da época, inclu-
sive pessoalmente, estabelecer os fatos econômicos, sociais

e políticos, e analisar a literatura como expressão ideológica. Só assim pode o historiador perceber com nitidez as grandes conexões que ligam os fatos e formam a totalidade da vida que se quer recriar.

A moderna interpretação culturalista, vinda da antropologia, que vê na cultura uma relação funcional de fatos espirituais e materiais, muito se aproxima desta tendência histórico-filosófica. É porque domina na história o homem dotado de atividade própria, capaz de criar e de produzir efeitos, que se deve essencialmente estabelecer as relações de meios e fins, motivos e atos. A compreensão é a base da reconstituição.

O homem ativo e a história que relata suas atividades não podem ser compreendidos sem o exame de suas necessidades e fins, que estão ligados ao fato de ter nascido em determinado país, em determinada época, e vinculados às múltiplas circunstâncias variantes ⁽¹³⁾. O sentido e o fim não podem ser desprezados.

Um conjunto teórico apurado, que se origina de todos estes recantos, tendo por base a mutualidade dos efeitos, é a única interpretação que, de fato, corresponde à experiência real.

Desde que se compreenda que a história não é só desenvolvimento, mas também criação, e que nem sempre há um seguimento orgânico e lógico mas rupturas e recuos, então não há como desconhecer as categorias de decisões, ímpetos, irrupções e responsabilidades. Se a história é mudança decidida pelo homem, então não se pode considerar seus movimentos como naturalmente necessários ou fatalmente indesejáveis, desvalorizar a verdadeira individualidade, nem desconhecer a produtividade histórica inesgotável e incalculável, que cria sempre novas individualidades. Se a história não é só um produto de determinadas condições ou influências, mas uma ação, uma atividade consciente ou inconsciente, uma energia racional ou irracional, então não há que formular leis de existência

(13) Ernst Troeltsch, *Der Historismus und seine Probleme*, Tübingen, Mohr, 1922, 214.

geral, mas fazer esperar sempre por quadros de valor sempre novos e incalculáveis. Este é um ponto central, que expulsa o fantasma das leis gerais, não sujeitas ao tempo, com as quais a história e a vida nada podem fazer (14).

O realismo histórico que assim se nutre, não se exaure na observação "factual", nem na forte acolhida dos elementos econômicos e sociológicos, mas aprecia também a imprevisível criação e procriação de valores e sentidos históricos, a decisão e a irracionalidade da massa.

Disto tudo pode-se concluir que a verdadeira análise histórica nunca decompõe meros processos isolados, para depois sintetizá-los de novo, segundo leis ou regras gerais sempre idênticas. Ela pesquisa a estrutura e totalidade dos acontecimentos e encontra por tôda parte grandes conexões vitais, que dominam períodos inteiros, e deve basear-se sempre na unidade econômico-espiritual anterior, na necessidade da separação e contradição espiritual-econômica atual, na decisão da liderança e do povo, e nos tumultos, irracionalidades e acasos.

Foi sentindo as deficiências de uma historiografia que se desencaminha dêstes roteiros, que Ortega y Gasset escreveu seu ensaio crítico pleiteando a formulação da historiologia. É inaceitável na historiografia e filosofia atuais o desnível existente entre a precisão usada para obter ou manejar documentos e a imprecisão, mais ainda, a miséria intelectual no uso das idéias construtivas.

A história tem que ser uma construção e não um agregado de dados e fatos. Nem a simples construção hipotética mais ou menos filosófica, tão criticada na época de Hegel, nem a aglutinação de dados, a que conduziu a simples caça do documento, a laboriosa atitude de crítica. A história deve compor-se de um núcleo *a priori*, os documentos, que cumpre pesquisar; de um exame crítico que apura e depura êste material; de uma interpretação que inclui hipóteses e induções, destinadas à real recons-

(14) Ernst Troeltsch, *ob. cit.*, 207.

trução da vida passada; de uma síntese que recompõe, narra, descreve e compreende.

Assim, como diz Ortega y Gasset, a história é construção e não mera descrição, é descobrimento de realidades e não manipulação. Ela parte sempre dos documentos e mantém-se em contato com eles, por meio de atos de compreensão ⁽¹⁵⁾.

Este quadro parece refletir uma crise da ciência histórica, mas, na verdade, trata-se de crise do pensamento histórico, e não da pesquisa histórica dos eruditos e especialistas, pois há muito que ambos divergem bastante. A ciência histórica adquiriu no século XIX grande amplitude, plenitude e grandeza, como acentuou Troeltsch ⁽¹⁶⁾. Do substrato ideológico e filosófico, da história como gerúndio, em perpétuo *faciendum*, e não da atividade historiográfica propriamente dita, é que nasceu a crise, que prosseguirá como contradição a uma etapa da existência real. Depois das guerras e das revoluções vem sempre a prova prática de todas as teorias. Não haverá uma ordem estável que suporte todas as teorias e torne as mais atrevidas mera insignificância; no meio da tempestade, da reforma do mundo, cada palavra velha tem que ser examinada pelos seus efeitos práticos, ou pela ausência de efeitos. O solo treme, o céu se nubla e o cataclismo leva muitas teorias. Mas para a compreensão do problema é preciso separar a pesquisa histórica e seus magníficos resultados do próprio pensamento histórico-filosófico.

As teorias vão, os textos ficam. E é por isso que os historiadores, diante de uma tarefa concreta e prática, tratam com extremo cuidado os documentos e desprezam as teorias. Mas nesta atitude eles também se equivocam, porque a verdadeira história é prática e teoria; a pura pesquisa é uma tarefa mutilada porque é só prática. As teorias são também fatos históricos, são formas de compreensão concebidas pelo presente, e como tal representam

(15) Ortega y Gasset, "Historiologia", *Goethe desde dentro*, Buenos Aires, Espasa-Calpe, 1940, 208.

(16) Ernst Troeltsch, *Der Historismus*, *ob. cit.*, 2.

as inquietações econômico-sociais, morais, intelectuais e religiosas do presente. O texto é sempre examinado de acôrdo com os interesses do presente e por isso a história é reescrita, e não só por causa da descoberta de novos documentos, como temos acentuado no decorrer dêste livro.

A história não pode ser só um par de documentos, como a felicidade não é um par de botas. As respostas às perguntas do presente, motivo de eterna reelaboração da história, mostram-nos as ligações das tendências ideais passadas com as que vão ser criadas pelo presente. É um impulso interior do presente, obrigatório para a consciência, frutífero para a experiência.

Daí a importância do texto, com tôdas as suas inimagináveis virtualidades e potencialidades. O texto, a fonte, o documento pode mudar sua substância, pode dizer novas verdades, pode sugerir novas respostas, pode degradar-se, caso a pergunta formulada por novos problemas valorize êste ou aquêle aspecto, êste ou aquêle documento, em prejuízo dêste outro. O historiador é, portanto, um intermediário inteligente entre a fonte e o presente.

É porque a história deve ser reescrita de novo, em face de cada momento cultural, de cada novo ideal, de cada novo princípio, que se deve exaltar a excelência do texto sempre pronto a ser de novo interrogado, pesquisado e examinado. A historiografia pode provar a falsidade ou verdade dos fatos, mas nunca das opiniões e teorias. É a própria história atual, a prática contemporânea que as deruba ou eleva. É por isso também que, tendo merecido tão amplo e cuidadoso tratamento, se atingiu ao apuro do método histórico nêle concentrado para sua busca e crítica. Dêste modo, o quadro histórico é sempre resultado sintético do espírito presente.

É inegável que na consciência das épocas existem mudanças de esquemas apriorísticos com os quais a história é reescrita. E daí, como consequência lógica, o conceito da relatividade histórica, da temporalidade do seu conhecimento e da formulação do historicismo, a que já nos referimos num dos capítulos.

Diz Troeltsch que a relatividade histórica tem certa analogia com a doutrina da relatividade física, que hoje preocupa todo mundo com seu problematismo tão intrincado. Não se trata de fato ocasional e sem fundamento, se bem que a primeira se tenha formado desde o romantismo e desde o realismo histórico, sem relação alguma com a segunda. A razão íntima dêste encontro está em que a relatividade física é aquela forma de individualismo que é decisiva, no terreno das ciências físicas, a saber, a particularidade de observação de cada vez; daí a necessidade de construir-se e calcular-se sempre de novo o sistema das relações (17).

Mas se as teorias interpretativas dependem da concepção do mundo e se esta é sempre historicamente condicionada, isto é, limitada e relativa, como esclareceu Dilthey, então cada uma delas expressa, nos limites do nosso pensamento, um aspecto, um lado do Universo. Dêste modo, cada uma é verdadeira e unilateral. Conso-ladoramente, podemos venerar em cada uma das concepções do mundo a parte de verdade que elas contêm (18). É por isso que as teorias são sempre insatisfatórias, servem sempre parcialmente e são sempre abandonadas. Daí a relatividade das teorias, o relativismo histórico e, consequentemente, a necessidade de reescrever a história. Daí também a força quase absoluta do texto na elaboração histórica e seu permanente valor, apesar da degradação duns e da ascensão de outros, da variabilidade constante do sentido de suas minúcias e importâncias.

O texto permanece, a teoria passa; o texto é revisto e interrogado segundo os novos ideais. Daí o fincapé que o historiador faz no respeito e tratamento do texto, que é o único permanente na mudança contínua. *A variabilidade das opiniões interpretativas e a firmeza do texto, eis os dois pólos do trabalho histórico.* Mas, para distinguir as sombras e obscuridades as teorias são indispensáveis.

(17) Ernst Troeltsch, *ibid.*, 218.

(18) Wilhelm Dilthey, *Introducción a las ciencias del espíritu*, México, Fondo de Cultura Económica, 1944, XXVII e XXVIII.

Uma única exigência se faz, a de que se fique sempre na esfera da existência imediata e do concreto. Só o concreto abre caminho e justifica a teoria. A história quer compreender o mundo espiritual e sócio-econômico, a totalidade da relação subestrutura: estrutura: superestrutura, através da existência, do fato, do documento. Ela quer repensar o que se pensou, ressentir o que se sentiu, refazer o que se fez, rever o criador e o criado, o dirigente e o dirigido, a sociedade, a vida econômica, em suas formas históricas. Ela quer compreender a vida, em tôdas as suas manifestações. A vida é história, o resto é natureza. Ela é minúscula e fugaz em face desta, mas só nela se criam e se concebem valores, só nela há fins e sentido. Com isto está exausta sua tarefa científica.

Na maré dos acontecimentos visíveis e criadores, a história é um método de saber e de educação, uma interpretação das origens, uma descarga e libertação, com tôdas as suas conseqüências e efeitos sôbre o Estado e a sociedade.

ÍNDICE

A

- Aa, A. J. van der, 280.
Abaeté, Visconde de. Antônio Paulino Limpo de Abreu, 350, 401.
Abranches, Dunshee, 224, 432.
Abrantes, Marquês de. Miguel Calmon du Pin e Almeida, 216, 579.
Abreu, Casimiro de, 600.
Abreu, Geraldo José de, 578.
Abreu, João Capistrano de, VII, VIII, 12, 15, 128, 164, 165-171, 173, 176, 177, 181, 187, 188, 190, 266, 267, 278, 287, 346, 349, 360, 379, 380, 382, 398, 400, 402, 407, 410, 414, 415, 417, 436, 488, 489, 505, 506, 507, 519, 527, 528, 529, 530, 531, 538, 543, 545, 546, 550, 551, 552, 553, 555, 556, 557, 558, 561, 563, 570, 571, 574, 590, 594, 609, 610, 611, 612, 613, 619, 621, 624, 639.
Abreu, Manuel Cardoso de, 266, 590.
Abreu e Lima, José Inácio, 154-159, 170, 190, 213-214, 418, 419, 421.
Academia Real das Ciências de Lisboa, 352.
Academia Real da História Portuguesa, 352.
Acaso na história, 121.
Accioly, Hildebrando, V, 221, 223, 224, 225.
Acta Sanctorum, 270, 370, 371.
Acton, John E. E. D. (Lord), 45, 310, 311.
Acuña, Cristobal de, 531.
Adams, H. B., 45.
Adonias, Isa, 455.
Adorno, Antônio Dias, 488.
Aeneas Sylvius Piccolomini (Papa Pio II), 501.
Afonso Celso, Conde de. Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior, 195.
Afonso Henriques, d. 524.
Afonso V, d., 501.
Afonso VI, d., 574.
Agnese, Battista, 570.
Aguirre, J. B. de Campos, 328.
Ailly, P. d', 503.
Aires Correia, 349.
Aires, Cristóvão, 230.
Aires, Otávio, 639.
Albuquerque, Jerônimo de, 631.
Albuquerque, Maria Isabel de, 360.
Albuquerque Coelho, Jorge de, 553.
Alencar, Álvaro Gurgel de, 433.
Alencar, Carlos Augusto Peixoto de, 244.
Alencar, João Franklin de, 391.
Alencar, José de, 195, 398, 580.
Alencar, José Martiniano de, 204.
Alexander, Franz, 123.
Alexandre, o Grande, 4, 8.
Almada, Manuel da Gama Lôbo d', 266, 443, 472.
Almeida, Antônio de, 524.
Almeida, Antônio Figueira de, 260.
Almeida, Cândido Mendes de, 201, 205, 206, 208, 242, 243, 244, 324, 345, 346, 348-349, 377, 400, 401, 441, 444, 445, 446, 452, 454, 460, 461, 525, 529, 530, 571, 609, 610.
Almeida, Eduardo de Castro e, 290, 360, 455.
Almeida, Fernando Mendes de, 550, 609-610.
Almeida, Fortunato de, 242.
Almeida, Francisco José de Lacerda e, 443.
Almeida, Gregório de, 571, 572.
Almeida, João de, pe., 277.
Almeida, João Mendes de, 486, 505.
Almeida, João Pio de, 263.
Almeida, José Ricardo Pires de, 260, 365.
Almeida, Manuel Antônio de, 429.
Almeida, Mário Monteiro de, 268.
Almeida, Miguel Calmon du Pin e. Vide: Abrantes, Marquês de.
Almeida Serra, Ricardo Franco de, 266.
Alonso, B. Sánchez, 30, 427.
Altamira y Crevea, Rafael de, 54, 533.
Alvarenga, Manuel de, 244.
Alvarenga, Oneyda, 331, 332.

- Alvares, Nuno, 556.
 Alvarez, Catarina, 530.
 Alves, João Luís, 515, 517.
 Alves, Raul, 260.
 Amado, Gilberto, 224, 638.
 Amaral, A. J. do, 449.
 Amaral, Amadeu, 331.
 Amaral, Brás do, 595, 610, 621.
 Amazonas, L. da Silva Araújo e, 431.
 Ami, B., 375.
 Amoroso, João, neto, 496.
 Anchieta, José de, pe., 168, 277, 621.
 Andrada, Antônio Carlos Ribeiro de, 216, 217.
 Andrada e Silva, José Bonifácio de, 251, 278, 576.
 Andrade, Antônio José de Paiva Guedes de, 158.
 Andrade, Carlos Drummond de, 335.
 Andrade, Mário de, 331.
 Andrade, Rodrigo Melo Franco de, 340, 386.
 Andrade, Teófilo Feo de, 355.
 André, L., 428.
 Andree, Richard, 383.
 Andreoni, Antônio João, 215, 266, 557-558, 620.
 Angle, Paul M., 499.
 Anselmo, Antônio Joaquim e Proença, 375, 426, 428.
 Antonil, André João. Vide: Andreoni, Antônio João.
 Antônio, Nicolau, 348, 423, 427, 603.
 Antônio, pe., 250.
 Aquaviva, Cláudio, 525.
 Aragão, Ferreira de, 409.
 Aragão, Gomes de, 94.
 Aragão, J. Guilherme de, 197.
 Aragão, M. Teixeira de, 407, 525.
 Araña, Diego Barros, 542.
 Araripe, Tristão de Alencar, 205, 347, 391.
 Araújo Castro, 197.
 Arca do Sigilo, 327.
 Arcos, Conde de (7º). Vide: Noronha, Marcos.
Argumentum ex silentio, 632-635.
 Aristóteles, 76, 537.
 Armitage, John, 157, 394, 400, 401, 558-560.
 Arquivos brasileiros: eclesiásticos, 338; estaduais, 325, 354-355; fotográficos, 335; história dos, 365-366; publicações dos, 355-356; queima de, 347, 350-351; tombados, 325-326.
Arquivo Diplomático da Independência 589.
 Arquivos estrangeiros: história dos, 366-367; regras de consulta e sigilos, 327.
 Arquivo Nacional, 325, 328.
 Arquivos particulares, 327-328, 350-351.
Arte de Furtar, 540, 564-569.
 Artes plásticas, revistas de, 291.
 Asher, Georg Michael, 429.
 Ashley, William, 51, 52.
 Assis Figueiredo Júnior, Afonso Celso. Vide: Afonso Celso, Conde de.
 Associação Histórica da América, 262, 282.
 Assunção, Ademar Barbosa Ferreira de, 620.
 Ataíde, Tristão de, pseud. Vide: Lima, Alceu de Amoroso.
 Ataíde, Antônio de. Vide: Castanheira, Conde de.
 Atribuição de autoria. Vide: Crítica de atribuição.
 Auler, Guilherme, 290, 366, 394, 406.
 Autenticidade dos documentos, 491-492.
 Autobiografia, credibilidade da, 636.
Autos da Devassa da Inconfidência Mineira, 589.
 Avezac, M. d', 171, 501, 503, 527, 605.
 Avidio Cássio, 121.
 Azambuja, Graciano, 355, 395, 409, 422, 431, 432, 449.
 Azambuja, Joaquim Maria Nascentes de, 223.
 Azevedo, Fernando de, 258.
 Azevedo, João Lúcio de, 216, 245, 575.
 Azevedo, José Afonso Mendonça de, 615.
 Azevedo, Luís Heitor Correia de, 288, 289, 424, 429.
 Azevedo, Manuel Duarte Moreira de, 259, 363.
 Azevedo, Pedro A. de, 220, 360, 366, 374, 532, 607, 608, 609.
 Azevedo, Tales de, 249, 250, 284.

B

- Bacelar, Antônio Barbosa, 573.
 Backer, Alois de, 247.
 Backer, Augustin de, 247, 542, 557.
 Bacon, Francis, 76.
 Baena, Antônio Ladislau Monteiro, 159, 160.
 Baer, K. E. von, 85, 86.

- Bahia, Alcides, 263.
 Baião, Antônio, 366, 528.
 Baker, Ernest, XIII, 143.
 Baldelli-Boni, Conte Giovanni Battista, 526.
 Baldus, Herbert, 365, 424, 648.
 Baldwin, Stanley, 4.
 Ballester y Castell, Rafael, 427.
 Balteau, J., 280.
 Bandarra, Gonçalo Annes, 137.
 Bandeira, Manuel, 191, 569, 638.
 Bandeira de Melo, João Capistrano, 388.
 Bandeira Nacional, 395, 396.
 Bandeiras e brasões de cidades, 396.
 Bandeirismo, 266-268, 443.
 Bandini, Ângelo Maria, 526.
 Barata, Manuel de Melo Cardoso, 283, 421, 422, 534, 577, 578, 580.
 Barata, Mário, 290.
 Barbacena, Marquês de. Felisberto Caldeira Brant, 579.
 Barbalho, João. Vide: Cavalcanti, João Barbalho Uchôa.
 Barbosa, Antônio da Cunha, 262.
 Barbosa, Francisco Vilela, 251.
 Barbosa, Januário da Cunha, 152, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 251, 558.
 Barbosa, Manuel de Aquino, cônego, 244, 248.
 Barbosa, Rui, 195, 273, 278, 347, 365, 398, 444, 459, 461, 510, 511, 512, 514, 515, 518, 543, 589.
 Barbosa Lima, Alexandre, sobrinho, 103-104, 239, 264, 268, 287.
 Barbosa Machado, Diogo, 270, 280, 294, 348, 395, 404, 423, 426, 544, 545, 552, 554, 555, 557, 571, 574, 603.
 Barbosa Rodrigues, 383.
 Barca, Conde da. Antônio de Araújo de Azevedo, 575.
 Barcia, Andrés Gonzales de, 555, 556, 603.
 Baron, Salo, 210, 500.
 Barraclough, Geofrey, 4, 6, 7, 8, 55.
 Barral, Condessa de. Luísa Margarida Portugal de Barros, 639.
 Barreira, Dolor, 192.
 Barreto, A. V., 355.
 Barreto, Manuel Teles, 488.
 Barreto Filho, 251.
 Barreto, Tobias, 398.
 Barros, Henrique da Gama, 196.
 Barros, João de, 36-37, 162.
 Barros, João Alberto Lins de, 638.
 Barros, J. Teixeira de, 391.
 Barros, Manuel Francisco de. Vide: Santarém, Visconde de.
 Barroso, Gustavo, 233, 500.
 Barry, David, 533.
 Barth, Paul, 194.
 Bartolomeu, frei, 248.
 Bartolozzi, Francesco, 526.
 Basin, Jean, cônego, 526.
 Basseches, Bruno, 264.
 Bastide, Roger, 250.
 Basto, A. de Magalhães, 360.
 Bastos, Antônio de São José, frei, 244.
 Bastos, Rafael Eduardo de Azevedo, 600.
 Batista, Jussien, 114.
 Bauer, Wilhelm, 30, 59, 70, 87, 89, 91, 135, 137, 170, 173-174, 186, 227, 230, 277, 302, 315, 316, 330, 334, 335, 375, 397, 539, 382, 584, 593, 598, 629, 631, 637, 638, 639, 641, 648.
 Beard, Charles A., IX, 91, 113, 314.
 Beauchamp, Alfonse, 156.
 Beaurepaire Rohan, Henrique de, 113, 414, 422, 446, 447, 448, 449, 452, 454.
 Beazley, C. R., 504.
 Bekker, Immanuel, 584.
 Belido, Remígio de, 263.
 Bell, Aubrey F. G., 36, 426, 570.
 Bellegarde, Pedro de Alcântara, 152.
 Bellot, H. Hale, 46.
 Belo, Júlio, 638.
 Below, George von, 140.
 Benci, Jorge, 218.
 Bengtson, Hermann, 302.
 Benitez, Justo Pastor, 150.
 Berchet, Guglielmo, 547.
 Berenson, Bernard, 259.
 Beringuer, Émile, 448.
 Berlin, Isaiah, 89.
 Berlink, Cassius, 560, 561, 562.
 Berlink, Eudoro, 233, 560, 561.
 Benedict, Ruth, 275.
 Bernardes, Artur, 509, 510, 512, 513, 515-517.
 Bernardi, Mansueto, 396.
 Bernheim, Ernst, VI, VII, IX, 30, 32, 88, 91, 147, 148, 150, 194, 290, 296, 298, 299, 301, 304, 309, 312, 315, 316, 329, 33, 334, 475, 481, 482, 538, 622, 629, 631, 634.
 Berr, Henri, 44.
 Berredo, Bernardo Pereira de, 157, 531, 546.
 Berrien, William, 427.
 Bertillon, 522.

- Besouchet, Lídia, 217.
 Bevilaqua, Clóvis, 199, 202, 203, 205, 206, 342.
 Bezanson, Anna, 104.
 Bezerra, Alcides, 366, 429, 552.
 Biard, F., 642.
 Bibliografia: 422-425; corrente, 430; da biografia, 279-281; das bibliografias, 424, 425-434; de arquivos e bibliotecas, 359-363; de cartografia, 455; de correspondências, 639; de cronologia no Brasil, 421-422; de fontes escritas, 358-359; de fontes não escritas (restos), 335-336; de fontes no Brasil, 363-365; de genealogia, 404-406; de heráldica e nobiliarquia, 395-396; de história da arte no Brasil, 290-291; de história da música no Brasil, 288-289; de livros de memórias, 638; de numismática, 409-411; de pseudônimos brasileiros e portugueses, 541-542; de teatro, 289; histórica, 37; sobre a edição de fontes, 587; sobre as inscrições lapidares, 390-391; sobre forjicações, 535; sobre os judeus, 430.
 Biblioteca Nacional: 423; bibliografias publicadas pela, 429; brasileiras adquiridas pela, 357-358; Catálogo da Exposição de História do Brasil, 423, 424; catálogos publicados, 365; coleção Barbosa Machado, 423; coleção De Angelis, 267; coleção iconográfica da, 292-293; coleção Ramos Paz, 358; Documentos Biográficos da, 279; Gabinete de Estampas, 293; Publicações da, 355, 589; Seção de Manuscritos, 325.
 Bicudo, Floriano, 292.
 Biker, Júlio Firmino Júdice, 220.
 Binning, A. C., 306.
 Biografia, 184-186, 268-281.
 Bismarck, 4, 6, 48.
 Bittencourt, Edmundo, 518.
 Bittencourt, João Maria da Silva, 204.
 Bittencourt, Raul, 260.
 Bittner, Ludwig, 593.
 Blake, Augusto Alves Sacramento, 279, 280, 578.
 Bloch, Camille, 302, 431, 436.
 Bloch, Marc, 15, 182, 302.
 Blok, Peter Johannes, 280, 286.
 Blum, André, 291.
 Bocage, Carlos du, general, 221.
 Bocaíuva, Quintino de Sousa, 398.
 Boccanera, Silo, Junior, 333, 390.
 Bodin, Jean, 37, 136, 299.
 Boehrer, George C. A., 195.
 Boiteux, Henrique, 233, 240.
 Boiteux, José Artur, 195.
 Boiteux, Lucas Alexandre, 229, 240, 433.
 Bolivar, Simon, 499, 500, 533, 534.
 Bolland, Jean, 37, 370.
 Bom Retiro, Visconde de. Luís Pedreira do Couto Ferraz, 384, 386.
 Borchard, Edwin M., 205.
 Borges, Abílio César, 261.
 Borges da Fonseca, Antônio José Victoriano, 403.
 Borges de Castro, José Ferreira, visconde, 220, 464.
 Borges Fortes, J., 268.
 Borromeu, Carlos, 428.
 Botelho, Diogo, 349.
 Bossuet, Jacques Bénigne, 39.
 Boulanger, Luís Aleixo, 292.
 Bourdemare, François (ou Bourdemer), 350.
 Bourgeois, E., 427.
 Bourne, Edward Gaylord, 535, 543.
 Bourroul, Estêvão Leão, 264.
 Boxer, Charles R., 27, 363, 506.
 Bowers, Fredson, 425, 595.
 Braancamp Freire, Anselmo, 391, 394, 395, 400, 402, 526, 569.
 Braga, Erasmo, 248.
 Braga, Oswaldo Melo, 424, 429.
 Braga, Teófilo, 569.
 Brandão, Ambrósio Fernandes, 215, 555, 556.
 Brandão, Antônio, frei, 524.
 Branner, John Casper, 255, 383.
 Brant, Felisberto Caldeira. Vide: Barbacena, Marquês de.
 Brasão, Eduardo, 221, 574.
 Brasil, João Antônio Marques, 358.
 Brasileiras, 357-358.
 Brasiliense, Américo, 195.
 Bravo, M. Pinto, 238.
 Bresslau, Harry, 351.
 Breysig, Kurt, 60.
 Brière, G., 428.
 Briguet, Raul, 258.
 Brinton, Crane, 313.
 Brito, Bernardo de, 524.
 Brito, João de, 388, 389.
 Brito, João Rodrigues de, 216.
 Brito, João Soares de, 571.
 Brito, Pedro Torquato Xavier de, 445.
 Brito Aranha, Pedro Venceslau de, 280, 525.
 Brito Freire, F., 157, 348.

Brito Rebêlo, general, 525, 526.
 Brotero, Frederico de Barros, 406.
 Brown, Lloyd A., 435.
 Brum, José Zeferino de Menezes, 294.
 Brunet, Jacques Charles, 430.
 Brutus, 119, 130.
 Buache, Phil., 466.
 Bücher, Karl, 52, 212.
 Buckle, Henry Thomas, 43, 59, 101.
 Bugnet, 644.
 Bühler, Curt E., 425.
 Bulhões, Leopoldo, 216, 217.
 Burckhardt, Jacob, 28, 44, 45, 48, 50, 151, 228, 288.
 Burlamaque, N., 448.
 Burlamaqui, Pedro, 516.
Business history, 211-212.
 Bussermaker, C. H. T., 361.
 Butler, J. R. M., 23.

C

Caboto, Sebastião, 466, 468.
 Cabral, José Marcelino Rocha, 152.
 Cabral, Oswaldo R., 206, 268.
 Cabral, Pedro Álvares, 168, 349, 377, 380, 415, 439, 528, 547, 549.
 Caetano, Marcelo, 325, 433.
 Café Filho, João, 520.
 Caiado de Castro, 241.
 Cairu, Visconde de. Vide: Lisboa, José da Silva.
 Calado, Manuel, frei, 532.
 Caldas, David, 114.
 Caldas, Diógenes, 263.
 Caldas, João Pereira, 266.
 Calendários. Vide: Cronologia.
 Calmette, Joseph, 121.
 Calmon, Pedro, 190, 578, 620.
 Calógeras, João Pandiá, 173, 175-177, 216, 217, 222, 225.
 Camaco, Bispo-auxiliar de Mariana. Vide: Pimenta, Silvério Gomes.
 Câmara, Antônio Manuel Correia da, 562.
 Câmara, José, 206.
 Câmara, Manuel Ferreira da, 216.
 Câmara, Sebastião Xavier da Veiga Cabral, 443.
 Câmara Municipal do Rio de Janeiro, Sesmaria doada à, 529-530.
 Camargo, Paulo Florêncio da Silveira, 244, 364.
 Camelo, João Antônio Cabral, 266.
 Caminha, Pero Vaz de, 377, 380, 414, 415, 527, 548.

Camões, Luís de, 599.
 Campo Belo, Conde de, 433.
 Campos, Ernesto de Sousa, 260, 365.
 Campos, Francisco, 129, 496.
 Campos, João Batista Gonçalves, 577, 578.
 Campos, J. da Silva, 233, 234.
 Campos, João Nunes de, 446.
 Campos, Martinho de, 401.
 Campos, Raul Adalberto, 221, 432.
 Campos, Humberto de, 638.
 Campos Sales, Manuel Ferraz de, 398.
 Canabrava, Alice, 216, 218, 268, 365.
 Canabrava, Eurialo, 102.
 Cândido, Antônio Zeferino, 487-489, 528, 544, 545, 549.
 Cândido Mendes. Vide: Almeida, Cândido Mendes de.
 Canério, Mapa de, 439.
 Cano, Melchior, 480.
 Canovai, Stanislao, 526.
 Caño y Oldemilla, Juan de la Cruz, 456.
 Canstatt, Oscar, 426, 427.
 Cantino, Mapa de, 439.
 Capassi, Domingos, 442.
 Capitalismo, formação do, 117-118, 210.
 Cappon, Lester J., 597.
 Caramuru, 634.
 Caráter luso-brasileiro, personalismo do, 272.
 Caráter nacional, estudos sobre o, 283.
 Carayon, Auguste, pe., 247.
 Cardim, Fernão, 538, 549-552, 564, 609-610.
 Cardoso, Adelino, 206.
 Cardozo, Benjamin Nathan, 198.
 Cardozo, Manuel S., 225, 262.
 Carlo, Agustín Millares, 376.
 Carlyle, Thomas, 271.
 Carmo, J. A. Pinto do, 429, 433, 550.
 Carneiro, Carlos, 240.
 Carneiro, Diogo Gomes, 348, 349.
 Carneiro, Edison, 332.
 Carneiro Leão, A., 260.
 Carneiro Leão, Honório Hermeto. Vide: Paraná, Marquês de.
 Carnelluti, Francesco, 492.
 Caron, Pierre, XII-XIII, 302, 425, 428.
 Carpeaux, Oto Maria, 424, 429.
 Carraghan, J. G., 124, 242, 481, 482, 483, 491, 492, 499, 500, 629, 639, 640.
Cartas Chilenas, 564, 569.
 Cartas de marear, 439-441.
 Cartas Falsas (atribuídas a Artur Bernardes), 495, 509-524.

- Cartas Políticas de Americus*, 579.
Cartas, credibilidades das, 639-640.
Cartier, Clarence E., 587, 588, 589, 597.
Cartografia: 434-455; de limites, 455-473; evolução no Brasil da, 439-455.
Cartório da Nobreza, 394.
Cartwright, W. S., 306.
Carvalho, Alberto Antônio de Moraes e, 207.
Carvalho, Alfredo de, 262, 263, 358, 382, 383, 384, 390, 396, 409, 423, 424, 425, 427, 441, 507, 574.
Carvalho, Antônio Gontijo de, 177.
Carvalho, Feliciano Coelho de, 382.
Carvalho, Francisco Augusto Martins de, 230.
Carvalho, João Antônio Alves de, 357.
Carvalho, João Manuel de, pe., 195.
Carvalho, José A. Rodrigues de, 203, 575.
Carvalho, Maria Amália Vaz de, 221.
Carvalho, Mário Teixeira de, 405.
Carvalho, Miguel Joaquim Ribeiro de, 396.
Carvalho, Ronald de, 251.
Carvalho, José Simões de, 472.
Carvalho Maximiano Marques de, 441.
Carvalho, Setembrino de, 638.
Carvalho Franco, Francisco de Assis, 268, 358, 405.
Casal, Manuel Aires de, pe., 156, 380, 402, 544, 548, 602.
Cascudo, Luís da Câmara, 193, 332.
Cassirer, Ernst, 39, 41, 42, 44, 45, 67, 70-71, 78, 79, 88, 94, 96, 97, 127, 138, 187, 301, 646.
Castanheira, Conde de. D. Antônio de Ataíde, 349.
Castelo Branco, Antônio Bernardo C. P. de, 394.
Castelo Branco, Camilo, 569.
Castelo Branco, José Barbosa C. de Figueiredo, 405.
Castelo Branco, José Moreira Brandão, 247, 437.
Castelo Branco, Pandiá H. Tautpoeus, 366.
Castelo Melhor, Conde de, 574.
Castilho Barreto e Noronha, José Feliciano de, 348, 611.
Castro, Américo de, X.
Castro, Antônio de, 552.
Castro, Eugênio de, 505, 606, 607, 609.
Castro, L. J. Oliveira e, 190.
Castro, Rodrigo José de Menezes e, 616.
Castro Alves, Antônio, 398.
Castro Carreira, L., 217.
Castro Rebêlo, Edgardo de, 215, 217, 390.
Castro Rebêlo, João Batista de, junior, 388.
Causalidade científica, 107-111.
Causalidade histórica, 111-123.
Cavaignac, E., 421.
Cavalcanti, Amaro, 216, 217.
Cavalcanti, João Barbalho Uchôa, 197.
Cavalcanti, Temístocles Brandão, 197.
Cavalcanti, Viscondessa de, 410.
Caxias, Duque de. Luís Alves de Lima, 228, 233, 444, 560-562.
Ceillier, Remi, 381.
Cellarius, Cristóvão, 137.
Centro de Estudos Baianos, 192.
Certidão, 341.
César, Guilhermino, 251.
César, Júlio, 4, 8, 119, 130, 412, 498.
Céspedes y Menezes, d. Gonçalo de, 490.
Cezar, J. J., 262.
Chabod, Federico, 303.
Chadwick, John, XI.
Chamberlain, V. R., 241.
Champourein, Ernestina de, 30.
Chapman, A. B. W., 226.
Chapuis, Pedro, 579.
Chatterton, Thomas, 507.
Chaves, Antônio José Gonçalves, 576, 577.
Chaves, J. C., 533.
Chavez, Alonso de, 467, 468.
Chiari, Alberto, 581, 583.
Chcunkov, V. I., 587.
Christopher, H. G. T., 591, 593.
Churchill, Winston, 23, 55, 238.
Ciarlo, Manlio, 83.
Cícero, 145.
Cícero, pe., 250.
Cidade, F. Paula, 229, 231.
Cidade, Hernâni, 570.
Ciências auxiliares da história. Vide: Disciplinas auxiliares.
Ciências culturais e ciências naturais, 68, 76, 83, 85-86, 88, 98-102, 106.
Ciera, Miguel, 442.
Clapham, John H., 55, 209.
Clareamus, Soritus, 570.
Clark, George Norman, 55, 104, 119.
Cobb, Gwendolin B., 360.
Cochrane, Lord. Thomas, 10º Conde de Dundonald, 418.
Cocle, Jacques, pe., 442.
Coelho, Duarte de Albuquerque, 391.
Coelho, Gonçalo, 379.
Coelho, Jorge de Albuquerque, 489.

- Coelho, José João Teixeira, 196.
 Coelho, José Ramos, 360.
 Coelho, P. M. Laranjo, 190-191.
 Cole, Charles W., V, VII, 313.
 Collingwood, R. G., 38, 51, 57, 79, 97, 118, 119, 120, 125, 126, 127, 130, 142, 146, 254, 482.
 Collomp, P., 587.
 Colombo, Bartolomeu, 503.
 Colombo, Cristóvão, 70, 121, 501-504, 525.
 Colombo, Fernando, 501, 503.
 Colomé, Jean, 620.
 Comitê de Historiografia do Conselho de Pesquisa nas Ciências Sociais, X.
 Comitê Histórico Anglo-Americano, Regras de transcrição de documentos do, 591-593.
 Commission Royale d'Histoire (Bélgica), 587.
 Composição histórica. Vide: Síntese histórica.
 Compreensão histórica, XI, 88, 111-123, 130, 131, 187, 312, 643-657.
 Comte, Augusto, 42, 59, 63, 76, 101, 140, 141, 166.
 Conceição, Apolinário da, frei, 245.
 Conde d'Eu, Luís Gastão de Orleans, 172.
 Confederação do Equador, data da proclamação da, 417-419.
 Congresso Internacional de Ciências Históricas (1955), 272.
 Conhecimento histórico, 96, 123-127.
 Conover, Helen F., 430.
 Conselho Nacional de Geografia, 453-454.
 Constant, Benjamin, 278, 398, 449.
 Constantino, o Grande, 45, 137, 498.
 Convicção histórica, natureza da, 123-132.
 Copérnico, Nicolau, 39.
 Cordeiro, João Manuel, 230.
 Cordeiro, J. P. Leite, 257.
 Cordoba, Luís Cabrera de, 299.
 Corrêa, Virgílio, filho, 261, 361.
 Correia de Sá e Benevides, Salvador, 506.
 Correia, Francisco Antônio, 216.
 Correia, Gaspar, 415.
 Correia, João de Medeiros, 573.
 Correia, Manuel Francisco, 327, 552.
 Correspondência consular e diplomática, 338-339.
 Cortesão, Armando, 434, 437, 439, 440, 441, 442.
 Cortesão, Jaime, 22, 246, 267, 268, 279, 438, 439, 441, 442, 448, 454, 455, 463, 523, 531, 611, 631.
 Coruja, A. P., 431, 432.
 Cosa, Juan de la, 439, 466.
 Costa, Afonso, 405, 406.
 Costa, Antônio Rodrigues da, 242.
 Costa, Cláudio Manuel da, 266, 268, 591, 613, 614, 615.
 Costa, Craveiro da, 433.
 Costa, Feliciano José da, 221.
 Costa, João Batista Regueira, 390.
 Costa, João Cruz da, 253.
 Costa, José Joaquim Vitorino da, 443.
 Costa, Luís Monteiro da, 240, 248.
 Costa, Manuel da, pe., 564, 565, 566, 568.
 Costa, Miguel, filho, 264.
 Costa, Sérgio Correia da, 225.
 Costa Pinto, L. A., 261, 403.
 Cotegipe, Barão de. João Maurício Wanderley, 445, 460.
 Coulanges, Fustel de, 43-44, 317, 541, 644.
 Coulter, Edith M., 426.
 Cournot, A. A., 147.
 Coutinho, Afrânio, 251.
 Coutinho, Cândido de Azeredo, 409, 410.
 Coutinho, Francisco de Sousa, embaixador, 531, 532, 571.
 Coutinho, Lourival, 522.
 Couto de Magalhães, general, 331.
 Couto, Diogo do, 162.
 Couto, Domingos Loreto, 402, 554.
 Cretico, Giovanni Mattheo, 547, 548, 549.
 Criminalidade, 204-205.
 Crítica: de atribuição, 536-580; de datas, 483-490; de textos, 581-586; filológica, 474-475, 485, 498, 538; histórica, 41-42, 474-490; etapas da, 481-483; interna, 125, 343, 538, 622-642, 644.
 Croce, Benedetto, IX, 1, 4, 17, 30, 48-49, 58, 60, 64, 82, 83, 84, 87, 89, 90, 91, 95, 96, 97, 111, 112, 119, 133, 146, 150.
 Cromwell, 112.
 Cronologia, 37, 411-422.
 Cru, Norton, 339.
 Cruls, Gastão, 639.
 Cruls, Luís, 448.
 Cruz, Guilherme Braga da, 206.
 Cunha, Celso, 600.
 Cunha, Francisco da, 544, 545, 603.
 Cunha, Gastão da, 459.

Cunha Matos, Raimundo José da, 152,
153, 159, 179.
Cusin, Fábio, 302.
Cysarz, Herbert, 147.

D

Dalembert, 76.
Damasceno, Athos, 289.
Dâmaso, Joaquim, pe., 575.
Daniel, profeta, 136.
Danilevsky, A. Lappo, VI, 51, 141, 313.
Dantas, Pedro, pseud. Vide: Morais,
Prudente de, neto.
Dantas, Rodolfo, 401.
Dante, 285.
Dardel, Eric, 64.
Darmouth, corsário, 552.
Darwin, Charles R., 59, 70, 254.
Daumier, Honoré, 294.
Davies, Goedfrey, 428.
Debret, Jean Baptiste, 293.
Dehio, Ludwig, 7, 55.
Delorme, Jean, 421.
Denis, Ferdinand, 158, 251, 545, 569.
Denis, Pierre, 9.
Derby, Orville, 439, 450, 451, 456.
Descartes, René, 37, 56, 57, 76, 84.
Desliens, Nicolas, 468.
Delisle, G., 465, 466.
Determinismo econômico, 117-118.
Determinismo geográfico, 117-118, 166,
173.
De Thou, Jacques Auguste, 573.
Diálogos das Grandezas do Brasil, 348,
382, 489, 555-556, 610-611.
Diários, credibilidade dos, 636-637,
639.
Dias, Augusto Epifânio da Silva, 599,
600.
Dias, Francisco, 290.
Diegues, Joaquim Tomás Pereira, 263.
Diffie, Bailey W., 216, 359.
Dillen, J. G. van, 286.
Dilthey, Wilhelm, XII, 32, 39, 40, 60,
61-63, 66-68, 70, 76, 84, 87, 88, 90,
91, 92, 97, 98, 105, 106, 111, 112,
134, 176, 359, 398, 399, 474, 475,
647, 656.
Dinis, d., 404.
Diniz Júnior, 520.
Diodoro de Sicília, 31.
Diplomática e Paleografia, 124, 370-
381, 478.
Disciplinas auxiliares da história, 37,
42, 309, 369-473, 475, 484.

Documentos perdidos, 345-351.
Domingues, Aurélio, 174.
Dominguez, Luís F., 527.
Dopsch, Alfons, 52, 102, 138-139, 140.
Dória, A. A., 36.
Dória, L. G. Escragnoille, 261, 396.
Dornas, João, filho, 248, 422.
Dornelas, Afonso de, 395.
Dourado, Fernão Vaz, 439, 441, 467,
469.
Drenkpol, J. A. Padberg, 389, 421.
Dreyfus, Alfred, 513, 522.
Droujinine, N. M., 213.
Droysen, J. G., 101, 151.
Drummond, Antônio Vasconcelos Me-
nezes de, 224, 577.
Dryden, John, 268.
Duarte, Eduardo, 328.
Dumas, Adolfo, 336.
Dürer, A., 293.
Dury, G. H., 436.
Dutcher, G. M., 436.
Dvorak, 288.

E

Eberhardt, Enr., 393.
Eboli, Giovanni, 409.
École des Chartes, 375, 606.
Edelweiss, Frederico, 218.
Edição crítica, 581-606; exemplos de:
Anais do Rio de Janeiro, 620-621;
Cultura e Opulência do Brasil, 620;
Diálogos das Grandezas do Brasil,
610-611; *Diário da Navegação de*
Pero Lopes de Sousa, 606-609; *Do-*
documentos Holandeses, 621; *História*
do Brasil de frei Vicente do Salvador,
611-613; *Historiografia das Minas*,
613-619; *Obras de Fernão Cardim*,
609-610; *Recopilação de Notícias*
Soteropolitanas, 621; *Vida e Morte*
de el-Rei D. João IV, 619-620.
Edição de documentos históricos, 587-
590; anotação, 594-596; normas de
transcrição, 591-593; ordenação, 594;
preparo para o impressor, 596-598;
sinais de modificação no texto, 593.
Edição de fontes, trabalhos sobre a,
587.
Eficácia histórica, 94-95, 148-149.
Egas, Eugênio, 554, 559, 560.
Eichhorn, Johan Gottfried, X, 477.
Einstein, Albert, 67, 73-74, 92, 126,
127.
Elias, Johan Engelbert, 404.

Ellis, Alfredo, junior, 216, 218.
 Ellis, Miriam, 218.
 Emerenciano, Jordão, 366.
 Encíclica "Humani Generis", 84.
 Ender, Thomas, 293.
 Engel-Janosi, Frederick, 79.
 Ennes, Ernesto, 409, 631.
 Ensino universitário da história, tarefas do, VIII.
 Epigrafia, 381-391, 407.
 Ericksen, Nestor, 264.
 Ermatinger, Emil, 60.
 Escovar, Manuel de, pe., 571, 572.
 Esterhazy, Ferdinand Walsin, 518.
 Estrabão, 437.
 Estudantes de história, estágio dos, 317.
 Evágoras, 270.
 Everett, C. W., 543.
 Evolucionismo, 42.
 Evro, Carlos Alberto, 150.
 Evreux, Ives d', 545, 546.
 Existencialismo e historicismo, 84.
 Expilly, Charles, 642.

F

Falcão, Edgar de Cerqueira, 419.
 Falsidade: externa e interna, 494; teoria da, 493-498; testemunhal e documental, 496.
 Falsificação. Vide: Forgicação.
 Falsos Decretais, 498-499.
 Fardas do Reino Unido e do Império, 291.
 Faria, Alberto de, 217, 569.
 Faria, Antônio de Portugal de, 241, 360.
 Faria, Francisco Leite de, 248.
 Faria, José Custódio de Sá e, 442.
 Faria, Manuel Severim de, 409.
 Faria e Sousa, J. B. de, 263.
 Faro, Fernandes Teles de, 573.
 Farrer, J. A., 507, 535.
 Fatos históricos, características dos, 88-89, 91, 93, 101, 106.
 Faulkner, Harold U., 403.
 Febvre, Lucien, 44, 45, 182, 289.
 Feijó, Diogo Antônio, 278.
 Feliciano, José de Oliveira, 390.
Federalist (The), 543.
 Felizardo, Jorge Godofredo, 406.
 Fernandes, Antônio Manuel, júnior, 416.
 Fernandes, Bento, 591.
 Fernandes, Florestan, 365.

Fernandes, Luís, 263.
 Fernandes, Manuel Bernardes Lopes, 409.
 Fernandes, Raul, 224.
 Fernandes Pinheiro, Joaquim Caetano, 190, 251.
 Fernandes Pinheiro, José Feliciano, Visconde de S. Leopoldo, 152, 192, 223.
 Fernandez y Velasco, José, 501.
 Ferrão, Antônio, 360.
 Ferrari, Giuseppe, 147, 397.
 Ferreira, Alexandre Rodrigues, 365, 443.
 Ferreira, Carlos Alberto, 616.
 Ferreira, C. Santos, 395.
 Ferreira, Joaquim, 565.
 Ferreira, João Francisco, 193.
 Ferreira, J. da Costa, 324.
 Ferreira, Valdemar Martins, 206.
 Ferrez, Gilberto, 291, 295.
 Ferri, Mário Guimarães, 256.
 Figanière, Frederico F. de la, 361, 426, 572, 573.
 Figueiredo, A. Mesquita de, 366.
 Figueiredo, Carlos Honório de, 261.
 Figueiredo, Fidelino de, 22, 308, 352.
 Figueiredo, José Anastácio de, 206.
 Filicaya, Baccio de, 349.
 Filipe I, d., 201, 206.
 Filipe II, d., 201, 345, 545.
 Filipe IV, d., 490.
 Filologia. Vide: Crítica filológica.
 Filosofia e história, 56-133.
 Firth, Charles, 54.
 Fitzler, M. A. Hedwig, 216.
 Fitzpatrick, John C., 499.
 Flacius, Mathias (vulgo Francowitz), 370.
 Fletcher, J. C., 249.
 Fleiuss, Max, 196, 263, 328, 353, 366, 420.
 Fleury, Abade, 480.
 Fling, F. M., VII, 628.
 Floris, Joaquim de, 136, 141.
 Folclore, 330-332, 402; 1.º Congresso de, 331-332.
 Fonseca, Clodoaldo da, 517.
 Fõnseca, Gondim da, 264.
 Fonseca, José Gonçalves da, 266.
 Fonseca, Hermes da, 515, 516.
 Fonseca, Hermes, Eduardo, 516, 517.
 Fonseca, Luísa da, 360, 365, 455.
 Fonseca, M., 428.
 Fonseca, Augusto Martinho, 280, 541.
 Fonseca, M. Duarte Moreira da, 262.
 Fonseca, Olímpio da, 256.

- Fonseca, Paulino Nogueira Borges da, 204.
- Fontenelle, J. P., 257.
- Fontes Históricas, 315-320; coleções de, 351-353; divisão das, 329-335; espécies de, 336-345; registo oral de, 330; testamentos como, 323.
- Fontes, Armando Ortega, 429.
- Fontes, José Ribeiro de Sousa, 255.
- Forgaçoes, 491-535; provadas ou suspeitas: Aparição de Cristo na batalha de Ourique (1139), 524-525; Ata da fundação de Franciscana (1639), 531; Breve do Papa Pio IV (1561), 529; Bulas e concordatas apócrifas, 525; Carta de El-Rei a F. Sousa Coutinho (1645), 531-533; Carta de d. João II a Colombo (1488), 525-526; Carta de d. João III a M. A. de Sousa (1532), 528-529; Carta de P. Vaz de Caminha, 527-528; Carta de San Martin a Bolívar, 533; Cartas de Vespúcio, 526-527; de selos, 508-509; Diário de Bucaramanga (1828), 534; doação da Igreja da Graça (1686), 530-531; durante a Idade Média, 369; epigráficas, 507-508; *Monita Secreta* (1612), 525; *Notícias Secretas da América* (1826), 533-534; Sesmarias de 16/7/1565, 529-530; Telegrama n. 9 (1908), 534; *Terra S. Crucis, Brasiliae situs ac descriptio*, 528.
- Fotografia no Brasil, 294-295, 523.
- Fouquet, C., 486, 487.
- Fournier, P. F., 587.
- Fragoso, Tasso, 232.
- Fraggio, Joaquim, 528.
- Franco, Ricardo, 472.
- Fränkel, Siegfried-Erzberg, 60.
- Frederico Guilherme IV, 320.
- Fredericq, Paul, 304.
- Freire, Felisbelo, 198, 265.
- Freire, Francisco José, 564.
- Freire, Olavo, 449.
- Freire, Zeferino Pimentel, 320.
- Freire Alemão, Francisco, 162.
- Freitas, Afonso A. de, 263.
- Freitas, A. de Paula, 449.
- Freitas, A. Teixeira de, 341, 344.
- Freitas, C. Vidal de Oliveira, 239.
- Freitas, Joaquim Ferreira de, 579.
- Freitas, Jordão de, 486, 489, 607, 608.
- Freitas, Norival de, 616.
- Freud, Sigmund, 123, 275.
- Freund, Gisèle, 295.
- Freyer, Hans, 78.
- Freyre, Gilberto, 15, 177, 178-181, 191, 203, 283, 287, 339, 347, 400, 402, 637.
- Friederici, Georg, 256.
- Fritz, Samuel, 465, 468.
- Froissart, Jean, 36.
- Fromm, Erich, 275.
- Fueter, Ed., 30, 138, 499.
- Fundação Rockefeller, V.
- Furtado, Francisco Xavier de Mendonça, 442.

G

- Gaffarel, Paul, 506, 507.
- Gago Coutinho, C. V., 241.
- Galanti, Rafael, 190.
- Galbraith, V. H., 329.
- Gallardo, Bartolomé José, 430.
- Gallois, L., 504.
- Galvão, Miguel Arcanjo, 409.
- Galvão, Rafael Arcanjo, 264.
- Calluzi, Henrique Antônio, 442.
- Gama, Anibal, 396, 421.
- Gama, Antônio Carlos Chichorro, 364.
- Gama, João Saldanha da, 385, 387, 388, 389, 429.
- Gama, Vasco da, 439.
- Ganganelli, pseud. Vide: Marinho, Joaquim Saldanha.
- Ganns, Cláudio, 217, 367, 636.
- Garcia, Rodolfo, 190, 251, 255, 287, 378, 382, 414, 429, 439, 535, 542, 553, 554, 556, 570, 572, 576, 577, 578, 610, 611, 613, 619, 620, 621.
- Garcia Junior, 559.
- Gardiner, Patrick, XIII, 95, 96, 105, 108, 109, 110, 119, 121, 123, 130.
- Gardner, George, 204.
- Garraux, A. L., 426.
- Gatterer, J. C., 137.
- Gauld, Charles A., 248.
- Gayangos, Pascual, 361.
- Genealogia, 391, 397-406.
- Gentile, Giovanni, 300.
- George, H. B., rev., 438.
- Gerações, Teoria das, 146-148, 397-399.
- Gervinus, G. C., 58.
- Gibbon, Edward, 38.
- Giese, Wilhelm, 412.
- Giocondo, Giovanni, frei, 526.
- Girão, A. L. de B. Ferreira, 576.
- Girão, Raimundo, 192.
- Giry, A., 341, 371, 372, 414, 415, 420.
- Globus Mundi Declaratio*, 570.
- Gmeiner, 317.

- Godinho, Vitorino Magalhães, 216.
 Goedsche, H., 500.
 Goethe, Johann Wolfgang von, 4, 48, 622, 635, 646.
 Cóis, Damião de, 391.
 Cóis, Pero de, 607, 608.
 Cóis Monteiro, Pedro Aureliano, 521, 522.
 Gomes, Antônio Osmar, 412.
 Gomes, Eduardo, 521.
 Gomes, Eugênio, 251.
 Gomes, José Caetano, 216.
 Gomes, Lindolfo, 331, 569.
 Gomes, Luís Sousa, 433.
 Gomide, Antônio Gonçalves, 415.
 Gonçalves Dias, Antônio, 365, 397, 424, 429, 431, 507, 610, 612, 639.
 Gonçalves, João, 259.
 Gonçalves Magalhães, Domingos José, Visconde de Araguaia, 398, 580.
 Gonçalves Maia, José, 418, 419.
 Gonçalves Viana, A. R., 525, 526.
 Gonzaga, Tomás Antônio, 569.
 Gooch, G. P., 30, 41, 44, 54, 55, 541, 598.
 Gorphe, F., 623.
 Gottl-Ottilienfeld, Friedrich von, 87.
 Gottschalk, Louis, IX, 302, 303, 340.
 Goveia, Elsa V., 250.
 Graebner, F., 115, 648.
 Graesse, J. G. Theodor, 370, 430.
 Graf, Otto, 648.
 Graham, Maria, 293.
 Grant, Ulysses S., 277.
 Gras, N. S. B., 211.
 Gravura, início no Brasil da, 292.
 Greenfeld, K. Roberts, 229.
 Greenhalgh, Juvenal, 240.
 Gregório VII, papa, 485.
 Gregório XIII, papa, 412.
 Grenfeld, John Paschoal, 578.
 Grimm, Jacob, 138.
 Groethuysen, Bernhard, 25, 52, 115, 282, 316.
 Gronfeld, Gaspar João Ceraldo, 442.
 Grubb, Keneth, 248.
 Grunberg, Theodor Koch, 382, 383, 384, 391.
 Gryoeus, Simão, 546, 549.
 Guaraná, Manuel Armindo Cordeiro, 263, 280.
 Guatemosin, Dorvelino, 393.
 Guaxinduba, combate de, 571.
 Guedes, Aldo Marques, 220.
 Guigo, 5º Geral dos Brunos, 480.
 Guillobel, José Cândido, 293.
 Guimarães, Argeu, 559.
 Guimarães, Jacinto, ou Jacinto Cardoso de Oliveira, 515, 517, 519.
 Guimarães, João Pinto da Fonseca, 406.
 Guimarães, Manuel Teixeira de Araújo, 614.
 Guinle, Família, 358.
 Guisara, Félix, filho, 263.
 Guizot, François-Pierre-Guillaume, 477.
 Gusmão, Alexandre, 457, 463.
 Gusmão, Bartolomeu de, 241.

H

- Haerghen, Ferd. van der, 428.
 Hafkemeyer, J. B., 439, 576, 577.
 Hakluyt, R., 414.
 Halecki, Oscar, 140, 151.
 Halkin, Leon E., 302.
 Hall, F. W., 369, 371, 585, 586.
 Haller, Johannes, 151.
 Halphen, Louis, 30, 43, 44, 54, 89, 91, 302, 308, 628, 629, 632.
 Hamilton, Alexander, 543.
 Hamy, Mapa de, 439.
 Handelmann, Heinrich, 190.
 Handlin, Oscar, 428, 436.
 Harderwijk, K. J. R. van, 280.
 HARRISSE, Henry, 430, 439, 501.
 Harrison, John P., 362, 598.
 Harsin, Paul, 339, 624, 625, 628.
 Hartmann, L. M., 59.
 Hartt, Ch. Fred., 255, 383, 390.
 Hauser, Arnold, 288.
 Hauser, Henri, 14, 17, 27, 28, 54, 186, 271, 428.
 Havet, Louis, 587.
 Hayetk, C. A., 213.
 Hayn, Nicola Francesco, 430.
 Hébrard, J. A. L., 241.
 Hederich, Benjamin, 300.
 Hegel, G. W. F., 31, 49, 58, 63, 83, 88, 89, 91, 296, 300, 653.
 Heidegger, Martin, XII, 64, 76, 95.
 Heitgen, José, 396.
 Heitor, Luís. Vide: Azevedo, Luís Heitor Correia de.
 Heráldica, 393-396.
 Herckmans, Elias, 382.
 Herculano de Carvalho e Araújo, Alexandre, 154, 317, 352, 353, 374, 395, 399, 400, 403, 407, 476-481, 484, 524, 525, 634.
 Herder, J. C., 39, 78, 138.
 Heródoto, 31, 32-33, 35.
 Heurística, 315, 475, 645, 646.
 Heussi, Karl, 79.

- Hidalgo, Dionísio, 427.
 Higham, John, 252.
 Higounet, Ch., 436.
 Hildebrand, Bruno, 212.
 Hill, Roscoe R., 367.
 Hilton, Ronald, 281, 427.
 História: administrativa, 196-197; a palavra, 29-30, 99-100; como ciência hermenêutica, 88; como construção, 653-654; como suceder singular, 86; contemporânea, 23, 24; constitucional, 197-198; da arte, 287-295; da aviação, 241-250; da ciência, 254-259; da educação, 258-261; da formação territorial, 265-268; da História, 250-254; da Igreja e da religião, 241-250; da imprensa, 261-264; da medicina, 257; das ciências, 258; das idéias, 250-254; desenvolvimento da idéia de, 30-55; diplomática, 218-226; do bandeirismo, 266-268; do direito, 198-208; do exército, 226-234; e antropologia, 283, 284; e as ciências sociais, 647-649; econômica, 52, 208-218; e ficção, XIII, 285; e filosofia, 56-133; e Presente, 2, 3, 4, 6, 8, 13, 15, 21, 95-96; e psicologia, 275; gêneros da, 182-296; genética ou científica, 40-55; geral civil ou local, 190-193; irreversibilidade da, 88-91, 102; literária, 250-254; narrativa, 32-33; naval, 234-240; necessidade de reescrever a, 655, 656; objeto científico da, 88; política, 193-196, 274, 279, 281, 282; pragmática, 33-40; regional, 162, 265-268; social, 24, 281-287; universal, 36, 37, 84, 135, 141.
 Historicismo, 39, 48, 51, 61-63, 77-85, 655.
 Historiografia, cursos de, VIII.
 Hittle, J. D., 229.
 Hockett, Homer C., VI, VII, X, 312, 499.
 Hodges, H. A., 63.
 Hofer, Jean Chrétien-Ferdinand, 280.
 Hoehne, F. C., 255, 256.
 Hofer, Walther, 7.
 Holanda, Guy de, 386.
 Holanda, Sérgio Buarque de, 13, 14, 15, 121, 151, 177, 179-186, 181, 267, 268, 283, 287, 365.
 Hollender, Eugênio, 410.
 Holm, Bernard J., 499.
 Holmes, Lula Thomas, 249.
 Holmes, Oliver W., 199.
 Holmes, Ruth E., 362.
 Homem, Diogo, 467.
 Homem de Melo, Francisco, 449.
 Homem de Melo, Francisco Inácio Marcondes, barão, 442, 449, 450, 452, 454.
 Hook, Sidney, 120.
 Horn, Georg, 136.
 Horney, Karen, 275.
 Horstman, Nicolas, 382.
 Horta, Cid Rebelo, 404.
 Huber, J., 525.
 Hughes, H. Stuart, 51, 142.
 Hughes, Luigi, 527.
 Huizinga, Johan, 31, 52-53, 78, 89, 90, 102, 106, 135, 136, 148, 150, 277.
 Hulme, E. M., VIII.
 Hume, David, 108.
 Humboldt, Alexandre von, 121, 382, 439, 461, 462, 472-473, 501, 503, 526, 570.
 Humboldt, W. von, 1, 192.
 Husserl, Edmund, XII.
- I
- Iconografia, 291-294.
 Idade Média, 137-140.
 Idade Moderna, 139-140.
 Ig, pseud., 579-580.
 Iglesias, Ramon, 30.
 Iglesias, Francisco, XI.
 Ignotus, pseud. de Joaquim Maria Sena Sobrinho.
 Ihering, Rudolf von, 63, 383.
Ilada, 269.
 Imaz, Eugênio, 84.
Imitação de Cristo, 542-543.
 Imprensa Régia, estabelecimento da, 292.
 Independência do Brasil, 12, 131, 132.
 Infeld, Leopold, 73-74, 92, 127.
 Inocêncio. Vide Silva, Inocêncio Francisco da.
 Inscricões rupestres e tumulares. Vide: Epigrafia.
 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 404, 453.
 Instituto de História Social (Amsterdam), 286.
 Instituto do Ceará, 192.
 Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 357, 419, 420, 554; arquivos particulares no, 328; Revista do, 286-287, 353-354.
 Instituto Histórico Italiano, 587.
 Institutos Históricos estaduais, Revistas dos, 354, 405.

Instituto Nacional do Livro, 429, 597.
Interpretação: culturalista, 652; histórica, 475, 476, 644, 646, 653-654; teorias de, 646, 656. Vide também Teorias Históricas.
Introdução aos Estudos Históricos, disciplina de, IX, 305.
Isabel, princesa, 172.
Itaboraí, Visconde de. Joaquim José Rodrigues Tôrres, 398.

J

Jaboatão, Antônio de Santa Maria, frei, 245, 402, 405.
Jaceguai, Barão de. Artur Silveira da Mota, 239.
James, W. M., 234, 235, 236, 237.
Jameson, Franklin, 571.
Jardim, Joaquim José da Silva, 257.
Jardim, J. R. de Moraes, 448.
Jaspers, Karl, XII, 80, 95, 96, 97, 98.
Javari, Barão de. João Alves Loureiro, 431.
Jay, John, 543.
Jeanmaire, Émile, 30.
Jesuítas: e bandeirantes, 267; pintores, 290; teatro dos, 289.
Jesus, Rafael de, frei, 157.
João, Mestre, 349, 377, 380.
João Manuel, pe. Vide Carvalho, João Manuel de, pe.
João II, d., 525, 526.
João III, d., 528.
João IV, d., 619-620.
João VI, d., 167, 176, 201, 273, 278, 350, 358, 394, 456, 530.
Jobim, José, 216, 218.
Joel, Karl, 147.
Joffily, Irineu, 556.
Johnson, Allen, 279, 640.
Johnson, Henry, 305, 306.
Jolly, M., 495.
Jones, Cecil Knight, 427.
Jones, Helen D., 425.
Jong, Gerrit de, junior, 289, 291.
Jorge III, 273.
Jornal, credibilidade do, 640-641.
José Bonifácio. Vide: Andrada e Silva, José Bonifácio de.
José I, d., 423.
Juan, Jorge, 533.
Judeus, bibliografias sobre os, 430.
Júlio Maria, pe., 247.
Junius, Cartas de, 542-543.

K

Kaldun, Ibn, 299.
Kant, Emanuel, 39, 48, 57, 58, 61, 76, 83, 85.
Kardiner, Abraham, 275.
Karpovich, Michael, 313.
Kaufmann, Felix, 648.
Kayserling, Meyer, 430.
Kempis, Thomas a, 542.
Kidder, D. P., 249.
Kieman, Mathias C., 208.
Kirchenbaum, Leo, 289.
Kim, P., X, 102, 298.
Kitzinger, Alexander Max, 364.
Klages, Ludwig, 523.
Klein, Melanie, 275.
Knuttel, Willem Pieter Cornelis, 428.
Kosminsky, E. A., 213.
Kossmann, Fr. K. H., 280.
Kunstmann, coleção de mapas de, 439.
Kurth, Godefroid, 303.

L

Lacerda, J. B., 335.
Lacerda, Oldemar, 510, 512, 514, 515, 516, 517, 518.
Lachmann, Karl, 584.
Lacombe, Américo Jacobina, XIV, 224, 244, 247, 579.
Ladislau Neto, 335, 383, 390, 507, 508.
Laércio, Diógenes, 480.
Lago, Laurênio, 410, 433.
Lagos, Manuel Ferreira, 357.
Lagrange, J. L., 108.
Lahmeyer, Lúcia Furquim, 190.
Laistner, M. L. W., 30, 35.
Lambert, Jacques, 9, 26, 287.
Lamego, Alberto, 193, 358, 396.
Lamprecht, Karl, 59, 60, 80, 87, 106.
Lancaster, James, 414.
Landseer, Charles, 293.
Langlois, Charles V., VI, X, 51, 301, 309, 313, 425, 629.
Lara y Ordonhes, Diogo de Toledo, 415.
Larson, Henrietta, 211.
Las Casas, Bartolomeu, frei, 501, 502.
Lastre, Mons. de, 571.
Launoy, Jean de, 633.
Lavoisier, Antoine Laurent, 59.
Lavrado, Marquês de. José de Almeida Correia de, 224.
Leal, Antônio Henriques, 280, 570.
Leal, Aurelino, 197, 198, 576.

- Leal, José da Silva Mendes, 220, 345, 353, 366, 485.
 Leal, Victor Nunes, 196, 198.
 Leão, Duarte Nunes, 201.
 Leão, Josias, 216, 218.
 Leão, Múcio, 335.
 Lecuna, Vicente, 495, 533.
 Lêdo, Joaquim Gonçalves, 420, 576.
 Lee, Robert Edward, 277.
 Lee, Sidney, 271.
 Lefébure, Georges, 30.
 Legislação brasileira, bibliografia de, 207-208.
 Legislação eclesiástica, 243, 245.
 Lehmann, Henri, 508.
 Leibnitz, G. W., 30, 31, 37, 64.
 Leis extravagantes, 201, 207.
 Leite, Aureliano, 520, 638.
 Leite, Berta, 242, 247.
 Leite, Duarte, 379, 380, 439.
 Leite, Serafim, pe., 245, 247, 257, 259, 290, 442, 571.
 Leite, Solidônio, 567.
 Leme, A. P. da Silva Pontes, 452.
 Leme, Pedro Taques de Almeida Paes, 377, 405, 530, 590.
 Lemos Brito, 218.
 Lemos, Miguel, 278.
 Leonard, Emile G., 248.
 Leopoldina Josefa, Imperatriz d. Maria Carolina, 578.
 Lescallier, D., 466.
 Lésnodorski, B., 26.
 Lessa, Pedro, 60, 419.
 Léry, Jean de, 256.
 Levene, Ricardo, 495.
 Leverger, Augusto, barão de Melgaço, 448, 449.
 Levy, Hannah, 289, 290, 294, 340.
 Lewis, C. S., 133.
 Lima, Alceu de Amoroso, 248.
 Lima, Américo Pires de, 255.
 Lima, Francisco de, frei, 631.
 Lima, Heitor Ferreira, 218.
 Lima, Herman, 294.
 Lima, Rui Cirne, 199.
 Lincoln, Abraham, 277, 499.
 Lineu, 143.
 Linguagem histórica, 103-106, 150-151.
 Lins, Álvaro, 224, 534.
 Lira, A. Tavares de, 196, 433.
 Lisboa, Baltazar da Silva, 346, 590, 620, 621.
 Lisboa, José Antônio, 218.
 Lisboa, João Francisco, 192, 208, 380, 398, 545, 610, 612.
 Lisboa, José da Silva, Visconde de Cairu, 160, 215, 416, 417, 429, 542, 577, 578.
 Lister, Christopher, 414.
 Litografia, 292-294.
 Litt, Theodor, 78, 91, 94.
 Livermore, Ann, 289.
 Livro de Centenário da Câmara dos Deputados, 406.
 Livros de Linhagem, 399-400.
 Livros de Tombo ou Cartulários, 324.
 Livros de viagem, credibilidade dos, 641-642.
 Lôbo, Augusto de Sousa, 410.
 Lôbo, Hélio, 225.
 Lôbo, Luís, 233.
 Lôbo, Roberto Jorge Haddock, 530.
 Locard, Edmond, 512, 519, 523.
 Logógrafos, 33.
 Lopes, Fernão, 36, 105, 504, 570.
 Lopes, Maximiano, 256.
 Lopez, Pero, 377.
 López de Ayala, Pedro, 36.
 Lopo Homem, mapa de, 439.
 Lorenz, Alfred, 147.
 Lorenz, Ottokar, 147, 397.
 Loreto, Aliatar, 232, 233.
 Lourenço, Manuel B., filho, 258.
 Lovejoy, Arthur O., 251, 252.
 Loysel, Antoine, 624, 628.
 Luciano de Samosata, 129, 299, 333.
 Ludewig, 371.
 Ludwig, Emil, 277.
 Luís, Afonso, 552.
 Luís, Francisco de São, 606.
 Luís XIV, 4.
 Lund, P. W., 255, 351.
 Lurcy, Gabriel Lafond de, 499, 500, 533.
 Lutas de classe no Brasil, 213-215.
 Lutas entre famílias no Brasil, 203-204.
 Lutero, Martim, 137, 370.
 Luz, Carlos C., 520.
 Luz, Francisco Mendes da, 196.
 Luz, Nícia Vilela, 366.
 Lyra, Heitor, 225, 278.

M

- Mabillon, Jean, 37, 371, 372, 374, 478, 566.
 Mably, Gabriel Bormot de, 299-300.
 McCrum, Blanche P., 425.
 MacDonald, Janet L., 52.
 Macedo, Antônio de Sousa de, 564, 565, 567, 568, 571, 573, 574.
 Macedo, Duarte Ribeiro de, 564.

- Macedo, Francisco de Sales, 323.
 Macedo, Joaquim Manuel de, 190, 271, 280, 425.
 Macedo, Joaquim Teixeira de, 559.
 Macedo Soares, Antônio Joaquim, 406.
 Macedo Soares, Eduardo, 516.
 Macedo Soares, José Carlos, 247, 289.
 Mach, E., 78, 110.
 Machado, Irineu, 510, 516.
 Machado, Jerônimo, pe., 570.
 Machado, Joaquim de Oliveira, 323.
 Machado, J. M. de, 422.
 Machado, Manuel, coronel, 509.
 Machado de Assis, Joaquim Maria, 20, 126, 333, 353, 398, 424, 639.
 Machado de Oliveira, José Alcântara, 287, 520, 521.
 MacManaway, James G., 425.
 Maçonaria, influência no Brasil da, 420.
 Macpherson, James, 507.
 Macróbio, 437.
 Madison, James, 543.
 Madre de Deus, Gaspar, frei, 157, 377, 401, 402, 590.
 Madrignano, Archangelo, 546.
 Maëstricht, Gerhard von, 586.
 Magalhães, Basílio de, 218, 263, 264, 331, 419, 429, 545.
 Magalhães, Fernando, 260.
 Magalhães, J. B., 218, 233.
 Magalhães, J. G. de, 580.
 Magalhães, Olinto de, 459.
 Magalhães, Raimundo, Junior, 639.
 Magalhães, Rodrigo da Fouseca, 577, 638.
 Mahan, Alfredo Thayer, 227, 234.
 Maia, Emilio Joaquim da Silva, 152, 154.
 Malatesta, Nicola Francarino dei, 497.
 Malcher, Felis Antonio Clemente, 578.
 Maldonado, Ayres, 505, 506.
 Malheiro, Agostinho Marques Perdigão, 203, 203., 421.
 Malheiro Dias, C., 548.
 Malipiero, Domenico, 547, 548.
 Mallery, Garrick, 383.
 Malone, Dumas, 279.
 Mamoré, Barão de. Ambrósio Leitão da Cunha, 386, 387, 388.
 Manchester, Alan K., 427.
 Mangabeira, Otávio, 520.
 Manique, Luís de Pina, 447.
 Manheim, Karl, 83, 627.
 Manticón, Ignacio, 376.
Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros, 424.
 Manuel, d., 200, 393, 394, 413, 440, 528.
 Manuel II, d. 430.
 Manuel Cícero. Vide: Silva, Manuel Cícero Peregrino da.
 Mapas. Vide: Cartografia.
 Mapa da Linha Verde, 457-459.
 Mapa das Côrtes (1749), 456, 463-464.
 Marcgrave, George, 412.
 Marchant, Anyda, 206.
 Marchioni, Bartolomeu, 549.
 Marco Aurélio, 121.
 Marco Pólo, 503.
 Mareschal, Barão Wenzel de, 576.
 Mariás, Julian, 97, 148, 150.
 Marinho, Irineu, 516.
 Marinho, João, 358.
 Marinho, Joaquim Saldanha, 542.
 Marini, Jerônimo, 439.
 Marino, Gregório de S., frei, 247.
 Marino de Tírio, 503.
 Maris, Francisco Soares, 244.
 Mariz, Pedro de, 543, 544, 545, 602.
 Markham, C. R., 504.
 Mármol, Ed. Colombres, 533.
 Marques, Adelino, 206.
 Marques, César Augusto, 431.
 Marques Rebêlo, 429.
 Marrou, H. I., XI.
 Martin, Percy Alvin, 198.
 Martins, Antônio Egídio, 263.
 Martins, Fernão, 500-504.
 Martins, Francisco, 389.
 Martins, Francisco de Sousa, 262.
 Martins, Luís, 283.
 Martins, Romário, 193, 263.
 Martins, Wilson, 193.
 Martins Júnior, 205.
 Martius, K. F. P. von, 160-162, 163, 174, 178, 199, 265, 383, 390, 544, 642.
 Marx, Karl, 3, 59, 101, 119, 126, 140, 141, 143, 144, 209, 210, 651.
 Marx, Moisés, 535.
 Materialismo histórico, 49.
 Matos, Armando de, 396, 405.
 Matos, Eusébio de, 251.
 Matos, F. Jaguaribe Gomes de, 449.
 Matos, Gregório de, 251.
 Matos, José Veríssimo Dias de, 260.
 Matos, Waldemar, 199.
 Mauá, Barão e Visconde de. Irineu Evangelista de Sousa, 215, 217, 636, 639.
 Mauro, Frédéric, 216.
 Maurois, André, 277.

- Mead, Margareth, 275, 283, 284.
 Medeci, Laurent Pierfrancesco, 526, 527.
 Medeiros, Coriolano, 433.
 Medeiros, Maurício de, 257.
 Medina, M. T., 427.
 Meglionni, Nelo Garcia, 366.
 Meili, Julius, 409, 410.
 Meinecke, Friedrich, 7, 39, 47-48, 81, 84, 102, 138.
 Meireles, Vitor, 398.
 Mellander, Karl, 226.
 Melo, Antônio Joaquim de, 280, 320.
 Melo, Arnaldo Faria de Ataíde, 4, 375.
 Melo, Félix Cavalcanti de Albuquerque, 638.
 Melo, Francisco Manuel de, 231, 348, 391, 564, 565, 568, 572, 619-620.
 Melo, José Antônio Gonçalves de, neto, 193, 279, 287.
 Melo, Luís Correia de, 433.
 Melo, Mário, 396, 418, 419, 422, 441.
 Melo, Manuel Marcondes de Oliveira, Barão de Pindamonhangaba, 319.
 Melo, Tancredo Fernandes de, 262.
 Melo Franco, Afonso Arinos de, 195, 216, 218, 278, 519, 569.
 Melo Franco, Afrânio de, 273, 278.
 Melo Franco, Caio de, 569.
 Melo Leitão, C. de, 255, 256, 335.
 Melo Morais, Alexandre José de, 257, 264, 292, 319, 320, 323, 324, 325, 350, 357, 358, 378, 385, 420, 421, 525, 529, 530, 531, 545, 588, 610, 641.
 Melo Morais, Alexandre José de, filho, 331.
 Memórias, credibilidade das, 637-639.
 Mendes Pimentel, Francisco, 519.
 Mendonça, Bento Fernandes Furtado de, 208.
 Mendonça, Francisco Maria de Sousa Furtado de, 208.
 Mendonça, J. X. Carvalho de, 206.
 Mendonça, Marcos Carneiro de, 216, 218.
 Mendonça, Marcos Teixeira de, 529.
 Mendonça, Renato de, 225.
 Mendonça, Salvador de, 358, 427.
 Menezes, José Joaquim Viegas de, 292.
 Menezes, Manuel de, 231.
 Menezes, Manuel Joaquim, 420.
 Menezes, Rodrigo Otávio Langaard de, 596, 638.
 Menger, Karl, 80.
 Menucci, Sud, 260.
 Mercati, Giovanni, 570.
 Mercator, G., 466, 469.
 Mercator, Isidoro, 498.
 Mesquita, José de, 406.
 Mesquita, Júlio, 264.
 Merêa, Manuel Paulo, 206.
 Método histórico, 42, 51, 59, 650, 655.
 Método naturalista na história, 51, 59.
 Metodologia histórica, V, XI, 37, 125, 299-314, 646; cursos de, VI, 303-314; história da, 299-303.
 Metternich, C. W. L. N., príncipe de, 54.
 Meyer, Augusto, VIII, 332, 638.
 Meyer, Eduard, VIII, IX, 60, 70, 71, 79, 95, 117, 121, 184, 185, 228, 297, 304, 312, 320.
 Meyerson, Émile, 107, 649.
 Michaelis de Vasconcelos, Carolina, 380, 528, 595, 601.
 Michaud, M., 280.
 Michelet, Jules, 14, 151.
 Ministérios, criação dos, 338.
 Mirales, José de, 231.
 Miranda, Francisco Sá de, 595, 601.
 Mises, Richard von, 83, 101, 108, 110.
 Moacir, Primitivo, 260.
 Moedas e Medalhas. Vide: Numismática.
 Mohlberg, B., 587.
 Moisés, 32.
 Molinier, A., 428.
 Mollhuysen, P. C., 280.
 Momigliano, Arnaldo, 55.
 Mommsen, Theodor, 44, 45, 50, 102, 310, 311.
 Monbeig, Pierre, 282.
 Moncada, L. Cabral, 206.
 Monod, Gabriel Jacques Jean, 301, 428.
 Montaboldo, Fracanzio de, 527, 546, 547, 548.
 Montanus, Arnoldus, 574.
 Monteiro, Fernando, 217.
 Monteiro, João da Costa Rêgo, 458.
 Monteiro, Jônatas da Costa Rêgo, 231.
 Montero Dias, Santiago, 299.
 Montfaucon, Bernard de, 374.
 Montesquieu, M. de, 38, 63.
 Monserrat, Camilo de, frei, 381, 384-385, 386, 525.
Monumenta Germaniae Historica, 40, 52, 351, 374, 598, 605-606.
 Moog, C. Vianna, 11, 283.
 Morais, Cristóvão Alão de, 400.
 Morais, Francisco, 259.
 Morais, José de, 530.
 Morais, Prudente de, neto, 18.
 Morais, Rubem Borba de, 427.
 Morais, Tancredo, 193.

Morais Navarro, José Gregório, 216.
 Morales de los Rios, A., 261.
 Moreaus, Pierre, 30.
 Moreira, Juliano, 257.
 Moreno, Diogo de Campos, 532, 571, 631.
 Morison, Samuel Elliot, 17.
 Mörner, Magnus, 246, 362.
 Mota, Artur, 251, 554, 569.
 Mota, João Xavier de, 409.
 Mouchez, E., 444, 453.
 Mougeolle, Paul, 59.
 Moura, Alexandre de, 530.
 Moura, Caetano Lopes de, 421.
 Moura, Cristóvão de, 602.
 Moura, Joaquim Ferreira de, 579.
 Moura, José Lino de, 152, 153.
 Moya, Salvador de, 405.
 Müller, Eduardo, 470.
 Muniz, Jaime Constantino de Freitas, 220, 353.
 Muniz, João de Palma, 432.
 Muricy, Andrade, 251.
 Museus brasileiros, 336; publicações * dos, 355.
 Museu Histórico Nacional, criação do, 408.
 Myers, Gustave, 404.
 Myra y Lopes, E., 623.

N

Nabuco, Carolina, 278, 347, 402.
 Nabuco de Araújo, Joaquim, 121, 171-173, 181, 195, 214, 223, 225, 273, 278, 347, 350, 365, 402, 424, 248, 434, 443, 454, 461, 462, 463, 469, 470-473, 579, 639.
 Nabuco de Araújo, José Paulo de Figueiroa, 207, 324, 338, 416.
 Nabuco de Araújo, José Tomás, 273, 274, 278, 398, 401, 579.
 Nadler, Josef, 539.
 Namier, L. B., 55, 273, 274, 281.
 Napoleão, Aluizio, 224, 241, 366.
 Napoleão Bonaparte, 4, 119.
 Nascimento, Alfredo, 257.
 Nascimento, Luís do, 264.
 Narrativa. Vide: Síntese histórica.
 Nathan, M., 123.
 Naturalismo, 57-61, 80, 97, 106, 111, 141, 142, 143; e Historicismo, 77-79, 80, 150.
 Navarrete, M. F., 525, 528.
 Navarro, Nicolas E., 534.
 Naville, Adrien, 64.

Neeser, Herman, 396.
 Negrão, Francisco, 405, 406.
 Negreiros, André Vidal de, 532.
 Negros: influência nas instituições jurídicas, 202.
 Neiman, Stella Duff, 597.
 Neiva, Antão de Santa Maria de, frei, 507.
 Nemésio, Vitorino, 374, 407.
 Nero, 35.
 Nery, Fernando, 353.
 Neves, Alvaro, 430.
 Neves, José Teixeira, 264.
 Nevins, Allan, XIII, 277, 499, 500.
 Newton, Isaac, 59, 92, 101, 130.
 Nicol, E., 84.
 Nicolas, Maria, 433.
 Nicolau I, papa, 498.
 Niebuhr, B. G., 40, 41, 42, 300, 482.
 Niel, Jonathan, XIII.
 Nieuhof, Johan, 412.
 Niemeyer, Conrado Jacob de, 444, 445, 449, 452.
 Nietzsche, Friedrich, 4, 32.
 Nilus, E. A., 500.
 Nina Rodrigues, 346.
 Noble, G. Bernard, 17.
 Nóbrega, Apolônio, 247.
 Nogueira, M. T. Alves, 232.
 Normano, J. F., 216, 218.
 Noronha, Henrique Henriques de, 405.
 Noronha, Marcos de, 7º Conde de Arcos, 576.
 Noronha Santos, Francisco Agenor, 365.
Notícia dos Senadores do Império do Brasil, 405-406.
 Novosselski, A. A., 587.
 Numa Pompílio, 412.
 Numismática, 406-411; 1.º Congresso de, 408.
 Nunes, Pero, 440.

O

Oakeshott, Michael J., 96, 128.
Odisséia, 269.
 Olinda, Marquês de. Pedro de Araújo Lima, 401.
 Oliveira, Alberto de, 638.
 Oliveira, Albino José Barbosa de, 638.
 Oliveira, Custódio José e, 129.
 Oliveira, Gonçalo de, pe. 529.
 Oliveira, Isidoro da Costa e, 394.
 Oliveira, João Alfredo Correia de, 451.
 Oliveira, José Joaquim Machado de, 575.

Oliveira, J. M. Cardoso de, 221.
 Oliveira, José Teixeira de, 575.
 Oliveira, Luís Camilo de, neto, 364.
 Oliveira, Manuel Antônio Vital, de 444, 452.
 Oliveira, Manuel Botelho de, 553, 554.
 Oliveira, M. dos Santos, 259.
 Oliveira França, Eduardo de, X, 1, 2, 96, 129.
 Oliveira Lima, Manuel de, 173, 174-175, 192, 224, 251, 278, 361, 418, 419, 576, 638.
 Oliveira Viana, Francisco José, 177-178, 180, 214.
 Ordenações do Reino, 200-201, 206, 207.
 Orellana, Francisco de, 468.
 Orósio, Paulo, 36.
 Ortega y Gasset, José, 97, 114, 148, 149, 297, 311, 399, 645, 650, 653, 654.
 Ortigão, Ramalho, 409.
 Osório, General Manuel Luís, Marquês de Herval, 233, 401.
 Ottolenghi, Salvatore, 519, 522.
 Ottoni, Júlio Benedito, 358.
 Ourique, batalha de, 634.
 Ouro Preto, Visconde de. Afonso Celso de Assis Figueiredo, 239, 401.

P

Paço, Antônio Jansen do, 387, 389, 573.
 Pádua, Saturnino de, 410.
 Pais, José da Silva, 463.
 Paiva, Tancredo de Barros, 262, 429, 541.
 Paiva Boléo, Manuel, 412.
 Palau y Dulcet, Antonio, 431.
 Paleografia, 124, 538.
 Palheta, Francisco de Melo, 574.
 Palière, Armand Julien, 292.
 Pamplona Côte Real, David, 320.
 Papebroch, Daniel, 370.
 Paraná, Marquês de. Honório Hermeto Carneiro Leão, 398, 580.
 Paranhos, José Maria da Silva. Vide: Rio Branco, Visconde de.
 Paranhos, José Maria da Silva, júnior. Vide: Rio Branco, Barão de.
 Pardo Velho. Vide: Sant'Anna, Anastácio de.
 Parente, Alberto Patroni Martins Maciel, 535, 578.
 Parker, Donald Dean, 190.

Parreira, Henrique Gomes de Amorim, 216.
 Partidos políticos, 274.
 Passos, Carlos de, 375, 392, 504.
 Passos, John dos, XIII.
 Pasteur, 126.
 Patrocínio, José do, 515.
 Paul, Herman, 73.
 Paulet, Antônio José da Silva, 575.
 Paz, Julian, 362.
 Pedro de Portugal, Conde de Barcelos, 399, 404.
 Pedro I, d., 131, 167, 273, 278, 319, 350, 401, 417, 420, 578, 579.
 Pedro II, d., 167, 172, 273, 278, 327, 328, 360, 366, 394, 401, 576, 580, 639.
 Pedroso, Zophimo Consiglieri, 428.
 Peixoto, Afrânio, 256, 257, 260, 262, 554, 620.
 Peixoto, C. A., 247.
 Peixoto, Inácio José de Alvarenga, 569.
 Pena, Afonso, 452.
 Pena, Afonso, júnior, 344, 497, 536, 538, 539, 565, 567-569, 571, 572, 573, 574.
 Penalva, Gastão, 620.
 Penck, Alberto, 435.
 Penedo, Barão de. Francisco Inácio Carvalho Moreira, 225.
 Penteado, Ernesto Goulart, 259.
 Pepe, Gabrielle, 302, 303.
 Pereira, Astrojildo, 214-215.
 Pereira, Duarte Pacheco, 600.
 Pereira, Francisco Lôbo Leite, 616.
 Pereira, F. M. Estêves, 569.
 Pereira, João Caldas, 563, 564.
 Pereira, João Manso, 216.
 Pereira, José Antero, júnior, 378, 391.
 Pereira, José Higinio Duarte, 361.
 Pereira, José Veríssimo da Costa, 648.
 Pereira, Lafaiete Rodrigues, 398, 401.
 Pereira, Lúcia Miguel, 251.
 Pereira, Miguel Pinto, 505, 506.
 Pereira, Nuno Alvares, 599.
 Pereira, Otacílio, 261.
 Pereira, Virgílio de Sá, 205.
 Pereira da Costa, Francisco Augusto, 280, 331, 417, 418, 432, 554.
 Pereira da Silva, João Manuel, 278, 579, 638.
 Peres, Damião, 196, 221.
 Pereyra, Carlos, 533.
 Perícia técnica, 522-524.
 Periodização, 7, 133-151, 182-184.
 Periodização na História do Brasil, 152-181.
 Pesquisa histórica, 321-329.

- Pessanha, José, 526.
 Pessoa e Melo, José Maria I. J. da Veiga, 320.
 Petavius, Dionysius, 411.
 Petersen, Júlio, 399.
 Peursen, J. H. van, 393.
 Phillimore, W. P. W., 404.
 Picard, Roger, 507, 535.
 Picchia, José del, filho, 519, 524.
 Pimenta, Silvério Gomes, bispo de Camaco, 618.
 Pimenta Bueno, M. A., 448.
 Pimenta Bueno, José Antônio, Marquês de São Vicente, 197, 415.
 Pimentel, Elpídio, 575.
 Pimentel, Manuel, 440, 466.
 Pinder, Wilhelm, 147, 399.
 Pinello, Antonio de Leon, 348, 427, 545, 555, 556, 603.
 Pinheiro, José Pedro Xavier, 190.
 Pinheiro Machado, J. G., 278.
 Pinho, José Wanderley de Araújo, 216, 218, 287.
 Pinto, Albano da Silva, 395.
 Pinto, Antônio Pereira, 221, 223.
 Pinto, Bento Teixeira. Vide: Teixeira, Bento.
 Pinto, Egon Prates, 396.
 Pinto, João de Castilho, 505.
 Pinto, Oliverio M. de Oliveira, 256.
 Pio II, papa, 501.
 Pio IV, papa, 529.
 Pio XII, papa, 84-85.
 Pirenne, Henri, 46-47, 102, 138, 303, 427.
 Pires do Rio, J., 216.
 Piso, Guilherme, 412.
 Pitágoras, 92.
 Pizarro e Araújo, José de Sousa Azevedo, mons., 157, 346, 355, 530.
 Plano Cohen, 519-522.
 Plumb, J. H., 272, 273, 274, 275.
 Plutarco, 185, 268.
Plutarco Brasileiro, 292.
 Poliano, Luís Marques, 410.
 Políbio, 23, 34, 145, 271.
 Pollard, A. F., 54.
 Pombal, Marquês de. Sebastião José de Carvalho e Melo, 575.
 Pompeu Sobrinho, Tomás, 192.
 Pons, Alfredo, 554.
 Ponte Ribeiro, Duarte da, barão, 223, 225, 363, 445, 446, 447, 454, 457, 458, 460, 461, 469.
 Pontes, Antônio Pires da Silva, 443, 472.
 Pontes, Manuel José da Silva, 363, 454.
 Pontes, Rodrigo de Sousa da Silva, 154, 431.
 Pontes de Miranda, 197, 206.
 Popper, K., 83.
 Poppino, Rollie E., 10, 12, 22, 287, 353.
 Pôrto, Aurélio, 264, 268, 576.
 Pôrto Alegre, Manuel de Araújo, barão de Santo Ângelo, 292, 340, 562, 580.
 Pôrto Seguro, Visconde de. Vide: Varnhagen, Francisco Adolfo de.
 Portugal, José Fernandes de, 443.
Portugalia Monumenta Historica, 351-352, 399, 484.
 Positivismo: comtiano, 42-43; lógico, 98-103, 108-111.
 Posner, Ernst, 229.
 Postan, M., 213, 286.
 Pot, J. H. J. van der, 151.
 Potemkine, F., 55.
 Potemkine, V., 55.
 Power, Eileen, 55, 281.
 Powicke, F. M., 55.
 Prado, Antônio da Silva, 217.
 Prado, Caio, júnior, 215, 216, 218.
 Prado, Eduardo, 358, 554.
 Prado, J. F. de Almeida, 358, 364.
 Prado, Nazareth, 217.
 Prado, Paulo, 13, 15, 610.
 Prado Kelly, José Eduardo, 520.
 Prado Maia, 240.
 Pragmatismo histórico, 31-32.
 Prat, André, frei, 247.
 Prates, José Feliciano Rodrigues, 577.
 Pressoir, Catts, 250.
 Prestage, Edgar, 219, 220, 221, 226, 426, 428, 532, 620.
 Prevost, M., 280.
 Pribram, Alfred Francis, 593.
 Primerio, Fidelis, frei, 246.
 Prober, K., 410.
 Proença, Raul, 375.
Prosopopéia, 552-555.
Protocolos dos Sábios de Sião, 500.
 Proudhon, P. J. 209.
 Pseudônimos, bibliografia de, 541-542.
 Psicologia cultural, 63, 115-116.
 Ptolomeu, Planisférico de, 379.
 Pública forma, 342.
 Publicações de Arquivos e Museus, 353-358.
 Publicações oficiais brasileiras, guia de 339.
 Purchas, Samuel, 550, 552.
 Purificação, Gabriel da, frei, 574.

Q

Queiroz, Baptista, 409.
 Queiroz, Narcélio de, 129.
 Quesada, Ernesto, 304.
 Questionário, 319-320.
 Quintas, Amaro, 287.
 Quintela, Inácio da Costa, 230.

R

Rabêlo, José Silvestre, 152, 153, 154.
 Radbruch, Gustave, 210.
 Rafael, João Maria J. F. X. de Paula
 Luís Antônio Domingos, 426.
 Raja Gabaglia, capitão de fragata, 233.
 Raja Gabaglia, F. A., 268.
 Rama, Carlos, 25, 286, 302.
 Ramiz Galvão, Benjamin Franklin de,
 barão de, 246, 270, 271, 280-281,
 292, 293, 294, 320, 358, 385, 408,
 423, 426, 455, 553, 559, 560, 573,
 618.
 Ramos, Graciliano, 638.
 Ramos de Oliveira, 248.
 Ramusio, M. Giovanni, 526, 547.
 Rangel, Alberto, 293, 339.
 Ranke, Leopold, 4, 40, 41-42, 44, 47,
 48, 50, 77, 85, 86, 90, 92, 102, 125,
 254, 300, 301, 311, 477, 635, 645.
 Rappoport, Charles, 59.
 Ratzel, Fried., 177, 657.
 Rau, Virginia, 216, 360, 367.
 Razão histórica, 61-63, 80.
 Ravenstein, E. G., 504.
 Ravnani, Emilio, 302.
 Real Arquivo Militar, fundação do, 292.
 Realismo histórico, 653, 656.
 Rebêlo, José Pedro de Miranda, 360.
 Recreio, Francisco, pe., 477.
 Redover, 546.
 Ree, Sidney, 279.
 Reed, B. D., 393.
 Registo oral, 330.
 Rêgo, José Lins do, 638.
 Reichenbach, Hans, 101, 102.
 Reid, J. S., 411.
 Reis, Álvaro A. de Sousa, 257.
 Reis, Antônio Simões dos, 423, 425,
 428, 540.
 Reis, Artur César Ferreira, XIV, 233,
 255, 261, 268, 433, 531.
 Reis, Jaime, 390.
 Reis, Sólton Borges dos, 261.

Reis, F. Sotero dos, 251.
Relação do Piloto Anônimo, 546-549.
 Relatividade histórica e física, 656.
 Relativismo histórico, 39.
 Remédios, Mendes dos, 569.
 Renan, Ernest, 43, 76, 359, 508.
 Renier, G. J., 286, 302.
 Renouvier, Charles, 122.
 Renouvin, Pierre, 55, 252, 272, 280,
 302, 431, 436.
 Resende, Artur Vieira, 405.
 Revello, J. Torre, 367.
 Reversibilidade histórica, 34, 45.
 Revisionismo histórico, 3, 4, 7, 8, 13.
 Revolução de 1824, 320.
 Ribeiro, Adalberto Mário, 326, 386.
 Ribeiro, Alípio de Miranda, 256.
 Ribeiro, Clóvis, 396.
 Ribeiro, Diogo, 439.
 Ribeiro, João, 173-174, 175, 190, 251,
 331, 614.
 Ribeiro, João Martins, 612.
 Ribeiro, João Pedro, 206, 207, 366,
 373, 374, 392, 393, 497, 504, 524,
 535, 606.
 Ribeiro, João Pinto, 564.
 Ribeiro, Joaquim, 215.
 Ribeiro, José Jacinto, 422.
 Ribeiro, Leonídio, 258.
 Ribeiro, Mário de Sampaio, 620.
 Ribeiro Junior, 520.
 Ricaurte, Daniel Ortega, 531.
 Richmond, Herbert, 234.
 Rickert, Heinrich, XII, 60, 61, 64-73,
 76-79, 87, 91, 92, 94, 95, 97, 98,
 106, 111, 115, 126, 320, 339.
 Riesman, David, 10, 18, 20.
 Rifer, Paul P. van, 229.
 Rio Branco, Barão do. José Maria da
 Silva Paranhos Jr., 190, 223, 224,
 225, 231, 232, 285, 293, 379, 380,
 398, 414, 420, 421, 422, 439, 450,
 452, 454, 457, 459, 460, 463-468,
 534, 563, 571, 576, 589.
 Rio Branco, Raul, 224.
 Rio Branco, Visconde de. José Maria
 da Silva Paranhos, 222, 398, 445,
 639.
 Ritter, Gerhard, 2, 7, 22, 28, 55, 97.
 Rizzini, Carlos, 264.
 Roberto, W. M., 448.
 Rocha, José Joaquim da, 266, 615, 616.
 Rocha, Justiniano José da, 113, 165,
 171, 580.

Rocha, M. A. Coelho da, 205.
 Rocha Pita, Sebastião da, 156, 190.
 Rocha Pombo, José Francisco da, 190.
 Rodrigo Otávio. Vide: Menezes, Rodrigo Otávio de Langaard.
 Rodrigues, A. G., 36, 505.
 Rodrigues, Alfredo Ferreira, 262.
 Rodrigues, Antônio, 259.
 Rodrigues, Antônio José, 577.
 Rodrigues, Francisco, pe., 565, 566, 567, 572.
 Rodrigues, João Barbosa, 390.
 Rodrigues, José Carlos, 243, 352, 353, 415, 425, 427, 527, 543, 546, 548, 620.
 Rodrigues, José Honório, 24, 26, 45, 47, 48, 50, 53, 54, 55, 103, 118, 143, 154, 166, 169, 199, 213, 215, 216, 217, 219, 222, 226, 234, 245, 247, 255, 260, 268, 275, 283, 286, 321, 324, 351, 354, 361, 362, 378, 388, 412, 423, 424, 430, 436, 441, 485, 519, 558, 563, 569, 571, 573, 574, 589, 590, 598, 621, 639.
 Rodrigues, José Wasth, 233, 291.
 Rodrigues, Lêda Boechat, VIII, IX, 198, 354.
 Rodrigues, Lysias, 241.
 Rodrigues, Mário, 516.
 Rodrigues Alves, Francisco de Paula, 398.
 Rodrigues de Carvalho, 331.
 Rodrigues Lapa, M., 569.
 Rodrigues Tôrres, Joaquim José, visconde de Itaboraí, 398.
 Romein, J. M., IX, 188, 268, 275, 276, 302.
 Romeiro, Edgard de Araújo, 410.
 Romeiro, Marcos, 433.
 Romero, Sílvio, 251, 331, 424, 569.
 Roncati, 519.
 Rondon, Cândido Mariano da Silva, 512.
 Rosa, Gonzales de la, 501.
 Roscio, João, 442.
 Rosenthal, Leon, 291.
Roteiro do Maranhão e Goiás pela Capitania do Piauí, 266, 562.
 Rothacker, Erich, 78, 83.
 Roure, Agenor de, 198.
 Rousseau, J. J., 636.
 Roussin, Barão de. Albin Reine Roussin, 444, 452.
 Röwer, Basílio, frei, 246, 259.
 Rowley, Thomas, 507.

Rowse, A. L., 219.
 Rozas, João Manuel Ortiz de, 221.
 Rozo, José de Araújo, 534, 535, 577, 578.
 Rubim, Francisco Alberto, 575.
 Ruchamer, Jobst, 546.
 Rudler, Gustave, 538, 540, 587.
 Ruge, Sophus, 504.
 Rugendas, J. M., 293.
 Rui, Afonso, 196, 205, 287, 289.
 Rümelin, C., 147.
 Russel, P. E., 36, 108, 110, 505, 570.
 Rutledge, Anna, 499.

S

Sá, Estácio de, 529.
 Sá, José Anastácio da Costa e, 374.
 Sá, José Felix de Azevedo e, 347.
 Sá, Mem de, 202, 530.
 Sá, Simão Pereira de, 231.
 Sabin, Joseph, 430.
 Sacramento, Francisco do Santíssimo, frei, 574.
 Sagnac, Ph., 54.
 Saia, Luís, 365.
 Saint-Hilaire, Augusto de, 577, 642.
 Saldanha, José de, 442.
 Salgado Filho, Joaquim Pedro, 520.
 Salis, Eurico J., 191.
 Salomão, 146.
 Salvador, Vicente do, frei, 190, 346, 349, 486, 489, 556, 611-613, 624, 631.
 Salvemini, Gaetano, 126, 187.
 Sampaio, Antônio de Villas Boas y, 405.
 Sampaio, A. J. de, 256.
 Sampaio, Francisco Xavier Ribeiro de, 472.
 Sampaio, Luís Teixeira, 323, 366.
 Sampaio, Teodoro, 390, 391, 441, 545.
 Sampaio e Melo, Manuel Jacinto, 216.
 Sampaio Lacerda, José Cândido, 261.
 Sampaio Lacerda, Pedro Paulo, 410.
 Sanches de Baena e Farinha, Augusto Romano, Visconde de, 395.
 Sancho, d., 525.
 Sandys, John Ed., 254, 412, 581, 585.
 San Filippo, Pietro Amat di, 430.
 San Martin, José, 499, 500, 533.
 Sannié, Charles, 375.
 Santa Maria, Agostinho de, frei, 245.

- Sant'Anna, Anastácio de, o Pardo Velho, 443.**
Santanna, Nuto, 380.
Santarém, Visconde de. Manuel Francisco de Barros, 219, 220, 221, 345, 352, 361, 366, 434, 437, 485, 528.
Santiago, Anfrisia, 248.
Santiago, Bento Dias, 556.
Santiago, Diogo Lopes, 490.
Santo Agostinho, 636.
Santo Agostinho, Joaquim de, frei, 35, 524.
Santo Eusébio, 35.
Santo Ofício, Tribunal do, 403.
Santos, Antônio Alves Ferreira dos, mons., 243, 338, 406.
Santos, Antônio Ribeiro dos, 430.
Santos-Dumont, Alberto, 241.
Santos, Francisco Marques dos, 292, 410.
Santos, Guilherme dos, 335.
Santos, Guilherme Luís dos, 360.
Santos, José dos, 428.
Santos, J. F. dos, 409.
Santos, José Maria dos, 14, 15, 195.
Santos, Luís Gonçalves dos, 578.
Santos, Tomás Gomes dos, 162.
São Leopoldo, Visconde de. Vide: Fernandes Pinheiro, José Feliciano.
São Teodósio, Duque, 552.
Sapucaí, Visconde de. Cândido José de Araújo Viana, 580.
"Saquarema", Facção dos, 627.
Saraiva, José Antônio, 328, 398, 401.
Savigny, Fried. Karl von, 138, 477.
Say, Horace, 226.
Scaliger, J. J., 37, 411.
Scheler, Max, 314, 627, 650.
Schilling, Getúlio, 264.
Schmarsow, 288.
Schmidt, Augusto Frederico, 638.
Schmidt, Bernadotti E., 30, 52.
Schmidt, Max, 204.
Schmidt, Wilhelm, pe., 648.
Schmoeller, Gustav, 80.
Schneider, L., 232.
Schomburgk, R., 470.
Schunami, Scholmo, 430.
Scipião, Públio Cornélio, 599.
Sebastião, D., 525.
Sée, Henri, 120, 138.
Seignobos, Charles, VI, 51, 301, 307, 309, 313, 538, 625, 628.
Selos. Vide: Sigilografia.
Selvagem, Carlos, 280.
Seminários de história, 311-312.
Sena Sobrinho, Joaquim Maria, 262.
Senefelder, Aloys, 294.
Sermões e a formação da consciência burguesa, 282-283, 316.
Serpa Pinto, Antônio Augusto de, 510, 513, 514, 516.
Serra, Ricardo Franco de Almeida, 443.
Serrano, Jônatas, 323, 396, 405.
Serro Largo, barão do. José de Abreu, 232.
Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 325-326, 386, 389.
Serzedelo, B. J. Barbosa, 326.
Severim, Gaspar de Faria, 574.
Shakespeare, William, 277.
Shepherd, Guilherme R., 533.
Shillington, V. M., 226.
Shotel, D. J., 280.
Shotwell, James T., 30, 34.
Sidorov, A. L., 7, 8, 26, 55, 211, 213, 281.
Sigaud, J. F., 257.
Sigilografia, 391-393.
Silva, Alberto Carlos da, 234, 430.
Silva, Alfredo P. Maciel da, 433.
Silva, Antônio Delgado da, 206, 256, 258.
Silva, Antônio Gomes da, 394.
Silva, Antônio Teles da, 532, 573.
Silva, A. V. de Rezende e, 406.
Silva, Fernando Gomes da, 360.
Silva, Francisco de Paula e, 243.
Silva, Francisco Gomes da, o Chalaça, 577, 638.
Silva, Inácio Acióli de Cerqueira e, 243, 610.
Silva, Inocêncio Francisco da, 280, 426, 525, 557, 571, 572, 573, 579.
Silva, J. A. da, 230.
Silva, João Cândido de Deus e, 577.
Silva, João Inácio da, 604.
Silva, Joaquim Caetano da, 223, 379, 380, 398, 439, 465-470, 621.
Silva, Joaquim Norberto de Sousa, 396, 422, 555.
Silva, José Justiniano de Andrade e, 206, 258.
Silva, Joseph de Seabra da, 575.
Silva, Luís Augusto Rebêlo da, 220, 345, 353, 366, 485.
Silva, Manuel, 191.
Silva, M. C. da, neto, 448.
Silva, Manuel Cicero Peregrino da, 620.

- Silva, Manuel Teles da, Marquês de Alegrete, 242, 352, 387.
- Silva, Miguel Joaquim de Cerqueira e, 577.
- Silva, M. Nogueira da, 424, 429.
- Silva, Raimundo, 518.
- Silva, Serafim, neto, 600.
- Silva, Teotônio Meireles da, 238.
- Silva Campos, J. da, 331.
- Silva Leme, Luís Gonzaga da, 405.
- Silva Ramos, Bernardo de, 389, 390.
- Silvado, Américo, 517.
- Silveira, Joaquim, mons., 162.
- Silveira, Joel da, 18.
- Silveira, Luis Lôbo da, 529.
- Silveira, Maria da Glória, 366.
- Silveira, Simão Estácio da, 348.
- Silveira de Melo, general, 396.
- Silveira Martins, Gaspar, 401.
- Silvestre, papa, 498.
- Simmel, Georg, 64, 80, 117.
- Simões de Paula, E., 193.
- Simon, Michel, 191.
- Simonsen, Roberto, 216, 218.
- Sims, Catherine Strateman, 274.
- Sinimbu, João L. Vieira Cansação, Visconde de, 401.
- Síntese histórica, 643-657.
- Sisson, S. A., 280, 562.
- Sluiter, Engel, 362.
- Smedt, Charles, 317, 474, 485, 629, 641, 642.
- Smith, Robert C., 290, 291.
- Soares, Diogo, pe., 266, 346, 442.
- Soares, Eduardo de Castro de Azevedo, 405.
- Soares, Raul, 509, 511.
- Soares, Sebastião Ferreira, 403.
- Soares de Souza, José Antônio, XIV, 225, 278, 294, 457, 468.
- Soares de Souza, Paulino José, Visconde do Uruguai, 196, 225.
- Sociologia e História, 339.
- Sócrates, 270.
- Soderini, Pier, 526, 527.
- Sodré, Alcindo, 639.
- Sombart, Werner, 144-145, 212.
- Sommervogel, Charles, 247, 542, 557.
- Soranzo, Giovanni, 302.
- Sosigenes, 412.
- Sousa, Antônio Caetano de, 391, 392, 400, 407, 408, 409.
- Sousa, Antônio da Silva, 564.
- Sousa, Bernardino José de, 441.
- Sousa, Carlos Hermenegildo de, 220-221.
- Sousa, Coelho de, 206.
- Sousa, Eusébio de, 192, 264, 410.
- Sousa, Francisco de, 349.
- Sousa, Gabriel Soares de, 215, 319, 340, 387, 488, 489, 544, 545, 546, 602, 603, 604.
- Sousa, Gaspar de, 348.
- Sousa, J. Galante de, 424, 429.
- Sousa, Joaquim Rodrigues de, 197.
- Sousa, J. E. Teixeira de, 257.
- Sousa, José Caetano Pereira e, 207.
- Sousa, José Garcia de, 241.
- Sousa, Luis Antonio da Silva e, 266.
- Sousa, D. Luís de, 349.
- Sousa, Luis de, frei, 318.
- Sousa, Manuel de, 631.
- Sousa, Manuel de Faria e, 404, 405.
- Sousa, Martim Afonso de, 440, 528, 607, 608.
- Sousa, Otávio Tarquínio de, 131, 278, 279, 579.
- Sousa, Pero Lopes de, 486, 505, 606-609.
- Sousa, Tomás Oscar Marcondes de, 528, 548, 549.
- Sousa, Tomé de, 419.
- Sousa Brasil, Tomás Pompeu de, 431, 448.
- Sousa Coutinho, 448.
- Sousa da Silveira, A. F. de, 600.
- Souza Docca, Emilio Fernandes, 193, 223, 268, 422.
- Souza Júnior, Antônio de, 231.
- Souza Reis, F. T. de, 216, 217.
- Southey, Robert, 36, 156, 190, 602.
- Souto Maior, Pedro, 362.
- Spalding, Walter, 396.
- Spell, Lota M., 362.
- Spengler, Oswald, 4, 51, 101, 136, 141-142.
- Spix, J. B. von, 642.
- Spranger, Eduard, 2, 8, 60, 63, 115, 187, 194.
- Srbik, Heinrich Ritter von, 53-54, 593.
- Staden, Hans, 486, 487.
- Stählin, Otto, 587, 593.
- Starace, Carmine, 528.
- Steinen, Karl von den, 383, 390.
- Steinmann, João, 292.
- Stendhal (Henri Beyle), 339.
- Stephen, Leslie, 279.
- Stern, W. 624.
- Stevenson, Edward Luther, 439.
- Stevenson, Oscar, 520.
- Strachey, Lytton, 276, 277.
- Streicher, F., 504.

Strieder, Jacob, 404.
Stuart, D. Ree, 269, 270.
Stucker, S., 59.
Studart, Guilherme, barão de, 192, 263,
264, 280, 422, 455, 530, 557-558,
563, 564, 575.
Sturn, Felipe, 442.
Suetônio, 480.
Sumário das Armadas, 570.
Sybel, Heinrich von, 635.

T

Tabelionatos do Rio de Janeiro, 323,
350.
Tácito, 23, 34-35, 537.
Taine, Hippolyte A., 43.
Taqes, Pedro. Vide: Leme, Pedro Ta-
ques de Almeida Paes.
Tannenbaum, Frank, 311.
Tardif, A., 333.
Tarefas do historiador, 1-8.
Tassin, D., 374.
Taunay, Afonso d'E., 216, 218, 241,
259, 267, 268, 335, 336, 358, 402,
433, 436, 442, 443, 505, 590, 591.
Taunay, Visconde de. Alfredo Maria
Adriano de Escragnole, 327, 638,
639.
Tauro, Alberto, 427.
Tavares, A., 230.
Tavares, Eduardo, 427.
Tavares, Simão, 570.
Tavares Bastos, A. C., 197, 639.
Tawney, R. H., 55, 212, 281, 284, 285.
Tefé, Barão de. Antônio Luís von
Hoonholtz, 444, 452-453.
Teggart, Frederick J., IX, 122.
Teixeira, Anísio, 261.
Teixeira, Bento, 489, 552-554, 555.
Teixeira, Cid, 199.
Teixeira, Henrique Carneiro Leão, fi-
lho, 580.
Teixeira, João, 441.
Teixeira, Luís, 439.
Teixeira, Múcio, 280.
Teixeira, Pedro, 531.
Teixeira de Melo, José Alexandre, 362,
422, 614.
Teixeira Mendes, R., 396.
Teófilo, Rodolfo, 116, 257.
Teorias históricas, 101, 297-298, 649-
651, 654-655, 656.
*Terra Sanctae Crucis, Brasiliae situs ac
descriptio*, 523.
Tertuliano, 498.

Testemunho, credibilidade do. Vide:
Crítica interna.
Testemunho único, 628-629.
Testis unus, testis nullus, 628.
Theberge, P., 355.
Themudo, Manuel, cônego e governa-
dor do Bispado, 529.
Thomas, H., 428.
Thomaz, Manuel Fernandes, 207, 208,
495.
Thompson, James Westfall, 30, 499.
Thurstiel, R. E., 306.
Thyssen, Johannes, 64, 88.
Tibério, 35.
Tibiriçá, Jorge, 452.
Tiele, Pieter Anton, 428, 573.
Tietze, H., 290.
Timandro. Vide: Torres Homem, Fran-
cisco Sales.
Tirpitz, 4.
Tito Lívio, 31, 34, 37, 162, 482.
Toledo, Lafaiete de, 262.
Tombamento dos monumentos nacio-
nais, 386.
Torcápio, R., 406.
Tôrres, Antônio, 639.
Tôrres, João Carlos F. de Castelo
Branco, 405.
Tôrres, Th. L. Gentil, 433.
Tôrres Homem, Francisco Sales, 542.
Toscanelli, Paolo, 500-504.
Toulmin, Stephen, 123.
Toustain, D. Chr. Fr., 374.
Toynbee, Arnold, 3, 4, 21, 55, 125,
142-143, 146, 327, 273, 310, 311.
Tradição, 330.
Tradição oral, 191, 330-332.
Transfiguração, Domingos da, frei, 530.
Transfiguração, José Pedro da, frei,
374.
Tratado de Santo Ildefonso, comissão
demarcadora do, 442-443.
Travassos, Simão, 571.
Trevelyan, Georg Macaulay, 55, 69,
91, 106, 112, 185, 186, 275, 276,
277, 285, 316, 636.
Trevisan de Bernardino, Ângelo, 547,
548.
Trigoso, Sebastião de Mendes, 547.
Trillmich, Werner, 428, 431, 436.
Trindade, Raimundo, cônego, 243, 406.
Tristão, Manuel, irmão, 550, 551.
Troeltsch, Ernst, 50-51, 57, 70, 72, 75,
77, 80, 81, 84, 97, 113, 120, 122,
135, 139, 140, 142, 143, 144, 145,
181, 198, 399, 652, 653, 654, 656.
Trömel, Paul, 434.
Trouillot, Ernst, 250.

Trouillot, Henock, 250.
Tucídides, 23, 31, 33-34, 35, 41, 304.
Tucker, Hugh Clarence, 249.
Turner, F. J., 45-46, 266.

U

Ueberberger, Hans, 593.
Ugarte, Rubem Vargas, 427.
Ulloa, Fernando, 533.
Universal na história, 92-94.
Uriarte, P. J. Eug. de, 542.
Uruguai, Visconde de. Paulino José Soares de Sousa, 223, 278, 398, 467, 468.
Usselinx, Willem, 571.
Uzielli, Gustavo, 503.

V

Vagany, Leon, 587.
Valadão, Haroldo, 261.
Valadares, José, 290, 291.
Vale, João Velho do, 348.
Vale Cabral, Alfredo do, 262, 384-389, 426, 429, 444, 577.
Valéry, Paul, 76, 87.
Valla, Lorenzo, 499.
Valor artístico e valor histórico dos quadros, 289-290.
Varela, Alfredo, 264.
Vargas, Getúlio, 520.
Varnhagen, Francisco Adolfo de, Visconde de Porto Seguro, VIII, 93, 94, 156-158, 163-165, 166, 169, 178, 188, 190, 223, 250, 251, 278, 331, 348, 349, 358, 361, 362, 363, 374, 377, 378, 379, 380, 382, 391, 398, 414, 417, 420, 421, 429, 433, 439, 476, 485, 486, 487-489, 525, 526, 527, 528-530, 543-546, 550, 552, 553, 555, 559, 569, 570, 576, 588, 601, 604-613, 619, 634, 635, 639.
Vasconcelos, Barão Smith de. Jaime Luís Smith de Vasconcelos, 395.
Vasconcelos, 2º Barão de. Rodolfo Smith de Vasconcelos, 395.
Vasconcelos, Bernardo Pereira de, 278.
Vasconcelos, Diogo de, 196.
Vasconcelos, Diogo Pereira Ribeiro de, 215, 266, 617.
Vasconcelos, Genseric de, 232, 233.
Vasconcelos, João de, pe., 571, 572.
Vasconcelos, José de, 422.

Vasconcelos, José Leite de, 230, 407, 409.
Vasconcelos, Manuel Monteiro de, 324.
Vasconcelos, Mário, 225.
Vasconcelos, Simão de, 157, 277, 278, 621.
Vasconcelos, Zacarias de Góis e, 398, 401, 641.
Vat, Odufio van der, 244.
Vauthier, L. L., 637.
Vedras, Jorge José Pinto, 578.
Veiga, Evaristo Ferreira da, 278, 400, 558, 559, 579.
Veiga, José Pedro Xavier da, 421, 422.
Veiga, Luís Francisco da, 420, 421, 558.
Veiga, Tomé Pinheiro da, 564.
Velho, Bartolomeu, 439.
Velho, Domingos Jorge, 631.
Velho Sobrinho, J. F., 279, 280, 559.
Velo, José Mariano da Conceição, frei, 215, 603.
Venâncio, Francisco, filho, 224, 260.
Ventrís, Michael, XI.
Veragua, Duque de, 526.
Vercauteren, F., 55.
Verlinden, Charles, 212.
Veríssimo, José, 251, 569.
Verrazzano, Gerolamo, 439.
Vespúcio, Américo, 526.
Viana, Artur, 257.
Viana, Eremildo L., 261.
Viana, Hélio, 223, 261, 264, 268, 396, 429.
Viana, Luís, 278.
Viana, Vitor, 217.
Vico, Giambattista, 37, 49, 79, 82, 83, 125, 140, 141, 146, 153.
Vide, Sebastião Monteiro da, 245.
Vidigueira, Conde de, 568.
Vidtmus, 342.
Viegas, Gaspar, 439.
Viegas, José dos Santos, 431.
Vieira, Antônio, pe., 136-137, 273, 365, 537, 567, 568, 571, 574.
Vieira, C. Otoni, 393.
Vieira, João Fernandes, 490, 532.
Vieira Fazenda, José, 505, 506.
Vieira Ferreira, Fernando Luís, 207, 391, 393.
Vignaud, Henri, 439, 501, 502, 503, 504, 526.
Vila Flor, 1.º Conde de, D. Sancho Manuel, 574.
Vilhena, Luís dos Santos, 215, 338, 432, 591, 595, 621.
Vilhena de Moraes, Eugênio, 233, 348, 560, 561, 562.

Villa Lobos, R., 293.
Villada, Zacarias Garcia, VI, 302, 587.
Villares, Henrique Dumont, 241.
Vimioso, Conde de. D. Francisco de Portugal, 545.
Vincent, John Martin, IX.
Vindel, Francisco, 427.
Viterbo, Joaquim Santa Rosa de, 381, 394, 524.
Vitor Emanuel, 470.
Viveiros, Jerônimo de, 218.
Viveiros de Castro, Augusto Olímpio, 263.
Vogel, Walter, 147.
Voglienti, Pier, 527.
Voltaire, François Marie Arouet de, 38.
Voss, Gerhard Joh., 300.

W

Wachs, Joachim, XIII, 4.
Wachsmuths, W., IX, 300.
Wagley, Charles, 283, 284.
Wagner, Adolf, 80.
Wagner, H., 504.
Waitz, George, 301.
Waldseemuller, Martin, 527, 570.
Waelhlens, A. de, 95.
Wallace, Alfred Russel, 383, 390.
Wallenstein, Henrique Júlio de, 160-161.
Waller, E., 542.
Walsh, R., 579.
Waltz, P., 271.
Wanderley, João Mauricio, barão de Cotegipe, 398.
Washington, George, 499.
Weaver, T. J., 190, 192.

Weber, Max, 3, 50, 70, 113, 117, 118, 121, 127, 132, 144, 145, 198, 212, 651.
Weiner, J. S., 535.
Wellek, René, 252.
Werner, Karl, 79.
Whitehead, A. N., 108, 120, 127.
Wieser, Franz, 379, 380.
Wigmore, John, XIII.
Willems, Emilio, 11, 272.
Williams, Horace E., 451.
Wind, Edgar, 66-67, 127.
Wind, S. de, 428.
Windelband, Wilhelm, 64-65, 69, 70, 71, 79, 185.
Winnacker, Rudolph A., 17.
Withrington, Robert, 414.
Witrowski, G., 587.
Wiznitzer, Arnold, 554, 555.
Wlasek, Francisco, filho, 596.
Wölfflin, 288.
Wolf, Ferdinand, 251.
Wroth, Laurence C., 425.
Wundt, Wilhelm, 111.

X

Xenofonte, 270, 304.
Xenopol, A. D., IX, 70, 71-77, 89.

Z

Zeballos, Estanislau S., 465, 534.
Zenha, Edmundo, 198.
Zorzanello, P., 428.
Zweig, Stefan, 277.

IMP. G. E. S.



ALEXANDRE HERCULANO

Am: Paul Soares

3-6-92

Saudações affectuosas

Estou informado de ridiculo e acoutos
banquet das fletos de cam, seu sargento sem
compostura, do seu afamigado, e a tudo
que uma agia se fasson. Espero que use com
toda energia e accedo com as minhas ultimas
intencoes, foi, ena cavallo precisa de uma
reprimenda para entrar na disciplina. Vija se o
Capitao mostra agora a me opegoada ener-
gia, furendo uocaiment enes arizado, furendendo
- que sahiam de disciplina e uocaiment fura
huc longi enes generias anacelisadice. Se o Capitao
com uudo não attende um de diplomacia que
depois do uon reconhecimeto ajustaremos contas.

A situacaõ não admitt contemporisacaõ
no que forem ueraz, que é quasi a totali-
dade, sempre os, com todos os seus bordados
e galles.

almo e
Ch. de S. J.

Carta falsa de Jacinto Guimarães